Entre o rio e a serra

Forma urbana e sistema de espaços livres na região norte do município de São Paulo

Sidney Vieira Carvalho

Orientador: Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente

São Paulo - 2011

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Dados da Publicação

Capa

Kelly Naguissa Sato

Projeto gráfico e Diagramação

Sidney Vieira Carvalho

Revisão

Márcia Miyuki Ishikawa

Fotografias

Ulisses Sardão
Maurício Alito
Luciana Satiko
Sidney Vieira Carvalho
Márcia Miyuki Ishikawa

Mapas

Márcia Miyuki Ishikawa
Sidney Vieira Carvalho

Carvalho, Sidney Vieira.

Entre o rio e a serra: Forma urbana e sistema de espaços livres na região norte do município de São Paulo / Sidney Vieira Carvalho; orientador Silvio Soares Macedo. - São Paulo, 2011.

208 f. : il.

Dissertação (Mestrado)--Universidade de São Paulo, 2011.

1. Paisagem Urbana. 2. Morfologia Urbana .3. Espaços Livres. I. Título. II. Título: Forma urbana e sistema de espaços livres na região norte do município de São Paulo.

CDD 712.25 (816.11)

Avaliação

Nome: CARVALHO, Sidney Vieira

Título: Entre o rio e a serra: Forma urbana e sistema de espaços livres na região norte do município de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em _____ de _____ de 2011

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Errata

A minha irmã.

Agradecimentos

Para que esse trabalho existisse, foi necessária a concorrência de muitas pessoas e instituições, em diferentes momentos. A todos devo muito, por sua dedicação e carinho. Posso, com segurança, dizer que a maior parte dos acertos que por ventura serão vistos ao longo das próximas páginas deve-se a contribuição desses incansáveis colaboradores. E que os erros, todos eles, são de minha inteira e exclusiva responsabilidade.

Agradeço, com profundo amor, a meus pais, meus irmãos, meus tios e tias, e meus avós, que me deram força durante toda a jornada acadêmica, e me apoiam por toda a vida. Sem vocês, eu não seria possível.

Um obrigado ao Prof. Dr. Silvio Soares Macedo que, juntamente com o Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves, foi meu guia durante todo o percurso da graduação na FAUUSP e orientou este mestrado. E ao Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira, que, ao lado do Prof. Fábio, contribuiu imensamente na banca de qualificação deste trabalho.

Agradeço à equipe do Projeto QUAPÁ, nas pessoas de Luciana Satiko, Ulisses Sardão, Maurício Alito, Edlaine Aquino e Maki Hirai, que deram grande apoio ao longo desse trabalho. À equipe do CESAD e da Biblioteca da FAUUSP. À FAPESP, que financiou o início desse percurso, ainda como pesquisa de iniciação científica, no último ano de graduação. E ao Departamento de Parques e Áreas Verdes da Prefeitura de São Paulo, na pessoa do Diogo Oliva, que disponibilizou importantes bases de dado.

Um especial obrigado aos amigos e amigas que me apoiaram durante a caminhada, em especial à Kelly Sato e à Marisa Nagumo, pelo apoio à produção desse volume.

Finalmente, agradeço e dedico essa dissertação à Márcia Ishikawa, minha parceira nesse e em muitos outros trabalhos. Pequetita, sua sabedoria e amor são o que me mantém seguindo em frente.

Resumo / Abstract

CARVALHO, Sidney Vieira. Entre o rio e a serra: Forma urbana e sistema de espaços livres na região norte do município de São Paulo. 2011. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011.

O trabalho que se segue pretende debater uma área determinada da cidade, a região norte do município de São Paulo, a partir de dois arcabouços conceituais diversos e complementares: da forma ou morfologia urbana, e o sistema de espaços livres. Dando ênfase à compreensão de uma realidade material, a cidade, a partir de sua observação, montou-se um percurso que partiu dos conceitos básicos desses dois campos disciplinares. Em seguida, fez-se uma aproximação à cidade contemporânea, focando as últimas duas décadas no Brasil e no mundo, de forma a permitir a apreensão dos fenômenos que constituem a área de estudo. Após essa preparação, desenvolve-se um estudo de caso, dividido em três partes: o Casario, compreendendo os tecidos urbanos que configuram a região; os tipos edificados, olhando para as formas mais comuns de edificação; e o sistema de espaços livres, mostrando as características dos espaços livres. Finalmente, são lançados algumas hipóteses interpretativas sobre os fenômenos que permitem a constituição das periferias urbanos, sobretudo em seus aspectos morfológicos.

Palavras-chave: Paisagem Urbana. Forma urbana. Sistema de Espaços Livres.

This work intends to debate São Paulo's northern area, from two diverse and complementary conceptual frames: the urban form, and the open spaces system. Initially, we summarize the basic concepts of these two disciplinary fields, and after that, we make an approach to the contemporary city, focusing the last two decades in Brazil and the world, in a way to allow the apprehension of the phenomena that constitute the area. After that, we develop the case study, divided in three parts: the Urban Form, understanding the urban fabrics that configure the region; the built typology, looking at the most usual construction forms; and the open spaces system, showing the characteristics of the open spaces. Finally, some hypotheses are thrown, trying to explain the phenomena that allow the constitution of the urban peripheries, over all in its morphological aspects.

Key-words: Urban Landscape. Urban Form. Open Spaces System.

Sumário

I. Introdução 11

1. Premissas 14

2. Conceitos chave 17

2.1. Lugar 18

2.2. Paisagem urbana 20

2.3. Heranças e expectativas 24

2.4. Forma urbana, tipos, tipologia e tecido urbano 33

2.5. Sistema de espaços livres e espaço livre de edificação 38

II. Cidade contemporânea brasileira 43

1. Modernidade e pós-modernidade na compreensão do fenômeno urbano 44

2. A cidade contemporânea brasileira 53

III. Aspectos da paisagem urbana 61

1. Periferia e subúrbio na compreensão da cidade brasileira 62

2. Características básicas da Região Norte da cidade de São Paulo 70

2.1. Suporte biofísico, características ambientais e padrões de urbanização 72

2.2. Renda, desigualdade e segregação sócio-espacial 88

IV. Forma urbana e Sistema de Espaços Livres: Estudo de Caso 95

1. O casario 96

1.1. Leitura do tecido urbano 97

1.2. Forma urbana e processos de constituição da paisagem 132

2. Os tipos edificados 150

2.1. Características gerais 151

2.2. Questões de fundo 159

3. O sistema de espaços livres de edificação 163

3.1. Leitura do sistema de espaços livres 163

3.2. Síntese prospectiva 177

V. Processos de constituição da paisagem urbana periférica 183

1. A paisagem: etapas de constituição 185

2. A paisagem: processos de constituição 187

3. A paisagem: Heranças e Expectativas 195

VI. Bibliografia 201

Introdução

O mestrado em paisagem e ambiente é um percurso intelectual em busca do conhecimento, mas também, e acima de tudo, é um olhar para a cidade procurando compreender seus problemas, seus conflitos, e também vislumbrar suas potencialidades. É a descoberta de contradições e a proposição de eventuais soluções. Com esse intuito, olhamos para a região norte da cidade de São Paulo, usando as lentes da morfologia e da paisagem urbana como auxiliares no desvelamento de suas questões. O exercício principal deste trabalho foi o de olhar e ver, ou seja, compreender a forma da paisagem e desvendar suas dinâmicas aparentes ou obscurecidas por muitas camadas de transformações sucessivas.

Representou a continuidade de um trabalho iniciado durante a graduação, e que resultou em um relatório de Iniciação Científica, entregue à Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), e num Trabalho Final de Graduação, apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no início de 2008, sob a orientação dos professores doutores Silvio Macedo e Fábio Mariz Gonçalves. Naquela oportunidade, procuramos desenvolver uma intervenção que, respeitando as características herdadas de décadas de construção de um trecho periférico da cidade, apontasse soluções para o entorno de uma avenida de fundo de vale.

Aqui, busca-se compreender as características da paisagem urbana periférica. Estabelecemos uma linha de atuação que nos permitiu analisar uma porção do território paulistano sob dois pontos de vistas diferentes, mas complementares: o da forma urbana e do espaço livre. Arcabouços conceituais geralmente tratados em separado foram utilizados para decodificar a região norte do Município de São Paulo, que tem realidades diferentes e complementares, situações de desigualdade e diversidade que não são abordados em estudos que procuram focar regiões mais homogêneas da cidade.

O trabalho disserta sobre a condição material da região Norte da cidade de São Paulo, setor da cidade que abriga em 2011 mais de 2,2 milhões de pessoas[1]. Apenas por esse dado já poderia se justificar o interesse de pesquisa de uma área urbana que tem população inferior apenas a 4 municípios brasileiros (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e

Fortaleza) e ao Distrito Federal.[2] Além disso, tal região abriga uma heterogeneidade considerável de usos e de habitantes, assim como de espaços urbanos que, apesar de distintos, tem uma interligação singular.

Falar sobre a condição material de um determinado trecho urbano significa aqui abordar a forma edificada característica do lugar e os espaços livres de edificação. Assuntos que são as matérias primas da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo comprometidos com o desenvolvimento adequado da paisagem urbana e das intervenções nela operadas pelas sociedades humanas.

O ferramental teórico utilizado tem dois enfoques principais. O primeiro baseia-se nos conceitos de forma urbana, morfologia urbana, tipos e tipologias de edificações. Suas bases estão assentadas na certeza da importância da abordagem dos elementos materiais urbanos como evidências incontornáveis das organizações humanas e, portanto, merecedores de atenção destacada para a elaboração de teorias e para planejamento e projeto de intervenções. O segundo viés teórico refere-se ao estudo da Paisagem Urbana, e para isso baseia-se no estudo dos espaços livres de edificação e, sobretudo, na articulação desses espaços enquanto sistema. Parte-se do pressuposto teórico que, para a descrição da realidade material de um ambiente urbano qualquer, é necessário conhecer o edificado e o livre de edificação, como formas complementares de constituição da paisagem urbana.

O trabalho percorre os campos da arquitetura, da urbanização e da paisagem. Se no campo da arquitetura olha-se a cidade a partir de suas construções, a urbanização e a paisagem mostraram-se instâncias definidoras na medida em que permitem vislumbrar a cidade como processo social, fenômeno que ocorre no espaço, ao longo do tempo e tem dinâmicas próprias. Este traz em si, simultaneamente, o que existe e o que existirá, as transformações e as permanências, as heranças e as expectativas. Nesse sentido, parece fundamental, como salienta Nestor Goulart, "[...] estudar as dimensões do território urbano como produto e como projeto [...] [, compreendendo a] lógica da organização social, que conduz a determinadas formas de organização do território (no caso, o território urbano) e sobretudo à lógica das decisões, que levam à sua mudança, isto é, os projetos."[3]

A escala de abordagem escolhida é do conjunto de distritos que aqui denominaremos região norte do município de São Paulo[4]. A idéia de fundo que nos guia é compreender uma paisagem singular: aquela formada entre a serra da Cantareira e o Rio Tietê, limites geográficos que configuram as principais estruturas ambientais que delimitam o espaço urbano abordado.

O horizonte temporal adotado para o trabalho foca a primeira década do século XXI, ou seja, o período em que este texto foi escrito. Interessa saber o que ocorre em um território urbano específico, quais são as formas recorrentes e quais os processos subjacentes a suas definições. Mas, a diferença dos estudos que partem dos processos sociais para chegar aos rebatimentos urbanos, pretende-se mostrar que o caminho inverso pode trazer melhores frutos para a transformação da realidade objetiva em que as pessoas estão inseridas quando vivendo nas cidades.

1 Dados extraídos do endereço eletrônico da Fundação Seade, http://www.seade.gov.br/, acessado em 22 de junho de 2010. O número de habitantes é estimado pela Fundação a partir do Censo Demográfico do IBGE de 2000. São 611 mil domicílios, distribupidos em 303,29 km² segundo o Censo de 2000.

2 Dados extraídos do Censo Demográfico 2010, disponível no endereço eletrônicio do IBGE http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm, acessado em 08 de janeiro de 2011.

3 REIS, Nestor Goulart. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006. p. 68-69

4 O termo "região" é utilizado aqui sem a conotação dada pela Geografia, e tão bem explicitada por Maria Ângela Faggin Pereira Leite em LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Destruição ou desconstrução? Questões de paisagem e tendências de regionalização. São Paulo: Hucitec, 2006. (2ª edição. 1ª edição, 1996). Utilizaremos, portanto, na acepção de conjunto de distritos urbanos, delimitados pela municipalidade por razões político-administrativas.

Olhar para a periferia urbana, especificamente na parte norte do município, pode prover um laboratório especialmente adequado para projetar possíveis alterações na estrutura urbana. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo último, auxiliar o desenho de políticas públicas de projeto urbano e de transformação das realidades materiais constituídas ao longo das muitas décadas de formação dessa porção da cidade.

Tema

O tema, o local de estudo, e o arcabouço conceitual são matérias entrelaçadas neste trabalho. Estudar a forma urbana e o sistema de espaços livres da região norte de São Paulo, explicita uma vontade de compreensão da realidade material de uma área urbana periférica[5] da capital paulista.

Objetivo

O objetivo é entender como está, em 2011, o espaço urbano de uma porção da cidade através das formas típicas de suas edificações, de seus espaços livres de edificação e das estruturas que lhes dão caráter unitário: a forma urbana e o sistema de espaços livres. Nesse sentido, a realidade material tem duas características, (1) o entendimento dos produtos das movimentações da sociedade construindo o espaço para abrigo de suas atividades e (2) a decodificação dos processos que levam a sociedade a construir de uma determinada maneira esses abrigos.

Método

Para o alcance dos objetivos, lançou-se mão de um método que englobou (1) estudos bibliográficos sobre os temas afetos aos campos disciplinares de interesse, (2) levantamentos de campo para reconhecimento da área de estudo e de suas características principais, (3) confecção de mapas que explicitassem os dados encontrados através da análise de fotos aéreas e mapas oficiais, (4) desenvolvimento de análises críticas sobre o tema abordado.

Percurso

Ao longo da dissertação o leitor é convidado a percorrer um caminho de aproximações sucessivas ao tema e ao lugar abordado. Nessa introdução, apresentamos as premissas gerais e parte dos conceitos básicos que guiam as análises e os desenvolvimentos do trabalho. No capítulo II, tecemos considerações sobre a cidade contemporânea brasileira, explicitando o contexto atual de preocupações que cercam as disciplinas que lidam com as questões urbanas no Brasil e no mundo. No capítulo III, abordamos mais diretamente a área de estudo, abordando suas principais características e mostrando como podem ser compreendidas as periferias urbanas no âmbito dos estudos da forma e da paisagem urbana. No capítulo IV, é mostrada a área de estudo sob os enfoques da forma urbana e dos sistemas de espaços livres. No capítulo V, como conclusão, são propostas algumas hipóteses de compreensão dos fenômenos apresentados.

5 Aqui a utilização do termo periférico refere-se principalmente a diferenciação centro-periferia, ou seja, tratamos por periferia todas as áreas que não são consideradas centrais em uma estrutura urbana. Ao longo do trabalho, no entanto, explicitaremos melhor esse termo, bem como suas acepções.

1. Premissas

"[...] a união entre o passado e o futuro está na própria idéia da cidade, que a percorre tal como a memória percorre a vida de uma pessoa e que, para concretizar-se, deve conformar a realidade, mas também conformar-se nela. E essa conformação permanece em seus fatos únicos, em seus monumentos, na idéia que temos deles." [6]

"Sendo o projeto de urbanismo e de arquitetura uma forma de ciência aplicada (e não uma disciplina de ciências humanas), tendemos a valorizar uma abordagem fortemente empírica, a tomar como eixo da pesquisa os levantamentos de campo e os estudos de casos de aplicação, em obras e em projetos, tanto quanto as elaborações teóricas amplas e os modelos de explicação. Ou, dizendo de outro modo, nossas generalizações e nossas construções teóricas, em princípio, partem da lógica do projeto como é lida na prática, nos espaços construídos e nos modos de produzi-los materialmente." [7]

A cidade pode e, em alguns momentos, deve ser entendida como arquitetura, ou seja, um artefato humano que representa abrigo para as pessoas e suas atividades, e os valores sociais dessas pessoas. A arquitetura, nesse sentido, é uma atividade humana que tem por objetivo construir o ambiente para a vida das comunidades, com preocupações de toda a sorte, tais como técnicas, econômicas, estéticas e éticas, entre outras.[8] Essa visão permite compreender a construção da cidade de maneira mais democrática. Por um lado, retira a aura de superioridade que está por trás das construções que são erigidas para representar as sedes de poder, como os palácios dos governos, sedes de empresas, bancos, museus, e atualmente, shopping centers. Por outro, permite olhar para todas as áreas da cidade como elementos da vontade humana que, assim como as sedes do poder constituído, tiveram diferentes camadas de intencionalidade e de artifício humanos para que chegassem a ser construídas e se tornassem funcionais, nos diferentes sentidos, para seus habitantes.

Partimos assim, da idéia de que ao estudo do espaço construído pode ser dada centralidade, utilizando outras disciplinas como seus auxiliares. Surgindo como elemento de análise primária, o espaço físico pode apontar hipóteses para outros campos disciplinares (como da história, da economia, etc.). Partindo do espaço construído, poder-se-á analisar as mudanças históricas, econômicas e culturais que ele ressalta por suas transformações. Até porque, a

6 ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martis Fontes, 2001. (1ª edição: 1966). p. 200

7 REIS, Nestor Goulart. Op. Cit. p. 40-41

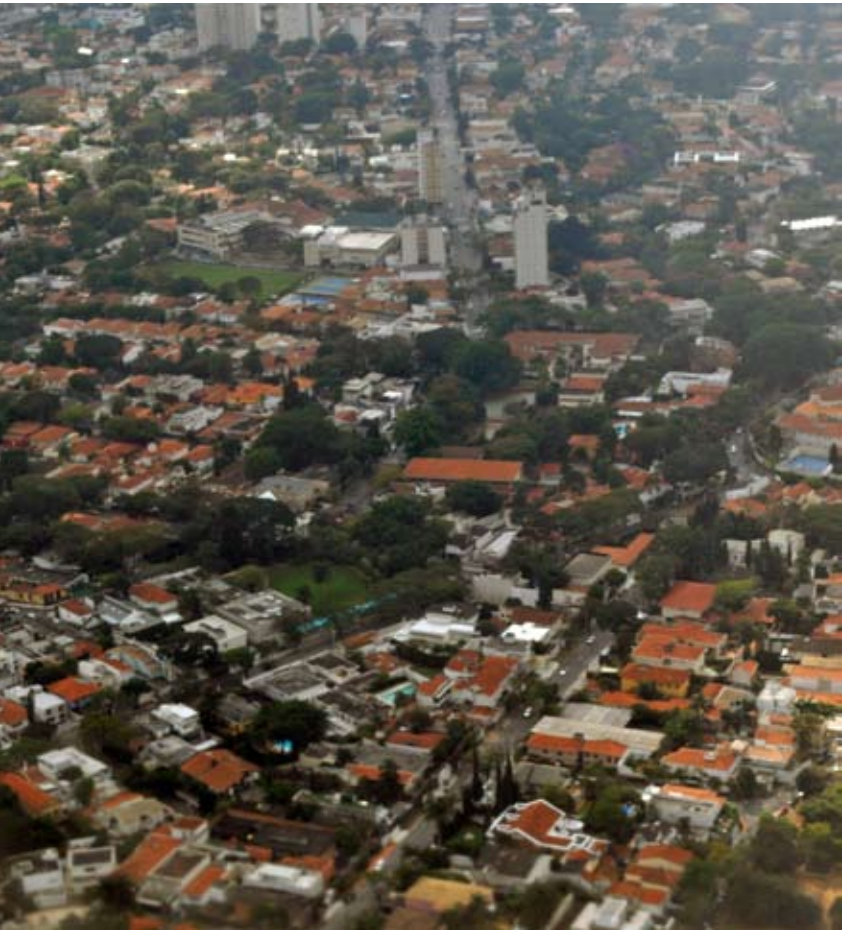
8 ROSSI, Aldo.Op. cit. p. 01

9 LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993. P. 31

forma como as pessoas atuam no espaço tem suas próprias interdependências, e não necessariamente são resultados de condicionantes exclusivamente econômicos ou políticos. As formas e os usos do espaço podem ser, muitas vezes, condicionados pelo próprio espaço, na medida em que este foi herdado de gerações precedentes com uma configuração que limita certas soluções, e encaminha para outras.

> "[...] um primeiro grau de leitura da cidade é eminentemente físico-espacial e morfológico, portanto específico da arquitectura, e o único que permite evidenciar a diferença entre este e outro espaço, entre esta e aquela forma, e explicar as características de cada parte da cidade. A este se juntam outros níveis de leitura que revelam diferentes conteúdos (históricos, econômicos, sociais e outros). Mas esse conjunto de leituras só é possível porque a cidade existe como facto físico e material. Todos os instrumentos de leitura lêem o mesmo objecto – o espaço físico [...]." [9]

Os bairros-jardim e o mercado imobiliário em São Paulo. À esquerda, Jardim Europa nas proximidades da Alameda Gabriel Monteiro da Silva. Abaixo, limite entre o Jardim Europa e o bairro do Itaim evidenciando o contraste entre a verticalização para a habitação e a zona exclusivamente residencial.
O contraste de formas evidencia um conflito de interesses econômicos, políticos e culturais. A paisagem não apenas representa esse conflito, mas também contém e auxilia na determinação das formas de embate.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Julho de 2010 - Acervo do autor



Existem vários exemplos na cidade de São Paulo de como o espaço herdado condiciona a ocupação futura do território. Um dos mais notórios é o da transformação de zonas urbanas exclusivamente residenciais. Um espaço urbano que era próximo ao centro, mas que no período de sua construção era considerado periférico a este, é ocupado por habitações unifamiliares das mais altas faixas de renda de então. No momento de sua construção, os "bairros jardim" eram formas de "fugir" das centralidades mais congestionadas, permitindo às pessoas morar junto a áreas densamente arborizadas, em lotes de grandes dimensões, em lugares considerados muito distantes para a época. Atualmente, esses bairros persistem, mas sua distância do centro urbano encurtou, e a própria definição de centralidade se expandiu, englobando-os. Os atuais habitantes dessas áreas defendem a sua conservação como forma de preservar uma vivência e um espaço urbano que já não reflete os anseios iniciais de seus construtores e primeiros moradores. O espaço construído, herdado em sua constituição física, aliado a outros condicionantes (principalmente econômicos e políticos), foi um condicionante fundamental para a definição dos conflitos urbanos futuros.

Alargando o conceito, o espaço construído com certa característica e regulamentado de maneira específica ajuda a restringir o campo de ação daqueles que o ocupam ou, eventualmente, tentam transformá-lo. Assim, os atributos que levam à valorização de uma área, podem levar à sua transformação, na medida em que sua exploração ocorre sob a égide de interesses privados ou públicos. Continuando no exemplo anterior, podemos notar que justamente por ter uma conformação horizontal densamente arborizada, os bairros-jardim são alvo de pressões do mercado imobiliário para sua transformação através da verticalização. Nesse caso, a principal garantia de conservação das formas urbanas atualmente instaladas é dada pelo poder econômico e política de seus moradores, que se utilizam (dentre outros instrumentos) da legislação urbana, mais restritiva nessas áreas, como forma de defesa de seus interesses. Assim, o Plano Diretor, as Leis de Zoneamento, e, em última análise, a Câmara Legislativa do Município, são respectivamente instrumento e palco da luta pela conservação ou transformação de características urbanas que, de todo modo, são bastante diferentes das que inicialmente atraíram os primeiros moradores para a região. A legislação em vigor representará o equilíbrio momentâneo e, portanto, passageiro entre as forças sociais atuantes no ambiente urbano.[10]

10 "[A legislação urbana] Representa, assim, um instrumento síntese, indicativo do equilíbrio entre os agentes, os meios e as prioridades que caracterizam o contexto social e temporal dos processos que antecedem sua elaboração." TARALLI, Cibeli Haddad. Ambiente construído e legislação: o visível e o imprevisível. São Paulo: FAUUSP (Tese de Doutorado), 1993. P. 251

2. Conceitos chave

Os debates e pesquisas sobre a cidade têm diferentes enfoques, a depender do arcabouço conceitual a que se recorre. Termos como espaço urbano, forma urbana, sistema de espaços livres, podem ser compreendidos das formas mais variadas, dependendo do campo disciplinar específico adotado, seja ele o urbanismo, o planejamento urbano, o paisagismo, o projeto do edifício, etc.

Os conceitos estruturantes para a análise da cidade delimitam o campo de análise no qual foi feito o estudo. São elementos instrumentais que serviram de parâmetro e limite para o desenvolvimento do trabalho e fundamentam sua compreensão.

Partimos de três etapas de abordagem na descrição e compreensão de uma realidade urbana. A primeira pode ser resumida na expressão: onde as pessoas estão. Significa a procura pelas relações diretas da população com seu ambiente de vida cotidiana, a escala da rua, da residência, do local de trabalho. Em poucas palavras, a escala do Lugar. A segunda corresponde à estrutura geral onde as pessoas se encontram, ou seja, é a soma dos lugares que, não necessariamente resulta em sua sobreposição. É a escala da Paisagem Urbana. Por fim, a terceira etapa de compreensão se resume na expressão: para onde as pessoas vão. Ou seja, quais são as perspectivas de transformação aplicáveis ao conjunto de atores sociais envolvidos na construção, consolidação e reprodução da cidade. Aí adentramos na escala das Expectativas. Mas, não sem compreender que estas são bastante influenciadas pelas realidades instituídas, pelas necessidades atuais. Assim, ao lado das expectativas, são encontradas as Heranças, ou seja, os elementos que atualmente compõem o dia a dia da sociedade e restringem (ou ampliam) os horizontes de mudança.

Em seguida, são colocados os conceitos mais específicos com os quais será abordado o estudo de caso. Assim, os conceitos de forma urbana e de sistema de espaços livres são debatidos e suas interfaces estabelecidas, nos permitindo avançar para uma contextualização das análises.

2.1. Lugar

"O lugar pode ser uma maneira de decomposição do fenômeno espacial ou um modo de colocar-se a questão da diferenciação, mas isto só ocorre se se transcende a idéia dele como fato isolado. Nesse sentido, o lugar não seria definido pela escala, mas como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada no desenvolvimento desigual. Nessa perspectiva pode-se pensar o lugar como representação espacial, definido a partir dos entrelaçamentos impostos pela divisão (espacial) do trabalho, articulado e determinado pela totalidade espacial; portanto, não é uma forma autônoma dotada de vida própria, uma vez que tem sua origem vinculada ao caráter social do trabalho que produz o espaço geográfico." [11]

Fruto de determinações sociais (e, portanto, históricas, econômicas, políticas, culturais) e intrinsecamente relacionado com todos os outros lugares que compõem a cidade, a construção do lugar é a base para a identificação de uma população com o seu ambiente de vida, reconhecendo as marcas do passar do tempo e das diversas fases de seu desenvolvimento enquanto comunidade.

É no lugar onde podemos encontrar a identidade espacial que engloba os aspectos culturais, econômicos e políticos que constituem as projeções para o futuro de uma comunidade, assim como a sua visão do passado. É a partir do conhecimento aprofundado do lugar que conseguimos destacar suas singularidades e mensurar suas semelhanças.

Do ponto de vista da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, o lugar não é apenas uma instância física, mas a ligação entre o ambiente, compreendido em todas as suas relações sociais e naturais, e as construções que o conformam. Esconde ou representa essas relações, que foram consideradas quando de sua construção, e que são continuamente renovadas e transformadas na sua manutenção como parte viva do meio urbano. Pode ser alterado pelas diferentes e sucessivas obras que lhe são impostas. E essas transformações podem ser lidas como parte de processos maiores de alteração nos modos de vida das populações.

"Enfim, o homem não é apenas o homem daquele país e daquela cidade, mas é o homem de um lugar preciso e delimitado, não havendo transformação urbana que não signifique também transformação da vida de seus habitantes." [12]

11 CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re)Produção do Espaço Urbano. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 42

12 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 253

O lugar consolida os dados perceptivos, culturais e arquitetônicos de elementos como a residência, a praça, a rua, o local de trabalho, na escala do sujeito que vivencia a cidade. Ali está presente a experiência do tipo edificado em relação com o tecido urbano em geral, e a forma urbana em sua totalidade. Consolida também a vivência do espaço livre de edificação, público e privado, na sua relação com o sistema de espaços livres. A paisagem urbana, em sua totalidade, só pode ser compreendida em relação a um lugar determinado, e este, apenas em relação à paisagem e seu mosaico de lugares.

A estruturação do lugar evidenciada em duas ruas. À direita, Roma, Itália. À esquerda, rua em Pirenópolis, Goiás.
Observe os vários momentos de construção e a diferença dos tipos edificados característicos.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Agosto de 2006 (Roma) e Junho de 2009 (Pirenópolis) - Acervo do autor

2.2. Paisagem urbana

"[...] [A] paisagem [...] [é] tudo o que forma o mundo exterior num determinado momento de nossa percepção." [13]

A paisagem urbana é compreendida como o resultado formal de processos sociais e naturais que constituem os locais de vida de determinada população. Suas características serão, em maior ou menor grau, respostas aos imperativos das estruturas ambientais (como clima, suporte físico e vegetação) e sociais (como distribuição de renda, meios de produção e locomoção e ação do Estado). Qualquer ação sobre a paisagem resultará em sua alteração formal, parcial ou total.[14]

No entanto, os conceitos de espaço urbano e paisagem urbana confundem-se nos diferentes autores estudados. Suas bases são embaralhadas, e muitas vezes discorrem sobre os mesmos temas, apenas mudando de nome. Decidiu-se aplainar esses conceitos, debatendo as formas como eles aparecem em alguns autores e explicitando a maneira como são tratados ao longo do trabalho.

O espaço, tal como entendido por alguns geógrafos, é uma totalidade de relações sociais e ambientais que se expressam no território. O espaço urbano é, portanto, a maneira como essas relações se expressam nas aglomerações humanas, ao longo do tempo. Produto das ações humanas ligadas à sua própria reprodução enquanto espécie, o espaço urbano é constituído segundo as necessidades concretas da vida das pessoas, num período de tempo dado, a partir de condições historicamente determinadas. Resultado da transformação da natureza pelo homem através do trabalho, torna-se condição para a produção de outros elementos, e mesmo de mais espaço urbano. [15]

Numa perspectiva marxista, em sociedades capitalistas há uma dicotomia entre a produção do espaço urbano e sua apropriação. Como sua produção é coletiva, pode ser visto como construção de todos, já que todas as pessoas são responsáveis por dar valor a cada uma das porções do espaço urbano.[16] No entanto, pela divisão do espaço urbano total em diferentes elementos, como ruas, lotes, praças, e pela apropriação privada de alguns desses elementos (principalmente os lotes), o espaço urbano nas sociedades capitalistas se torna desigual.[17]

Nessa perspectiva, as condições de renda e o poder econômico aliado ao poder político determinam como se dará a organização do espaço urbano e a localização das diversas classes sociais no território da cidade. Tais premissas ajudam a perceber que o espaço, de uma maneira geral, e o espaço urbano, especificamente, são vistos pela geografia como objetos de estudo e compreensão. Numa visão marxista, são palco de disputa política. No entanto, do ponto de vista da organização do espaço, não existe avanço em searas propositivas, até por particularidades disciplinares.

13 PESSOA, Fernando. "Cancioneiro", in O Eu Profundo e os Outros Eus. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 73 apud CARLOS, Ana Fani Alessandri. Op. Cit. p. 44

14 Essa definição deve-se ao professor Silvio Soares Macedo que, ao longo desse trabalho, a apresentou sobre diversas formas e com diferentes ênfases.

15 CARLOS, Ana Fani Alessandri. Op. Cit. p. 36

16 Essa valorização ocorre, por um lado, pela posição relativa das pessoas e grupos sociais no espaço. Ou seja, o fato de determinado grupo social estar numa certa região da cidade valoriza ou desvaloriza aquela região EM RELAÇÃO a todas as outras regiões. Por outro lado, as pessoas e grupos podem contribuir diretamente para a valorização das parcelas do espaço urbano. Isso ocorre na construção das infra-estruturas necessárias à manutenção dos processos de produção e reprodução das estruturas sociais.

17 CARLOS, Ana Fani Alessandri. Op. Cit. p. 63

Na arquitetura, no urbanismo e no paisagismo, ciências aplicadas que têm no espaço seu objeto básico de trabalho, essa compreensão é complementada pela necessidade de fundamentar práticas concretas em relação à organização do espaço. Essas práticas, que também podem embasar posicionamentos políticos, têm nos argumentos técnicos suas bases para propor transformações nas aglomerações humanas.

Também por isso, autores como Flávio Villaça e Nestor Goulart Reis, optam por falar em espaço intra-urbano. Essa opção ocorre por entenderem que, em diversas ocasiões, o estudo do espaço urbano, assim denominado, passa pela compreensão do espaço regional, e da relação entre áreas urbanas distintas. Compreendendo a necessidade de falar de como uma área urbana se estrutura de forma específica, identificando seu território, as formas de uso e ocupação do solo, as divisões sociais que nela possam ocorrer, esses autores optam pela utilização dessa terminologia, já que a confusão entre o urbano e o regional por vezes nublou a compreensão de fatos concretamente observados dentro das cidades. No espaço intra-urbano, para esses autores, há uma predominância dos determinantes de consumo das populações, ou seja, das maneiras como ela se desloca, como ela trabalha, vai às compras, suas atividades e locais de lazer, etc. [18]

> "O espaço intra-urbano é fundamentalmente concreto e tende a ser registrado por suas formas geométricas de divisão da propriedade e edificação (tecido urbano), pela infra-estrutura e pelos serviços de mercado e de uso. É um espaço cujo valor é dado pelas edificações e pelas obras que lhes conferem acessibilidade e condições de uso. É constituído também pelos espaços já acessíveis mas ainda não edificados, de valor determinado por essa potencialidade, por essa virtualidade." [19]

Mas o espaço urbano dos geógrafos, e o espaço intra-urbano dos arquitetos e urbanistas, têm dificuldades de englobar os aspectos naturais presentes no ambiente urbano. Tais aspectos são abordados em consonância com as preocupações dos processos sociais na perspectiva da Paisagem como campo disciplinar próprio da arquitetura e do planejamento paisagísticos.

Em uma pintura ou uma fotografia, a paisagem, como habitualmente apresentada, é um conjunto de elementos estáticos. Árvores, rio, caminhos, gramados, ruas, carros, casas, uma infinidade de elementos que constituem uma experiência visual da realidade que não é, ela mesma, "real". Representa a realidade, trazendo os seus elementos à nossa visibilidade. Não é incomum vermos o termo "paisagem" associado às formas de representação que abarcam uma visão global de certa porção do território.

Assim firmaram-se os pintores paisagistas, artistas plásticos especializados em transformar porções do território em experiência visual, como Johannes Vermeer fez a Delft, ou Frans Post fez a Recife. Com objetivos decorativos, como era o caso de Vermeer, ou informativos, no caso de Post, mostram-nos que observar a paisagem tornou-se uma forma de apreender a realidade e o mundo, com seus conteúdos e relações próprias. Conhecer essas representações é, por sua vez, uma forma de compreender as relações que determinada época e sociedade estabeleceu com o tempo e o espaço.[20]

18 VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001 (1ª edição: 1998) e REIS, Nestor Goulart. Op. Cit.

19 REIS, Nestor Goulart. Op. Cit. p. 42

20 CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem. São Paulo: Martins, 2007. (Tradução Marcos Marcionilo. Edição original: Presses Universitaires de France, 2000)

Vista de Delft, de Johannes Vermeer, 0,965x1,157m. Pintada entre 1660 e 1661, atualmente exposta na Royal Picture Gallery Mauritshuis, Haia, Holanda.
Fonte: Sítio da internet Música 13 no endereço eletrônico http://musica13.wordpress.com/category/articulos/barroco/page/3/ acessado em 07 de agosto de 2010

As relações do homem com a paisagem urbana passaram por diversas transformações ao longo dos séculos. A paisagem pode, ainda hoje, ser compreendida como "manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato." [21] Nessa visão, vinda da geografia, é apenas o resultado visível de processos que lhe são exteriores ou anteriores, subjacentes. Representa os processos próprios do espaço, que como totalidade, se faz representar pela paisagem em suas porções visíveis e apropriáveis. A paisagem é, deste ponto de vista, a manifestação formal do espaço, em sua complexidade de relações produtivas e reprodutivas. Processo constitutivo da experiência dos cidadãos nas cidades e no território, relaciona-se com os outros processos sociais nessa constituição.

Ver a paisagem como produto das relações de produção e das relações sociais presentes na sociedade pode levar a enganos e juízos equivocados, tomados a partir de sua observação. Pois, se, por um lado, a paisagem revela nitidamente como são estruturados os espaços de vida na urbanidade, por outro lado, ela pode esconder outros dados, e diferenciações que apenas o conhecimento de aspectos sociais e econômicos da população pode revelar.

Atualmente, tanto num sentido métrico e dimensional, quanto num sentido temporal, lidar com a paisagem como porção do espaço a ser trabalhada com a finalidade de prover qualidade de vida às populações é ato contínuo do exercício profissional do arquiteto paisagista. Esse campo profissional procura resolver essa contradição aparente nos termos que seguem.

A paisagem é a um só tempo processo e produto das ações humanas e das forças naturais. É processo, na medida em que está em constante mutação, e compreende as diversas forças que nela atuam, ora em conflito, ora em consonância de objetivos. É produto, pois a cada instante apresenta-se como resultado acabado dessas ações e forças aplicadas. A cada segundo, pode-se tirar uma fotografia da paisagem que nos circunda e percebê-la como produto de todos os processos que a precederam e, numa leitura atenta, notar sua participação na constituição do processo que a alterará. [22]

21 CARLOS, Ana Fani Alessandri. Op. Cit. p. 45

22 MACEDO, Silvio Soares. Paisagem, urbanização e litoral. Do Éden à cidade. São Paulo: FAUUSP, 1993. (Tese para concurso de Livre-docência).

A paisagem urbana, adicionalmente, expressa os desejos e as limitações das populações em organizar uma porção visível do território para as suas atividades e para sua fruição. É o "[...] reflexo da relação circunstancial entre o homem e a natureza, [e] pode ser vista como a tentativa de ordenar o entorno com base em uma imagem ideal. [...] Reflete uma elaboração filosófica e cultural que resulta tanto da observação objetiva do ambiente, quanto da experiência individual e coletiva com relação a ele." [23]

A paisagem das cidades é, portanto, resultado e partícipe dos processos que nelas ocorrem, incorporando os ideais das sociedades que por ali passaram e que ali intervieram. Ela participa do processo de formação dos cidadãos, na medida em que constitui a base física na qual eles se encontram e que tomam como ponto de partida para suas vidas. Mas também é alterada pelos habitantes, através de processos mais ou menos longos, e mais ou menos duradouros.

Uma festa (processo da sociedade) altera a paisagem tanto quanto a abertura de uma avenida (produto da sociedade). O padrão ou a perenidade dessa alteração depende do seu caráter, efêmero ou permanente, cíclico ou momentâneo, assim como da força social que a causou.

Desse ponto de vista, temos paisagens que são apropriadas socialmente de maneiras diversas, muitas vezes conflitantes. Paisagens centrais ou periféricas são um exemplo. Paisagens rurais e urbanas, outro, apesar de haver uma nítida mudança nessa dicotomia, devido à crescente urbanização das atividades agrícolas.

Partindo do pressuposto que a Paisagem enquanto conceito básico é a melhor forma de tratar o estudo das cidades, por englobar os produtos das ações humanas e os processos humanos e naturais que os caracterizam, é necessária a compreensão de como pode ocorrer esse estudo, e quais são suas bases. Nos termos deste trabaho, acreditamos que podemos dividir o estudo da paisagem urbana em 2 visões, diferentes e complementares. A primeira, diz respeito à forma urbana. A segunda, aos sistemas de espaços livres.

23 LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Op. Cit. p. 47.

2.3. Heranças e expectativas

"A cidade e a região, a terra agrícola e os bosques tornam-se coisa humana porque são um imenso depósito de fadigas, são obra das nossas mãos; mas, enquanto pátria artificial e coisa construída, também são testemunhos de valores, são permanência e memória. A cidade é na sua história." [24]

Ao tratar da cidade, devemos entrar, inevitavelmente, no campo da história e da memória. No entanto, pretendemos entrar nesse campo a partir de uma premissa que tem origem principalmente nos pesquisadores da morfologia urbana de meados do século XX: a realidade fisicamente identificável da cidade. Seu desenho de ruas, seus parques e praças, seu casario, suas formas mais próprias e características. Acreditava-se, como acreditamos, que uma contribuição original do campo da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo na academia seria possível por esse olhar atento para a cidade compreendendo seus espaços, seus volumes edificados, seus espaços livres.

A paisagem urbana é, nessa perspectiva, o resultado do processo produtivo e reprodutivo da sociedade, a evidência última a que podemos acorrer para compreender uma comunidade humana. Boa parte da compreensão das sociedades antigas e até mesmo pré-históricas vem do estudo dos seus assentamentos, dos agrupamentos de residências e espaços de produção. A partir desses dados físicos, cruzados com outros de natureza documental, chegasse a teorias sobre os modos de vida nas diferentes épocas.

24 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 22

Cidades pelo mundo. Ao lado, à esquerda, a City de Londres vista à partir do London City Hall. À direita, Rio Sena e arredores vista à partir da Torre Eiffel.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Maio de 2006 (Londres) e Agosto de 2006 (Paris) - Acervo do autor

Cidades pelo mundo. À esquerda, centro do Rio de Janeiro à partir do Palácio Capanema, com morro do Corcovado ao fundo. À direita, distrito de Santana em São Paulo.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Janeiro de 2008 (Rio de Janeiro); e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 (São Paulo) - Acervo do autor

Diferentes gerações persistem num local que é, muitas vezes, aceito como herança e transformado segundo as expectativas das comunidades que sucessivamente vão ocupando-o. E as cidades que os sucessivos agrupamentos constroem ou mantém para si, por diversos motivos, diferenciam-se entre si. Esse fato é notável, na medida em que, por mais que estejamos em um determinado modo de produção (capitalista), sob um padrão cultural hegemônico (o estadunidense) e sob um direcionamento político preciso (a democracia burguesa), as cidades continuam sendo construídas de maneiras diversas nos vários locais do mundo.

Existem alguns elementos na raiz dos desenvolvimentos de uma cidade. Podemos denominá-los, genericamente, como Heranças e Expectativas. Ambos englobam processos invariantes e variantes na constituição da cidade.

As Expectativas são as projeções para o futuro determinadas pela sociedade ao longo do tempo no espaço da cidade. Elas partem, por certo, das Heranças já definidas ao longo das gerações anteriores, mas apontam caminhos para os problemas que se colocam para todos os cidadãos, coletivamente, e para cada um deles, individualmente.

Podem ter influência direta de problemas vividos individual ou coletivamente. Por exemplo, o cidadão que se debruça sobre o problema da mobilidade influenciado pelo trânsito vivenciado diariamente em seu automóvel, provavelmente irá lutar no sentido da melhoria do sistema viário, com a ampliação das vias. Já aquele que enfrenta a mesma situação dentro de um ônibus, provavelmente irá apoiar ações de melhoria dos transportes coletivos, como a construção de linhas de Metrô e Corredores de ônibus. Assim, suas Expectativas são diversas, mesmo na hipótese de residirem e trabalharem um ao lado do outro. As suas vidas materiais e suas experiências pessoas os levam a atuações díspares, freqüentemente conflitantes.

As Expectativas podem, e isso não é incomum, ser determinadas por padrões culturais e sociais existentes, mecanismos mais ou menos ideológicos de reprodução da sociedade.[25] Cabe ressaltar que as Expectativas, tal qual definimos aqui, são principalmente imateriais, ou seja, não são elementos físicos identificáveis, a não ser em manifestações um pouco mais permanentes, como cartazes, pichações e grafites, que lhe dão materialidade.

Tendo em vista essa imaterialidade, pode-se dizer que as Expectativas podem ser de dois tipos básicos: as Hegemônicas e as Não-Hegemônicas. As primeiras são geralmente comandadas pelos agentes cujo poder constituído é maior (político, econômico, cultural). As elites de cada período costumam consolidar as suas Expectativas nos impressos periódicos, nas leis e nos planos, e elas podem ser ou não efetivadas no espaço da cidade, sendo deixadas como Heranças para as gerações seguintes. São hegemônicas pois são impostas, através de mecanismos ideológicos, ao restante da população que os aceita, assumindo parte dos ônus de sua efetivação.

As Expectativas Não-Hegemônicas dispersam-se pelo restante da população, sendo muitas vezes obscurecidas e direcionadas pelo discurso hegemônico. Seu registro é frágil, na medida em que a história das comunidades desfavorecidas não costuma tornar-se hegemônica, ou mesmo ser contada.

Existem alguns elementos que permitem a aferição das Expectativas Hegemônicas de uma dada comunidade. Os principais são as Leis e os Planos. Ambos permitem conhecer o jogo de poder (político, econômico, cultural) presente em um dado período, mesmo que nunca venham a se efetivar enquanto proposição ou restrição para a sociedade. Devem ser lidos com reservas, pois não refletem com justeza as expectativas de toda a sociedade, mas apenas daquela parte que tem acesso aos processos de elaboração desses instrumentos de controle, o que torna uns e outros bastante caracterizados por uma determinada elite, seja ela intelectual, política ou econômica.

As Expectativas Hegemônicas, sobretudo aquelas fixadas em normativas urbanas, podem nunca tornar-se realidade física para experiência de toda a população. Isso decorre do conflito entre os símbolos criados e os valores expressados pelas leis e planos, e os cidadãos que deveriam interiorizar tais valores na construção do ambiente urbano. [26] Como será explicitado no Capítulo V, o descasamento entre a realidade urbana objetiva e seus condicionantes, e a produção intelectual das expectativas, não raro gera a situação de aplicação parcial ou não aplicação dos códigos criados.

25 Ideologia será aqui compreendida como o conjunto de representações da sociedade, desenvolvidas por um setor desta que, a partir de mecanismos sociais e culturais, impõe-se aos demais setores. Essas representações não são necessariamente verdadeiras para toda a sociedade, mas ajudam a definir diretrizes e objetivos alinhados com o setor socialmente hegemônico. CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 2008. (1ª edição: 1980; 2ª edição: 2001)

26 CARDOSO, Fernando Henrique; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira; KOWARICK, Lúcio. Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: Cultura e Participação. In Cadernos CEBRAP: 14. São Paulo: CEBRAP, 1974. p. 06

As Heranças, por outro lado, diferenciam-se das Permanências elencadas por Rossi[27] por abrangerem outros elementos que se tornam evidências físicas do passado na cidade. Estão expressas nas relações sociais de uma comunidade, em suas diferentes expressões culturais, econômicas, de organização do espaço e outras. As Heranças podem ser de dois tipos distintos: as Físicas e as Práticas. As primeiras estão ligadas às bases materiais que foram montadas ao longo das sucessivas alterações do ambiente e da paisagem urbana. Já as Heranças Práticas referem-se aos fluxos e padrões consolidados de organização e apropriação do espaço urbano, assim como às instituições herdadas e suas formas de intervenção inerentes.

Nesse sentido, as Heranças são muito mais do que "um passado que ainda experimentamos." [28] Elas são tudo o que ainda desenvolvemos no cotidiano dos nossos padrões de vida urbana. São as formas como construímos nossas casas, os padrões morfológicos adotados, as instituições que estruturadas e mantidas para controlar e regular a construção da cidade, suas formas de atuação específicas. Uma infinidade de elementos materiais e imateriais que, juntos, ajudam a configurar o que popularmente se chama de "cara da cidade".

> "Há, na utilização dos velhos corpos das cidades, um fato ao mesmo tempo econômico e psicológico. Elas são tanto um bem quanto uma referência." [29]

Algumas Heranças Físicas são fundamentais para a leitura deste trabalho. Foram elencadas segundo seu grau de dinamismo, ou seja, segundo a possibilidade que as comunidades humanas têm de alterá-las ao longo das gerações. São elas: o macro-clima e as características regionais; o suporte físico; as vias de circulação e os acessos; as edificações públicas ou de uso público; as edificações privadas; e a flora.

1) o macro-clima e as características regionais;

> As condições macro-climáticas, assim com as características das regiões têm pouca possibilidade de alteração pela ação humana, numa perspectiva de curto ou médio prazo. Há a possibilidade de aquecimento devido ao efeito estufa, ou de mudanças nos regimes pluviométricos, mas os ventos, as chuvas e sua freqüência, as marés, o nível dos rios, assim como a localização geográfica (litoral, planalto, planície), são mais ou menos previsíveis e estáticas. Nesse sentido, esses fatores são uma Herança Física inescapável, que cada sociedade no seu local específico deve lidar de forma mais ou menos original. Portanto, terão grande importância na determinação das soluções urbanas e arquitetônicas de uma determinada região.

2) o suporte físico;

> Referimo-nos ao terreno em que se dá um assentamento humano. São as montanhas, colinas, os rios e córregos em seu leito natural ou canalizado, a orla marítima, e todos os elementos que configuram a base para o desenvolvimento de uma aglomeração. Podem ser alterados ao longo do tempo, mas são sempre uma referência básica que altera a forma de desenvolvimento das Expectativas de uma comunidade, e da elaboração das propostas para sua alteração.

27 Ao abordar as Permanências nos espaços urbanos, Aldo Rossi foca os elementos de destaque na estrutura urbana que vão sendo legados através das gerações, em especial os Monumentos. Fala, lateralmente, dos traçados das ruas, dos leitos dos rios, mas dá maior ênfase àquelas construções que são simbolicamente mais expressivas tanto na história de um aglomerado urbano, como no seu futuro enquanto cidade e comunidade. ROSSI, Aldo. Op. Cit.

28 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 49. Essa expressão é utilizada pelo autor para caracterizar as Permanências.

29 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 132

Acima, o Parque do Flamengo, Rio de Janeiro. A alteração do suporte físico ocorre pelo aterro de vasta faixa de orla marítima e a construção de um parque urbano.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Janeiro de 2008 - Acervo do autor

Seu dinamismo é maior que o do clima, pois pode, tanto em intervenções pontuais, como em grandes alterações, ser alterado até o limite da descaracterização completa. O desmonte de diversos morros no Rio de Janeiro, por exemplo, permitiu tanto a construção de esplanadas para o desenvolvimento das centralidades urbanas, como a constituição de aterros que "criaram" praias e "ganharam" algumas centenas de metros sobre o que antes era o mar. Esse tipo de intervenção de larga escala teve o efeito de alterar o suporte físico de maneira a deixá-lo irreconhecível. Por outro lado, a ocupação progressiva de certas áreas por residências ou por outros usos vai, pouco a pouco, transformando o suporte físico e obrigando a canalização ou retificação de rios e córregos, construção de contenções e arrimos, etc.

À direita, a Av. Edgar Facó, Freguesia do Ó, São Paulo. O suporte físico é alterado pela canalização de um córrego e sua retificação.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

3) as vias de circulação e os acessos;

Os caminhos, ruas, avenidas, estradas, rodovias, ferrovias, e todos os trajetos perenes que as comunidades estruturam, possuem um dinamismo maior em relação aos aspectos climáticos, por serem de construção humana (excetuando-se os trajetos fluviais, que ainda podem ser artificializados), mas muitas vezes se igualam ao do suporte físico. Por serem espaços constituídos pela sociedade como um todo, têm uma característica referencial. São importantes também por encerrarem diversas infra-estruturas no meio urbano, já que as ruas, por exemplo, também são os leitos para a passagem da eletricidade, do abastecimento de água, da coleta de esgoto, da drenagem de águas pluviais, etc.

Os acessos também se enquadram na categoria das Heranças Físicas de médio dinamismo por serem estes construídos em relação dialética com o espaço público, e se tornarem, assim como as vias, bases para diversas Heranças Práticas, ligadas aos fluxos, às rotinas de entrada e saída e às formas de locomoção.[30]

4) as edificações públicas, de uso público ou edificações privadas de grande valor simbólico;

Esse tipo de edificação tem graus de dinamismo médio, pelos valores despendidos em sua constituição, e mesmo pelas forças sociais envolvidas na definição de sua localização, tamanho e níveis de atendimento. Assim, hospitais, escolas, postos policiais, grandes postos comerciais, palácios privados, entre outros edifícios significativos, têm um forte valor referencial na estrutura da cidade, tornando-se uma Herança Física para as populações de uma aglomeração urbana.

Basta pensarmos no valor simbólico de uma Igreja na paisagem de um bairro ou mesmo de uma cidade. Tal igreja responde a diversas necessidades de localização, visibilidade, acesso, relação com as edificações vizinhas, para constituir-se como referencial para a construção de todo um núcleo urbano. Mudá-la de lugar ou destruí-la exigiria toda uma reestruturação nos padrões culturais, políticos e até econômicos da

30 Ao analisar a região norte do município de São Paulo, percebemos que na medida em que todas suas partes são ou foram projetadas como empreitadas privadas, sem que houvesse um esboço integrador de caráter público, temos apenas as ruas como elementos permanentes e referenciais. Assim, o local do trânsito de pessoas e coisas, do deslocamento e do fluxo, é também fisicamente permanente e simbolicamente referencial para os habitantes.

Casarão à Praça Oscar da Silva, no distrito de Vila Guilherme. Edifício de valor simbólico que persiste na região, apesar do estado de conservação precário.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Julho de 2010 - Acervo do autor

Ao lado, Hipermercado à Av. Nossa Senhora do Ó, Freguesia do Ó, São Paulo. Tamanho, localização e uso ajudam a firmar a edificação como centralidade contemporânea.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

localidade, na medida em que, assim como a rua, ela atrai e consolida uma série de Heranças Práticas, ou seja, uma grande gama de ações sociais que gravitam entorno dela e lhe dão relevância.

Em outra chave, podemos falar dos shopping centers ou hiper-mercados que, na atualidade, ancoram diversas atividades e exercem, em melhores ou piores condições, a função de referencial urbano para diversas comunidades urbanas.

5) as edificações privadas;

Os edifícios privados têm um grau de dinamismo mais alto em relação à estrutura urbana. Como Heranças Físicas, os edifícios comerciais ou de serviços, as habitações, podem ter características diferentes, a depender das situações em que se encontram e do nível de investimento social necessário para a sua construção e manutenção.

Podemos distinguir dois tipos de edifícios privados, segundo a sua forma: os horizontais e os verticais. Nos edifícios horizontais, temos um maior dinamismo, derivado talvez da sua baixa capacidade de abrigo de atividades e dos montantes relativamente modestos de esforço social para sua construção. Residências unifamiliares, pequenos estabelecimentos comerciais ou prédios de escritórios de até 4 andares têm grande possibilidade de substituição ou destruição. Não é o que acontece com os edifícios verticais, sejam eles habitacionais, de serviços ou de comércio.

Ao lado, edifícios habitacionais verticais e horizontais na região norte de São Paulo. As alterações na paisagem urbana promovidas pela verticalização por vezes deixam contrastes marcantes na forma da cidade, isolando grandes áreas através de muros. Os espaços livres de edificação são significativamente maiores, mas seus usos nem sempre voltam-se para as necessidades da população moradora por lazer e recreação, ou tem um impacto benéfico na melhoria do ambiente urbano.
Fonte: Luciana Satiko - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

6) a flora

A cobertura vegetal existente num local é, talvez, o elemento mais dinâmico das Heranças Físicas de uma determinada localidade. Apenas nas últimas décadas, com a valorização dos aspectos ambientais e ecológicos da cobertura vegetal (sobretudo a de grande porte), há uma certa barreira para sua destruição ou substituição. No entanto, ainda sim são os elementos de maior fragilidade no contexto urbano.

Acima, ocupações junto à áreas densamente arborizadas no distrito de Anhangüera. A flora é a primeira a ser suprimida em razão das alterações promovidas pela ocupação urbana.
Fonte: Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

As práticas herdadas são fundamentais para a compreensão das estruturas urbanas que permanecem através das gerações. No entanto, as Heranças Práticas são aspectos de maior dinamismo, pois podem se alterar em uma única geração. Afetam de forma indelével as estruturas urbanas, podendo muitas vezes alterar suas características pela diversidade de usos que se dá a um espaço ao longo das décadas. Nesse tipo de Herança, podemos ressaltar: os fluxos de pessoas e produtos; o direcionamento de recursos para realização de atividades diversas; os padrões culturais de configuração, consumo e apropriação do espaço e das coisas na vida cotidiana; os padrões tecnológicos e construtivos.

1) os fluxos de pessoas e produtos;

Aqui nos referimos a como as pessoas, mercadorias e equipamentos se deslocam no espaço, como são os meios de transporte (automóvel, motocicleta, a pé, bicicleta, ônibus, metrô, cavalo, etc.) e qual o porte dessa circulação. Assim, uma via pode ser brutalmente alterada nas suas características espaciais, de fruição e de apropriação, a depender do tipo de tráfego a ela imposto.

2) o direcionamento de recursos para realização de atividades diversas;

O ambiente urbano poderá ser alterado conforme o direcionamento de recursos (financeiros e humanos) em cada localidade. A realização de eventos em uma praça e não em outra pode torná-la um ponto de destaque na estrutura da cidade.

3) os padrões culturais de configuração, consumo e apropriação do espaço e das coisas na vida cotidiana;

Pode-se supor que existe um modo específico de produzir cidade nas localidades estudadas. Certo modus operandi é aplicado sucessivas vezes, tornando-se tradicional em virtude de inúmeras razões.

A canalização de córregos, por exemplo, é uma forma bastante difundida de lidar com as águas urbanas,

assim como a edificação unifamiliar de 02 andares em terrenos de 125m² ocupando todo (ou quase) o terreno é a forma mais popular de se resolver o problema habitacional do ponto de vista morfológico. Tais formas, e muitas outras, encerram padrões culturais ligados à fruição da vida no cotidiano urbano. São padrões que traduzem anseios, formas de locomoção, estratégias de lazer, entre outros fatores que constituem o viver na cidade.

4) padrões tecnológicos e construtivos.

Encerrando o rol de Heranças Práticas que influenciam na configuração das cidades, estão os padrões tecnológicos e construtivos difundidos em uma localidade, num determinado período de sua história. Tais padrões, ao menos em São Paulo, são bastante mutantes. Basta ver o texto de Benedito Lima de Toledo, São Paulo: Três cidades em um século, para perceber que a forma com que se construiu e constrói a cidade teve alterações significativas ao longo do século XX, passando da taipa, ao tijolo e desembocando no concreto armado.

Claro está que a técnica do concreto armado só se tornou realmente popular em finais do século XX, mas hoje podemos constatar que boa parte da cidade está construída com essa técnica, independentemente de se tratar do centro ou da periferia. E essa técnica, tal como as outras, tem implicações sobre a forma edificada, o tamanho das aberturas da edificação, a sua disposição no lote, etc.

Os padrões tecnológicos também englobam os equipamentos eletro-eletrônicos a disposição das comunidades e que servem de base para parte da vida doméstica. Também eles são Heranças Práticas, que variam conforme a cultura local.

Tendo em vista que esses são os principais determinantes da análise e da intervenção no espaço urbano, pôde-se analisar o que deles resultou, no início do século XXI, numa região específica da cidade. Dado o caráter abrangente do escopo apresentado, acreditamos que ele pode servir de molde para futuras aproximações em outras localidades. De todo o arcabouço apresentado, a ênfase recaiu sobre o estudo de Heranças Físicas, principalmente no que diz respeito às edificações e aos espaços livres de circulação, recreação, lazer e conservação. Os demais elementos serviram como linhas auxiliares nessa análise, ajudando a compreender os produtos e os processos de constituição material da paisagem urbana.

2.4. Forma urbana, tipos, tipologia e tecido urbano

"A forma exerce, [...] ao mesmo tempo, a função de ocultar e revelar." [31]

Registro último da realidade material a qual estão submetidas as sociedades humanas num determinado momento de sua história, a forma urbana articula as edificações individuais e os espaços livres entre elas, permitindo ver onde têm lugar os processos e interações sociais. Esconde também, por encerrar em si, uma série de fatores que são base para sua constituição, abrindo-se à leitura apenas através de instrumentos conceituais específicos.

A leitura da articulação entre os elementos constituintes da forma urbana, e neles o destaque aos tipos e tecidos, permite que decodifiquemos a situação atual da área de estudo, sob o ponto de vista da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, abrindo caminhos para soluções que superem impasses comuns às abordagens disciplinares que deixam de lado os aspectos projetuais, concentrando-se nas relações sociais que lhe dão base e força. Ou seja, para além das restrições econômicas, tecnológicas e culturais, o conteúdo político da cidade se levanta como uma obra da vontade humana e, nesse sentido, a decisão das comunidades e dos indivíduos sobre a organização de seus espaços de vida deve ser vista como relacionada e independente dessas restrições.

Forma Urbana

A forma ou morfologia urbana[32] é um campo de estudo que ganhou projeção em meados do século XX, como resultado do desenvolvimento do debate acerca da urbanização. A partir daquele momento, teóricos e arquitetos como Carlo Aymonino, Aldo Rossi e Philipe Panerai, iniciam um estudo da urbanização como fenômeno característico das sociedades humanas, e que deve ser compreendido para a projeção de soluções para essas sociedades.

Na "Arquitetura da Cidade" [33], Aldo Rossi enfoca (entre outras coisas) a existência de certos padrões edificados em diferentes épocas, o qual denomina Tipos urbanos. Esses tipos repetem-se na cidade, em uma dada época, incorporando tanto as noções de espaço da sociedade a que serve, como os condicionantes culturais, econômicos e tecnológicos dessa sociedade. Rossi, entretanto, não aborda apenas esse aspecto da cidade, percebendo também a importância e a permanência tanto de certos tipos urbanos, como de elementos referenciais (os monumentos) que compõem a história das sociedades humanas aglomeradas em cidades.

Carlo Aymonino[34], por sua vez, agrega à visão de Rossi uma leitura que enfoca também as formas de produção do espaço urbano como um todo. Assim, sua leitura, coloca a importância da forma da cidade para certos tipos de organizações produtivas, sobretudo no capitalismo. Vê que a constituição dos núcleos urbanos respeita uma

31 CARLOS, Ana Fani Alessandri. Op. cit. p. 45

32 Ao longo do trabalho Forma Urbana e Morfologia Urbana serão utilizados como sinônimos, tendo em vista que esses termos aparecem desta forma em boa parte da bibliografia consultada. No entanto, numa abordagem mais cuidadosa, alguns autores ponderam que a Forma Urbana é o produto da constituição dos espaços a partir das ações humanas na construção das cidades e a Morfologia Urbana é o estudo das Formas Urbanas.

33 ROSSI, Aldo. Op. Cit.

34 AYMONINO, Carlo. Origenes y desarrollo de la ciudad moderna. Barcelona : Gili, 1972.

35 PANERAI, Philippe R., CASTEX, Jean, DEPAULE, Jean-Charles. Formas urbanas: de la manzana al bloque. Barcelona: Gustavo Gili, 1986. (1ª Edição: 1980)

36 LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Op. cit. P. 37

hierarquia e decorre de determinações não apenas intra-urbanas, mas também regionais, ligadas a estruturação da economia das regiões e dos países onde estão instaladas. Enfatiza o poder dos elementos herdados de outras épocas de construção da cidade na limitação das perspectivas que se colocam para as transformações dos núcleos urbanos, de tempos em tempos.

Panerai[35], como que a olhar mais de perto a cidade, opera a convergência dos pontos de vista de Aymonino e de Rossi. Olhando para a cidade como arquitetura, procura os tipos edificados que estruturam os Tecidos Urbanos. Por outro lado, não deixa de lado a perspectiva conjuntural de algumas ações que levam tanto a consolidação de padrões como às transformações nas cidades.

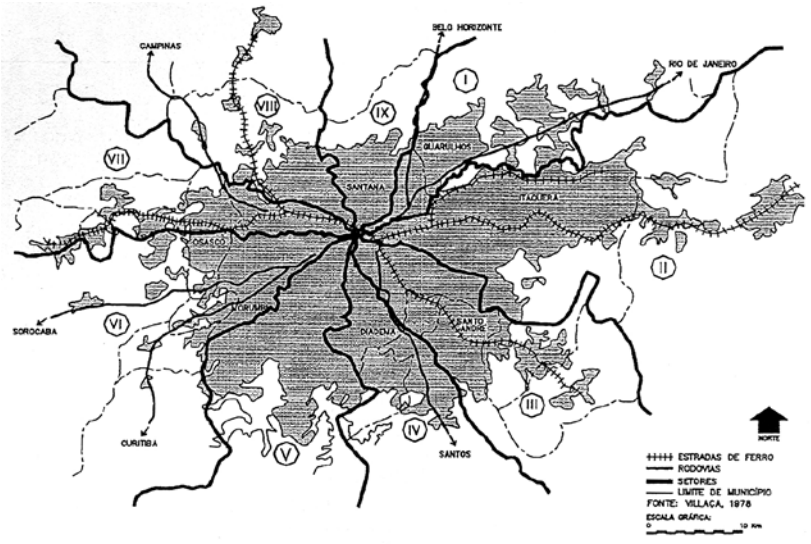
O estudo da forma urbana corresponde a uma abordagem da cidade a partir dos seus dados construtivos, suas edificações e seus conjuntos edificados.

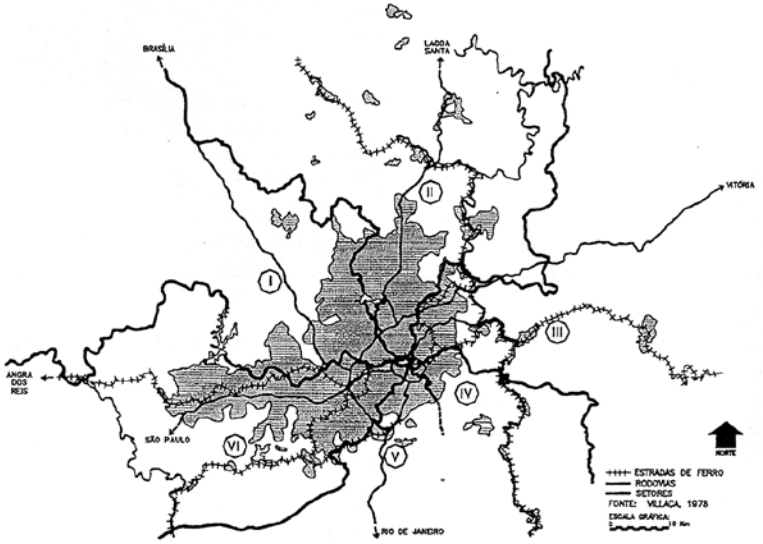
> "A morfologia urbana estudará essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura." [36]

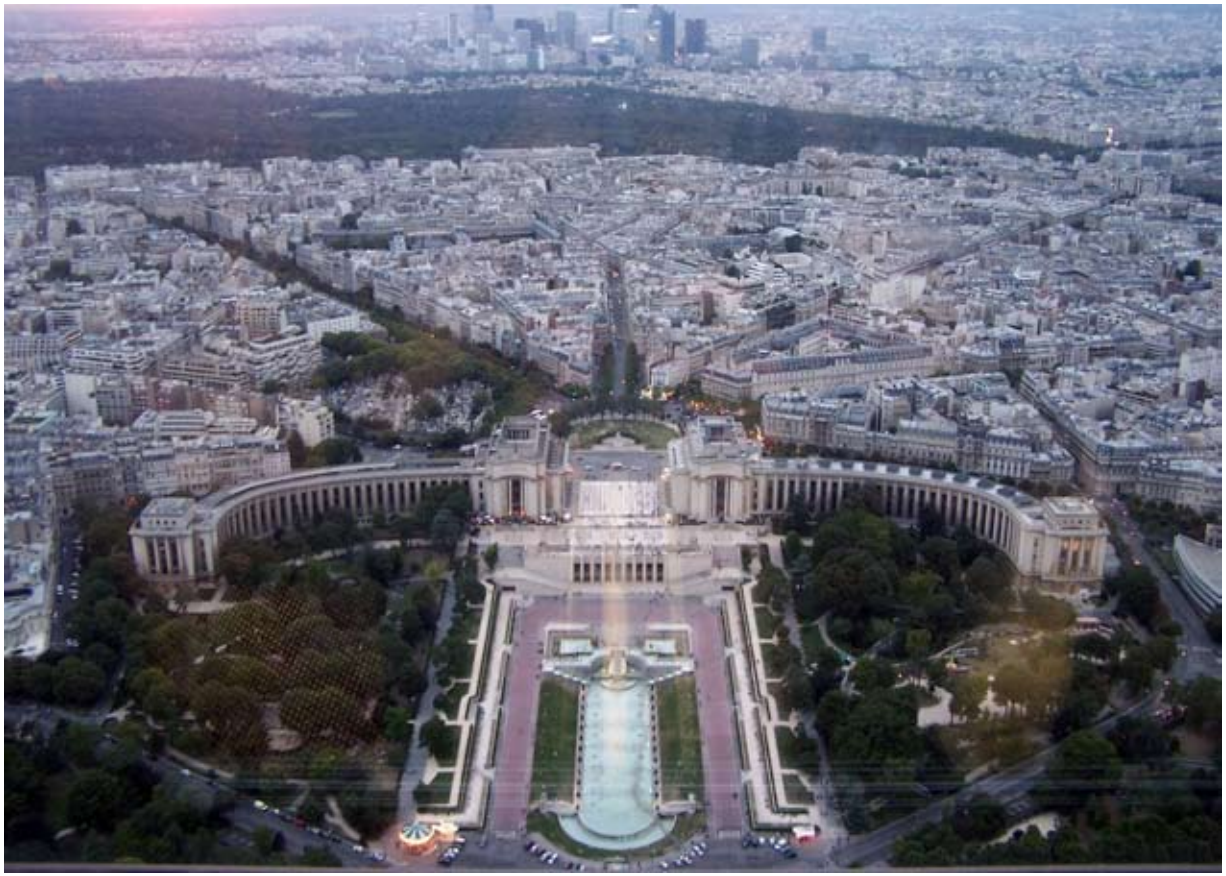
Foram identificados dois enfoques básicos.

O primeiro é o estudo da forma que o aglomerado terá no seu conjunto, ou mais simplesmente, o formato da mancha urbana e suas condicionantes mais gerais, como grandes eixos de circulação de pessoas e mercadorias, a localização da população segundo aspectos de renda, percebendo as estruturas mais gerais de segregação ou integração intra-urbanas, entre outros. Esse tipo de estudo serve, entre outras coisas, às análises comparativas entre cidades, evidenciando as semelhanças e diferenças que as ligam ou desunem.

Manchas urbanas como apoio ao estudo da forma urbana. À esquerda, Região Metropolitana de São Paulo. À direita, Região Metropolitana de Belo Horizonte.
Fonte: Villaça, Flávio. Op. Cit. p. 100







Formas urbanas características. À direita, Óbidos em Portugal, cidade que conserva parte da forma urbana característica da Idade Média. À esquerda, Paris, na França, cuja forma urbana se consolida após as reformas empreendidas no século XIX.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Novembro de 2005 (Óbidos) e Agosto de 2006 (Paris) - Acervo do autor

O segundo enfoque, adotado nesse trabalho, procura olhar para dentro de um trecho de cidade para identificar seus padrões edificados, dividindo tal trecho em partes ou elementos morfológicos e estudando sua constituição específica e sua relação com os demais elementos morfológicos em uma mesma escala de abordagem. [37]

Os elementos morfológicos são as partes claramente identificáveis que constituem uma formação urbana, como as edificações, as ruas, os quarteirões, os bairros, etc. Os elementos morfológicos de eleição aqui serão a edificação individual (tipo) e os conjuntos edificados (tecido), por permitirem a identificação dos padrões de edificação e dos conjuntos edificados. Nesse caso, procura-se compreender as formas específicas através das quais as pessoas se organizam ao construir seus ambientes de vida e, mais precisamente, o resultado dessa construção.

O enfoque do estudo da forma urbana recai, neste caso, muito mais sobre as edificações e seus conjuntos, sendo um contraponto teórico do estudo do espaço livre de edificação, já que este põe em evidência o espaço não-edificado, onde se dá a circulação e boa parte das atividades de lazer e recreação, assim como onde são localizadas as reservas biológicas e de mercado.

37 LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Op. cit. P. 38-39

38 A partir dos estudos sobre a urbanização, e sobre a forma concreta como ela se dá no que diz respeito às edificações dela resultantes, Aldo Rossi, Carlo Aymonino e Philippe Panerai,. chegaram a conclusões deste fato.

39 PANERAI, Philippe R. Op. Cit. p. 182

40 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 27

Tipos, tipologia e tecido urbano

Existem algumas formas de organização espaciais típicas nas cidades. Essas formas variam de cidade para cidade, de país para país, de acordo com as características sociais (econômicas, políticas, culturais e tecnológicas), e também de acordo com as condicionantes climáticas e de suporte biofísico das regiões onde estão localizadas as aglomerações. [38]

Aos padrões de edificação que se repetem em situações similares num território urbano, convencionou-se chamar tipos, e a seu estudo, tipologia. O estudo dos tipos, ou estudo tipológico, permite compreender inicialmente, como se dá o espaço construído em uma área urbana, quais as principais técnicas utilizadas, e qual a capacidade econômica de seus habitantes, nas suas diferentes áreas. Permite também relacionar a forma de organização e utilização do solo urbano, com a edificação que dá abrigo aos diferentes usos urbanos. [39]

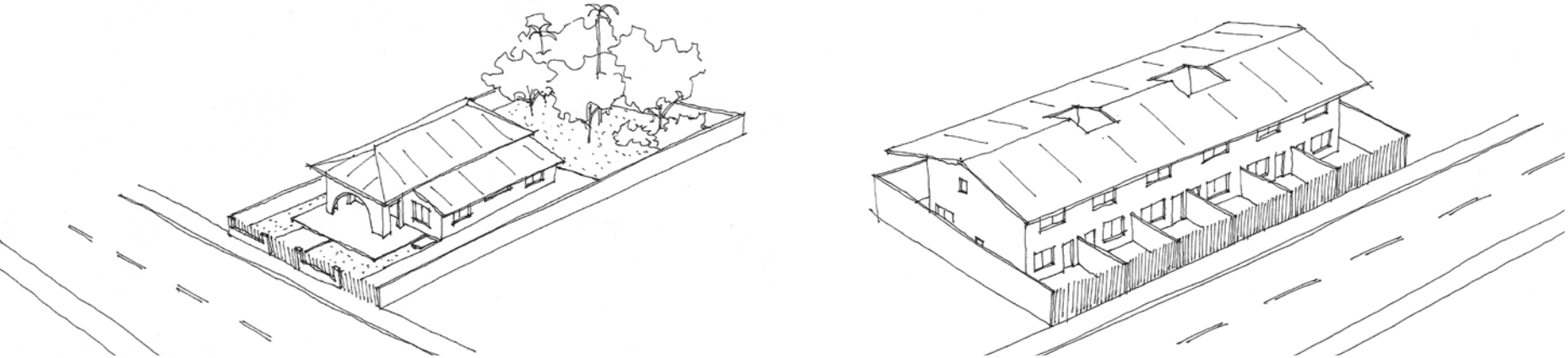
> "A tipologia se apresenta, pois, como o estudo dos tipos não ulteriormente redutíveis dos elementos urbanos, tanto de uma cidade como de uma arquitetura. [...] O tipo é, pois, constante e se apresenta com características de necessidade; mas, mesmo determinadas, elas reagem com a técnica, com as funções, como estilo, com o caráter coletivo e o momento individual do fato arquitetônico." [40]

O tipo, portanto, é o elemento básico da arquitetura e da cidade. Inexoravelmente associado a uma forma de propriedade e de parcelamento do solo, é o menor artefato das proposições urbanas e arquitetônicas.

> "O edifício não pode ser desligado do lote ou superfície de solo que ocupa. O lote não é apenas uma porção cadastral: é também a gênese e fundamento do edificado. [...] A urbanização implica parcelamento, quer subdividindo os parcelamentos rurais quer impondo nova divisão cadastral."

> "Desde as mais antigas cidades até ao período moderno, a edificação urbana foi interdependente da divisão cadastral. Construir uma cidade foi também separar o domínio público do domínio privado."

Tipos urbanos característicos. Abaixo, a residência unifamiliar isolada no lote. À direita, as residências unifamiliares geminadas.
Fonte: Elaborado pelo autor.



"A forma do lote é condicionante da forma do edifício e, conseqüentemente, da forma da cidade." [41]

A título de exemplo, podemos citar alguns tipos característicos nas cidades brasileiras: as casas geminadas, o edifício em altura isolado no lote, as casas isoladas no lote, os edifícios de usos mistos de 3 a 4 pavimentos alinhados à calçada, etc. Cada um deles representa um momento na história urbana das cidades, uma forma de compreender e utilizar o espaço, e uma intenção estética de contribuição ao ambiente urbano.

Por sua vez, a análise feita a partir dos tecidos urbanos leva em conta os conjuntos construídos e as relações físicas e jurídicas que se estabelecem no território da cidade. Na sua escala, pode-se perceber a definição dos espaços públicos e privados, daqueles que são de uso coletivo e os de uso individual, assim como as relações com o suporte biofísico e com os condicionantes climáticos.

> "O tecido é portanto uma definição geométrica de relações de propriedade e uma definição social das formas de uso. É no tecido urbano que se concretizam as formas de desigualdade na apropriação e uso dos espaços, as formas de segregação social e apropriação dos valores econômicos produzidos pelo uso social. E se concretizam também os espaços de uso coletivo e suas formas de organização."42

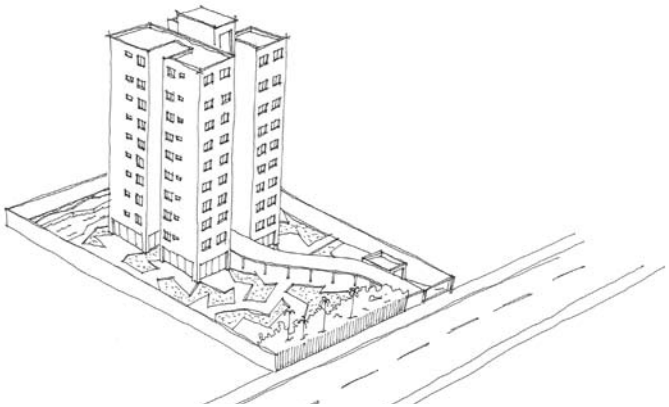
Os tecidos urbanos são os traçados viários característicos e diferenciados, associados ao desenho da topografia, aos padrões edificados e tipológicos das edificações. Distinguem-se, em geral, pela sua continuidade, padrão de desenho e tamanho de quadra que forma, assim como pelo relevo em que estão instalados e pelos usos principais. Sua identificação, assim como dos tipos principais, se deu a partir de mapas e fotos aéreas neste trabalho.

Tipos e Tecidos, vistos em conjunto, dão as características básicas para a forma urbana, sua morfologia. Cabe ressaltar que tecidos e tipos são elementos indissociáveis na estruturação de uma cidade, assim como o sistema de espaços livres. Uns e outros se retroalimentam e determinam-se mutuamente. Uma rua estreita num terreno acidentado dificilmente poderá permitir o abrigo de equipamentos comerciais de grande porte, assim como um parcelamento

41 LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Op. cit. p. 86

42 REIS, Nestor Goulart. Op. Cit. p. 59-60

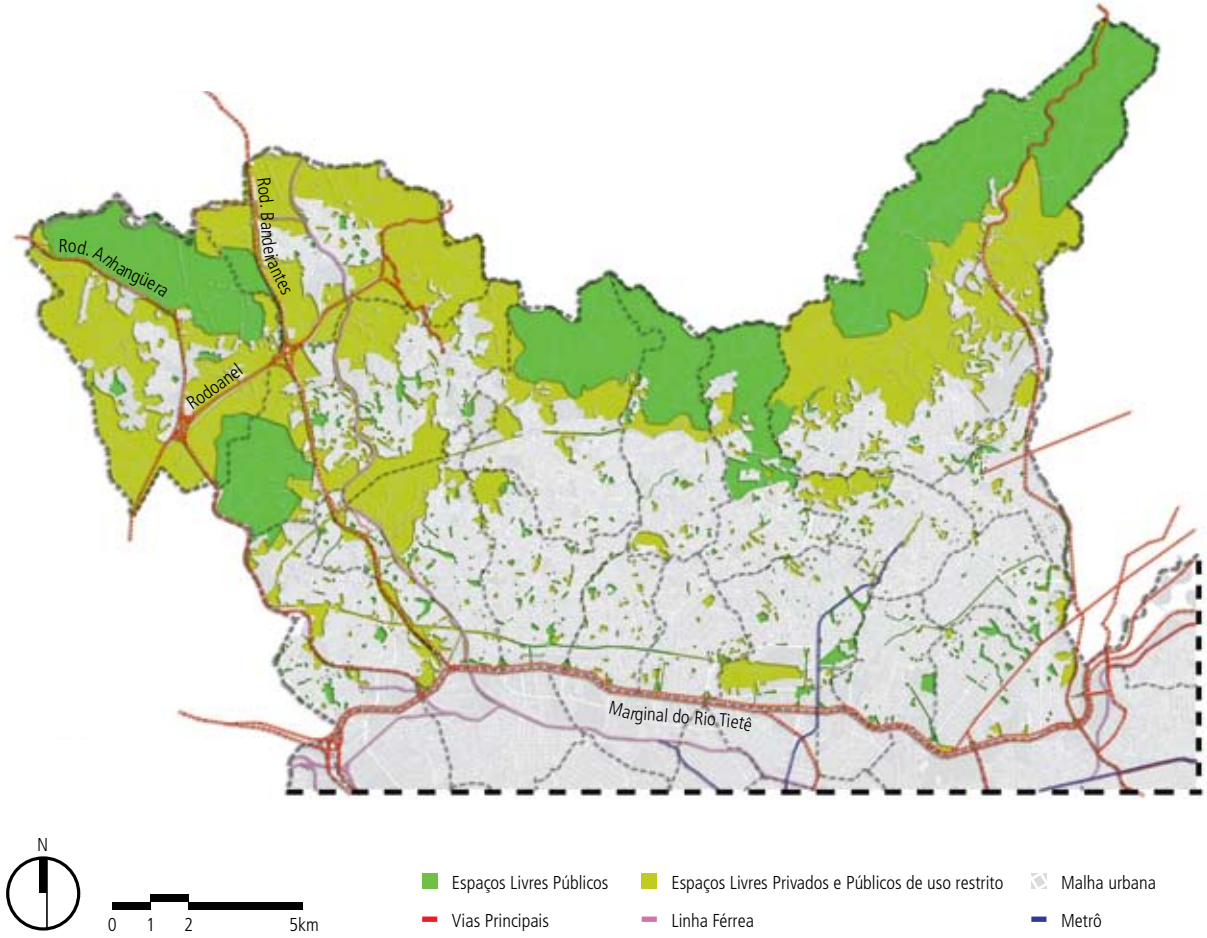
Tipos urbanos característicos. Abaixo, os condomínios multifamiliares horizontais. À esquerda, os condomínios multifamiliares verticais.
Fonte: Elaborado pelo autor.



para uso industrial terá maior sucesso com lotes de grandes dimensões em quadras igualmente generosas, em um terreno plano.

Portanto, as separações e classificações utilizados neste trabalho têm fins puramente teóricos, como se pudéssemos desmontar a cidade em diferentes pedaços para vê-la melhor. Assim, para elaborar a análise da área urbana objeto de estudo, fez-se a seleção de alguns tipos urbanos característicos da região, e, foram identificados os seus tecidos urbanos mais comuns e repetitivos.

2.5. Sistema de Espaços Livres e Espaço Livre de Edificação



Mapa de espaços livres públicos e privados/públicos de acesso restrito na região norte do município de São Paulo. A região é marcada por espaços livres de grande porte no extremo norte, e uma pulverização de espaços livres de pequeno e médio porte em meio a mancha urbana.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor com base em mapa de espaços livres em HIRAI, Maki. O esporte e sua inserção no sistema de espaços livres paulistano. São Paulo: FAUUSP, 2009 (dissertação de mestrado).

Sistema de Espaços Livres de Edificação

O sistema de espaços livres diz respeito, sobretudo, à reunião de todos os espaços livres de edificação, públicos e privados, acessíveis e restritos, que constituem, junto com as edificações, as aglomerações humanas que convencionamos chamar de cidades. Ao colocar a questão dessa forma, e denominá-la sistema, surgem questões sobre a efetividade da conceituação para amparar o estudo. Ou seja, podemos chamar de sistema um conjunto que não foi projetado como tal, e que, por isso, pode ter relações esgarçadas, sem responder à todas as necessidades que lhe imputamos em um dado momento?

Parte-se do pressuposto que sim. O funcionamento como sistema parte da idéia de que são diversos elementos que, interligados, funcionam em interdependência, tendo maiores ou menores relações entre si. Os elementos do sistema podem ser classificados como contínuos ou descontínuos, de acordo com as suas dimensões e suas possibilidades de interconexão. Por esse motivo, fazemos uma distinção entre os níveis de continuidade dos elementos do sistema, apenas como forma de facilitar a compreensão.

A garantia da interligação entre os elementos do sistema é dada pelo sistema viário, que pode ser considerado como o sistema de espaços livres básico. Esta base é formada por elementos contínuos como estradas, avenidas e, sobretudo, pelas ruas, que têm, historicamente, funções que vão muito além da mera circulação de pedestres e veículos. A esse sistema básico, agregam-se outros, com funções mais ou menos determinadas. As praças, parques, reservas florestais, fazem parte do sistema secundário dos espaços livres públicos. Exercem funções diversificadas, como de lazer, recreação, conservação, contemplação, etc. Os estacionamentos, quintais, jardins privados, clubes, fazem parte do sistema secundário de espaços livres privados. Exercem funções produtivas e recreativas, podendo servir de apoio ao sistema público de espaços livres, ou apenas de apoio às atividades privadas.

Nesse sistema, há uma composição entre os elementos espaciais (praças, parques, ruas, estacionamentos, etc.) e as relações sociais que neles tomam corpo (circulação, recreação, produção, etc.). Esse agregado configura um conjunto, mais ou menos organizado. Como salienta Raquel Tardin, "no sistema, elementos e relações compõem um todo, cujas dinâmicas influenciam na sua estrutura geral, sem que se estabeleça a hegemonia de um ou outro elemento ou relação sobre o conjunto." [43] No meio urbano, o Sistema de Espaços Livres Públicos se caracteriza pela continuidade das ruas, das reservas e, em alguns casos, dos parques lineares, e pela descontinuidade de todos os demais elementos, notadamente os parques e praças.

Analisar e projetar levando em conta tanto a forma urbana quanto o sistema de espaços livres tem por objetivo fugir às propostas pontuais, que imaginam a cidade como uma sucessão de eventos fragmentários e desconexos. É pensar cada espaço livre e todos eles, como elementos estruturadores da urbanidade. E, ainda, ir na contramão das propostas plasmadas em diferentes planos diretores que dão importância maior ao espaço edificado, relegando os espaços livres ao que resta, como pode-se notar na legislação urbana paulistana em todo o século XX e no início do XXI.

43 TARDIN, Raquel. Op. Cit. p. 46

"[...] o potencial estruturador do sistema de espaços livres traz indicações significativas, que influiriam desde a ordenação local dos tecidos urbanos até a interferência na construção das próprias edificações e vias. [...] além dos tradicionais enfoques orientados para a preservação dos processos naturais e visuais e o tratamento paisagístico dos espaços livres, se afirma a complementaridade entre o sistema de espaços livres territoriais e a ocupação urbana, onde ambos criariam condições de vertebração que poderiam ir mais além da configuração dos espaços livres em si mesmos, como guias para a ordenação da ocupação na escala local." [44]

No entanto, as bases políticas para o desenvolvimento de propostas para os sistemas de espaços livres são frágeis. Os movimentos sociais que os apóiam são ligados ao ambientalismo, capitaneados por setores da classe média e não costumam ter uma base social ampla. Além disso, suas lutas muitas vezes são centradas em temas como da preservação e conservação de grandes reservas, sem atuar nos meios urbanos mais densamente ocupados. São focadas nos espaços que além de serem livres de edificação, não tem qualquer ocupação. Isso coloca certas restrições ao seu alcance e de suas propostas. Por outro lado, movimentos sociais enraizados nas localidades periféricas lutam por questões infra-estruturais básicas e por moradia, fato que os distanciam da defesa de direitos difusos, como os ambientais. A reunião de movimentos da sociedade civil organizada de origens e interesses tão diversos parece distante, ao menos a curto ou médio prazo.

Espaço livre de edificação

Este conceito trata de todo o espaço cujo elemento formal edificado não é predominante. É o espaço em que a volumetria edificada, os prédios, as casas, os galpões, não são o principal. Os espaços livres de edificação, por outro lado, são elementos indissociáveis do espaço construído, sendo seu complemento. Têm potencialidades simbólicas, de recreação e de lazer, e podem ser as bases para transformações em áreas extensa e densamente ocupadas.

O espaço livre de edificação pode ser tão "construído" quanto qualquer elemento volumétrico edificado para servir de abrigo às atividades humanas. Entendendo "espaço construído" como aquele erigido pelas pessoas através da alteração do meio físico, a presença de volumetrias edificadas é secundária. No entanto, para os termos desse trabalho, encararemos o espaço construído como aquele que recebeu elementos volumétricos para abrigo de atividades humanas, como casas, lojas, galpões, fábricas. Os demais espaços, sem volumetrias com essas características, serão considerados Espaços Livres de Edificação.[45]

O caráter abrangente do termo permite aglutinar sob uma só ferramenta conceitual grande diversidade de elementos. É um instrumento geral e específico. Específico por tratar do espaço, ou seja, do ambiente físico em que nos encontramos, onde se dão as interações sociais e onde ocorrem os processos naturais. E geral por partir da oposição ao espaço construído para se afirmar. Pretende, com isso, contrapor-se à idéia, bastante difundida no corpo disciplinar do Planejamento Urbano de "vazio urbano". "Para dar início às atividades era importante que o 'espaço livre de edificação' fosse visto, considerado, antes de mais nada; percebido em sua existência; deixasse de ser 'vazio' [...]."[46]

44 TARDIN, Raquel. Op. Cit. p. 234

45 Dentro de uma certa tradição acadêmica, constituída na FAUUSP a partir dos anos 1970, a idéia de espaço livre de edificação vem se firmando no meio universitário brasileiro como um conceito guarda-chuva, que engloba diversos outros conceitos, como áreas verdes, praças, parques, áreas agrícolas.

46 MAGNOLI, Miranda Martinelli. Em busca de "outros" espaços livres de edificação in Paisagem e Ambiente: Ensaios, nº 21. São Paulo: FAUUSP, 2006, p. 143.

"O tema 'espaços livres de edificação' foi abordado, no final da década de 1970, como 'todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e em seu entorno que não está coberto por edifícios; a amplitude que se pretende, diz respeito ao espaço e não somente ao solo e à água que não estão cobertos por edifícios; também diz respeito aos espaços que estão ao redor, na auréola da urbanização, e não somente internos, entre tecidos urbanos."[47]

47 MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho urbano in Anais do II SEDUR apud MAGNOLI, Miranda Martinelli. Em busca de "outros" espaços livres de edificação in Paisagem e Ambiente: Ensaios, nº 21. São Paulo: FAUUSP, 2006, p. 143.

Algumas características podem ser destacadas quando falamos dos Espaços Livres de Edificação. Tais espaços são, de uma maneira geral, aqueles a partir dos quais é possível apreender a paisagem circundante. Muitas vezes, a cidade só pode ser vista a partir do espaço livre, e a apreensão do espaço urbano se dá de forma mais democrática quando se está em um espaço livre público. Não se quer dizer com isso que a paisagem e o espaço urbano não podem ser vislumbrados a partir de edifícios, e que desses não se tenham vistas bastante esclarecedoras do conjunto urbano. Mas, mesmo em edifícios públicos, o acesso é restrito, variando conforme o tipo de atividade exercida. Assim, espaços livres como a rua, a praça, o parque, tornam-se essenciais para a visualização, apreensão e compreensão da cidade, pois é a partir deles que temos uma experiência comum e coletiva da paisagem e do espaço urbanos.

Os espaços livres de edificação podem também se constituir como o momento principal de contato do cidadão com elementos naturais como a vegetação, e a água em grandes conformações. Pode ser, e muitas vezes é, compreendido como o espaço da natureza em meio à cidade. Essa formulação é problemática, na medida em que os fenômenos naturais (chuva, vento, iluminação solar, etc.) estão por toda a parte. Mas pode contribuir para a valorização desses espaços, na medida em que são identificados com agendas políticas positivas de melhoria do ambiente urbano.

Abaixo, a praça Presidente Jânio da Silva Quadros, no distrito da Vila Maria. A ocupação da praça por equipamentos públicos de educação e de práticas esportivas legou ao acesso franco apenas espaços residuais, sem tratamento específico.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho – Julho de 2010 – Acervo do autor

Apesar da identificação positiva e do crescente valor simbólico atribuído a eles, a possibilidade de transformação dos Espaços Livres de Edificação é grande, em função de sua flexibilidade funcional e espacial.[48] Como veremos mais adiante, parte significativa desses espaços é freqüentemente eliminada por edificações, independentemente de seu caráter jurídico e até mesmo de sua importância simbólica. Diversos equipamentos públicos, como escolas, bibliotecas e postos de saúde, ocupam espaços antes utilizados como praças, e boa parte dos espaços destinados à constituição de áreas verdes em loteamentos novos, estão atualmente ocupadas por favelas. [49]

A lei federal 6766 de 1979 (lei Lehman), que disciplinou o parcelamento do solo urbano dando parâmetros mínimos a serem aplicados em todas as cidades brasileiras, refere-se de maneira genérica ao tema, remetendo à legislação municipal o disciplinamento da matéria.[50] Por outro lado, a lei municipal 9413 de 1981, que disciplina a matéria na cidade de São Paulo é clara ao remeter 15% da área total dos novos loteamentos para a constituição de "áreas verdes".[51]

Expostos os conceitos mais próximos das questões relativas ao tema de pesquisa escolhido, ou seja, da forma urbana e do sistema de espaços livres, a seguir, debateremos os temas de caráter mais abrengente. Tais temas, referem-se à compreensão da urbanidade e suas implicações sociais, incluindo aí aspectos de representação, culturais e econômicos, e finalmente simbólicos.

48 TARDIN, Raquel. Op. Cit. p. 44

49 Esta fragilidade é exemplificada e ratificada nos planos diretores que, de maneira geral, versam sobre o edificado e o a edificar, ficando o espaço livre como sobra, resto a dar (quando muito) parâmetros e condições para o edificado. É o caso da largura da rua como parâmetro de limitação das alturas dos prédios, ou do tipo de via limitando a capacidade de aumento do tráfego a ser provocado pelos novos empreendimentos.

50 "Art. 4º - Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:"

"I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem."

51 Lei municipal 9413 de 1981, Artigo 2º, Inciso III, alínea "a".

II. Cidade contemporânea brasileira

"[...] [devemos compreender que] a cidade se constrói na sua totalidade e que esta constitui a razão de ser da própria cidade [...]." [1]

"[...] a complexa estrutura das cidades surge de um discurso cujos termos de referência podem parecer escassos. Talvez seja exatamente como as leis que regulam a vida e destino dos indivíduos: há em cada biografia motivo suficiente de interesse, embora toda biografia seja compreendida entre o nascimento e a morte. É verdade que a arquitetura da cidade, a coisa humana por excelência, é o signo concreto dessa biografia, além de ser o significado e o sentimento com que a reconhecemos." [2]

1. Modernidade e pós-modernidade na compreensão do fenômeno urbano

Os processos constitutivos da cidade na periferia do capitalismo e, complementarmente, de sua periferia, podem ser mais bem compreendidos olhando-se para um quadro referencial ampliado. Tal quadro põe em relevo o desenvolvimento das idéias das sociedades ocidentais, suas expectativas enquanto comunidade, e suas organizações sociais específicas. Nesse sentido, compreender o que se convencionou chamar de Modernidade, com sua sucedânea Pós-modernidade, assim como os movimentos artísticos e culturais característicos, é de suma importância para que possamos discorrer sobre a cidade tal qual a vemos.

As ponderações colocadas a seguir seguem uma estrutura de raciocínio apresentada por David Harvey, em seu texto "A Condição Pós-Moderna". Ali, são colocadas de forma sintética, alguns debates relativos às formas como os padrões culturais foram afetados por uma macro-reorganização das esferas sociais, apresentando justamente as similaridades e dissonâncias entre o período Moderno, e uma certa Pós-modernidade, que o autor identifica a partir do final do século XX.

A Modernidade e o Modernismo (ou Movimento Moderno)

O quadro teórico da modernidade remete, de forma bastante nítida, ao projeto social desenvolvido principalmente na Europa Central e Inglaterra, mas também nos EUA, a partir do século XVIII. Tal projeto social, de caráter universalizante, teria como premissas a emancipação das necessidades humanas através da racionalidade técnica e científica, e do progresso ininterrupto das forças produtivas. Importante localizar com precisão a gênese desse processo pois, como veremos, sua negação se dará justamente por sua postura culturalmente universalizante, economicamente hegemônica e não raro imperialista, e politicamente liberalizante. Ou seja, a esse projeto correspondiam formas muito claras de organização econômica (o capitalismo liberal), política (a democracia burguesa) e cultural (os diversos movimentos culturais burgueses, a começar pelo Romantismo, desembocando no Movimento Moderno ou Modernismo).

Esse projeto tem como bases as evoluções sociais dos dois séculos precedentes, com a expansão do domínio europeu pelos continentes americano e asiático. Sua expressão cultural mais recente, o Modernismo, é, em parte, reflexo da aceleração dos processos econômicos e políticos de finais do século XIX, em que se exacerbam os conflitos entre as classes trabalhadoras e as classes proprietárias dos meios de produção. Tal conflito se evidencia nas cidades européias industrializadas que crescem exponencialmente em alguns anos, legando precárias condições de moradia para os operários das indústrias, acompanhadas por extremas dificuldades com relação à saúde, educação, lazer.

1 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 17

2 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 255

"[...] o modernismo significava, entre outras coisas, a sujeição do espaço a propósitos humanos, a ordenação e o controle racionais do espaço como parte integrante de uma cultura moderna fundada na racionalidade e na técnica, e na supressão de barreiras espaciais e da diferença [...]." [3]

Em muitos momentos, o Modernismo na Europa Central operou através da supressão das visões localistas e nacionalistas, motivo pelo qual surge o "Estilo Internacional". Tal medida era uma espécie de combate ao Socialismo e ao Comunismo, que tinham também projetos que pretendiam abarcar toda a humanidade. Assim, tal movimento usa da mesma arma, ou seja, um discurso universalista, valorizando o "Homem" e a "Humanidade", conceitos abstratos que, afinal, referiam-se somente ao homem branco ocidental e à humanidade como uma versão muito particular da Europa Central.

Tinha como base a idéia de homem moderno que se engajava na produção e participava de suas benesses. O fordismo, que se estabelece no pós-II Guerra, possui papel de destaque nesse processo, na medida em que inclui parte da população na repartição das riquezas geradas, através do acordo entre o grande capital, os sindicatos e o Estado, que permitiu um crescimento sustentado durante mais de 2 décadas. Esse período, chamado de "Era de Ouro" por Eric Hobsbawn[4], entra em colapso por diversos motivos, sendo o mais mencionado o 1º Choque do Petróleo em 1973 e as crises dele decorrentes.

3 HARVEY, David. Condição Pós-Moderna Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2009 (18ª Edição) (1ª edição: 1989). p. 254

4 HOBSBAWN, Eric J. Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Primeira edição: 1994)

Ao lado, a Esplanada dos Ministérios, em Brasília. A cidade construída a partir de 1956 permanece como grande referência do Movimento Moderno em arquitetura e urbanismo. Até por isso, levanta as mesmas críticas que os grandes projetos de reurbanização no pós-II Guerra.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Maio de 2009 - Acervo do autor

A gradual alteração dos padrões de produção e consumo nas economias centrais teve como bases uma aceleração da circulação do capital, uma flexibilização das bases de produção, assim como um ataque às estruturas estatais e sindicais anteriormente constituídas como elementos representativos dos trabalhadores.

As mudanças de condição têm como base um fracasso econômico, que se torna político, na visão de Harvey. O Fordismo, associado às teorias econômicas de John Maynard Keynes, tem como premissa a idéia de que o aumento da produção de riquezas só seria possível se houvesse um aumento do consumo. A idéia de que todos os operários das fábricas Ford deveriam ter salário suficiente para comprar os automóveis Ford, tinha como fundamento econômico a ampliação da base de circulação do capital, fato que possibilitaria o aumento das riquezas geradas pelo sistema.

A diminuição das tensões sociais, nesse contexto, se daria pela ampliação crescente do consumo das classes populares, proporcionada tanto por aumentos regulares dos salários, como pelo alargamento do modelo, com a incorporação de mais operários. O Estado trabalha nessa configuração como mediador entre o capital e o trabalho, assumindo parte dos custos da reprodução da força de trabalho, como forma de permitir uma taxa de lucro mais ou menos confortável aos capitalistas, e uma segurança institucional para os trabalhadores. Como dissemos, esse modelo deriva em grande parte da ameaça do Socialismo e do Comunismo que com seus projetos de emancipação da classe trabalhadora fustigavam a Europa Ocidental com a sombra de uma Revolução capaz de expropriar as classes dominantes.

O fracasso desse modelo se dá no momento da chamada "estagflação", ou seja, no momento em que encontra limites estruturais para sua expansão, e começa a "girar em falso". Há uma diminuição no ritmo de crescimento, que diminui em conseqüência as taxas de lucro, e não permite uma maior incorporação de trabalhadores no sistema em que, virtualmente, todos ganhavam. Tanto nos países centrais, como na exportação desse modelo para os países periféricos, seus pressupostos tornam-se insustentáveis politicamente, dando abertura para outras formas de pensar a sociedade.

Com a crise de crescimento dos anos 1970 começam a ser pensadas alternativas ao modelo fordista-keynesiano[5]. O ataque aos fundamentos desse modelo torna-se comum, e é defendida uma diminuição da participação do Estado na regulação da economia, uma flexibilização das relações de trabalho e a redução dos impostos sobre o grande capital. Tais premissas vão desembocar nos ajustes estruturais que ocorreram nos países centrais nos anos 1980, tendo Ronald Reagan nos EUA e Margareth Thatcher na Grã-Bretanha como exemplos de condutores desse processo dentro do Estado. Em países periféricos, esse ajuste toma corpo principalmente nos anos 1990, com o Consenso de Washington, conjunto de medidas determinadas pelos grandes credores, sobretudo o Fundo Monetário Internacional, para países como o Brasil, no sentido de combater as sucessivas crises econômicas através de reformas estruturais liberalizantes. Basta recordar que tais reformas são operadas por figuras como Carlos Menen, na Argentina, Alberto Fujimori, no Peru, e por Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, no Brasil.[6]

5 Como ressaltou o Prof. Dr. João Sette Whitaker, ao ler este trabalho, não há, de fato, uma revisão direta das bases do Estado de Bem-Estar Social na Europa e nos EUA. O que há é o reconhecimento da limitação desse modelo para aplicação em países subdesenvolvidos, na medida da manutenção de seu subdesenvolvimento. Assim, o Welfare State não é abandonado como modelo, mas o seu crescimento e expansão para populações de imigrantes (dentro dos países desenvolvidos), e para os países em desenvolvimento, passou a ser questionado e, em certa medida, desaconselhado. O Consenso de Washington entra para dar uma resposta a isso, apontando (erroneamente), que a liberalização dos mercados, com a adoção de medidas econômicas como o ajuste fiscal, privatização e desregulamentação dos mercados, poderia levar a um maior investimento externo e uma melhoria nas condições de vida das populações de todo o mundo.

6 Há considerável discussão sobre se o Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi um continuador das políticas neo-liberais implantadas pelos seus predecessores, ou instalou um novo desenvolvimentismo no País. Se é fato que o superávit primário, o câmbio flutuante e as metas de inflação foram instrumentos de política econômica mantidos por seu governo, também é verdade que houve um fortalecimento dos bancos públicos, um aumento significativo do gasto público (custeio e investimento), um aumento da musculatura estatal para financiamento de grandes obras de infraestrutura e uma reestruturação de prioridades, colocando os gastos produtivos num patamar melhor do que nos períodos anteriores.

7 HARVEY, David. Op. Cit.

8 MALACO, Jonas Tadeu Silva. Da Forma Urbana: O Casario de Atenas. São Paulo: Alice Foz, 2002. p. 12

9 HARVEY, David. Op. Cit. p. 69

Esses ajustes levam a uma expansão das formas de trabalho típicas de países considerados "atrasados" em todos os países do mundo, inclusive os países centrais do capitalismo. É uma espécie de "terceiro mundialização" do mundo capitalista. Harvey vê uma transformação no modus operandi do capitalismo avançado no final do século XX a partir da aceitação do pequeno empreendedor e da pequena empresa, não raro associado ao trabalho informal e à super-exploração da mão-de-obra, no jogo do capital, transformando o que antes se tinha por certo nas relações do Estado com o grande capital e com o trabalho organizado através dos sindicatos.[7]

Nesse contexto, surge no debate arquitetônico e urbanístico a idéia do projeto urbano, como forma de resolver, na escala do lugar, os problemas sentidos pela população. Essa mudança, do urbanismo para o projeto urbano, vem de uma transformação da maneira como os arquitetos e urbanistas passam a tratar a cidade, considerando elementos antes desprezados, como aparência, sensações, etc. Mas também desprezando o pensamento totalizante do Movimento Moderno, que pretendia resolver os conflitos das cidades como um todo, através de instrumentos técnicos muitas vezes desenraizados, desinteressado das particularidades de cada comunidade que a compusesse.

> "[...] para que a desordem fosse suprimida, não bastaria que o conjunto fosse pensado, e que muitos o pensassem; seria preciso também que o fosse de uma mesma maneira por todos." [8]

Tal afirmação, ainda que retirada de seu contexto original, mostra um dilema que acabou por destroçar a idéia moderna de planejamento urbano e de urbanismo: a dissonância. No projeto e planejamento urbano modernos estava implícita a idéia de exclusão da dissonância pela hegemonia de um pensamento etnocêntrico, europeu muitas vezes, orientação combatida pelo Pós-Modernismo através de uma redução da escala de abordagem, e uma focalização nas Pessoas, ao invés do foco na Humanidade.

> "[...] o projeto urbano [...] deseja somente ser sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida, que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional. Tudo isso pode florescer pelo recurso a um notável ecletismo de estilos arquitetônicos." [9]

No romance e nos produtos culturais pós-modernistas em geral, o perspectivismo que marcou o romance moderno é negado. As narrativas com um quadro social mais abrangente são rechaçadas em nome de um particularismo que, segundo esse ponto de vista, é a única forma de conceber o mundo. No entanto, um foco no particular como forma de mostrar que as realidades são ao mesmo tempo individuais e fragmentárias, construídas a partir de uma visão de mundo que é única, acabou por desembocar num hedonismo egocêntrico e em narrativas sem um sentido claramente determinado. O hedonismo egocêntrico é observável em blogs e outros produtos culturais disponíveis na Internet, e mesmo em programas de televisão como o Big Brother10, em que uma diversidade de personagens é apresentada, mas sem qualquer profundidade ou motivação, além do prazer pessoal e do ganho individual. Já as narrativas fragmentadas estão presentes em programas televisivos como Lost11 e muitos romances contemporâ-

10 Programa televisivo que constitui na colocação de pouco mais de 10 pessoas em uma residência isolada, e acompanhar seus comportamentos ao longo de aproximadamente 02 meses. A cada semana, 01 participante (em média) é retirado da residência por votação popular que escolhe, geralmente, entre 02 pessoas que são selecionadas entre os participantes pela maioria dos votos dos demais (1 deles) e pelo voto de 01 líder, escolhido através de uma gincana semanal.

São escolhidos participantes com idades entre vinte e trinta anos, brancos, principalmente dos grandes centros urbanos (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), e o foco é acompanhar as pequenas desavenças desse grupo ao longo das semanas em que tem que fazer tarefas domésticas simples e completar pequenas gincanas para ter direito a prêmios e alimentação.

No programa é proibida qualquer outro tipo de entretenimento (leitura, cinema, etc.) e não são veiculados debates políticos de qualquer tipo entre os participantes.

O prêmio para aquele que for escolhido pelos telespectadores ao final do programa é de R$ 1 milhão.

11 Seriado televisivo produzido por emissora estadunidense que acompanha as desventuras de um grupo de sobreviventes de um desastre aérea em uma ilha misteriosa no Oceano Pacífico. A estrutura dos episódios, nas primeiras temporadas, focava-se em contar pequenas aventuras pela ilha, ou a rememorar o passado de seus habitantes. A relação entre as histórias é fragmentárias, quando não inexistente, e o seriado explorou sem grande profundidade diversos temas, como o sobrenatural, as viagens no tempo, as relações sociais em grupos isolados, entre outros, sem atingir profundidade suficiente para um debate mais sério.

No contexto citado, a série se destaca por sua fácil mudança de enfoque, utilizando os mesmos personagens para situações que beiravam a esquizofrenia de tão diferentes entre si.

neos, em que o sentido, no limite, está apenas no prazer fátuo das imagens sucessivas, ou na torrente de palavras levando a sensações que em seguida serão esquecidas ou substituídas.[12]

Na filosofia, o combate ao humanismo e ao legado iluminista como fontes de uma razão abstrata e de uma teoria geral de emancipação humana poderia (e em muitos casos visava) propor uma nova razão nascida das diversas subjetividades, do reconhecimento do outro, do multiculturalismo. No entanto, desembocaram no extremo individualismo e nas bases de um neo-liberalismo que "varreu" o Ocidente e boa parte do mundo no final do século XX, com a valorização de conceitos e práticas como "vantagens comparativas", "livre fluxo de capitais", "mão invisível e reguladora dos mercados" entre outros.

O projeto iluminista, que se estabelece como hegemônico durante o século XIX, sucumbe a uma crise moral, na medida em que não consegue substituir a referência à divindade. Na religião, esse combate às premissas iluministas poderia ter transformado a relação das pessoas com a divindidade, levando à uma chave moral includente e emancipatória, reconhecendo a necessidade histórica e filosófica dos grupos humanos de se referirem a um poder exterior e superior para reforçar seus valores morais. No entanto, levou aos fundamentalismos que vimos em finais do século XX, tanto no campo religioso, como nos campos ecológicos e econômicos, com suas desastrosas conseqüências. Basta lembrar o fundamentalismo cristão nos EUA, o islâmico no Oriente Médio, o econômico e o político em todo o Ocidente e partes do Oriente.

A noção de que os produtos culturais (textos, imagens, sons, etc.) são construídos e lidos a partir de tudo o que produtor e consumidor já experimentaram ao longo de suas vidas, leva aos impulsos pela desconstrução da obra de arte, mesclando as referências, misturando-as. A possibilidade proposta pelo pós-modernismo é que tais referências enriquecessem a produção cultural, permitindo novos canais de comunicação entre o artista, não mais um superior hierárquico na produção de símbolos, e o seu público. Entretanto, essa atitude desembocou num "vale-tudo" na avaliação e na produção cultural em geral, e na arquitetônica em específico. Crítico e arquiteto partem muitas vezes de associações pouco coerentes com os processos históricos ou sociais para explicar as diferentes obras. Apropriam-se de suas externalidades mais latentes e comparam-nas, sem interesse em cronologias ou outros elementos de meta-teoria mais comuns, relacionando obras arquitetônicas a elementos naturais ou sociais, sem grande critério ou aprofundamento.

O conhecimento do "outro", ou seja, o reconhecimento das comunidades humanas não integrantes do padrão eurocêntrico leva a um combate as meta-narrativas e meta-teorias promovidas pelos teóricos da Europa Central. Necessário ressaltar que esse descompasso da modernidade já era teorizado no Brasil desde os anos 1950, pois nunca "coubemos" nas meta-teorias vindas de além-mar, como nos demonstram Schwartz e Faoro[13]. No entanto, o abandono das meta-teorias e dos projetos "globais" pelos teóricos dos países centrais funciona como uma propaganda da incompreensibilidade do mundo, tornando aceitável seus aspectos perversos e abrindo espaço para (ou até mesmo obrigando a) certo imobilismo.

12 A escolha de referências populares é proposital, e pretende mostrar que, para além das mudanças no plano da alta cultura, podemos identificar as transformações culturais em toda a produção do período.

13 FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001. 3.ª Edição. (1ª edição: 1958) e SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades, 34, 2000. 5ª Edição (1ª edição: 1977)

É fácil notar que a postura de abandono de um projeto social comum, globalmente orientado, coincide com a defesa de diferentes terrorismos fundamentalistas que povoam o mundo no início do século XXI, respaldados pela idéia de que "'devemos chegar a uma idéia e uma prática da justiça que não estejam ligadas à de consenso'" [14], desembocando na justificação de ações militares para garantir "democracia", "liberdade", e outras instituições em países estrangeiros, como nas intervenções estadunidenses no Afeganistão e no Iraque, a partir de 2001.

Ao descortinar o poder ideológico do pós-modernismo, apresentado como atemporal e a-histórico (ou melhor, supra-histórico), Harvey percebe o poder de estetização de todas as coisas nas quais toca, retirando os conteúdos éticos dos elementos socialmente vivos. Assim, a pobreza é estetizada para o consumo de massa, esvaída de seu conteúdo social e econômico, nos diversos produtos culturais que dela derivam. Podemos ver daí, a exploração do reggae, do rap, da favela e até da violência de locais determinados das cidades nesse contexto.[15]

Ao ver filmes como Tropa de Elite[16] ou Cidade de Deus[17], damos razão ao autor quando ressalta que "'a pobreza e a falta de moradia são servidas para o prazer estético' a ética é de fato dominada pela estética, convidando, por conseguinte, a amarga colheita carismática e do extremismo ideológico." "'Uma vez que os pobres ficam estetizados, a própria pobreza sai do nosso campo de visão social', exceto enquanto descrição passiva da alteridade, da alienação e da contingência no âmbito da condição humana." [18] Se por um lado esses produtos culturais servem para incluir e reconhecer como mercado consumidor o cidadão que antes estava à margem, por outro lado estetiza a violência e os modos de vida da população mais pobre, retirando o embasamento ético e social de suas lutas, e minimizando os conflitos efetivamente existentes.

O Brasil e a cidade brasileira no projeto moderno/pós-moderno

Podemos dizer, a partir da análise precedente que, de certo modo, o Brasil carrega traços de modernidade e de pós-modernidade. E por isso mesmo, nunca se enquadrou em nenhum dos dois pontos exclusivamente. Harvey levanta que a modernidade tem como premissas a inserção em um sistema mundializado, integrando mercados produtores e consumidores extremamente distantes. Nesse ponto, desde a América Portuguesa, a economia brasileira é integrada aos consumidores e produtores externos, produzindo e consumindo conforme suas ofertas e demandas. Por outro lado, não foi capaz de completar o ciclo de industrialização com a modernização das relações de trabalho, sua oficialização e melhoria progressiva da qualidade de vida de sua população. Sempre conviveu com o sub-emprego e com a informalidade como elementos estruturais de sua economia, tão fundamentais quanto o relacionamento com o mercado externo.

O Brasil, em certo sentido, é "pós-moderno" pelo menos desde a abolição da escravatura, na medida em que a flexibilidade da condição do trabalhador é marca indelével de nossa estrutura produtiva. Podemos, conhecendo essa realidade, dar razão à seguinte afirmação:

14 Lyotard, Jean-François. The postmodern condition. Manchester: Manchester University Press, 1984. p. 66 apud HARVEY, David. Op. Cit. p. 56

15 HARVEY, David. Op. Cit.

16 Filme dirigido por José Padilha que conta a história do processo de ocupação de uma favela no Rio de Janeiro para que a o Papa João Paulo II possa chegar ao seu local de hospedagem sem riscos, no ano de 1996. Para tanto, mostra o treinamento e atuação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar do estado do Rio, responsável pela operação.

17 Filme dirigido por Fernando Meirelles e Kátia Lund que mostra o processo de implementação do crime organizado centrado no tráfico de drogas no bairro de Cidade de Deus, complexo habitacional promovido pelo Estado na zona oeste do Rio de Janeiro. Percorre as décadas de 1960, 1970 e 1980, mostrando a guerra por território de facções rivais para controle do mercado de varejo de drogas ilícitas como cocaína e maconha.

18 DEUTSCHE, R. e RYAN, C. The fine art of gentrification, in October, nº 31, 1984, pp. 91-111 apud HARVEY, David. Op. Cit. p. 301

Acima, entrada da Estação Faria Lima do Metrô de São Paulo. Exemplo de intervenção que se assemelha às propostas de Projeto Urbano após as críticas do Pós-Modernismo. Uma sucessão de intervenções numa área determinada da cidade, para melhoria das condições de investimento do capital imobiliário e financeiro, tem entre outras ações a construção de uma linha de metrô passando pela área, a reorganização do uso e ocupação do solo e o investimento em melhorias do sistema viário, promovidos pelo Estado diretamentee, ou através de Parcerias com o capital privado.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Agosto de 2010 - Acervo do autor

> "[...] o grau de fordismo e modernismo, ou de flexibilidade e pós-modernismo, varia de época para época e de lugar para lugar, a depender de qual configuração é lucrativa e qual não o é." [19]

Assim, é possível identificar "o outro", no sentido da formação complexa que estrutura o capitalismo mundializado, onde diferentes estruturações culturais, de divisão do trabalho, etc. coexistem, com maiores ou menores desigualdades, com diversas configurações espaciais específicas, e que se relacionam com o todo de forma ora singular, ora padronizada.

Num certo sentido, é uma reestruturação da dualidade entre o arcaico e o moderno, entre o avançado e o atrasado. No entanto, tal dualidade serve muito mais como forma de explicação, dividindo setores que, em realidade, operam como unidade. Ambos os elementos, pretensamente avançados, por estarem de acordo com as "últimas tendências internacionais", e os reconhecidamente atrasados, por responderem aos conflitos e problemas internos de realização e distribuição de riquezas, operam em simbiose, retroalimentando-se.

> "No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor 'atrasado' e um setor 'moderno', não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado', se se quer manter a terminologia." [20]

Até por isso, talvez a oposição Modernidade / Pós-Modernidade como ferramenta conceitual possa ter sido superada na virada do século XX, principalmente pelos movimentos políticos e econômicos que incendiaram a periferia do mundo capitalista no início do século XXI. Por um lado, essa mudança ocorre pelo aumento da importância dos países ditos "emergentes" como Brasil, China, Índia, Rússia, África do Sul, Nigéria, entre outros, no debate das

políticas econômicas em escala mundial. E por outro pelo refluxo e pelas crises que permitiram o vislumbre de um colapso no sistema produtivo internacional.

Como hipótese, podemos imaginar que os processos de revisão de posturas já estejam se refletindo na produção cultural. Movimentos culturais efetivamente internacionalizados apresentam produtores de diferentes culturas que, a partir de bases semelhantes (como a música eletrônica, por exemplo), misturadas com elementos de culturas tradicionais, chegam a produtos culturais diversos e sofisticados. Nomes como Manu Chao (França/Espanha), Lenine (Brasil), M.I.A. (Sri Lanka), Orishas (Cuba), são exemplos de produtores culturais que utilizam bases locais para uma comunicação universal efetiva. Nesse sentido, as possibilidades geradas pela internet para esses novos atores globais são promissoras.

Tal fato ocorre também na arquitetura, mas já em outra chave, mais profunda e articulada do que o Regionalismo Crítico surgido a partir de meados do século XX. O debate sobre o legado do Movimento Moderno, proposto por arquitetos como Marcelo Ferraz, Matiaz Klotz ou Eduardo Souto de Moura, procura transcender a regionalização de referências externas, buscando uma identidade própria não repetitiva e muito menos caricatural. Respondem às necessidades locais, com uma erudição que tende ao global.

Nessa chave, a idéia de projeto urbano, padrão de intervenção surgida durante os anos 1980, com o apogeu do pós-modernismo, tem sido aplicada ao desenvolvimento urbano de forma desencontrada nos últimas décadas. Encontrando espaço em ações pontuais, chega à segunda década do século XXI, ao menos no Brasil, desgastada por programas governamentais que se querem totalizantes, como o PAC – Urbanização de Favelas[21] e Minha Casa Minha Vida[22], e solapada por resultados pouco representativos em cidades-chave para o desenvolvimento do pensamento urbano periférico como São Paulo[23], como no caso das Operações Urbanas, e da Nova Luz.

Pode-se dizer que a reestruturação produtiva postulada por Harvey e sentida em muitos lugares do mundo teve especial interesse nas sociedades brasileiras. Processos como a dispersão urbana, tanto de funções como de pessoas, ganham força na esteira de processos como o aumento da velocidade das telecomunicações e a maior mecanização dos processos industriais, a desregulamentação das economias nacionais em disputa por investimentos, entre outros.

A desatualização de padrões de regulação tipicamente modernos é outra das características latentes. As leis de zoneamento, implementadas na maioria das grandes cidades brasileiras e em muitas delas sem uma revisão profunda, foram sendo descaracterizadas ao longo do tempo, por interesses e arranjos políticos locais, de forma fragmentária. Por sua relativa estabilidade, no entanto, impedem melhores arranjos propostos na escala dos bairros, dificultando o acesso de parte da população à legalidade urbanística. Além disso, questões colocadas pelos movimentos ambientalistas, ingênuas ou incisivas, muitas vezes não são respondidas pela legislação de zoneamento, ainda presa a índices e usos restritos, sem abranger os aspectos ambientais do desenvolvimento urbano. [24]

19 HARVEY, David. Op. Cit. p. 308

20 OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista | O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. Edição original da "Crítica à razão dualista": 1981. P. 32

21 O PAC – Urbanização de Favelas, é o nome dado pelo Governo Federal ao Programa de Aceleração do Crescimento voltado para a urbanização e a integração ao tecido urbano de assentamentos precários, lançado em janeiro de 2007. Atingindo várias centenas de milhares de pessoas, em diversas localidades do país, parte de premissas gerais (e muitas vezes genéricas), aplicadas caso a caso, para resolver situações limítrofes na esfera habitacional, provendo saneamento e intervindo até mesmo nas unidades habitacionais em casos extremos.

22 O programa Minha Casa Minha Vida, lançado em março de 2009 pelo governo federal como parte do pacote de medidas para combate à crise econômica internacional de 2008/2009 é voltado para a construção de 1 milhão de unidades habitacionais em 3 anos. Seu foco é nas famílias de 0 a 10 salários mínimos, em grandes centros urbanos, e as diretrizes urbanísticas são genéricas, até porque deixa para os governos locais as especificações mais precisas.

23 Refiro-me, aqui, ao caso das Operações Urbanas e da Nova Luz. As Operações Urbanas Faria Lima e Águas Espraiadas, apesar de seu alegado sucesso financeiro, têm até o momento problemas na consolidação urbanística de suas propostas. Por outro lado, a Nova Luz, anunciada em 2004 como uma forma de revisão das formas de operação em centros urbanos, através de mecanismos legislativos e de gerenciamento inovadores, até o momento, não teve um projeto urbano finalizado.

24 MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2008. 3ª Edição (1ª edição: 2001). p. 114

Um dos reflexos, particularmente em São Paulo, foi um aumento nos investimentos em certas áreas da cidade, como focos pela disputa por investimentos no chamado terciário avançado, ramo do setor de serviços que envolve os serviços de maior complexidade para instituições financeiras, empresas de produção de software, consultorias especializadas entre outras.[25] Outro, foi a expansão da urbanização em áreas frágeis ambientalmente, sobretudo para abrigo de populações socialmente vulneráveis.

> "[...] a reestruturação de alguns setores da metrópole, apesar de extremamente complexa, possui uma característica clara: a concomitância entre a existência de ações modernizadoras e a omissão de iniciativas diante da precariedade, acentuando o caráter complementar que os dois processos adquiriram ao longo do desenvolvimento da metrópole industrial." [26]

25 FERREIRA, João Sette Whitaker. O mito da cidade-global. Petrópoles: Vozes, 2007.

26 MEYER, Regina Maria Prosperi; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. São Paulo Metrópole. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p. 11.

2. A cidade contemporânea brasileira

No final do século XX diversas teorias urbanas colocaram a cidade em evidência. O debate sobre a importância dos governos locais ganhou força dentro dos desenvolvimentos teóricos que vieram das transformações sociais identificadas com um novo conceito: o da pós-modernidade. Reflexo de uma mudança identificada por Harvey nas próprias estruturas do capitalismo, que passou de uma forma de acumulação do capital fordista para outra, flexível, a pós-modernidade teve na cidade um campo de aprofundamento bastante vasto. Nesse novo modelo de acumulação, as cidades seriam consideradas como nós em uma rede mundial que as teria como ponto primordial de intercâmbio (cultural, econômico, político).[27]

Num quadro de desregulamentação econômica dos fluxos de capitais, de flexibilidade na instalação das unidades produtivas, e de possibilidade de interconexão entre pontos distantes através das telecomunicações modernas, de fato pareceu a muitos que os governos centrais perderiam seu poder, e as cidades, transformadas em certa medida cidades-Estado, seriam os novos dirigentes das economias nacionais. Essa visão gerou durante o final do século XX e início do XXI, a propagação pelo mundo de uma disputa entre governos locais para a atração de investimentos de toda ordem: turísticos, produtivos, financeiros, etc.

Nesse contexto, surgem diferentes e às vezes conflitantes formas de atuar na cidade. Uma delas é a do projeto urbano. Outra é aquela ligada aos imperativos "ecológicos" (inicialmente) e "sustentáveis" (atualmente), que em certa medida foram potencializadas pelo "choque do petróleo" e o alto custo do uso de combustíveis fósseis na matriz energética dos países centrais do capitalismo. [28] Uma terceira é aquela trazida por formas de planejamento e intervenção que superassem o padrão tecnocrático do planejamento moderno, democratizando-o. Assim, o planejamento participativo e o já citado projeto urbano atentam para os anseios das comunidades a que servem.[29]

As cidades brasileiras não passam incólumes a tal processo. O processo de urbanização brasileiro caminha, de forma irreversível desde os anos 1950, para urbanização quase total da população. Tendo sido um objetivo buscado ou não, tem-se na atualidade uma população majoritariamente urbana. Podemos dizer que existe um modelo brasileiro de urbanização, cuja característica mais marcante é o da pulverização de cidades pelo território, com alguns centros urbanos de maior porte atraindo população, mas onde a imensa maioria da população (mais de 60%) vive em pequenas e médias cidades.[30] As regiões metropolitanas, concentrando mais de 30% da população, representam os centros de decisão econômica, de irradiação dos movimentos políticos (exceção feita a alguns movimentos rurais), e de maior difusão dos movimentos culturais. Sua força deriva da confluência desses fatores, como muitos mais que deles decorrem: infra-estrutura consolidada e em constante expansão, concentração de oportunidades de trabalho, maior estrutura de lazer e entretenimento, etc.

27 HARVEY, David. Op.Cit. p. 207

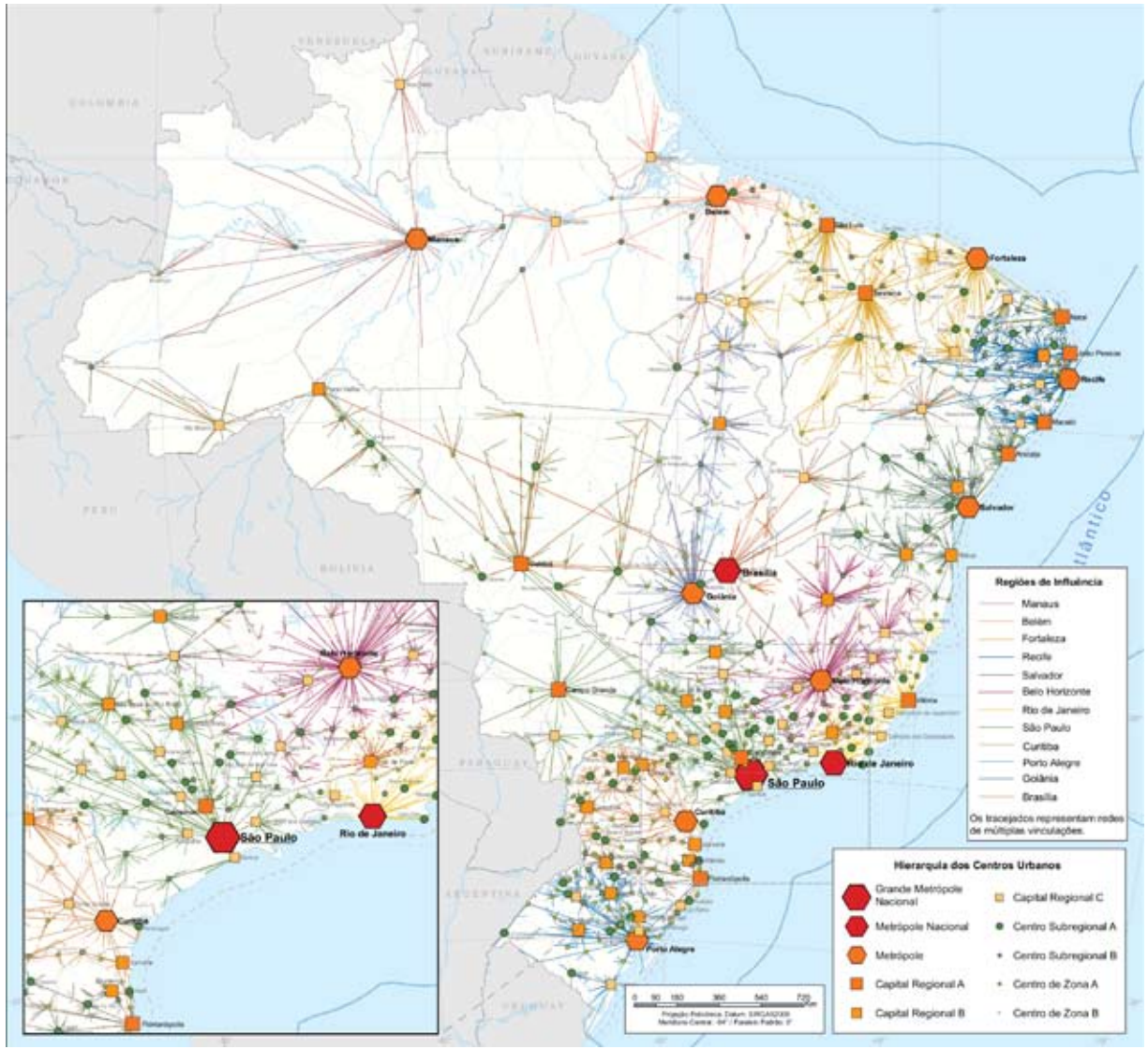
28 ROMERO, Marta Adriana Bustos. Princípios bioclimáticos para o desenho urbano. São Paulo: P.W., 1988. p. 14. O alto custo que passa a preocupar tais nações é econômico, inicialmente. Posteriormente é que o custo ambiental ou ecológico é levantado.

29 HARVEY, David. Condição Pós-Moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2009 (18ª Edição). Edição original: 1989. p. 78-79

"Os problemas das minorias e dos desprivilegiados ou dos diversos elementos contraculturais que tanto intrigaram Jane Jacobs foram jogados para debaixo do tapete até que se pudesse conceber algum sistema bem democrático e igualitário de planejamento baseado na comunidade que atenda às necessidades dos ricos e dos pobres. Isso pressupõe, no entanto, uma série de comunidades urbanas bem formadas e coesas como ponto de partida num mundo urbano que está sempre em fluxo e transição."

"Esse problema é agravado pelo grau em que as diferentes 'culturas do gosto' e comunidades exprimem seus desejos por meio de uma influência política e de um poder de mercado diferenciados. (...) O populismo do livre mercado (...) encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos dos shoppings e átrios, mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenobrosa paisagem pós-moderna de falta de habitação."

30 MARICATO, Ermínia. Op. Cit. p. 25



A rede urbana brasileira em 2007. Ainda que a maior concentração de cidades esteja no centro-sul e no litoral, podemos ver uma dispersão dos nós da rede urbana em direção ao interior do País.
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

Mas não cabe transpor as condicionantes externas acima mencionadas diretamente para a realidade urbana brasileira. Aqui, o projeto urbano entra numa chave de melhoria de certos setores de cidade, principalmente para criar um ambiente de negócios favorável para o capital nacional e estrangeiro [31]. Seu conflito está nos imensos passivos deixados por décadas de crescimento urbano sem participação efetiva nem de um mercado imobiliário de grande porte capaz de prover serviços urbanos e habitações a maioria da população de baixa renda, nem de um poder público habilitado a fazê-lo. O planejamento participativo torna-se bandeira para setores progressistas da inte-

31 Ao menos era isso que os ideólogos nacionais desse movimento diziam.

lectualidade nacional, mas pouco consegue emplacar de seus objetivos, na medida em que o problema estrutural do déficit habitacional, aliado às carências infra-estruturais de transporte e saneamento ambiental, não diferencia muito a maioria das comunidades, mas ao contrário às integra em lutas específicas.

Por fim, as mesmas contradições que levam a um crescimento periférico sem infra-estrutura impedem uma defesa intransigente de preceitos "ecológicos" ou "sustentáveis", na medida em que a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis por populações socialmente vulneráveis é uma constante no processo de urbanização das metrópoles brasileiras. Contraditoriamente, pobres e ricos ocupam essas áreas, com objetivos e motivações distintas. No entanto são os de menor poder aquisitivo que arcam com o ônus do estigma social e da ausência de infra-estrutura.

Paralelamente às mudanças nas estruturas mesmas do capitalismo e da percepção da cidade por especialistas, há uma alteração nos hábitos de vida mais ligados à residência. Se historicamente as classes abastadas puderam estruturar suas residências de forma cada vez mais compartimentada, destinando cômodos para atividades específicas, sobretudo a partir do século XIX, esse processo começa a chegar às classes populares apenas no século XX nos países centrais do capitalismo e no início do século XXI em países como o Brasil, ainda que de forma conflituosa.

> "O desenvolvimento da grande indústria – e, em sentido mais amplo, do assalariado – alterará as relações entre a atividade laboral e não laboral (origem do consumo), entre os momentos que se consagram a uma e outra, e portanto, entre os lugares em que se realizam (lugar de trabalho/habitação). Uma recomposição (recorte) de usos tenderá a substituir por formas intensamente socializadas, 'contínuas' e superpostas que caracterizam em particular a produção agrícola e artesanal. Deste movimento, comum às configuração econômicas e sociais que estudamos, nasce a generalização de um uso, específico do hábitat, que torna-se progressivamente dominante. Tal modalidade de uso é diferenciada, hierárquica e orientada." [32]

Essa hierarquização de usos dentro das residências foi possível na Europa e nos EUA, devido a generalização do emprego formal e da atividade industrial como fonte de renda para boa parte da população. No Brasil, onde tal generalização não ocorreu, e em que grande parte da população economicamente ativa vivendo em cidades não tinha emprego formal, há a criação de um subproletariado, sobrevivendo sem empregos formais e utilizando sua residência como espaço para obtenção de renda. Assim, há a abertura de um pequeno comércio na garagem, ou um quarto de costura, ou mesmo a utilização do quintal e da laje para lavagem e secagem de roupas "pra fora".[33] Ou seja, espaço de trabalho e espaço de residência se interpenetram. E, como veremos, tal fato torna-se evidente nas formas das edificações.

O lazer ligado à televisão alterou de forma profunda as formas de lazer voltadas ao espaço exterior, mantendo cada vez mais as pessoas dentro de suas residências após o horário de trabalho. Esse processo é generalizado, sobretudo nesse início de século, pela possibilidade de acesso da maioria da população a um aparelho de TV. Ele altera a vida no espaço público, já que este deixa de ser a opção preferencial de lazer e recreação das populações pobres.

32 PANERAI, Philippe R., et alii. Op. cit. p. 144

33 SANTOS, Carlos Nelson dos et alii. Quando a rua vira casa. Rio de Janeiro: FINEP; IBAM, 1981.

Comércio e residências misturam-se, tanto na escala da cidade, como na escala do edifício. À esquerda, praça Diamantino de Jesus, no distrito de Vila Medeiros. À direita, edifícios mistos e residenciais no distrito de Freguesia do Ó.
Fonte: (E) Ulisses Sardão e (D) Sidney Carvalho - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

São Paulo, a maior metrópole brasileira, está nesse contexto de transformação do sistema produtivo, mudança nos paradigmas teóricos das intervenções urbanas e alteração dos hábitos do cotidiano da população. Podemos destacar dois processos urbanos. O primeiro deles, de periferização, pode ser descrito, superficialmente, como o processo que leva populações pobres a buscar áreas mais afastadas do centro das cidades pelo menor valor do solo urbano. Tais áreas geralmente não dispõem inicialmente de infra-estrutura básica de transporte e saneamento, nem mesmo de equipamentos urbanos, como escolas, hospitais, praças, etc. No capítulo III discorreremos sobre a periferia e seu processo de constituição, apontando as insuficiências de uma visão que desconsidere as complexidades inerentes à própria periferia e sua constituição simbólica.

O segundo processo é o de dispersão urbana, que começou com as indústrias, buscando terrenos maiores e mais baratos, próximo a grandes eixos de transporte regional, e pagando o deslocamento de sua força de trabalho especializada, principalmente com esquemas de fretamento de ônibus. Em seguida, os trabalhadores mais pobres, buscam áreas próximas às indústrias, ou seja, junto aos eixos de transporte rodoviário, como forma de diminuir os custos de deslocamento e aumentar as oportunidades de emprego. Por outro lado, trabalhadores de maior nível econômico buscam melhor qualidade de vida com menores custos nas bordas das grandes cidades, também próximo a eixos de transporte que possibilitem seu deslocamento tanto para os centros urbanos mais consolidados, quanto para as indústrias, já descentralizadas. Por fim, áreas de comércio e serviço seguem tal movimento, buscando atender as demandas das indústrias e da população que se dispersou pelo território.[34]

> "As mudanças são tão radicais quanto a fusão do ferro ou a transformação do gelo em água, exemplos clássicos de mudança de estado físico. [...] a dispersão urbana é a passagem de um estado para outro, no qual as formas se subdividem rapidamente sobre o território [...]. Se as configurações do espaço urbano são suporte e resultado da vida social, as mudanças na existência social devem compreender novas modalidades de urbanização e novas configurações." [35]

34 REIS, Nestor Goulart. Op. Cit.

35 REIS, Nestor Goulart. Op. Cit. p. 19

> "Foram consideradas como dispersas as áreas de urbanização formadas em cada decênio, em locais afastados do tecido urbano já existente, com autonomia de infra-estrutura e serviços, com padrões equivalentes aos de bairros tradicionais (as áreas urbanizadas mais antigas, de tecido urbano contínuo). [...]Algumas são depois absorvidas pelo tecido urbano tradicional [...]. Mas porcentagens crescentes [...] são implantadas de modo disperso e assim permanecem." [36]

Acreditamos que a "passagem de um estado para outro", proposta como analogia aos processos físicos da matéria, muitas vezes não configura uma transmutação. Na medida em que os processos de periferização e de dispersão são concomitantes, a transformação abarca o existente, dando-lhe um novo conteúdo social. A cidade é acrescida de novas formas mas, sobretudo, é transformada em sua materialidade pelos novos usos que dela se apoderam e por novas formas de distribuição dos novos usos.

A dispersão, resultado de um processo de desconcentração produtiva, melhoria da infra-estrutura de transportes, novas possibilidades de abastecimento e de saneamento, transforma o significado das estruturas urbanas existentes. Assim, algumas áreas urbanas não precisam apresentar a desconexão com a urbanização precedente para serem vivenciadas dentro da chave social (e não apenas urbana) da dispersão. Há uma diversidade de empreendimentos imobiliários voltados para as classes médias e altas no sopé da Serra da Cantareira, lado a lado com assentamentos precários de população de baixíssima renda.

Pode-se dizer que a vida da população moradora das periferias urbanas, geralmente as mais pobres, sempre teve uma ligação com o processo descrito por Nestor Goulart como dispersão urbana. O trabalho distante da moradia, o lazer usufruído de forma pontual pela cidade, a vida urbana fragmentada em momentos distintos e com personagens diversos, pode ser visto como uma constante na vida da população pobre habitante dos arredores da cidade. Este processo torna-se comum também à população de classe média e alta, na sua busca por melhores condições de vida, paradoxalmente também nos arredores urbanos. Assim, o trabalho e lazer institucionalizado nas centralidades urbanas, a moradia e o lazer em família nas periferias, tornam-se uma forma de compreender o cotidiano das pessoas no início do século XXI. Empreendimentos de pequeno porte, como os que veremos na Zona Norte de São Paulo, ou de grande porte, como os Alphavile ou Tamboré, às margens da Rodovia Castelo Branco, só intensificam e consolidam esse processo de ruptura com padrões anteriores de vida na metrópole.

> "[...] a amplidão alcançada pela urbanização modificou a tradicional relação centro-periferia, conformando manchas urbanas que ocuparam o território de forma desigual e descontínua, formando uma intricada rede de relações com realidades físicas e funcionais cada vez mais complexas. [...] [Assim,] os territórios atuais apresentam conformações inusitadas, com uma estrutura espacial descontínua e estendida, com centros compactos, que se misturam a assentamentos dispersos e áreas naturais e rurais, conectados por uma rede viária potencializada." [37]

36 REIS, Nestor Goulart. Op. Cit. p. 76

37 TARDIN, Raquel. Espaços livre: Sistema e Projeto Territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 18

Em São Paulo, os processos de periferização e de dispersão são concomitantes com o de esvaziamento de parte das áreas centrais e melhor infra-estruturadas da cidade. Congestionadas, essas áreas passam a ser deixadas pelas populações de maior renda. Simultaneamente, novas estruturas urbanas deslocaram parte da centralidade antes exercida pelo centro tradicional.

As avenidas marginais aos Rios Tietê e Pinheiros passam a atrair certas atividades mais propriamente ligadas à velocidade e aos fluxos da vida metropolitana. Diferentes empreendimentos, de shopping centers a centros de convenções, de hipermercados a parques de diversões, são instalados às margens dessas vias de grande fluxo, abrangendo um leque maior de usuários, locais, estaduais e nacionais.

> "Na escala da região metropolitana em formação, a exagerada importância da área central levava ao congestionamento. As avenidas marginais passaram a absorver ao seu redor centros de atividades relevantes. Saindo de um modelo de hierarquia que privilegiava o ponto central, chegava-se a um desenho de polarização ao longo de dois eixos, como uma coluna vertebral. Ao redor desse meio-anel, passou a gravitar a vida da metrópole." [38]

A São Paulo do início do século XXI nos parece resultado de uma política geral de "laissez faire" urbano [39] que, de uma forma ou de outra, sempre povoou a periferia urbana de São Paulo. Apesar dos aportes sucessivos de infra-estrutura, podemos supor que o modelo de urbanização é incremental, ou seja, primeiro é feito um arruamento básico com um loteamento, regular ou irregular. Depois, são feitos alguns melhoramentos, como o abastecimento de água e de energia elétrica. Em seguida, são feitos o calçamento e a coleta de esgoto. Finalmente, são provisionados os equipamentos educacionais e de saúde.

Em certa medida, é o "Estado de Deixa-Estar Social", expressão cunhada por João Whitaker para descrever a solução brasileira para o Estado de Bem-Estar Social: de um lado, deixa-se para a população o ônus de criação de formas de moradia sem a presença direcionadora do Estado; e, de outro, há um apoio do poder público às iniciativas voltadas para as áreas urbanas mais consolidadas e voltadas para as elites econômicas e políticas, provisionando, apenas na medida em que recebe maiores pressões políticas, infra-estrutura e serviços urbanos para as áreas periféricas.

E as obras públicas solicitadas pela população, poucas vezes foram precedidas de um estudo prévio, um projeto integrado de urbanização. Por exemplo, a obra viária como solução de acessibilidade, sem a estruturação de planos de mobilidade, levou a uma situação em que soluções de planejamento de transporte foram deixadas de lado em nome de alargamentos de ruas, construção de avenidas, entre outras que, são necessariamente mais dispendiosas. [40] O crescimento recente da Marginal do rio Tietê sobre seus canteiros centrais é um exemplo de solução de trânsito sem planejamento, já que não estava prevista no Plano Diretor da cidade, mas vinha sendo aventada nos meios políticos há alguns anos.

O modelo de Urbanização Incremental foi preconizado por instituições internacionais como o Banco Mundial e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento[41] nos anos 1970, como forma de levar urbanização para áreas de rápi-

38 REIS, Nestor Goulart. Op. Cit. p. 142

39 "No Brasil, em quatro anos (1995 e 1999), menos de 20% do aumento dos domicílios, apenas, foi representado por moradias produzidas com financiamento. Enfim, a maior parte das moradias assim como boa parte das cidades construídas no país nos últimos vinte anos, foram feitas sem financiamento, sem conhecimento técnico e fora da lei. [...] O laissez fair predominou no uso e na ocupação do solo, na maciça maioria das cidades, décadas após décadas, independentemente do prestígio ou desprestígio do planejamento urbano e do Estado interventor ou liberal." MARICATO, Ermínia. Op. Cit. p. 133

40 CARDOSO, Fernando Henrique et alii. Op. cit. p. 11

41 Esse modelo, chamado de "sites and services", preconiza a provisão de lotes "organizados" para população de baixa renda, com o mínimo de infra-estrutura possível. Basicamente, é o arruamento e o loteamento, e essa é a parte dos "sites". Ao decorrer dos anos, a infra-estrutura é construída, referente aos "services" da sentença. GATTONI, George. A Case for the Incremental Housing Process in Sites-and-Services Programs and Comments on a New Initiative in Guyana. Washington: Interamerican Development Bank, 2009.

do crescimento urbano e baixo poder aquisitivo, permitiu articular diversos interesses na estruturação da cidade de São Paulo e, de uma maneira geral, das cidades brasileiras. A especulação pelo "vazio urbano", componente fundamental do processo de periferização, e uma visão específica de papel do estado na provisão de infra-estrutura para o desenvolvimento urbano, são estratégias utilizadas como forma de manutenção da atividade econômica interna.

A urbanização, dentro desse contexto, carrega diversos setores da economia nacional, como o de derivados de petróleo, com os suprimentos para asfaltamento e demais insumos para a produção, o da construção civil em geral (leve e pesada), tanto para a construção da infra-estrutura de urbanização (saneamento, energia elétrica, etc) como para a construção das edificações necessárias para as atividades urbanas, o de prestação de serviços públicos (lembremos que boa parte do orçamento público em todas as cidades vai para o transporte público e para a coleta de lixo), o de prestação de serviços em geral, entre outros. Fazer cidade, portanto, movimenta uma diversidade de setores da economia. Adicionalmente, fazer com "vazios", faz essa movimentação se associar a setores rentistas da população, tornando o capital imobilizado em terrenos (urbanos ou peri-urbanos), valorizado com um esforço mínimo.

Apesar disso, podemos identificar uma potencialidade nessa maneira de estruturar o espaço urbano. Os "vazios" urbanos, construídos para permitir a valorização da renda dos proprietários de terra, são algumas das poucas extensões de solo remanescentes em densas áreas urbanizadas. Por estarem estrategicamente localizados, os terrenos não ocupados em meio a malha urbana podem ser alvos de políticas públicas que garantam a efetivação de sua função social, seja para habitação, seja para a criação de espaços livres públicos de lazer e recreação.

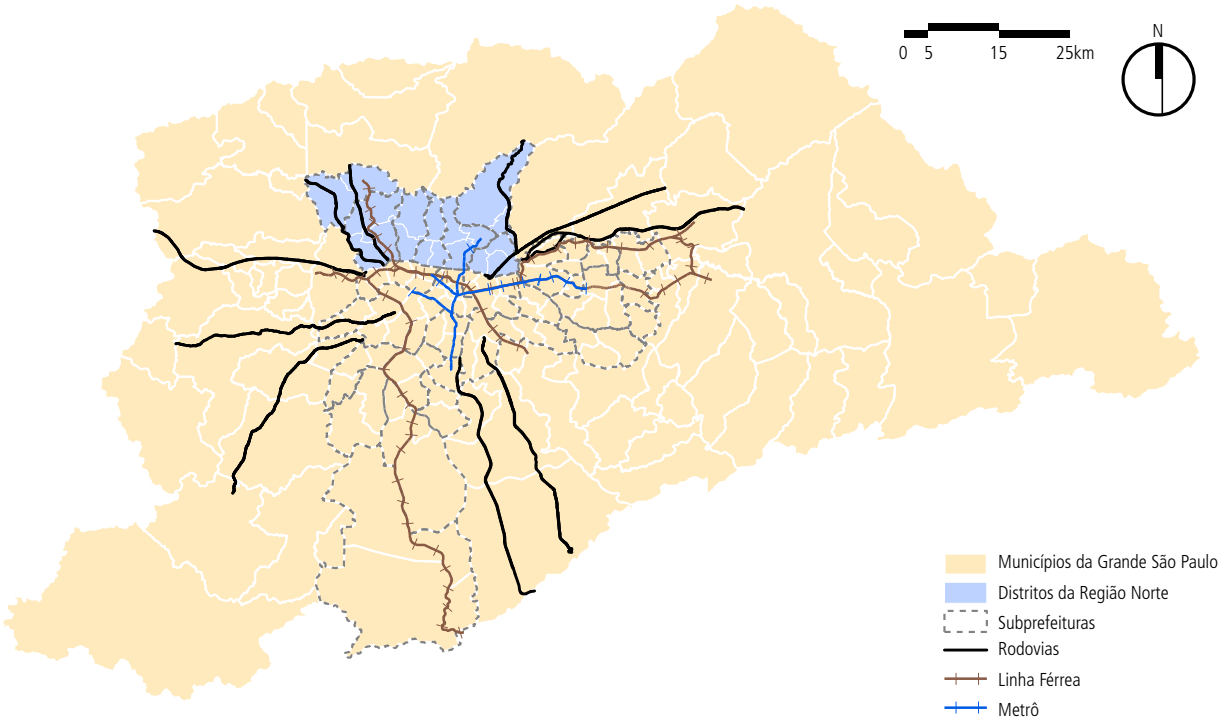
Vista da Brasilândia.
Fonte: Sidney Carvalho - Setembro de 2005 - Acervo do autor.

Como efeito colateral da Urbanização Incremental, temos que:

> "Embora o atendimento de certos serviços urbanos, como água e energia, esteja próximo da universalização na região metropolitana, os rios continuam sendo o destino final da maior parte dos esgotos coletados, a impermeabilização indiscriminada do solo tem aumentado a velocidade e o volume das águas que chegam aos córregos e rios, provocando inundações, e as áreas com riscos ambientais estão se multiplicando. Conseqüências inevitáveis da falta de sincronia entre a implantação das diferentes redes de infra-estrutura e o porte da urbanização metropolitana." [42]

42 MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 99

III. Aspectos da paisagem urbana



Mapa da Região Metropolitana de São Paulo, destacando os distritos da Região Norte da Capital.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapas do Banco de Dados do Projeto QUAPÁ (Quadro do Paisagismo no Brasil) da FAUUSP.

Periférica e funcionalmente dispersa, a Zona Norte de São Paulo adentra o século XXI apresentando processos típicos das periferia das grandes cidades, como o crescimento em áreas sem infra-estrutura, e outros típicos de centralidade, como o esvaziamento de áreas já consolidadas.

Dois pontos ficam pendentes de elucidação nesse momento. O primeiro refere-se às características desse fenômeno social que compreendemos por periferia. As implicações que o uso do termo tem no contexto do estudo da paisagem urbana necessitam de maior aprofundamento. O segundo ponto diz respeito à área de estudo mais especificamente. Ou seja, a compreensão dos aspectos da paisagem urbana num lugar determinado da metrópole.

1. Periferia e subúrbio na compreensão da cidade brasileira

Há diferentes formas de abordar o conceito de "Periferia", e o processo que leva a sua criação no ambiente urbano, a "Periferização". Pode ser visto como uma questão social e, dentro dessa, econômica, decorrente tanto do modo de produção e reprodução da sociedade, o capitalismo, como de seus rebatimentos na cidade. Pode ser visto como uma questão cultural e simbólica, em última análise, como uma questão de representação. Ou seja, como as comunidades representam a cidade à sua volta, como elas a vêem, e quais as relações que fazem entre o lugar e sua condição social. Por último, acreditamos que a "periferia" e seu processo de constituição pode ser compreendida em oposição ao "subúrbio" e ao processo de "suburbanização".

Aspectos sociais

"Periferia" é um conceito comum nas análises das estruturas do modo de produção capitalista. De uma maneira geral, em tais análises, o Brasil se localiza na periferia de um sistema mundial de produção e apropriação das riquezas.

Ao situar Machado de Assis na periferia do capitalismo, Roberto Schwarz, por exemplo, se refere à relação que aquele estabeleceu em sua prosa tanto com os cânones literários emanados do "centro" (a Europa, principalmente), quanto com as incompatibilidades desses mesmos cânones em retratar as realidades sociais e culturais encontradas na "periferia" (o Brasil). Ressalta, por outro lado, a interdependência que já naquele momento (a partir de meados do século XIX) o escritor divisa. Pois existindo a incompatibilidade entre os modelos central e periférico, esta não era excludente. Em nenhum momento as estruturas, apesar de opostas, tiveram suas convivências impossibilitadas, já que eram complementares, tanto de ponto de vista da sobrevivência mútua, quanto da reprodução dos próprios modelos.[1]

É possível, para além desse tipo de análise (que é bastante abrangente), situar o debate no âmbito dos autores que problematizam a periferia dentro das questões urbanas.

No debate sobre o espaço urbano, podemos compreender o espaço como base para a produção no sistema capitalista e também como produto nessa produção. Assim, o espaço, sobretudo o urbano, é um produto do trabalho humano e também é o suporte para esse trabalho. Partindo desta premissa, qualquer alteração que se faz em uma porção do espaço, a torna diferente de outras porções do espaço.

Exemplificando, podemos imaginar uma área não-urbanizada, com diversos lotes privados. Em um dado momento, decide-se traçar uma rua cortando essa área. De partida, criou-se uma situação de diferenciação entre os vários

1 SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000 (1ª Edição: 1990).

lotes, pois a rua, uma infra-estrutura pública, estará mais próxima de alguns lotes que de outros. Numa sociedade capitalista, os preços dos lotes tenderão a variar, já que aqueles que estiverem mais próximos da rua, terão mais atrativos do que os mais distantes. Compreendendo a rua como uma infra-estrutura (de circulação, principalmente) que serve de base para outras infra-estruturas (saneamento ambiental, energia elétrica, telecomunicações, etc.), a perspectiva de valorização dos lotes lindeiros à rua é contínua, enquanto que o preço dos lotes mais distantes pode não variar tanto e, nesse contexto, serão sempre inferiores aos lotes junto à rua.

Como a propriedade do solo é privada, e o direito de construir e habitar (ou produzir) no lote é do seu proprietário, progressivamente, os únicos que poderão viver nas proximidades da rua são aqueles que tiverem recursos suficientes para comprar os lotes. Aqueles que tiverem menos recursos, só poderão comprar lotes distantes da rua.

E assim, cria-se uma situação de "desigualdade" pois os investimentos no espaço urbano transformam suas porções, deixando-as estruturalmente diferentes. E a diferença é tão profunda que não pode mais ser sobrepujada com outras vantagens que as partes individualmente possam ter. O fato de um lote estar próximo das infra-estruturas de circulação, saneamento e energia o torna tão atraente para quem for habitar ou produzir ali, que, na relação com outros terrenos que não têm essa infra-estrutura, ele se torna quase incomparável. E esta diferença é potencializada no tempo, ou seja, quanto mais tempo a diferença perdurar, maior se tornará a desigualdade, pois o proprietário que se aproveitar dela, lucrando, estará progressivamente à frente (economicamente) dos proprietários dos outros terrenos que não usufruem mais diretamente dessa melhoria.

> "[...] a terra como mercadoria tem um valor que se expressa através da localização, papel e grau de inter-relação com o espaço global, produzido, mesmo que seja em potencial, dentro de condições específicas.
>
> O processo de formação do preço da terra, como manifestação do valor das parcelas, leva em conta desde processos cíclicos da conjuntura nacional (que incluem a forma de manifestação de processos econômicos mundiais) até aspectos políticos e sociais específicos de determinado lugar. Todos esses fatores vinculam-se ao processo do desenvolvimento urbano, que, ao realizar-se, redefine a divisão espacial, e com isso o valor das parcelas. Este valor será determinado em função do conjunto ao qual pertencem, e é nesta inter-relação entre o todo e a parte que ocorre o processo de valorização real ou potencial de cada parcela do espaço."[2]

Essa é uma descrição simplificada do processo de urbanização de uma área. Serve para ressaltar o seu caráter desigual. Levando essa análise para a maior metrópole de um país periférico no contexto do capitalismo internacional pode-se notar que o processo que marca a constituição do espaço urbano leva a marca da desigualdade, pois esta é estrutural na produção da cidade capitalista. O desvelamento das desigualdades é sempre um processo de análise comparativa, ou seja, um terreno em relação ao outro, uma classe social em relação à outra.

2 CARLOS, Ana Fani Alessandri. Op. Cit. p. 170-171

Sinteticamente, podemos dizer que no modo de produção capitalista há uma progressiva divisão social do trabalho. As pessoas, divididas em classes sociais, executam trabalhos diferentes conforme sua posição social, dentro do grande processo de reprodução das condições materiais de vida da sociedade. Essa divisão de tarefas reflete-se na cidade, na medida em que os diversos trabalhos têm remunerações diferentes, o que permite a cada extrato social habitar ou produzir em determinadas áreas, dependendo de seus ganhos. Assim, nas áreas mais valorizadas historicamente, ficam aqueles que têm mais recursos.

> "Em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano." [3]

Apesar de o autor citado generalizar para toda cidade envolvida no modo de produção (e reprodução) capitalista, deve-se ressaltar que falamos da cidade capitalista PERIFÉRICA, ou seja, aquela constituída nos países periféricos do capitalismo internacional. Portanto, o lugar de onde falamos, e o fenômeno que reconhecemos é, uma vez mais, condicionado pelos fatores sociais relacionados com uma posição subalterna no fluxo internacional do capital.

Nesse contexto, cria-se o que podemos chamar de "processo de periferização", que tem como característica básica o afastamento das populações de menor poder aquisitivo para áreas em que o preço da terra não seja tão alto. Como o preço da terra é a tradução dos investimentos aplicados de maneira desigual por todo o território, a princípio, as áreas mais afastadas e cujo desenvolvimento urbano é menor, tenderiam a ter seu preço menor e, portanto, mais acessível para as camadas populares. E, na medida em que as áreas mais afastadas dos centros urbanos tradicionais vão recebendo investimentos, seu valor relativo vai aumentando, o que pode inicialmente impedir que outros indivíduos das classes sociais desfavorecidas se fixem ali e, posteriormente, pode levar a que os indivíduos já ali localizados resolvam realizar os seus investimentos e vender suas propriedades, em busca de outras, mais baratas e, possivelmente, mais distante.

Tal processo, largamente estudado durante as últimas décadas do século XX por autores como Ermínia Maricato e Flávio Villaça[4], começa a ter mudanças derivadas da alteração do padrão produtivo, das formas de distribuição das infra-estruturas, e dos modelos de mobilidade adotados pela população. Como pudemos notar ao longo do trabalho, em diversos pontos daquilo que podemos chamar de "periferia", o processo de periferização tem se mostrado com uma dupla característica. A primeira é aquela que acabamos de ressaltar, ou seja, os pobres buscam áreas progressivamente mais distantes, na medida em que não têm meios de adquirir propriedades nas proximidades das infra-estruturas. A segunda é que, em função da melhoria das avenidas intra-urbanas e das rodovias regionais e inter-regionais, há um processo de dispersão da população de maior poder aquisitivo, em busca de qualidades urbanas não encontradas nos centros urbanos mais densamente ocupados, como salientado no Capítulo II. [5]

3 SINGER, Paul. "Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista", in A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p. 33 apud CARLOS, Ana Fani Alessandri. Op. Cit. p. 64

4 Ressaltamos principalmente os seguintes livros: MARICATO, Ermínia. Op. cit. e VILLAÇA, Flávio. Op. Cit.

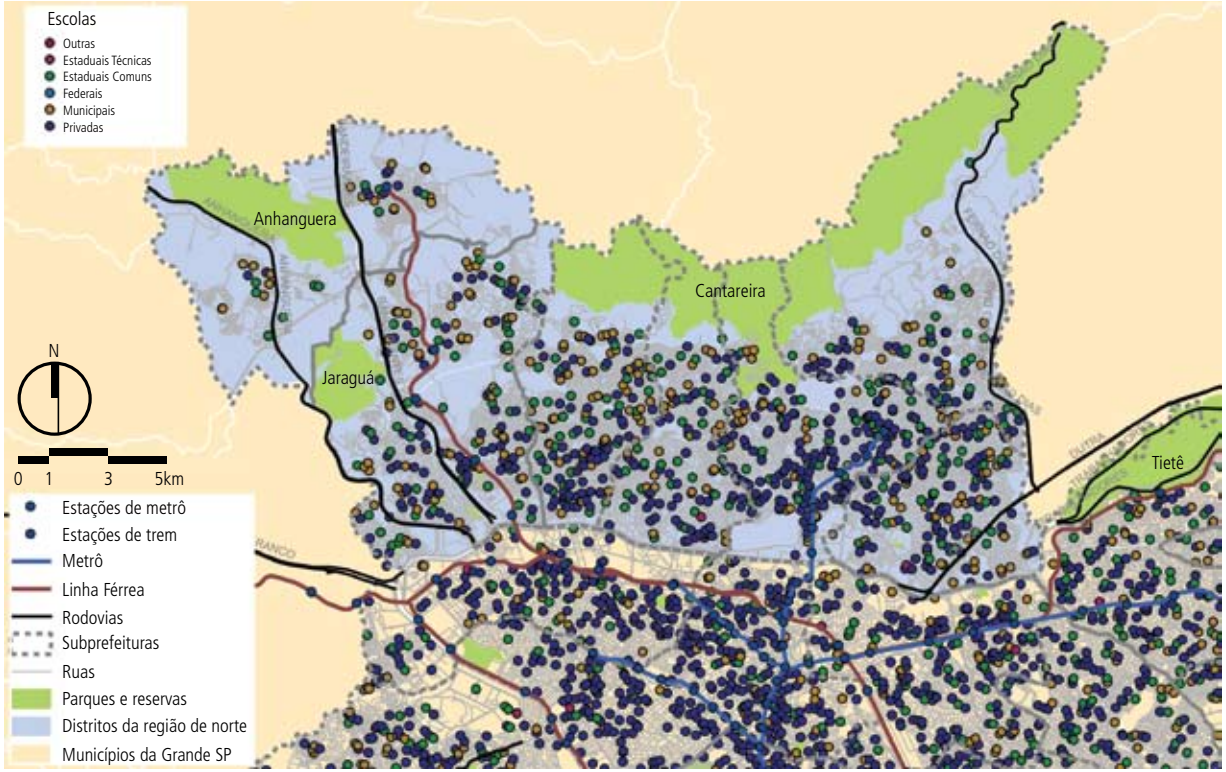
5 REIS, Nestor Goulart. Op. Cit. p. 129-131. O autor, ao introduzir o conceito de dispersão urbana fala em dois tipos de dispersão no caso das classes sociais: a "dos ricos" e a "dos pobres." Apesar de concordarmos que, na área estudada está presente o processo de "dispersão dos ricos", o mesmo não acontece para a população de baixa renda.

Aspectos Simbólicos

A importância de estudar a porção norte do município de São Paulo e, adicionalmente, denominá-la periferia, parte do entendimento de uma relação de dependência com outra porção do município, a que chamaremos genericamente de centro. No centro concentram-se as principais opções de lazer, educação, emprego e consumo. E, adicionalmente, concentram-se os investimentos públicos e privados de maior monta para construção de pontes, viadutos, equipamentos de transporte de alta capacidade (Metrô), sedes de empresas, entre outros. Mas não podemos confundir a periferia da qual tratavam autores como Maria Ruth Amaral Sampaio e Carlos Lemos em meados dos anos 1970[6], e aquela de que trata esse trabalho, do início do século XXI.

Antes caracterizada por grandes carências, a periferia norte do município adentra o século XXI transformando-se (ainda que lentamente) pela emergência de novas centralidades ligadas às avenidas de fundo de vale e pelo reforço de antigos sub-centros de comércio e serviços, em uma rede cada vez mais multipolar. Os investimentos públicos acabam por tornar-se, até pela luta política das populações residentes nessas regiões, mais e mais abrangentes, chegando a áreas antes desprezadas, como se pode ver, por exemplo, pela grande abrangência territorial dos equipamentos escolares na região.

6 SAMPAIO, Maria Ruth Amaral; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Habitação Popular Paulistana. São Paulo: FAUUSP, 1977



Equipamentos Educacionais nos distritos da Região Norte do Município de São Paulo.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapas do Banco de Dados do Projeto QUAPÁ (Quadro do Paisagismo no Brasil) da FAUUSP.

CEU (Centro Educacional Unificado) da Paz, no distrito da Brasilândia. Exemplo de investimento do poder público municipal em área de vulnerabilidade socio-ambiental.
Fonte: Luciana Satiko - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Ainda assim, a consciência das diferenças e mesmo das desigualdades se torna cada vez maior. A percepção das distâncias, físicas ou sociais, entre o que podemos chamar de centralidades históricas e as periferias, se acentua. "Lugar fora das idéias" [7], a periferia torna-se, progressivamente, uma categoria espacial analítica pela separação geográfica que se traduz em separação socioeconômica e cultural, e vice-versa. Na cultura popular, emerge pelo reconhecimento que alguns grupos culturais fazem dessa realidade, e aproxima-se cada vez mais do que foi o "morro" no século XX em cidades onde esse fenômeno era (e ainda é) mais patente.

O "morro" como elemento da realidade espacial, social e econômica de cidades como o Rio de Janeiro, entrou na cultura popular como símbolo da desigualdade sócio-espacial que coloca lado a lado ricos e pobres. Ali, a proximidade física da população pobre é "contrabalançada" pelo risco geológico e pela vulnerabilidade social dessa mesma população. Na música popular, é eternizado por músicas como "Ave Maria no morro" [8] e "O morro não tem vez"[9], em que tanto a posição geográfica, quanto as características construtivas das habitações são descritas e ressaltadas, ora em tom de denúncia, ora em tom de afeto. Em São Paulo, no mesmo período, destaca-se Adoniran Barbosa, evidenciando em sua poesia a precariedade das habitações proletárias sem, no entanto, ressaltar sua posição geográfica na estrutura da cidade. Em obras como "Saudosa Maloca", salienta-se a posição social e econômica dos protagonistas ("eu, Mato Grosso e o Joca") que constroem em um terreno privado, provavelmente central, sua habitação, mas que, devido a posturas do proprietário, são despejados e sua moradia demolida.[10]

Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. A vulnerabilidade socio-ambiental está presente, a diferença é a proximidade aos centros urbanos tradicionais.
Fonte: Júnia Santa Rosa - Sem data - Acervo do autor.

A periferia, ao contrário dos morros cariocas, reflete o distanciamento[11] e espalhamento no território, em um processo de ocupação que, apesar de não criar linhas nítidas de divisão social e econômica, cria tempos diversos para a apropriação dos bens sociais que a urbanização disponibiliza. Esta paisagem ganha evidência, do ponto de vista cultural, a partir do reconhecimento de suas características por grupos de rap do final do século XX, como GOG, em Brasília, e Racionais MC's, em São Paulo. Este último expõe uma descrição do que seria a periferia:

"Periferia é periferia, em qualquer lugar:

[...] Milhares de casas amontoadas

[...] Gente pobre

[...] Vários botecos abertos, várias escolas vazias

[...] E a maioria por aqui se parece comigo

[...] Mães chorando, irmãos se matando: até quando?

[...] Aqui, meu irmão, é cada um por si

[...] Molecada sem futuro, eu já consigo ver" [12]

Nessa descrição, a periferia é vista com características que se repetem em diferentes pontos do país, evidenciando uma concentração de população pobre e afrodescendente. Sua paisagem urbana carece de planejamento, e a paisagem social é marcada pela violência e a desesperança.[13]

Essas características são ressaltadas e reforçadas em programas de TV como "Toda Periferia", com Regina Casé — que amplia o conceito para periferias urbanas em outras cidades do mundo — e filmes de sucesso como "Antônia", gravado no bairro da Brasilândia, e "Cidade de Deus", gravado no Rio de Janeiro em um assentamento construído através do planejamento urbano e das políticas de produção habitacional estatais.

A recente valorização desses espaços urbanos antes puramente estigmatizados, e atualmente em progressiva aceitação nos meios de comunicação de massa, pode ser vista também como um reflexo da melhoria progressiva do poder aquisitivo da população habitante nessas áreas. Essa melhoria coloca a necessidade de inclusão no mercado de consumo capitalista e, dentro

7 Expressão componente do binômio que dá título ao artigo publicado no livro "A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos". "As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento Urbano no Brasil", de Ermínia Maricato, chama a atenção para o fato de alguns lugares serem privilegiados de idéias gestadas em outras realidades sociais e econômicas (as economias centrais, nos dizeres de Roberto Schwarz), enquanto outros lugares das cidades (as periferias?) não terem qualquer atenção, na medida em que não se enquadram no modelo cultural a ser transplantado para o país.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias - Planejamento urbano no Brasil. In ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

8 Canção composta por Herivelto Martins. Ângela Maria. Sucessos de ontem na voz de hoje. Copacabana, 1956. Informação extraída do endereço eletrônico http://cliquemusic.uol.com.br/ e http://www.abramus.com.br/ em 18 de janeiro de 2011.

9 Canção composta por Tom Jobim e Vinícius de Moraes. JOBIM, Antônio Carlos. Antônio Carlos Jobim – The Composer of Desafinado Plays. Verve, 1964. Informação extraída dos endereços eletrônicos http://cliquemusic.uol.com.br/ e http://www.abramus.com.br/ em 18 de janeiro de 2011.

10 Saudosa Maloca, música originalmente gravada por Adoniran Barbosa em 1951 pela Continental Records.

À esquerda, vista aérea da RMSP em sua porção oeste. O espalhamento no território e a distância dos centros urbanos consolidados como marca da expansão periférica da cidade.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

deste, no mercado de consumo de produtos culturais. Cresce a percepção de que a criação de produtos culturais que levam em conta uma realidade social existente apenas para a classe dominante (bairros arborizados, grandes residências, carros de luxo, etc.), afasta do consumo as classes ascendentes. Esse talvez seja um dos motivos dessa inflexão.[14]

Suburbanização x Periferização

Não utilizaremos aqui o termo Subúrbio, pela ambigüidade que ele traz, na medida em que na literatura urbana, sobretudo anglo-saxônica, esse termo se refere à urbanização dispersa para habitação das classes médias ao redor de centros urbanos mais densos, construída no pós-2ª Guerra, principalmente nos Estados Unidos da América. [15]

Nesse sentido, compreenderemos a suburbanização como fenômeno tipicamente estadunidense, diferente da periferização, fenômeno característico de países na periferia do sistema capitalista. A suburbanização é um processo de urbanização para as classes de rendas médias e altas nos EUA, que vai buscando áreas cada vez mais distantes e baratas, para a criação de conjuntos habitacionais que se tornam atraentes pela existência de meios de transporte rápidos (trens de subúrbio e auto-estradas), e pelas grandes dimensões dos lotes individuais. Muito diverso da periferização, um processo de progressivo afastamento dos centros urbanos, que atinge principalmente as populações de baixas e médias rendas.

Assim, diferenciamos subúrbio de periferia tendo em mente que, entre outras coisas, ao subúrbio estadunidense corresponde uma escolha da população local. Já à periferia brasileira, uma falta de escolha da população de baixa renda.

Periferia

Periferia é a porção do território intra-urbano que se notabiliza por ser predominantemente residencial, de ocupação extensiva, distante do centro histórico e com uma urbanização incremental.

Nesse tipo de urbanização, característica nas periferias urbanas da América Latina, os serviços urbanos e mesmo as edificações vão sendo construídos e melhorados ao longo do tempo. A habitação, por exemplo, é construída ao longo de toda a vida da família proprietária, iniciando com poucos cômodos, e crescendo de acordo com os meios e necessidades familiares. Outro exemplo são os serviços e benesses urbanas. Inicialmente a rua é de terra batida, e apenas uma linha de ônibus atende ao bairro todo. Posteriormente, a rua é asfaltada, depois são provisionados o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica, e finalmente a rede de esgoto.[16]

Esses caracteres contrastam, e muito, com os das áreas centrais onde a ocupação é intensiva e a urbanização "imediata", ou seja, os serviços urbanos, assim como os edifícios, são construídos em etapas determinadas no tempo e no espaço urbanos. Tais contrastes ficam claros na paisagem, fato que abordaremos a seguir.

Deve-se ressaltar que essa conceituação de Periferia é contingente e instrumental, não definitiva. Acredita-se que deixar o termo e sua possível conceituação de lado poderia mascarar a maneira como é compreendida e trabalhada essa por-

11 "A mobilidade que cada indivíduo terá, do ponto de vista do lazer, no espaço, dá-se de modo diferenciado; o 'pobre' está confinado a um 'pedaço' – geralmente nasce e morre vendo muito pouco – ao passo que para as camadas de renda superior da sociedade não há tal problema." In CARLOS, Ana Fani Alessandri. Op. Cit. p. 62 12 Periferia é periferia (em qualquer lugar) in Racionais MC's. Sobrevivendo no Inferno. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

13 Tais versos podem ser lidos em outra chave interpretativa, que exploraremos num viés espacial, mais adiante. "Como cantam os Racionais MCS, periferia é periferia, em qualquer lugar. Essa letra é mais verdadeira do que nunca. Cada vez mais, a periferia toma conta de tudo. Não é mais o centro que inclui a periferia. A periferia agora inclui o centro. E o centro, excluído da festa, se transforma na periferia da periferia." VIANNA, Hermano. Paradas de sucesso periférico. In FERRARI, Florencia, et alii. Sexta Feira 8 Periferia. São Paulo: 34, 2006. p. 19-29

14 Ver também os comentários sobre estetização da pobreza, colocados no capítulo II.

15 "[...] é importante registrar que há diferentes conceitos de subúrbio. O processo de suburbanização em São Paulo apresenta características muito diferentes e até mesmo opostas às dos Estados Unidos. Lá, a expansão periférica correspondia a áreas ocupadas pelas faixas de renda média e alta, enquanto aqui os subúrbios foram em sua quase totalidade, até recentemente, ocupados por trabalhadores e subempregados." REIS, Nestor Goulart. Op. Cit. p. 47-48

16 GATTONI, George. Op. Cit.

ção do território. No entanto, compreende-se e procuraremos demonstrar ao longo do trabalho, que o contraste entre Centro/Periferia, no caso da região Norte de São Paulo, tem diversas facetas, e que a consolidação de novas centralidades, aliadas ao aumento da mobilidade de parte da população ali residente alterou a relação que muitos habitantes têm com o restante da cidade.

Com a ampliação do alcance dos serviços urbanos (unidades educacionais e de saúde, serviços de abastecimento de água, de coleta de esgoto, de iluminação pública, de distribuição de energia, etc.), a centralidade e, conseqüentemente, a periferia, muda seu perfil histórico, e suas funções na paisagem. Acompanha, nesse sentido, uma mudança tida como estrutural por diversos autores que estudam, a partir de diferentes pontos de vista, o ambiente urbano.

A periferização é um processo que tem duas faces na metrópole paulistana, quase sempre ligados. O primeiro é a periferização da pobreza, processo que é bem documentado em autores como Ermínia Maricato e Flávio Villaça. Nesse processo, os pobres são afastados de áreas onde a centralidade e proximidade de infra-estrutura tornam o valor da terra mais alto que seus ganhos. Buscam na periferia terrenos mais baratos, no entanto, mais distantes e carentes de infra-estrutura de todo tipo, o que torna esses bairros afastados em dormitórios para essas populaçòes, que tem de buscar suas opções de emprego, lazer, atendimento de saúde, etc., em outras localidades.

Já o segundo processo de periferização é aquele que periferiza a riqueza. Também atraídos por terrenos mais baratos, os indivíduos de maior renda buscam também maiores áreas para montar habitações mais ligadas à "natureza", menos "urbanas", etc. Além disso, fogem das "deseconomias de aglomeração", ou seja, da poluição, do congestionamento, da violência (sentida ou imaginada).

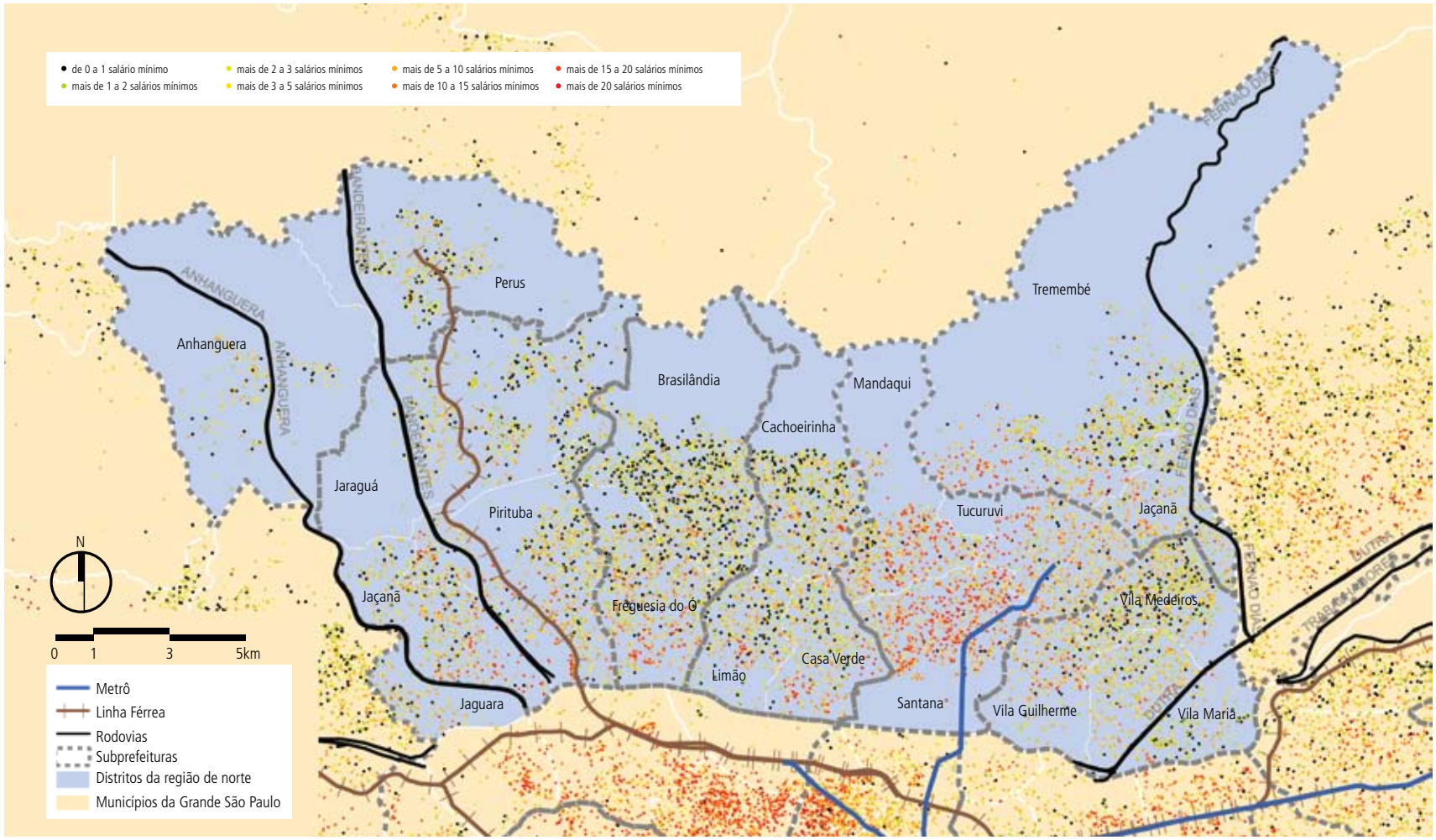
O primeiro processo, por ser fundamental para a acumulação de capital no capitalismo periférico nunca foi combatido pelo Estado. Ao contrário, parece ter sido incentivado, com a construção de conjuntos habitacionais subsidiados em locais distantes e desprovidos de infra-estrutura e de vizinhança. Tal procedimento valoriza o capital pois permite que outros proprietários, com terrenos de baixo valor e rurais ou semi-rurais, tenham a possibilidade de colocar suas propriedades no mercado como urbanas, próximos à escolas, etc, trazidas por lutas das populações exiladas nesses conjuntos, que acabaram por arcar com os custos sociais de viver por anos sem luz, água, escola, lazer.

O segundo propõe um paradoxo de difícil resolução em futuro próximo. Como a maior parte dos empregos permanecem em áreas centrais, o Estado, que usualmente investe nessas áreas, tem de dividir seus esforços entre áreas centrais e periféricas. Assim, promove uma melhoria em áreas que são mais ou menos partilhadas por ricos e pobres, de maneira mais ou menos igual. Por outro lado, diminui os esforços de melhoria em áreas historicamente consideradas centrais. Essa é, talvez, a principal contradição do século XXI no seio do capitalismo dependente urbano brasileiro. Pois da mesma forma que o urbano se desindustrializou na capital, parte dos centros tem perdido população residente, que vai para áreas pouco povoadas ou periféricas. E exigindo investimentos que permitam seu deslocamento de volta ao centro para trabalho, lazer, educação, saúde, etc.

2. Características básicas da Região Norte da cidade de São Paulo

"A cidade é [...] como uma grande obra, identificável na forma e no espaço, mas essa obra pode ser apreendida através de seus trechos, de seus diversos momentos [...]." [17]

17 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 66



A região norte de São Paulo apresentava, em 2010, um perfil populacional muito próximo daquele apresentado pelo conjunto do município. Com aproximadamente 2,2 milhões de habitantes, ou 20% da população municipal, ela apresenta 19,9% de sua área.

Sua estratificação de renda também é muito similar ao do município como um todo, com 16,9% da população vivendo com renda de até 01 salário mínimo, 24,4% da população vivendo com renda de 01 a 03 salários mínimos, 19,2% com renda de 03 a 05 salários mínimos, 22,5% com renda de 5 a 10 salários mínimos, e 17,1% com renda de mais de 10 salários mínimos.[18] A maior diferença sobre o perfil de renda do restante do município se dá justamente nos estratos mais altos, onde há um maior contingente de classes médias (03 a 10 salários mínimos) e um menor contingente de altas rendas (maiores que 10 salários mínimos).

A proporção de domicílios é semelhante à proporção de população. Nesta região 20% das moradias estão localizadas, mostrando que, de uma maneira geral, não há diferenças com a densidade demográfica da cidade como um todo. Inclusive na precariedade da habitação são semelhantes as proporções na região já que aproximadamente 1,7% dos domicílios são improvisados, assim como na totalidade do município.

Esses dados demonstram a importância da região como foco de estudo sobre os fenômenos que acometem todo o município e, em certo sentido, toda a metrópole. Seus distritos mais centrais vêm "perdendo população" nas últimas décadas, assim como distritos do chamado centro expandido de São Paulo. Suas áreas mais periféricas vêm ganhando população exponencialmente, em setores de menor qualidade e quantidade de infra-estrutura para novos assentamentos. As áreas cujas características ambientais permaneceram na maior parte do século inalteradas, como as regiões do Pico do Jaraguá e da Serra da Cantareira têm sofrido com os sucessivos ataques de agentes privados[19], em busca de empreendimentos mais rentáveis para altas classes, de agentes públicos, instalando equipamentos e habitações em terrenos mais baratos e em áreas de maior vulnerabilidade sócio-ambiental, e, por fim, de uma população ávida por moradia, que busca lotes para auto-construir suas habitações.

A região norte reflete processos que ocorrem em toda a cidade, e seu estudo pode evidenciar como essas dinâmicas se colocam num local determinado, distante dos principais eixos de investimentos públicos e privados, mas que sofre de males semelhantes.

No âmbito deste estudo, as características básicas da região norte podem ser abordadas sob dois prismas distintos e complementares. O primeiro diz respeito aos caracteres que têm influência direta sobre a composição da paisagem. Neste caso, podemos destacar o suporte físico, as características climáticas e os padrões de urbanização. O segundo, diz respeito às características que influenciam indiretamente a estruturação física da paisagem, como a renda e a distribuição dos equipamentos públicos.

Como outras divisões, estas têm caráter instrumental, já que, como destacado anteriormente, a constituição da Paisagem é um amálgama dos fatores elencados acima, incluindo muitos outros.

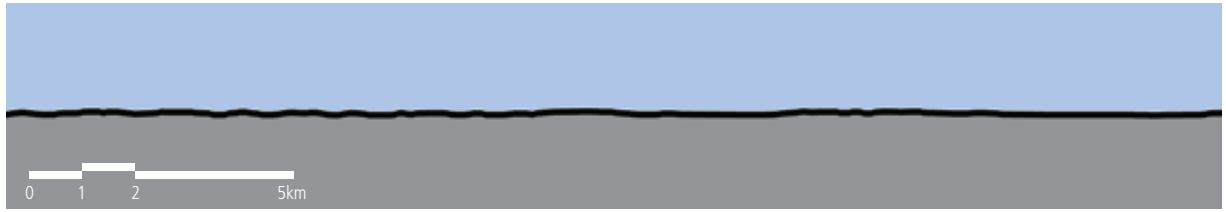
18 Dados extraídos do endereço eletrônico da Fundação Seade, http://www.seade.gov.br/, acessado em 22 de junho de 2010, com informações baseadas no Censo de 2000, do IBGE.

19 E esse avanço acontece a despeito da regulação restritiva estabelecida no local, como as Zonas Especiais de Proteção Ambiental, delimitadas pelo Plano Diretor Estratégico de 2002. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano do Município de São Paulo (Sempla) (organização). Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, 2002-2012. São Paulo: Senac São Paulo; Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

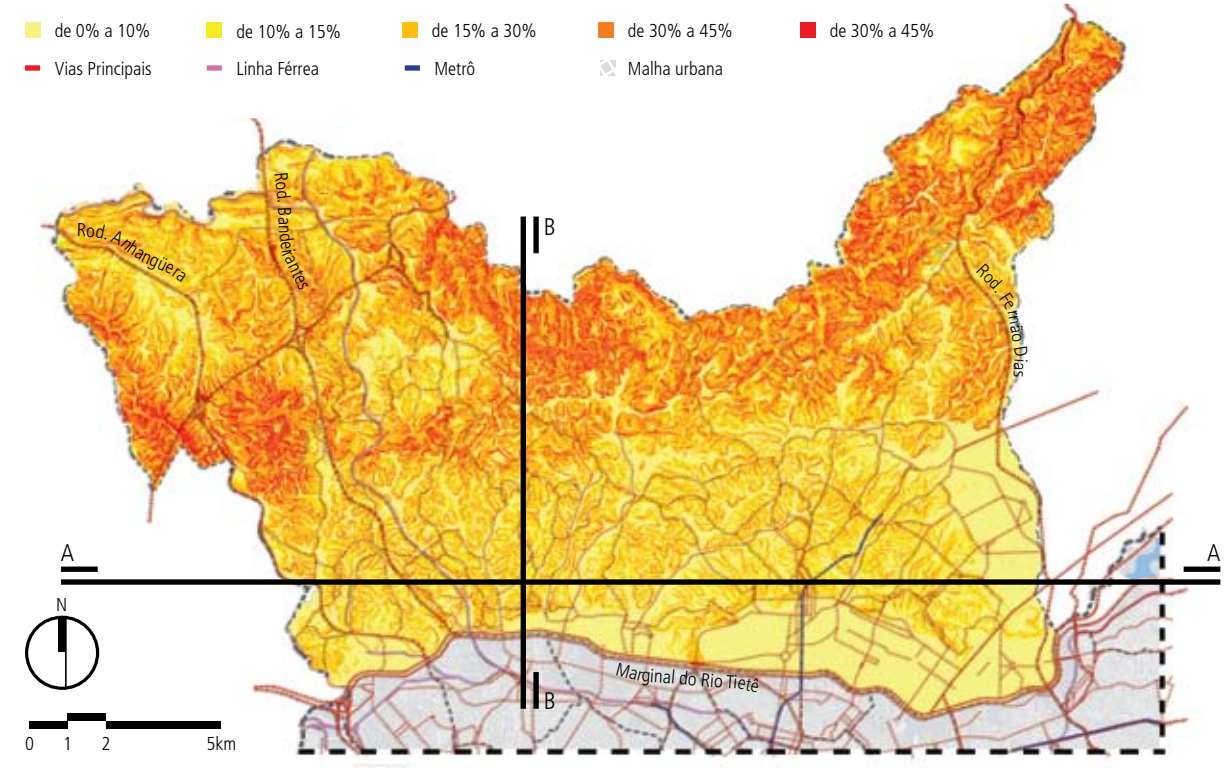
Na página anterior, mapa da população distribuída por faixa de renda. Cada ponto representa 50 domicílios.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapas do Banco de Dados do Projeto QUAPÁ (Quadro do Paisagismo no Brasil) da FAUUSP, com base no Censo 200 do IBGE.

2.1. Suporte biofísico, características ambientais e padrões de urbanização

Encaixada entre três marcos da paisagem paulistana, a região norte, tal como é compreendida neste trabalho, está limitada ao norte pela Serra da Cantareira e as montanhas do Jaraguá, e ao sul pela várzea do Rio Tietê. Dentre esses limites, apresenta relevo colinar, com diferenças de cota variando de 735 e 790 metros de altitude, chegando a elevações e declividades superiores principalmente nas proximidades da Serra da Cantareira, com picos ultrapassando os 1100 metros de altitude em relação ao nível do mar.



Corte AA da região.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor.



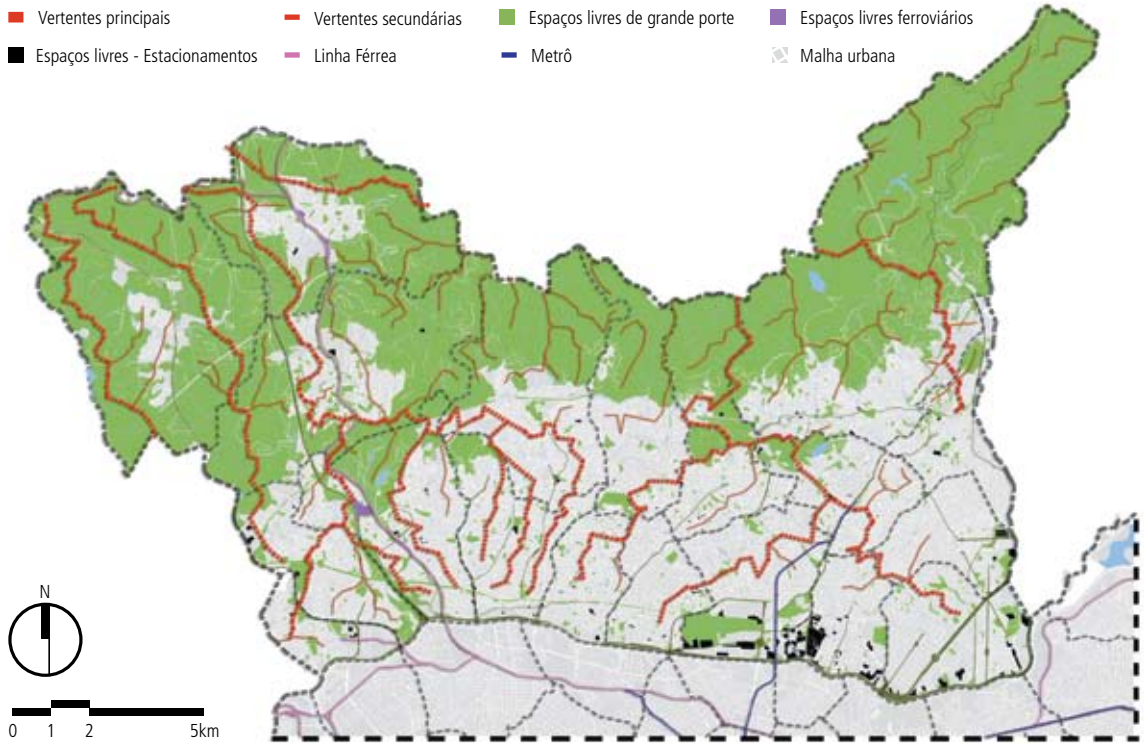
Mapa de declividades na regiâo norte de São Paulo. Note que as áreas mais a norte apresentam, em média, declividades mais acentuadas.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor.

Os rios, riachos e córregos na porção sul da região, correm na direção norte-sul, desaguando no Rio Tietê. Já na porção norte, temos, nas áreas mais próximas da Serra da Cantareira, córregos correndo no sentido oeste leste.

A paisagem resultante é de colinas que, entre si, guardam várzeas mais ou menos estreitas. Sua área de maior largura média fica junto ao que atualmente é a Av. Paula Ferreira, com 200 m, no distrito de Pirituba, e a Av. Engenheiro Caetano Álvares, com larguras médias próximas a estas. Já a várzea mais estreita é cortada pela Av. Luis Dumont Villares, com largura média de 75m, e fica nos distritos de Santana e Tucuruvi.

Como é possível ver no mapa de vertentes, essas áreas podem ser identificadas como as que fornecem as visuais mais características da região, criando, acreditamos, ao menos três formas de ver a região de estudo: a primeira, da

Corte BB da região.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor.



Mapa de vertentes na regiâo norte de São Paulo. As linhas vermelhas mais grossas, representam os topos das colinas e montanhas, que dividem as vertentes. Pode-se notar a profusão delas no sentido norte sul, sobretudo na porção sul da região. Elas coincidem com boa parte das vias de topo de colina, ainda muito importantes para a locomoção na região.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Acima, as três visualidades mais comuns na região norte. Da marginal para o norte (esquerda), é possível ver os edifícios verticais, e as colinas. Da vertente para a marginal (centro), vê-se o casario horizontal e o panorama da região central da cidade, ao longe. Da vertente para norte, vê-se o casario contra um fundo progressivamente de vegetação.
Fonte: Luciana Satiko (E e C), Sidney Carvalho e Ulisses Sardão (D) - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

marginal do rio Tietê em direção ao norte; a segunda, da vertente norte em direção ao sul; e a terceira, da vertente norte em direção à Serra.

Podemos distinguir 04 padrões morfológicos do relevo. Ao norte, a Serra da Cantareira e a área ao redor do Pico do Jaraguá poderiam ser enquadradas num padrão de Montanhas, onde a ocupação urbana foi dificultada historicamente pelas altas declividades e, atualmente, pelas legislações que restingem a ocupação, seja como fator de proteção de mananciais, seja como forma de preservar remanescentes vegetais de escala e importância para a metrópole. Na parte central, pode-se distinguir o padrão de Colinas, cuja ocupação urbana se deu do topo para as partes mais baixas, atingindo outro padrão de relevo. Nas áreas mais baixas, junto aos córregos que cortam a região de norte a sul, temos o padrão de relevo dos Fundos de Vale, ocupados quando da relativa saturação das áreas mais altas das colinas e da construção das avenidas de fundo de vale. Finalmente, na porção sul da região, temos o padrão de relevo de Várzea, o qual teve ocupação urbana a partir da retificação do rio Tietê.

Mais a frente, veremos que a estrutura física orientou o desenvolvimento da ocupação na região. Por ora cabe ressaltar que o relevo da área de estudo em muito difere das planícies da zona leste do município, dando caráter singular a sua ocupação. Segundo nos parece, a heterogeneidade da topografia não permitiu a definição de pontos de valorização a priori, na medida em que nas partes mais planas da região tinha-se (e em muitos casos persistem) extensas áreas sujeitas a alagamentos. Nas áreas mais altas, as declividades limitam a ocupação urbana mais extensa.

Aspectos climáticos e ambientais

A compreensão dos aspectos ambientais da região, e da cidade como um todo, pode auxiliar na avaliação das estratégias de ocupação utilizadas e consolidadas. Conhecer as características do suporte, assim como seus aspectos climáticos básicos, auxilia na compreensão das soluções aplicadas pelos diferentes empreendedores na constru-

ção da paisagem urbana, e em quais medidas elas dão resposta às condições apresentadas pelo ambiente. Faz-se necessário, portanto, conhecer as características primárias do suporte físico, e seus efeitos nas condições micro-climáticas, assim como os dados climáticos básicos, a hidrografia e a topografia da área estudada.

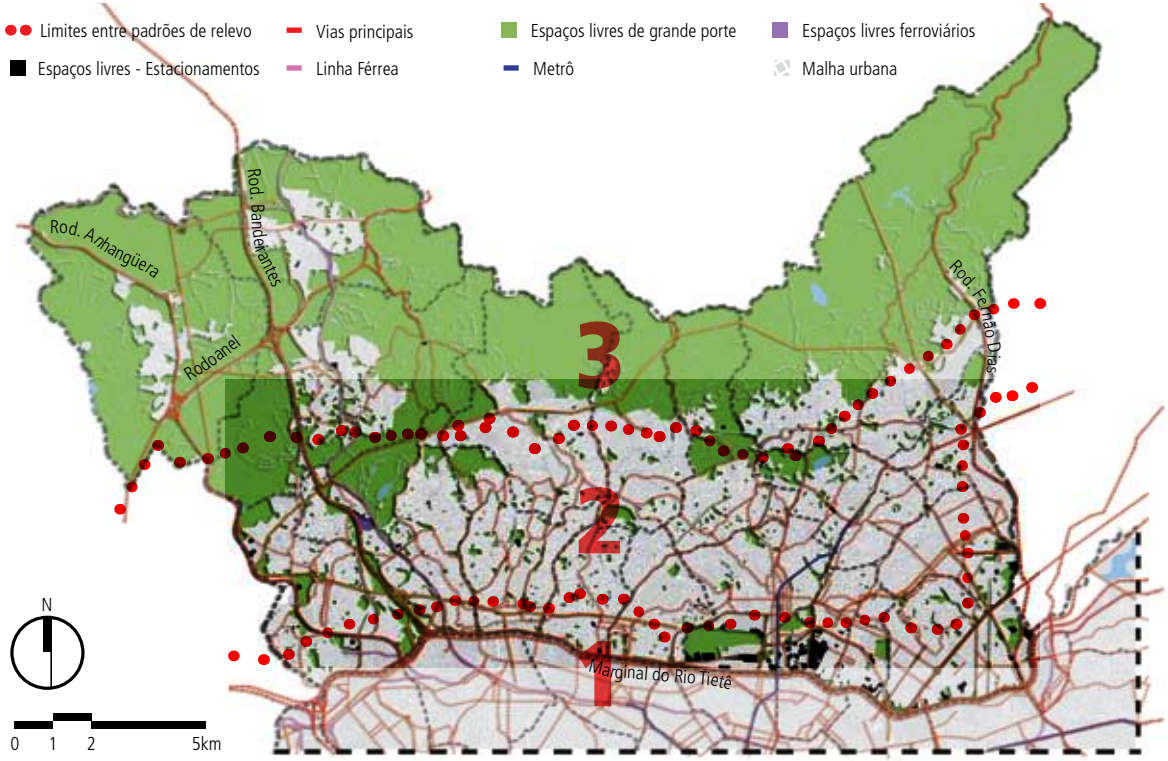
A região tratada, está inserida no clima sub-tropical de altitude. Suas amplitudes térmicas apresentam grande variação ao longo do dia, com temperaturas elevadas durante o dia, chegando a médias de 19ºC a 26º. Durante a noite, a queda das temperaturas pode ser acentuada, o que, aliado a uma menor umidade relativa nos períodos secos, gera uma forte perda de radiação. [20]

As estações mais marcadas são a quente-úmida, correspondente ao verão, e a seca, correspondente ao inverno. O verão é um período, portanto, de calor intenso, e chuvas constantes, fator que ajuda a concentrar nessa época do ano a cheia das várzeas dos rios e córregos que, ocupados pela urbanização, concentram os pontos de inundação. Por outro lado, o calor tende a ser amenizado em parte pela pluviosidade e pela umidade relativa mais alta.

Já o inverno, alia o frio com uma umidade relativa menor, o que potencializa a suspensão de partículas sólidas no ar, aumentando os índices de poluição. [21] Como as altitudes são maiores, a radiação direta é mais forte no verão em

20 ROMERO, Marta Adriana Bustos. Op. Cit. p. 45

21 Normais Climatológicas (1961-1990), Brasília, 1992. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, Secretaria Nacional de Irrigação. Departamento Nacional de Meteorologia. Dados extraídos de tabulação feita pelo Laboratório de Conforto Ambiental e Eficiência Energética da FAUUSP, no dia 30 de novembro de 2010, no endereço eletrônico http://www.usp.br/fau/pesquisa/laboratorios/labaut/conforto/index.html.



Ao lado, os padrões básicos do relevo da região. Na área 1, a várzea do Rio Tietê. Na área 2, a alternância entre colinas e várzeas de córregos e pequenos rios. Na área 3, a Serra da Cantareira e o Pico do Jaraguá como áreas mais íngremes. Fonte: Elaborado pelo autor.

relação a latitudes similares ao nível do mar. Durante o inverno, os ventos sopram de leste e sudeste, e no verão, têm direção noroeste. [22]

O processo de ocupação da área pode ter causado alteração nas características climáticas iniciais, já que promoveu extensa impermeabilização das áreas, com a extensiva retirada da cobertura vegetal inicial e sua substituição por elementos que a um só tempo diminuem a capacidade de infiltração da água da chuva, aumentam a capacidade de reflexão da radiação e aumentam a velocidade de escoamento das águas superficiais, carregando sedimentos para as regiões mais baixas.

Tais efeitos podem acarretar alteração nos dados micro-climáticos, com uma diminuição na radiação solar e no tempo de brilho do sol, um aumento na temperatura média anual, assim como da temperatura média no inverno, um aumento de partículas contaminantes, uma diminuição na velocidade dos ventos, e um aumento das precipitações. Além disso, há um aumento no tempo de céu encoberto e de nevoeiros, assim como uma diminuição da umidade relativa.[23]

A escassez de vegetação, suprimida para a expansão da urbanização, dificulta a fixação de partículas em suspensão no ar. Como ajudaria a manter a umidade nos períodos mais secos, também pode ser vista como um dos fatores a potencializar os altos índices de poluição no inverno. Do ponto de vista de temperatura, essa escassez é contrabalançada com o adensamento das construções, que acabam por produzir áreas sombreadas intra-lote, que, no entanto, pelos motivos expostos acima, dificultam soluções para a drenagem urbana, e não tem efeito positivo sobre a poluição atmosférica.

Padrões de urbanização

A urbanização da área deve ser compreendida, entre outros aspectos, dentro do marco de ocupação urbana das cidades no Novo Mundo. Apesar de estarem ligadas à colonização européia, tais cidades não levam consigo a marca que rege boa parte das cidades no Velho Continente. Compreendidas a partir de certos limites, ainda que simbólicos, as cidades na Europa Ocidental têm referências muito claras marcando seu crescimento. Entre elas, a persistência, por vários séculos, de muros ao redor das cidades, é o que mais indica uma restrição ao crescimento que só será revista após a Revolução Industrial.

As cidades na América não apresentam tais restrições. Elas desenvolvem-se, de uma maneira geral, de dentro para fora, apenas com elementos do suporte físico balizando seu crescimento. É o caso de São Paulo, Nova Iorque, Cidade do México, e muitas outras cidades no Novo Mundo que crescem ininterruptamente, "respeitando" quando muito os acidentes geográficos. Nesses casos, as Expectativas Hegemônicas não consideraram com seriedade uma limitação da expansão como houve, nos anos 1940 e 1950 a proposta de criação de cidades ao redor de Londres, que ficaria restrita a um "cinturão verde". Ou como houve no final do século XIX a proposta de planejamento e

22 ROMERO, Marta Adriana Bustos. Op. Cit. p. 45

23 ROMERO, Marta Adriana Bustos. Op. Cit. p. 36

limitação do crescimento de Barcelona, no plano Cerdá. Brasília, que seria uma excessão por ter partido de um planejamento prévio, atualmente apresenta, sobretudo em algumas "cidades-satélite" e no entorno do Distrito Federal, um crescimento muito próximo das grandes cidades da América, se bem que muito mais disperso e ligado ao transporte individual.

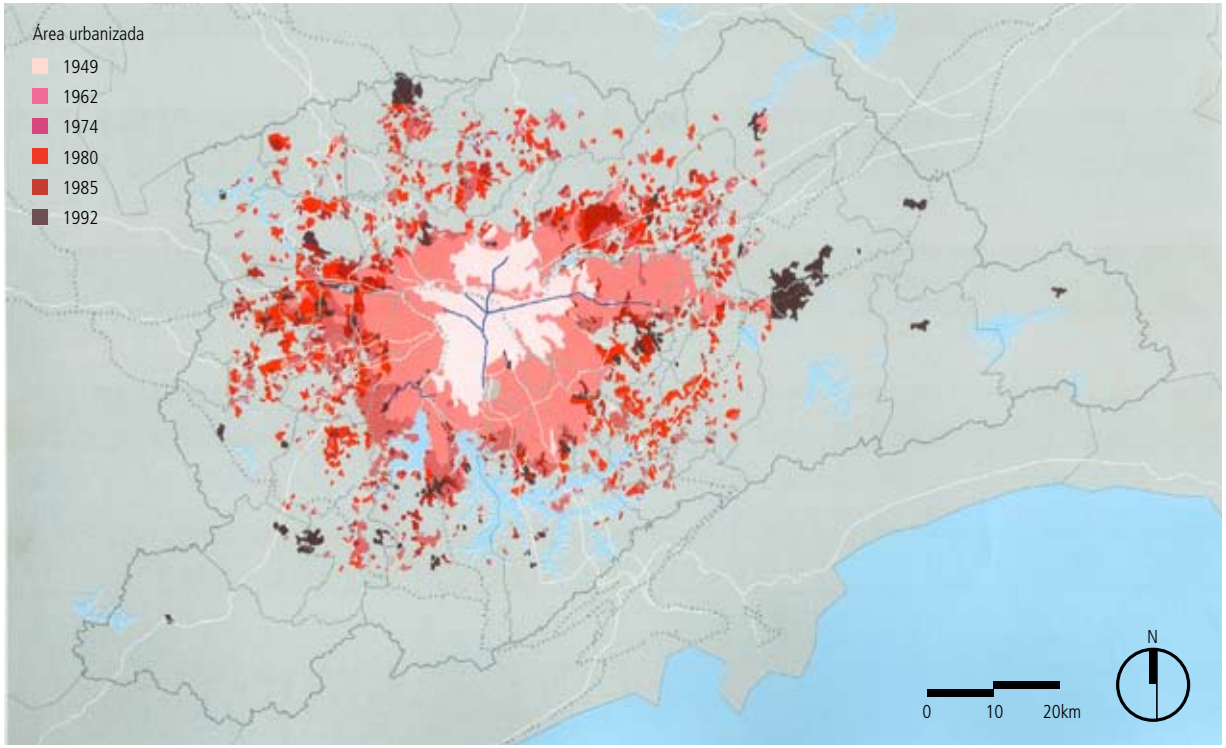
Em São Paulo, a idéia de limitação do crescimento urbano começa a ser esboçada apenas ao final dos anos 1960, de forma oficial.24 Mas esta formulação não parece ter-se tornado uma Expectativa Hegemônica, com os diversos agentes pautando-se pela fórmula do crescimento ilimitado e contínuo. De todo modo, resta salientar que o crescimento da cidade faz parte de uma forma específica de compreensão da estrutura urbana que, nas Américas, postula a cidade como organismo ilimitado e, em certo sentido, ilimitável.

Como no restante da cidade, a ocupação da região ocorreu inicialmente pelas vias de topo, caminhos, ruas e avenidas que, aproveitando-se da parte alta e menos sujeita a alagamentos ou escorregamentos, adentravam a região rumo ao extremo norte do município. 25

Teve boa parte de sua mancha urbana, ou ao menos seus limites externos, consolidados entre aos anos 1940 e o início dos anos 1960. Após esse primeiro período, o crescimento da mancha é periférico e fragmentado. São manchas

24 Fazemos referência aqui ao Plano Urbanístico Básico. São Paulo: PMSP, 1968. (6 Volumes).

25 "[...] um conjunto uniforme de bairros e vilas estanques, sem continuidades urbanísticas entre si, que na verdade constitui uma série de povoações pedunculadas em torno de eixos viários estruturados organicamente à paisagem desde os tempos coloniais da agricultura de subsistência da cidade." SAMPAIO, Maria Ruth Amaral et alii. Op. Cit. P. 67



Evolução da mancha urbana de 1949 a 1992. Os vermelhos mais escuros representam as evoluções mais recentes. Após um período de expansão contínua da mancha, a evolução se dá principalmente por assentamentos isolados do restante da metrópole, que vão crescendo de forma dispersa.
Fonte: MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 44

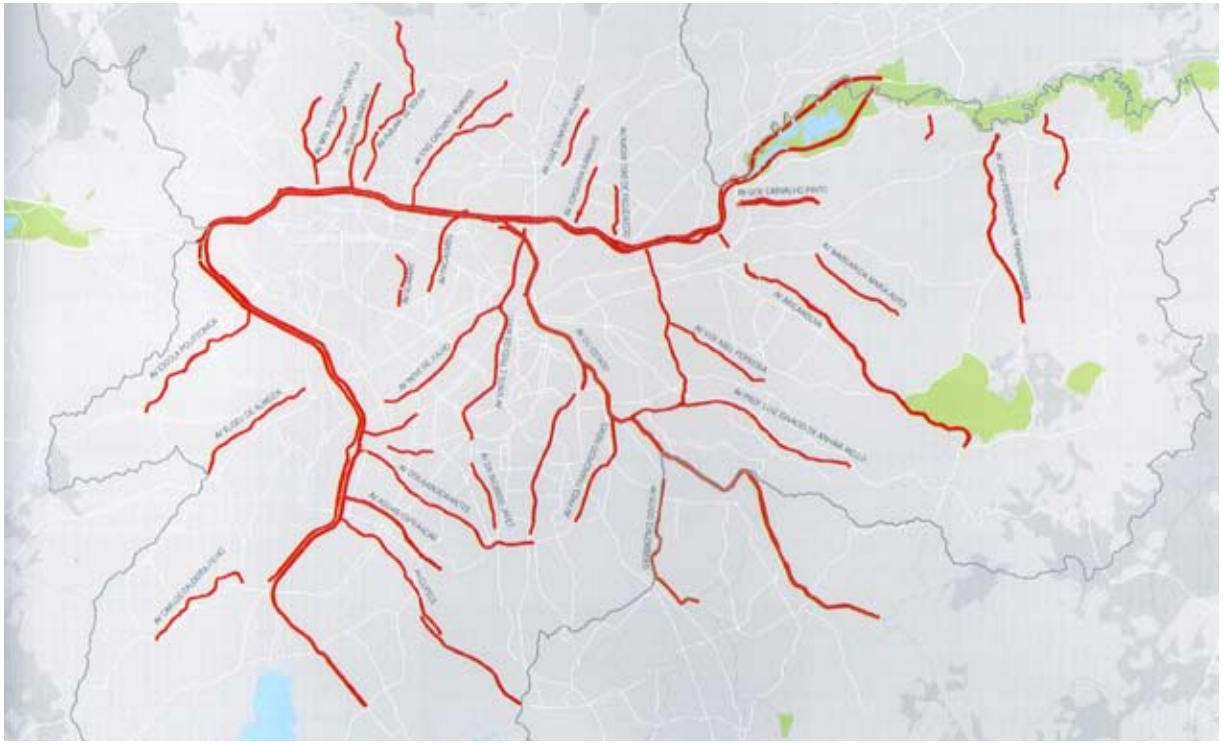
relativamente pequenas que surgem em distritos mais a norte, como Anhanguera, Jaraguá, Perus, São Domingos, Brasilândia, Cachoeirinha, Mandaqui e Tremembé. A consolidação da mancha ocupada é relativamente rápida, havendo uma mudança lenta no perfil social, sobretudo no que diz respeito à renda e a quantidade de moradores.

Interessa notar que a expansão dispersa da mancha urbana começa se intensificar apenas após 1962.[26] Nesse momento, é identificada uma mancha desconectada no distrito do Jaraguá, e algumas outras em Perus, distritos que até então não apresentavam urbanização significativa.

A expansão da mancha apoiou-se na disseminação de padrões de acessibilidade para populações de baixas e médias rendas ao longo do período. Como dito acima, as ocupações pioneiras deram-se ao longo de caminhos e vias que cortavam a região a partir do tipo das colinas que a configuram em sua porção sul. Providas de infra-estrutura de transporte coletivo, tais vias tornam-se centralidades lineares nos distritos que vão se formando, concentrando além da acessibilidade, os principais estabelecimentos.

A partir do final dos anos 1970, com o crescimento populacional, as áreas que haviam sido deixadas de lado em razão das sucessivas enchentes, passam a ser alvo de ações do poder público. As várzeas inundáveis dos córregos passam a ser "saneadas", conjugando elementos que vão se aliar na transformação da paisagem da região: a abun-

26 Como pudemos notar, o processo de ocupação da região sempre teve um grau de dispersão de seus núcleos, que posteriormente eram integrados pelo crescimento urbano. A partir dos anos 1960, alguns núcleos permanecem desconectados do restante da mancha, caracterizando mais claramente a dispersão.



Avenidas de fundo de vale entre 1980 e 2000. As novas formas de integração do território da cidade, expandindo-se também na região norte do município.
Fonte: MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 89

dância de recursos para obras de saneamento básico, a possibilidade de ganhos imobiliários no loteamento e venda de áreas antes desocupadas e o ímpeto das grandes empresas construtoras na expansão de suas atividades através de obras de vulto. Claro está que o anseio da população da região por melhores condições de acessibilidade e habitabilidade acabaram por legitimar as intervenções que, em muitos casos, diminuíram a ocorrência de enchentes potencialmente danosas ao patrimônio da população residente no entorno dos córregos. [27]

As principais avenidas de fundo de vale da região norte de São Paulo foram construídas também a partir da década de 1970 e foram concluídas na década de 1990. De 1967 a 1980 foram construídas as Avenidas Edgar Facó (entre os distritos de Pirituba e Freguesia do Ó), Miguel Conejo (distrito de Freguesia do Ó), Luiz Dumont Vilares (entre os distritos de Vila Guilherme, Santana e Tucuruvi) e Nadir Dias de Figueiredo (entre os distritos de Vila Guilherme e Vila Maria). De 1981 a 1990 foram construídas as Avenidas Inajar de Souza (entre os distritos de Freguesia do Ó, Limão, Brasilândia e Cachoeirinha) e dos Direitos Humanos (no distrito do Mandaqui). De 1991 a 1999 foi construída a Avenida Engenheiro Caetano Álvares (entre os distritos de Limão, Casa Verde, Santana e Mandaqui) e finalizada a avenida Inajar de Souza (entre os distritos de Brasilândia e Cachoeirinha).[28]

O desenho urbano dessas avenidas, bem como o uso que se dá em suas margens, privilegia o cidadão usuário de automóveis. Ao contrário das vias de topo, as vias de fundo de vale têm sua calha mais larga, e os estabelecimentos de seu entorno imediato voltados para atividades como revenda de veículos, alimentação fast-food, pequenas e médias indústrias, comércio varejista e atacadista de médio e grande portes, entre outras atividades que privilegiam o usuário que se locomove de carro.

> "[...] [É na] avenida de periferia onde se misturam casas residenciais térreas, sem jardim, pequenas e mal conservadas, com casas comerciais e serviços de borracharia e oficina mecânica, postos de gasolina; uma ocupação fundamentada no desenvolvimento da circulação rodoviária." [29]

27 "A concepção de novas avenidas nas várzeas dos principais rios e córregos da capital foi estimulada pela combinação favorável de três fatos conjunturais relevantes: a necessidade de realizar ações de saneamento básico em áreas urbanizadas; as facilidades de viabilização de obras dessa natureza, uma vez que os traçados viários prescindem de grandes desapropriações, economizando tempo e recursos; e a oportunidade de acesso a recursos financeiros disponibilizados pela política federal de saneamento básico para as grandes cidades." MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 86

28 MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 88-89

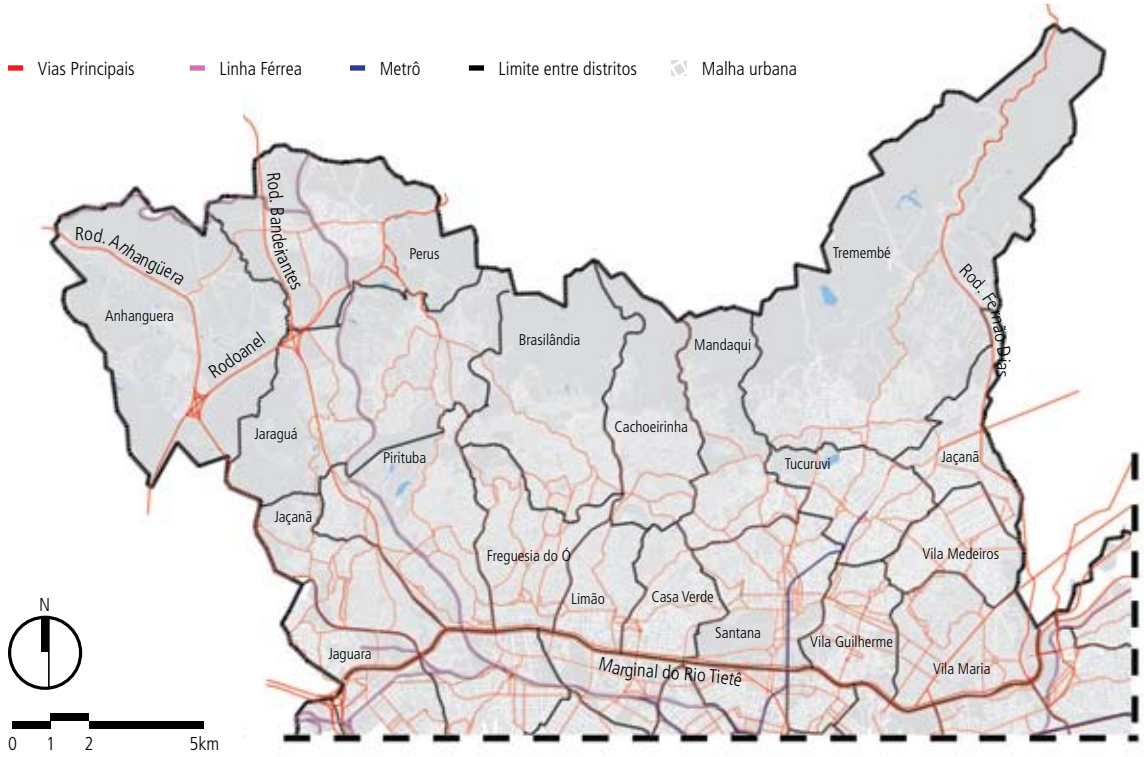
29 CARLOS, Ana Fani Alessandri. Op. Cit. p. 78

À esquerda, avenida de fundo de vale (Av. Luis Dumont Villares). À direita, avenida de topo de colina (Av. Dep. Cantídio Sampaio). A comparação entre essas duas formas de acessibilidade construídas em períodos diversos permite notar as mudanças e permanências nos padrões morfológicos de ocupação de centralidades lineares na região norte.
Fonte: Luciana Satiko - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Como essas avenidas foram construídas num período em que já avançava a consolidação de outros padrões de ocupação, habitacionais, unifamiliares e horizontais, e por cortarem áreas até então desvalorizadas do ponto de vista imobiliário, não é raro encontrar situações em que convivem ocupações habitacionais de população pobre com outros equipamentos, voltados aos indivíduos que se deslocam em automóveis e, potencialmente, com maior renda.

Juntamente com essas avenidas, que sem dúvida facilitaram a penetração nos distritos estudados, foram construídas pontes sobre o rio Tietê que as complementavam. Assim, a costura das malhas urbanas historicamente separadas foi sendo urdida ao longo das três últimas décadas do século XX.

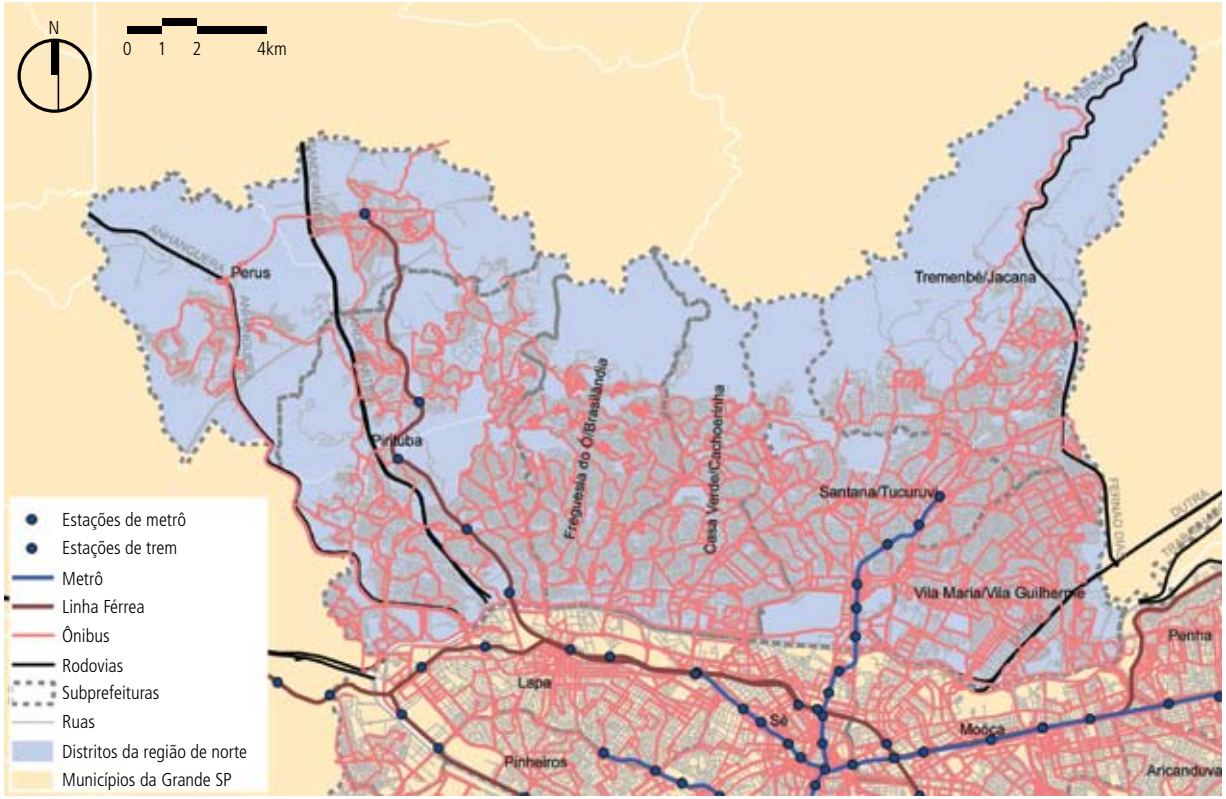
As rodovias, construídas ou imensamente melhoradas ao longo da segunda metade do século XX marcam porções significativas da região. As rodovias Anhangüera, Bandeirantes e Fernão Dias, de certa maneira delimitam a leste e a oeste a região, "cortando" a área e separando-a em trechos claramente identificáveis. Estas parecem adquirir caráter mais urbano apenas no início deste século, em função do crescimento de distritos como Anhangüera e Perus, cuja principal ligação com o restante da cidade se dá por meio delas.



Vias principais na região norte de São Paulo.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapas do Banco de Dados do Projeto QUAPÁ (Quadro do Paisagismo no Brasil) da FAUUSP.

A estrutura de circulação por transporte individual é definida de fato no final dos anos 1960, pela Marginal do Rio Tietê, elemento que "amarra" a região metropolitana de leste a oeste, promovendo o que pode ser considerada uma nova centralidade metropolitana, já que concentra diversos equipamentos acessíveis principalmente através do automóvel, e que dependem de um modo de vida que tenha a mobilidade individual como aspecto central. Concentrando hiper-mercados, parque de diversão, shopping centers, centrais de vendas por atacado, indústrias, entre outros, é a "frente" da região norte, já que permite visualização do seu relevo e de suas características nas suas proximidades.

Apesar das diversas adições ao sistema de circulação, os padrões de acessibilidade por transporte coletivo, no entanto, permanecem como descritos por analistas nos anos 1960 e 1970. O metrô atinge uma porção restrita do seu território (os distritos de Santana e Tucuruvi), e o trem não logrou concentrar ao seu redor o desenvolvimento da região, criando inicialmente, nas palavras de Langenbuch "subúrbios estação", que posteriormente foram consolidados a partir de outros padrões de mobilidade, ligados ao transporte sobre pneus. Restou o automóvel, com seu padrão de mobilidade explicitado acima, e o ônibus, que pontuou o surgimento e mantém grande parte de suas características até o momento.

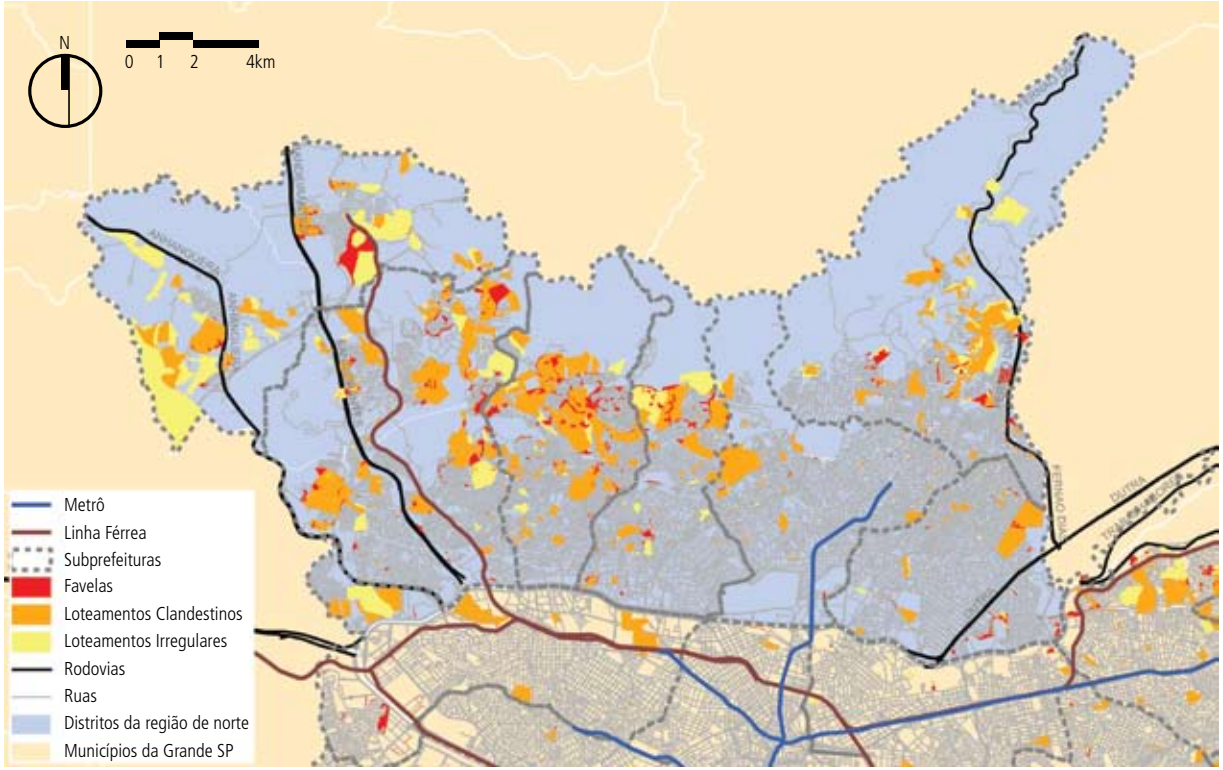


Linhas de ônibus na região norte de São Paulo. O espraiamento das linhas de ônibus contrasta com a relativa escassez de vias de penetração.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapas do Banco de Dados do Projeto QUAPÁ (Quadro do Paisagismo no Brasil) da FAUUSP.

O transporte coletivo é marcado por sua fragmentação e dispersão no território. Num sistema que privilegia padrões tradicionais de deslocamento através das vias de topo, e sobreposição de linhas, com trajetos similares cobertos por diferentes linhas de ônibus, a análise do mapa surpreende pelo alcance e distribuição das linhas pela região.

Apesar da maior parte dos cidadãos estarem a menos de 1,5 quilômetros de uma linha de ônibus (pouco mais de 20 minutos de caminhada), a distribuição pouco racionalizada das linhas e de seus trajetos faz com que ônibus vindos de diferentes localidades passem pelas mesmas vias estruturais, "disputando" passageiros rumo a destinos semelhantes. Por outro lado, aumenta o tempo de viagem, por aumentar o congestionamento nos pontos de parada e nas vias, além de diminuir a velocidade das vias exclusivas (corredores de ônibus). [30]

Baseada nessa estrutura de transportes, a ocupação deu-se por loteamentos sucessivos, geralmente não contíguos, ao longo das vias de topo. A ocupação acabou "transbordando" essa lógica ao longo da segunda metade do século XX, chegando a uma fragmentação ligada aos eixos de circulação de automóvel. Numa situação pautada por regulação permissiva, e que não obrigava a adoção de padrões de infra-estrutura muito rígidos, o primeiro momento foi de espraiamento em direção ao norte da região, sucedido por ocupações periféricas a norte e noroeste, fragmentadas.



Loteamentos clandestinos, irregulares e favelas na região norte do município de São Paulo.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapas do Banco de Dados do Projeto QUAPÁ (Quadro do Paisagismo no Brasil) da FAUUSP.

30 Essa estrutura de transporte, no entanto, não afeta o sistema de produção na cidade como um todo. Os congestionamentos, a duplicação e a, virtual, irracionalidade do sistema de transporte só afeta a produção na medida em que os tempos de circulação de mercadoria são majorados. Quando isso acontece, historicamente, o Estado entra construindo infra-estruturas para "desafogar" o trânsito. Assim foi com as Marginais dos rios Pinheiros e Tietê, assim foi com as rodovias, e assim é com o Rodoanel.

A diminuição do tempo de viagem do trabalhador não é um problema para o sistema na medida em que esse tempo é "pago" pelo próprio trabalhador, e não é contado como tempo de trabalho. Assim, se o trabalhador termina sua atividade produtiva e apenas chega à sua residência ou a alguma oportunidade de lazer horas depois, esse problema não desvaloriza os produtos por ele produzidos ou o valor por ele gerado, na medida em que não é cobrado do patrão.

"Como o processo de produção só acaba quando a mercadoria chega às mãos do consumidor, os custos de circulação acabam se transformando em custos de produção. Assim, se o trabalho cria valor, o tempo de circulação implica a desvalorização do produto." CARLOS, Ana Fani Alessandri. Op. cit. p. 30

As restrições da legislação de uso e ocupação urbana, por escassas, permitiram uma forma urbana bastante diversificada, que não permite uma leitura segundo padrões muito rígidos. É possível encontrar instalações industriais ou de serviços de grande porte em áreas em que predominam os usos residenciais. Ou ainda edifícios verticalizados para habitação sem fortes relações com eixos de valorização imobiliária.

> "[...] historicamente, o Poder Público em São Paulo não teve uma posição de direção no desenvolvimento urbano da metrópole, pois este orientou-se preferentemente pelo dinamismo do setor privado da economia, que organizou parcialmente o desenvolvimento urbano segundo seus interesses. [...] Visível em qualquer setor da vida urbana, é no uso do solo, entretanto, que esta situação se manifesta com mais força." [31]

O elemento que, talvez, permita uma leitura mais clara é a distribuição de loteamentos clandestinos e irregulares, e das favelas. Tais formações, características em áreas de maior presença de indivíduos pobres e menor presença do Estado, concentram-se nas regiões mais a norte, cuja ocupação se deu após o impulso inicial dado dos anos 1940 a 1960.

Apesar desse, quadro, a distribuição de infra-estrutura logrou êxito até o final do século XX. Dados do Censo 2000 mostram o espraiamento das instalações de esgoto e da distribuição de água, assim como uma quase totalidade de residências com energia elétrica. Tal fato ajuda a explicar certa consolidação das áreas estudadas, mesmo aquelas mais periféricas, assim como a presença de diferentes perfis de renda espalhados por toda a região.

O processo de ocupação e crescimento da região norte deve ser compreendido, no seu princípio, dentro de um marco de urbanização para assentamento de uma população em busca da "casa própria", e que aceitaria "[...] quase quaisquer condições de ocupação urbana, desde que possuísse, naturalmente, a linha de ônibus – traço de união entre o habitat improvisado e a cidade, representada neste caso pelo trabalho." [32] Nesse modelo de expansão, três agentes tiveram protagonismo: os empresários de transportes coletivos, os loteadores, e os comerciantes. Os empresários de transporte coletivo provisionam a mobilidade necessária para a população periférica, lucrando com a expansão das linhas. Os loteadores se beneficiavam da valorização proporcionada pelos "vazios de urbanização" deixados para posterior loteamento. E os comerciantes se beneficiavam de um modelo de estruturação urbana que privilegiava a via de acesso principal, da qual derivavam os loteamentos. Essa via, como já se disse, era aquela que adentrava a região a partir do topo das colinas, estruturando a mobilidade e acessibilidade inicial dos assentamentos periféricos.

> "O sistema de transporte não agia sozinho: ao contrário, era acionado pela especulação imobiliária, que adotou um método próprio para parcelar a terra da cidade. Tal método consistia no seguinte: o novo loteamento nunca era feito em continuidade imediata ao anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário, entre o novo loteamento e o último já equipado, deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passava pela

31 CARDOSO, Fernando Henrique, et alii. Op. cit. p. 07

32 CARDOSO,Fernando Henrique, et alii. Op. cit. P. 8

área não loteada, trazendo-lhe imediata valorização." [33]

Em busca da casa própria, e que esta fosse próxima aos eixos de circulação de transporte coletivo, o cidadão acaba por fixar-se ao local de residência, dentro de uma cultura que entende a moradia como patrimônio a ser mantido. Por outro lado, o emprego pode variar e, constantemente, varia em razão da baixa especialização desse trabalhador. Assim, o transporte coletivo é bastante requisitado pela população, e seu desenho serpenteia para "buscar" os trabalhadores cada vez mais distantes dos centros consolidados, mas, por outro lado, fixados ao seu bairro distante pela moradia própria. [34]

A centralidade comercial e de serviços não está no bairro afastado, a não ser pelos estabelecimentos as margens das vias de topo de colina. É representada por áreas mais centrais, como a Lapa para os distritos à noroeste, e pelo Brás e a Penha para os distritos a nordeste. O distrito da Sé, ou "a cidade", como muitos migrantes vieram a chamar o centro mais tradicional da metrópole, também é referência importante.

Assim são montadas, progressivamente, as características da urbanização na região. Loteamentos distantes e isolados, com lotes baratos, geralmente irregulares e com parca infra-estrutura, ligados ao centro por ruas comerciais prolongadas para atender a cada novo loteamento aberto, cada vez mais distante. Entre os loteamentos, vazios de urbanização, formados ora por áreas não loteadas, mantidas aguardando a valorização trazida pelos investimentos públicos em infra-estrutura, ora por áreas cuja ocupação é por demais onerosa, como as várzeas, ora por áreas públicas sem equipamentos. [35]

Indústria em entorno habitacional no distrito de Jaguara.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Edifícios habitacionais no distrito de Vila Medeiros. A verticalização em área de menor renda média.
Fonte: Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

33 CARDOSO, Fernando Henrique et alii. Op. Cit. p.8

34 CARDOSO, Fernando Henrique et alii. Op. cit. P. 8

35 MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 49

Esse processo de ocupação urbana lança luz sobre dois fenômenos identificados na atualidade da Região Norte. O primeiro refere-se ao relativo espraiamento de uma população de maior renda em vastas áreas de concentração de estratos populacionais de baixa renda. O segundo, à heterogeneidade dos tecidos urbanos.

Pode-se supor que a partir do processo de especulação evidenciado, na área loteada no primeiro momento, sem serviços e infra-estrutura, teríamos a chegada de uma população de baixas rendas. Mas como, por suposição, os loteamentos não são ocupados em sua completude desde o primeiro momento, restam alguns terrenos vazios, seja por terem ficado na mão do proprietário do loteamento, seja pela incapacidade de ocupação de alguns novos proprietários. Na medida em que esses loteamentos vão sendo infra-estruturados, o preço da terra aumenta, e a ocupação se diversifica na renda.

Quando o loteamento seguinte é montado, deixando a área contígua vazia, este passa pelo mesmo processo. Finalmente, quando a área vazia é loteada, já com infra-estrutura, esta tem um valor mais alto, o que atrai um estrato de renda relativamente mais alto do que a média dos loteamentos lindeiros. Claro está que isso não retira a capacidade explicativa dos processos de expulsão das populações mais pobres para áreas cada vez mais distantes da metrópole. Apenas adiciona complexidade ao processo, que ocorre mais lenta ou mais rapidamente conforme a valorização que a infra-estrutura traz à terra urbana.

Se esse modelo é verdadeiro, ao menos nos primeiros momentos de sua instalação nas décadas de 1950 e 1960, temos uma produção de terra urbanizada que ocorre muito lentamente, dependendo do Poder Público na provisão de benesses urbanas, como o transporte, a iluminação e o saneamento. Essa provisão, como se sabe, nas áreas mais periféricas é ainda mais morosa e depende de empreendedores imobiliários que projetam não apenas seus loteamentos especificamente, mas também os vazios entre eles, como espaços de valorização. Os sistemas de transporte sobre pneus, notadamente os sistemas de ônibus, permitiram esse modelo de ocupação, com o espalhamento rápido. Finalmente, o pequeno empreendimento comercial voltado para o abastecimento das populações assentadas, deu suporte à busca pela casa própria de uma população ávida por esse bem.

O crescimento extensivo escolhido no período que vai de 1940 a 1980, como modelo de urbanização tem muita relação, como dissemos, com o modelo de crescimento da economia, extensivo, necessitando de um imenso contingente de mão de obra de reserva, ou seja, em situação de sub-emprego ou desemprego, para sua sustentação. 36 É bastante revelador pois essa forma de crescimento contribui para que todas as áreas tenham, numa região como a estudada, potencial bastante parecido para geração de lucro. Isso ocorre na medida em que sua "heterogênea homogeneidade" possibilita que empreendimentos de maior vulto, como a verticalização para habitação, ocorram em quase qualquer lugar, como de fato é o caso encontrado na atualidade.

Tal fato é reforçado pela distribuição algo diversificada da população por classe de renda no território. Isso permite que, mesmo nos distritos onde a pobreza é maior, haja um contingente de pessoas de maior poder aquisitivo. Talvez possamos dizer que essa presença deriva do modelo de urbanização que, ao não se consolidar de uma só vez, tem

Favelas junto à Serra da Cantareira no distrito da Brasilândia, nas proximidade da Rua dos Trabalhadores.
Fonte: Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

uma valorização desigual da terra, que permite a consolidação de diferentes estratos de renda em diversos períodos da ocupação. [37]

Esse processo de loteamento auxilia na compreensão da qualidade do parcelamento e do arruamento encontrados. Os empreendimentos, por serem sucessivos e não integrados espacial ou temporalmente, têm padrões divergentes, adequando-se a cada circunstância de modo particular. Não são desenvolvidos como uma totalidade espacial fracionada no tempo, mas como partes ligadas a um todo por alguns elementos de conexão, sobretudo as infraestruturas de transporte e mobilidade.

Os processos de transformação da região são contínuos e, nas últimas nas décadas de 1990 e 2000, o esvaziamento populacional dos distritos constituintes do chamado Centro Expandido passa a vigorar também nos imediatamente lindeiros a este na região norte. Assim, áreas antes vistas como periféricas ou suburbanas tem apresentado uma perda de população parecida com de áreas centrais, num processo diverso daquele apresentado por estas. Nos distritos periféricos que paulatinamente se esvaziam, não ocorre uma substituição de massa edificada existente com uma diminuição de densidade.[38] Numa relativa estagnação edilícia, a população está minguando em áreas altamen-

37 Essas hipóteses não puderam ser aferidas por este trabalho. Seria necessário um esforço de periodização dos loteamentos e da ocupação destes no período inicial (até os anos 1970), contrastando com o desenvolvimento da renda da população que os ocupou.

38 "[...] bairros do centro expandido [...] estão em intenso processo de transformação, com substituição do estoque edificado, onde casas unifamiliares estão sendo substituídas por edifícios verticais, residenciais ou de escritórios. No entanto, esse processo de substituição ocorre muitas vezes com uma redução na densidade de ocupação dessas áreas." MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 65

Condomínios horizontais junto à Serra da Cantareira no distrito do Tremembé, nas proximidade da Rua Tapaxanas.
Fonte: Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

te infra-estruturadas em distritos como Santana, Freguesia do Ó e Casa Verde, apesar de seu aumento explosivo em áreas carentes de equipamentos urbanos, em distritos como Perus, Brasilândia e Anhanguera.

No entanto, o aumento populacional nessas áreas não é exclusivamente da população de baixas rendas. Há, nas proximidades da Serra da Cantareira, em concomitância à processos de loteamento irregulares e clandestinos, a proliferação de pequenos condomínios fechados, que chamaremos mais a frente de Vilas Urbanas Fechadas, que são vendidos como alternativa de moradia para populações de altas rendas. Assim, a pressão sobre áreas ambientalmente protegidas vem de frentes opostas no estrato social, com resultados igualmente predatórios.

O crescimento médio da área como um todo, no entanto, vêm caindo ao longo das décadas. Apesar de bolsões de aumento vertiginoso, a média é bastante inferior ao que foi nas décadas de ocupação mais intensa. Reflete um processo, metropolitano, de crescimento cada vez mais periferizado, que ocorre nas áreas já citadas dos distritos de Brasilândia, Perus e Anhangüera, e em municípios vizinhos de Osasco e Guarulhos. Para se ter dimensão desse processo de periferização do crescimento urbano, Guarulhos salta de 35 mil habitantes em 1950 para mais de 1,2 milhões de habitantes na atualidade. Osasco tem destino semelhante, apresentando taxas de crescimento igualmente assustadoras, chegando ao início do século XXI com mais de 600 mil habitantes.

2.2. Renda, desigualdade e segregação sócio-espacial

Falar de renda, e desigualdade de renda no espaço da cidade, ajuda a visualizar a capacidade de aquisição de um lote urbanizado pela população residente em uma determinada área, assim como o acesso ao crédito para construção ou aquisição de moradias. A capacidade econômica da população residente tem um impacto grande na forma urbana, pois numa região cuja renda da população é maior, é possível observar um padrão construtivo diverso, e, em alguns casos, tipos edificados específicos, que requerem maiores investimentos num prazo mais curto, como edifícios em altura, ou condomínios horizontais. Por outro lado, em áreas cuja população é mais pobre, o padrão construtivo revela uma menor capacidade para finalização das edificações, e uma presença maior de soluções de loteamento e parcelamento que ficam à margem da legalidade fundiária.

Os padrões de distribuição da população por classe de renda ajudam a perceber, finalmente, de que maneira se dá a separação por classes de renda no espaço da cidade.

A análise dos padrões de renda e desigualdade foi empreendida levando-se em consideração não apenas os distritos na área de estudo, mas também aqueles distritos e municípios ao redor desta, numa escala de análise mais metropolitana. Essa opção deveu-se tanto a abrangência dos dados consultados sobre o assunto, quanto a compreensão de que nesses quesitos de análise, era possível tecer comparações e buscar similaridades em processos de localização das populações.

Assim, procurou-se compreender como foi a evolução da renda média na região, como se dá atualmente a desigualdade de renda, e, finalmente, como tais dados configuram um padrão de segregação sócio-espacial na área estudada.

Renda

Na última década do século XX temos, na região norte, uma modificação na renda média da população em distritos determinados, com a manutenção de algumas tendências. Santana, como distrito mais rico da região, permaneceu entre aqueles cuja renda média está entre as 20% mais altas da RMSP. Os distritos ao seu redor (Casa Verde, Mandaqui, Vila Guilherme e Tucuruvi) permaneceram entre os 20% imediatamente inferior no quesito renda. Esses distritos estão na área de abrangência imediata da linha de metrô, que corta o distrito de Santana e chega à parte sul do Tucuruvi. [39]

Um movimento interessante foi de homogeneização dos distritos e municípios a norte e nordeste de Santana. Se antes tínhamos o município de Mairiporã e o distrito Tremembé na mesma condição média de renda que os distritos ao redor de Santana, temos uma queda dessas áreas para o quintil central de renda. Igualaram-se ao município de

39 As análises foram feitas a partir dos mapas desenvolvidos pelo LUME e publicados no livro São Paulo Metrópole. Cada quintil corresponde a 20% da população, ou seja, o intervalo de renda média de um extrato definido da população. Os quintis de renda considerados foram os que seguem:

	Renda média em 1991 (R$ de dez de 2000)
1º quintil	De 489 a 715
2º quintil	De 715 a 888
3º quintil	De 888 a 1.129
4º quintil	De 1.129 a 1.703
5º quintil	De 1.703 a 5.499

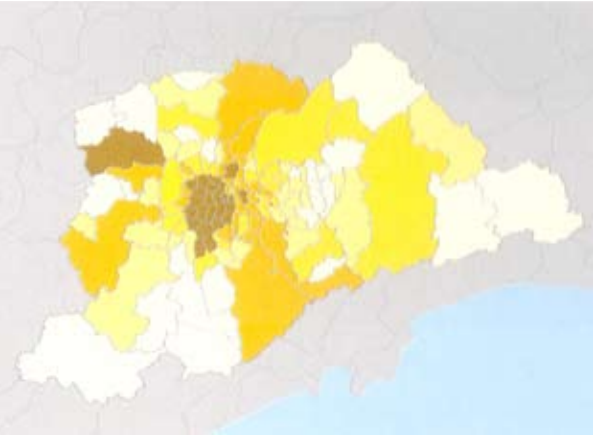
	Renda média em 1991 (R$ de out de 2010)*
1º quintil	De 1.107,51 a 1.619,37
2º quintil	De 1.619,37 a 2.011,19
3º quintil	De 2.011,19 a 2.557,01
4º quintil	De 2.557,01 a 3.857,04
5º quintil	De 3.857,04 a 12.454,40

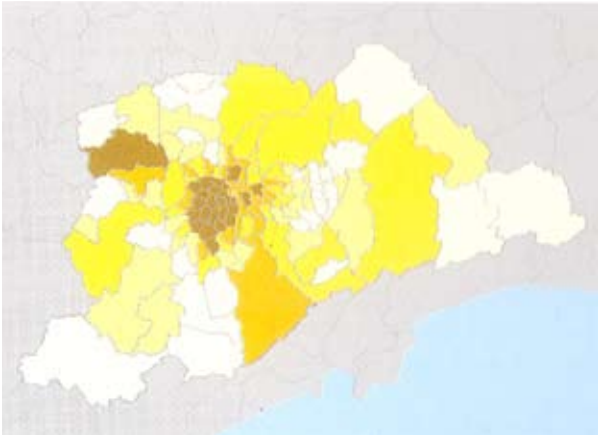
	Renda média em 2000 (R$ de dez de 2000)
1º quintil	De 447 a 670
2º quintil	De 678 a 875
3º quintil	De 882 a 1.202
4º quintil	De 1.225 a 1.819
5º quintil	De 2.139 a 6.499

	Renda média em 2000 (R$ de out de 2010)*
1º quintil	De 1.012,39 a 1.517,45
2º quintil	De 1.535,57 a 1.981,74
3º quintil	De 1.997,60 a 2.722,35
4º quintil	De 2.774,44 a 4.119,76
5º quintil	De 4.844,51a 14.719,25

*Valores corrigidos a partir do índice IGP-M

MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 146





Mapa de renda média da população por distrito. do município de São Paulo e por município da região metropolitana. À esquerda, renda média em 1990. À direita, renda média em 2000. Quanto mais escuro, maior a renda média da área.
Fonte: MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 146

Guarulhos e aos distritos de Jaçanã e Vila Maria. Já o distrito de Vila Medeiros teve um aumento, do segundo quintil inferior para a posição imediatamente superior.

Note-se que, em Santana os tipos residências verticais são mais freqüentes, e nos distritos ao seu redor, principalmente em Mairiporã e Tremembé, temos a presença maior de condomínios horizontais fechados, no padrão de loteamentos fechados no primeiro caso e no padrão formal das vilas urbanas no segundo. A residência horizontal unifamiliar ainda é predominante em todos eles, mas é cada vez mais colocada lado a lado com edifícios verticais.

À esquerda, verticalização para habitação no distrito de Santana. No centro, vila urbana fechada no distrito de Tremembé. Abaixo, loteamento fechado no município de Mairiporã.
Fonte: Ulisses Sardão (esquerda e centro) e Sidney Vieira Carvalho (abaixo) - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Acima, o contraste entre verticalização para habitação e as residências unifamiliares. Acima, exemplo no distrito da Freguesia do Ó. No centro, exemplo no distrito do Limão. À direita, exemplo no distrito de Pirituba.
Fonte: Ulisses Sardão (acima e centro) e Sidney Vieira Carvalho (direita) - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Já os distritos e municípios na porção oeste da região tiveram estabilidade no período. A única exceção foi a Freguesia do Ó, que caiu do segundo quintil de renda para o terceiro, tornando-se mais parecido desse ponto de vista com os seus vizinhos Limão e Pirituba. Nessa posição permaneceram também o distrito de Jaguara e o município de Osasco. O município de Caieiras também desenvolveu uma queda do terceiro quintil de renda para o penúltimo, demonstrando a incorporação de população de renda mais baixa ao longo do período.

No segundo quintil permaneceram o distrito de São Domingos, e o município de Barueri. Assim como Santana do Parnaíba manteve a tendência de município dormitório das elites paulistanas, ficando no primeiro quintil de renda.

O distrito de São Domingos tem em seus limtes um loteamento horizontal para altas rendas, dentro do padrão da Companhia City, assim como o Alto da Lapa, o Jardim América e outros na cidade. Do ponto de vista da forma urbana, diferenciam-se pela obrigação de cada proprietário preservar os espaços livres intra-lote, e pelo traçado viário sinuoso, desenhado para criar uma atmosfera bucólica para seus moradores. Os municípios de Barueri e Santana do Parnaíba abrigam diversos loteamentos fechados, para abrigo de populações de altas rendas. Seu desenho urbano assemelha-se ao encontrado no São Domingos, com a diferença que tanto a continuidade com o restante da malha urbana circundante, como o padrão de acesso são diversos.

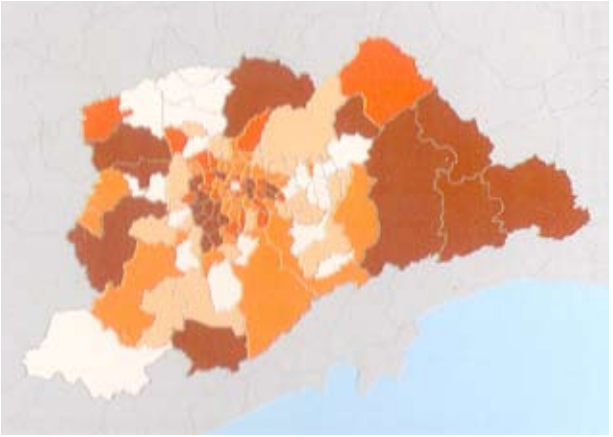
Na ponta oposta, os distritos de Brasilândia e Perus continuaram como os mais pobres da região, sendo seguidos pelos distritos de Jaraguá, Anhanguera e Cachoeirinha e o município de Carapicuíba, esses no penúltimo quintil de renda média. Ali, concentram-se as maiores extensões de favelas, e a maior parte dos loteamentos clandestinos ou irregulares. O padrão edificado reflete a pobreza da população local, apesar do padrão de parcelamento nos loteamentos, ser semelhante a de outros distritos e municípios com médias de rendas superiores.

Ao sul da região norte, temos uma massa de distritos cuja renda média está nos dois primeiros quintos. De fato, os distritos de Jaguara, São Domingos, Pirituba, Freguesia do Ó, Limão e Casa Verde, são faceados do outro lado do Rio Tietê, por distritos no primeiro quintil de renda, Vila Leopoldina, Lapa, Barra Funda e Santa Cecília. Santana é faceado por distritos no segundo quintil de renda, Pari e Bom Retiro. Assim como a Vila Guilherme, que é faceado por Belém e Pari ambos no 2º quintil de renda. Já a Vila Maria está em frente ao Tatuapé, localizado no primeiro quintil de renda.

Na página anterior, imagens aéreas de áreas de predominância de loteamentos fechados para população de alta renda. Na imagem da esquerda, o distrito de São Domingos. Na imagem do centro, o município de Barueri. Na imagem da direita, o município de Santana do Parnaíba
Fonte: Google Earth, 2008. Acesso em fevereiro de 2011.

Nesta página, imagens aéreas de áreas de predominância de ocupação para população de baixa renda. Na imagem da esquerda, o distrito da Brasilândia. Na imagem da direita, o distrito de Perus.
Fonte: Google Earth, 2008. Acesso em fevereiro de 2011.

Desigualdade



Mapa de desigualdade da população por distrito. do município de São Paulo e por município da região metropolitana para o ano de 2000. Quanto mais escura, maior a desigualdade interna ao município ou distrito.
Fonte: MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 146

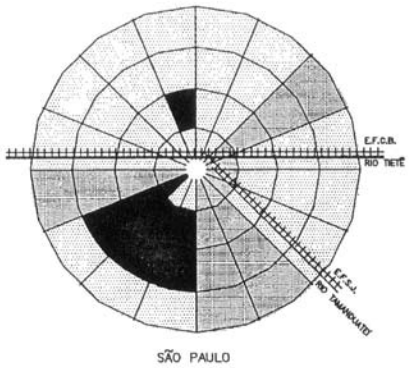
Desigualdade e renda parecem seguir padrões diversos. No entanto, um elemento merece destaque: a desigualdade aumentou ao longo da década de 1990. A menor diferença entre a menor e a maior renda saltou de 4,9 vezes para 7,2. Já a maior diferença saltou de 24 vezes para 68,2 vezes. Nesse sentido, o quadro de desigualdade no início da década de 1990 e no seu final é incomparável. Analisaremos, portanto, o quadro de desigualdade relativa no ano 2000, lembrando que a desigualdade é bastante acentuada em qualquer dos distritos, através das épocas, num padrão que reflete a desigualdade geral da sociedade brasileira.

O distrito de Jaraguá e os municípios de Caieiras e Carapicuíba apresentam a menor desigualdade da área estudada (diferenças de 7,2 a 10,8 vezes entre a maior e a menor renda). Já os municípios de Mairiporã, Santana do Parnaíba e Barueri, e os distritos de Barra Funda e Vila Leopoldina apresentam o quadro de maior desigualdade (diferenças de 17,8 a 68,2 vezes entre a maior e a menor renda). Em situações intermediárias estão os distritos de Anhanguera, Pirituba, Freguesia do Ó e Tremembé (diferenças de 15,3 a 17,8 vezes entre a maior e a menor renda), assim como os distritos de Lapa, Bom retiro e Tatuapé. Os distritos de Jaguara, São Domingos, Limão, Casa Verde, Santana, Mandaqui, Tucuruvi, Vila Guilherme e Vila Maria estão na situação central da curva (diferenças de 13,2 a 15,3 vezes entre a maior e a menor renda). Já no penúltimo quinto (diferenças de 10,8 a 13,2 vezes entre a maior e a menor renda), temos os municípios de Guarulhos e Osasco, juntamente com os distritos de Perus, Brasilândia, Vila Medeiros e Jaçanã.

Movimentos populacionais e padrões de segregação sócio-espacial

A área e seu entorno apresentam certo distanciamento das análises urbanas mais consagradas no que diz respeito a renda, desigualdade, o que leva, acreditamos, a uma situação específica de segregação sócio-espacial. É como se a "macro-segregação" operasse na área, mas só fosse possível compreender completamente a região analisando a "micro-segregação" ou a segregação na escala do distrito, do bairro e, em diversos casos, da quadra urbana.

Do ponto de vista de renda, os distritos que apresentam maior desigualdade são, eles mesmos hábitats preferenciais das populações de renda mais elevada. Santana e arredores, assim como os municípios de Mairiporã (em menor escala, nas proximidades da Serra da Cantareira), Santana do Parnaíba e Barueri (em escala mais significativa), concentram em seus condomínios verticais e horizontais grandes proporções de população de altas rendas. Surpreende, no entanto, que tais distritos e municípios se destaquem pela desigualdade, o que pode nos mostrar que os processos



Estruturas espaciais da área metropolitana de São Paulo segundo modelo de Hoyt.
As partes em preto representam as áreas da metrópole com maior concentração de população de altas rendas. As partes em cinza escuro destacam as concentrações de atividade industrial.
Fonte: Villaça, Flávio. Op. Cit. p. 115

de expulsão das populações mais pobres não foram de todo levados a cabo até o final do século XX.

Por outro lado, há uma concentração maior de distritos cuja renda média de sua população está nos estratos mais baixos da sociedade. Eles concentram-se principalmente na parte norte e noroeste da área de estudo, com destaque para aqueles que têm um maior crescimento nas últimas décadas, como Brasilândia, Perus e Anhangüera. Ali temos uma menor desigualdade relativa, com uma proximidade maior entre as rendas dos seus diferentes habitantes.

Com isso, pode-se aferir a capacidade explicativa que os esquemas de macro-segregação, ou seja, a segregação na escala da metrópole, têm. [40] Há as grandes concentrações de populações de diferentes estratos de renda identificáveis nas áreas evidenciadas no mapa radial elaborado por Flávio Villaça.

No entanto, comparando renda e desigualdade, não temos uma resposta que encaminhe um padrão claro para os demais distritos. Pode-se ver que os distritos com menor renda média tendem a ser menos desiguais. Se isso é verdadeiro na maioria dos casos, não é para o distrito do Jaraguá, relativamente pobre e desigual. Maior riqueza não significa, necessariamente, maior ou menor desigualdade. Os distritos cuja renda média está acima do terceiro percentil de renda, apresentam desigualdades variadas, com uma leve tendência à mediana (diferenças de 13,2 a 15,3 vezes entre a maior e a menor renda). Talvez a resposta esteja nos processos urbanos específicos de cada um dos lugares.

Quando vistos de perto, os dados de cada um dos distritos mostram que a desigualdade interna a cada um deles é mais acentuada. Isso indica uma menor segregação dentro dessas áreas, por haver uma maior mescla de populações de diferentes classes de renda. Há sim, predominâncias de populações pobres em certos distritos, e de população rica em outros, mas nunca exclusão de uns ou outros.

O que não significa que a segregação, como estratégia social que permeia os diferentes campos (econômico, cultural, urbano, etc.), não esteja presente. O que pudemos notar é que ela segue padrões mais ligados à escala do lugar, do desenho urbano na escala do bairro e, não raro, da quadra urbana.

Assim, uma área com padrão edificado típico de rendas médias e altas pode ter em seu interior cortiços e favelas. Mas esses são obscurecidos por uma espécie de camuflagem urbana, uma diferenciação de acessos, uma estruturação de formas mais sofisticada que permitem uma convivência, não sem conflitos. Por outro lado, não raro pode-se encontrar construções de maior porte e melhor padrão em áreas predominantemente pobres, utilizando para isso estratégias de segregação algo mais ostensivas, como cercas eletrificadas e altos muros.

40 VILLAÇA, Flávio. Op. Cit. p. 115

Nos extremos dessas estratégias estão, de um lado, a favela, muitas vezes invisibilizada no contexto urbano por sua localização em área de difícil acesso, e o condomínio horizontal ou vertical, com seus altos muros que operam a segregação com virtualmente qualquer entorno urbano, podendo ser implantado, do ponto de vista formal, em qualquer lugar.

À esquerda, residências de diversos tamanhos e padrões de acabamento evidenciando a coexistência de diferentes padrões de renda numa mesma quadra urbana. À direita, a convivência entre os assentamentos precários e outros padrões de moradia é construída através de segregações por elementos como córregos, e através de diferentes percursos.
Fonte: Maurício Alito (esquerda) e Sidney Vieira Carvalho (direita) - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Abaixo, panorama do distrito do Jaraguá. Focos de verticalização para habitação em distrito ocupado majoritariamente por população de menor renda.
Fonte: Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

IV. Forma urbana e Sistema de Espaços Livres: Estudo de Caso

O estudo de caso se deu, como dito anteriormente, na região norte do município de São Paulo. Teve duas fases sucessivas e complementares, que foram desenvolvidas de forma concomitante. Uma delas foi um movimento que partia da realidade em busca de aspectos teóricos e hipóteses explicativas que jogassem luz sobre os elementos e os processos identificados. A outra fez o movimento inverso, partindo de aspectos teóricos e conceitos prévios para olhar a realidade.

A idéia que estava por traz desse método foi utilizar o arcabouço teórico estudado como base para olhar os registros da realidade, a morfologia urbana resultante das ações humanas no espaço da cidade. No entanto, utilizar apenas esse procedimento pareceu-nos incompleto, podendo levar a equívocos. Assim, da identificação de fatos urbanos notáveis buscou-se formular hipóteses e explicações capazes de abarcar os fenômenos encontrados.

A concomitância de procedimentos deu-se em razão da própria simultaneidade de realização dos estudos bibliográficos e dos estudos de caso, tornando impossível separar o que era apenas contribuição teórica e o que era fruto da observação empírica. A coincidência no tempo de tais estudos, adicionalmente, deu destaque aos conflitos entre os aspectos teóricos e a realidade perceptível, constantemente propondo problemas a observação e a teorização.

1. O casario

"A história das cidades não é a história dos monumentos, nem dos grandes acontecimentos, mas da construção trivial e da vida cotidiana; a História da Arquitetura não é somente a história dos arquitetos e mestres de obra significativos, mas a da produção em massa e da construção da cidade." [1]

Para pontuar o debate sobre a forma urbana encontrada, partimos do conceito de casario, ou seja, o conjunto de construções e espaços privados que configuram os espaços de moradia e, não raro, de subsistência nas periferias urbanas. Extensas áreas ocupadas por edificações habitacionais, ou utilizadas para esse fim, configuram uma paisagem particular e claramente identificável, tanto em seus elementos isoladamente (os edifícios), como em seus conjuntos (tecidos).

O casario, em geral, constitui uma unidade formal que, apesar de não se traduzir em igualdade material, permite certa independência dos elementos urbanos que o caracterizam. As casas, mesmo não sendo iguais umas às outras, têm diferenças de pouco destaque quando vistas a partir do espaço público (geralmente a rua), e as variações apresentadas entre as diversas casas levam a uma homogeneidade visual que dá características parecidas às diferentes ruas. E a acessibilidade a partir do espaço público, geralmente a rua, é garantida igualmente a todos, individualmente.

Esse padrão de desenho de cidade distingue-se daquele tentado, com relativo sucesso, nas intervenções urbanas ocorridas a partir do século XIX em cidades como Barcelona e Paris [2], cujas formas de planejamento propõem características globais para extensos trechos de cidade. Já no casario encontrado, ocorre uma igualdade pelos elementos que o constituem: possibilidade de acesso, possibilidade de trânsito, insolação, aeração. Mas respeitando aspectos da liberdade do indivíduo ante sua propriedade e suas necessidades individuais ou familiares. Claro está que tal liberdade e mesmo igualdade é limitada por fatores culturais, econômicos e tecnológicos, por padrões de mobilidade e por características fundiárias.[3] No entanto, do ponto de vista da forma produzida, vê-se (com as exceções apresentadas a seguir) uma reprodução de formas invariante, ou de variações controladas de uma mesma forma.

> "O casario apresenta-se, pois, como uma figura compósita – um conjunto de lugares numa certa ordem – dotado de uma certa independência em relação a seus conteúdos. [...] Uma realidade propriamente social existe sob a forma de um conjunto de lugares mutuamente relacionados. [...] [E] Uma vez constituído, a sua materialidade impõe um ordenamento que não pode ser negado sem sua

1 PANERAI, Philippe; et alii. Op. Cit. p. 173

2 O fato de a topografia das áreas onde foram empreendidos esses padrões de planejamento nas cidades citadas ser plana, não tira a importância desses modelos que foram, ao longo dos séculos XIX e XX, difundidos por todo o mundo, sendo apropriados de diferentes maneiras em variadas cidades.

3 A análise da forma urbana por este viés nos foi sugerida a partir da leitura do casario de Atenas feita por Jonas Malaco, em seu "Da Forma Urbana: O Casario de Atenas".

resistência. As determinações dadas pelo casario não podem ser negadas senão em conflito com a resistência de sua própria materialidade. [...] [Pois] O casario, uma vez constituído, impõe a regra que tem contida em seu desenho. O casario, dado enquanto forma material é, assim, também dado como fôrma, sempre ali, a amoldar toda matéria pessoal que venha preenchê-lo." [4]

Podemos supor que a partir dessa materialidade do casario, inegável, é que deve-se iniciar o debate sobre o espaço periférico na atualidade. Pois no caso em análise, onde parte da periferia se consolida, temos a materialidade do existente preponderando sobre qualquer veleidade de transformação mais drástica. É, nesse sentido, a paisagem como produto moldando os processos que vêm depois de sua constituição. Ou, para retomar conceitos explicitados anteriormente, são as Heranças físicas que acabam por restringir as Expectativas da população em geral.

1.1. Leitura do tecido urbano [5]

A forma urbana reflete os processos de constituição da cidade nos seus dados mais característicos do ponto de vista arquitetônico: os edifícios, os espaços entre os edifícios e os conjuntos edificados. Consolida em si os processos sociais (e portanto econômicos, culturais, tecnológicos, etc.) que levam os agrupamentos humanos a construir de uma maneira determinada e característica os seus espaço de vida e produção.

Pode ser lida através de elementos morfológicos que, como explicitado anteriormente, são partes em que é possível dividir a forma urbana para facilitar sua compreensão, estudo e intervenção. Os tecidos urbanos são elementos morfológicos claramente identificáveis por englobarem os padrões de circulação, de uso, de divisão e parcelamento do solo, e finalmente, de edificação. Nas áreas em que esses elementos têm uma similaridade notável, agregado com uma topografia específica, podemos destacar o tecido urbano como singular.

Dito de outra forma, os tecidos urbanos são configurados a partir da homogeneidade dos seguintes elementos:

- Traçado da malha viária: o desenho característico das ruas formando a trama urbana e configurando as quadras da cidade;
- Padrão de uso: os usos característicos e predominantes de cada quadra, ou conjunto de quadras, como o residencial, comercial, de serviços e industrial;
- Padrão edificado: a forma predominante das edificações em cada uma das quadras urbanas; e
- Suporte físico: a topografia do terreno, a presença e o porte da vegetação e os cursos d'água.

Foram identificados 11 tecidos urbanos característicos da região, divididos em 02 categorias: habitacionais e não-habitacionais. Além destes, foram identificados 03 padrões de espaços livres característicos que, por sua escala de

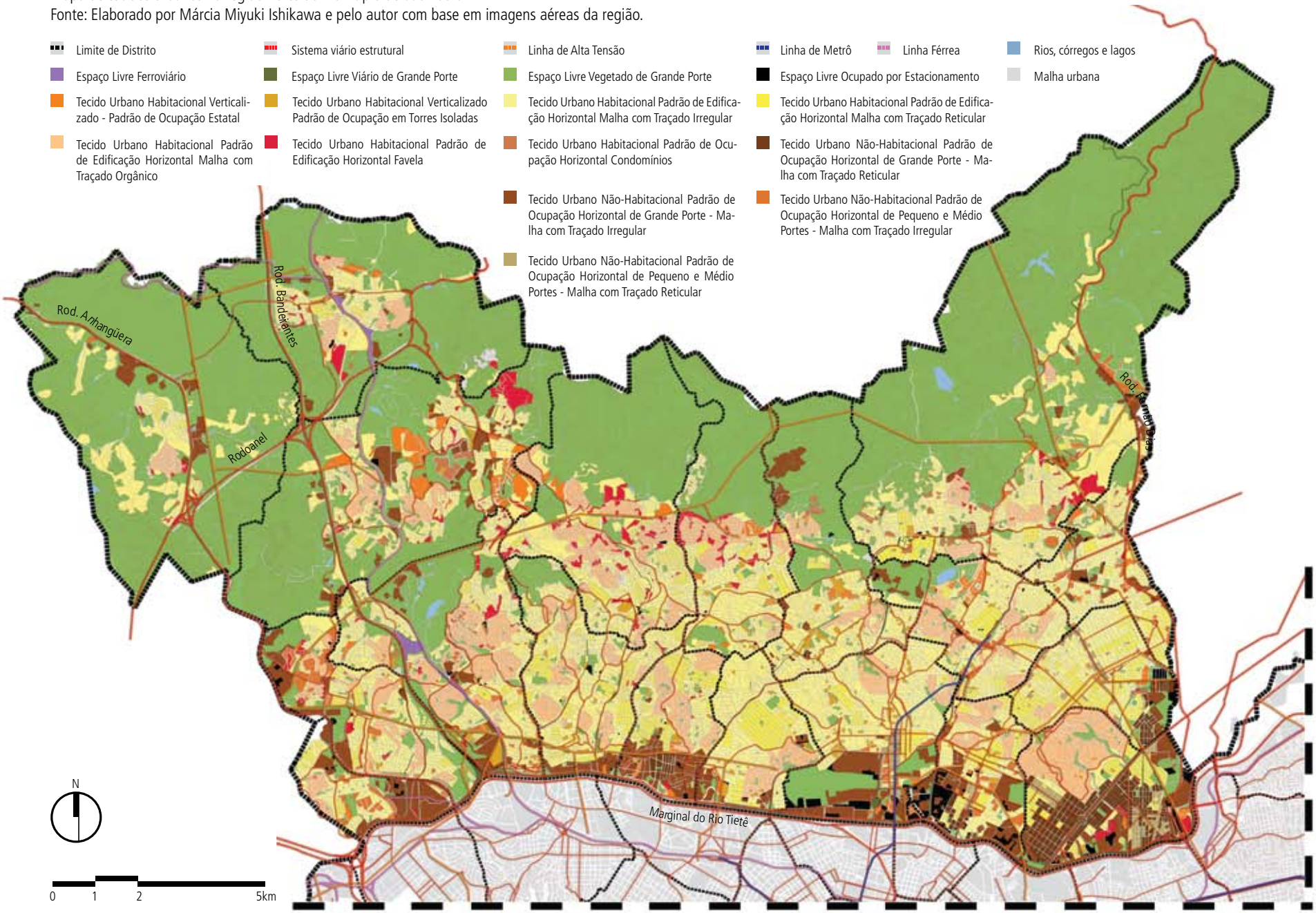
4 MALACO, Jonas Tadeu Silva. Op. Cit. p. 45

5 Para o reconhecimento e estudo mais aprofundado dos padrões característicos desse casario, foram desenvolvidos mapas de tecido urbano. Seu objetivo foi lançar luz sobre a materialidade das formações urbanas encontradas na região norte do município de São Paulo, dando ênfase para as configurações mais recorrentes encontradas nos diferentes distritos. Ali, foram abordados os tecidos urbanos habitacionais horizontais e os verticalizados, assim como os de usos não-habitacionais, como veremos a seguir.

A confecção de um mapa de tecido urbano teve como objetivo a compreensão da forma urbana característica da área de estudo. Assim, foram estudadas através de imagens aéreas, imagens de sobrevôo e visitas a locais determinados, os padrões edificados, de traçado urbano e de topografia que constituem a porção do território foco deste trabalho.

A esse olhar foi adicionado um cruzamento com mapas da prefeitura do município de São Paulo que continham informações sobre os cursos d'água ainda descobertos, sobre os espaços livres públicos, sobre as curvas de nível e sobre o traçado das quadras, ruas, avenidas e rodovias. Como apoio a essa leitura, foram utilizadas milhares de fotografias aéreas tiradas por Ulisses Sardão, Luciana Satiko, Maurício Alito e pelo autor em fevereiro de 2008 em sobrevôo da área de estudo.

Mapa de tecidos urbanos na região norte do município de São Paulo.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor com base em imagens aéreas da região.



abrangência e capacidade de alteração na percepção da paisagem urbana circundante, contrastavam com os tecidos urbanos, e por isso foram ressaltados.

A divisão de categorias (habitacional e não-habitacional) tem como origem uma situação de fato, associada a uma abordagem conceitual. O fato, por um lado, diz respeito à presença predominante de espaços urbanos ocupados por edificações habitacionais. Extensas áreas, na realidade a maior porção da área de estudo, está tomada pelos usos habitacionais. Por outro lado, ao longo das pesquisas de campo e das análises de imagens aéreas, foi percebida certa homogeneidade morfológica nas áreas onde a predominância de usos não era habitacional. Assim, nos pareceu adequado unir os tecidos urbanos onde predominavam outros usos que não o habitacional sob o mesmo "guarda-chuva", evitando divisões artificiais marcadas por informações nem sempre corretas e atualizadas sobre as atividades que de fato têm lugar nas áreas denominadas não-habitacionais.

Finalmente, a lógica de localização das atividades (e, portanto, dos tecidos urbanos) não-habitacionais faz com que boa parte delas esteja ligada a vias de transporte de maior capacidade, tanto para o escoamento de sua produção, no caso industrial, como para atração de possíveis clientes, no caso do comércio e dos serviços. Adicionalmente, percebeu-se nas visitas de campos que, em muitas dessas áreas, há relativa rotatividade de usos, com galpões inicialmente construídos para abrigar indústrias sendo ocupados por empresas de logística de carga, ou sendo transformados em revendedoras de veículos, e assim por diante.

Tecidos urbanos habitacionais

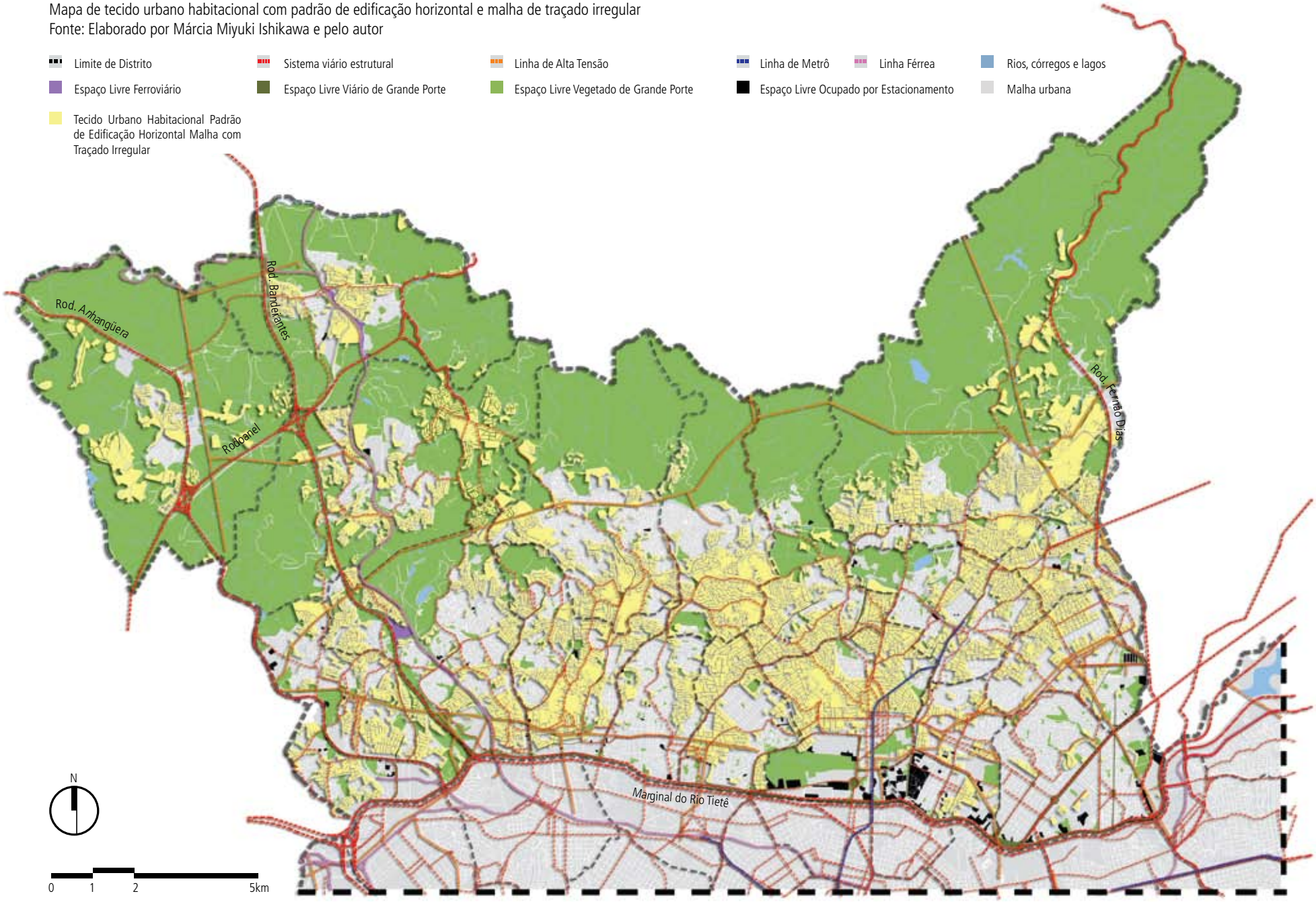
Foram identificados sete tecidos urbanos habitacionais característicos da região. A predominância dos usos habitacionais não exclui os pequenos estabelecimentos de apoio na renda familiar, característicos em algumas áreas da região estudada, como pequenas lojas ou espaços de produção. Compreendemos que tais estabelecimentos, por sua efemeridade e por suas dimensões não descaracterizam o uso principal da edificação, que é a habitação.

Algumas áreas habitacionais, apesar de não configurar uma malha extensa, foram identificadas como tecido urbano. É o caso dos tecidos urbanos com padrão de ocupação verticalizado, e de alguns condomínios horizontais. Adotamos a nomenclatura tecido urbano por acreditarmos que seu impacto na paisagem, ao lado de sua importância social como fenômeno de estruturação do espaço urbano são consideráveis, e não poderiam ser obscurecidos pelo que seria, em caso contrário, um prurido conceitual.

De fato, tais tecidos não conformam uma malha urbana identificável na medida em que não dispõem de vias de acesso público, ou mesmo se estendem por áreas maiores. No entanto, foram colocados aqui como tecidos por seu impacto na paisagem da região estudada, na medida em que suas volumetrias são claramente identificáveis na escala de apreensão do usuário da cidade.

Organizamos aqui por ordem de ocorrência na paisagem estudada, dos mais recorrentes para os mais raros.

Mapa de tecido urbano habitacional com padrão de edificação horizontal e malha de traçado irregular
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



Tecido Urbano Habitacional com Padrão de Edificação Horizontal e Malha de Traçado Irregular

Tecido urbano onde predominam os usos residenciais, com edificações que não ultrapassam os quatro pavimentos, e as dimensões de lote não são inferiores a 5 metros de testada, com uma profundidade que pode variar entre 15 e 50 metros, em geral. A malha viária tem um traçado que não permite a identificação de qualquer intencionalidade ou padrão formal mais claro. Nesse tipo de malha, são comuns trechos descontínuos, ruas sem saída, quadras com configurações pouco comuns e dimensões ora muito superiores a 100 metros, ora inferiores a 50 metros em cada um dos lados.

O Tecido Habitacional Irregular predomina na região como um todo, sendo o mais comumente encontrado, cobrindo 31,03 % de sua área urbana, e 18,76 % de sua área total. Sua distribuição não tem uma ordenação identificável, podendo ser lido, a primeira vista, como a "base" onde se estruturam todos os outros tecidos. Por sua disseminação,

À esquerda, destaque de área com tecido urbano habitacional com padrão de edificação horizontal e malha de traçado irregular, no distrito da Brasilândia. Abaixo, imagem da área destacada.
Fonte: Mapa elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor. Imagem de Luciana Satiko - Fevereiro de 2008 - Acervo do Autor

não está associado a nenhum tipo de relevo especificamente, ou padrão de renda, podendo ser identificado como o padrão de ocupação mais característico da área. Está em todos os distritos e só não é majoritário nos distritos de Vila Maria, Vila Guilherme e Limão, em que é superado por tecidos urbanos não-habitacionais e tecidos habitacionais reticulares e orgânicos.

Apesar de, no conjunto, apresentar uma irregularidade de traçado apreciável, é possível compreender algumas lógicas compositivas e de desenho em algumas porções desse tecido. O contorno de um curso d'água a certa altura, a ligação entre duas vias de tecidos diversos do seu entorno, a adequação do traçado de alguma via a uma linha de drenagem ou a uma declividade mais acentuada, mostram que, apesar de uma totalidade bastante complexa, essa complexidade não quer dizer, necessariamente, a ausência de uma lógica de estruturação e parcelamento.

Ao lado, área de tecido urbano habitacional irregular no distrito de Perus, às margens da Rod. dos Bandeirantes. Acima, mesmo padrão de tecido urbano ao redor de escola. Destaque para as formações em galpões de pequenas dimensões nas proximidades da Av. Voluntários da Pátria, na parte inferior da imagem.
Fonte: (A) Sidney Carvalho e (L) Sidney Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

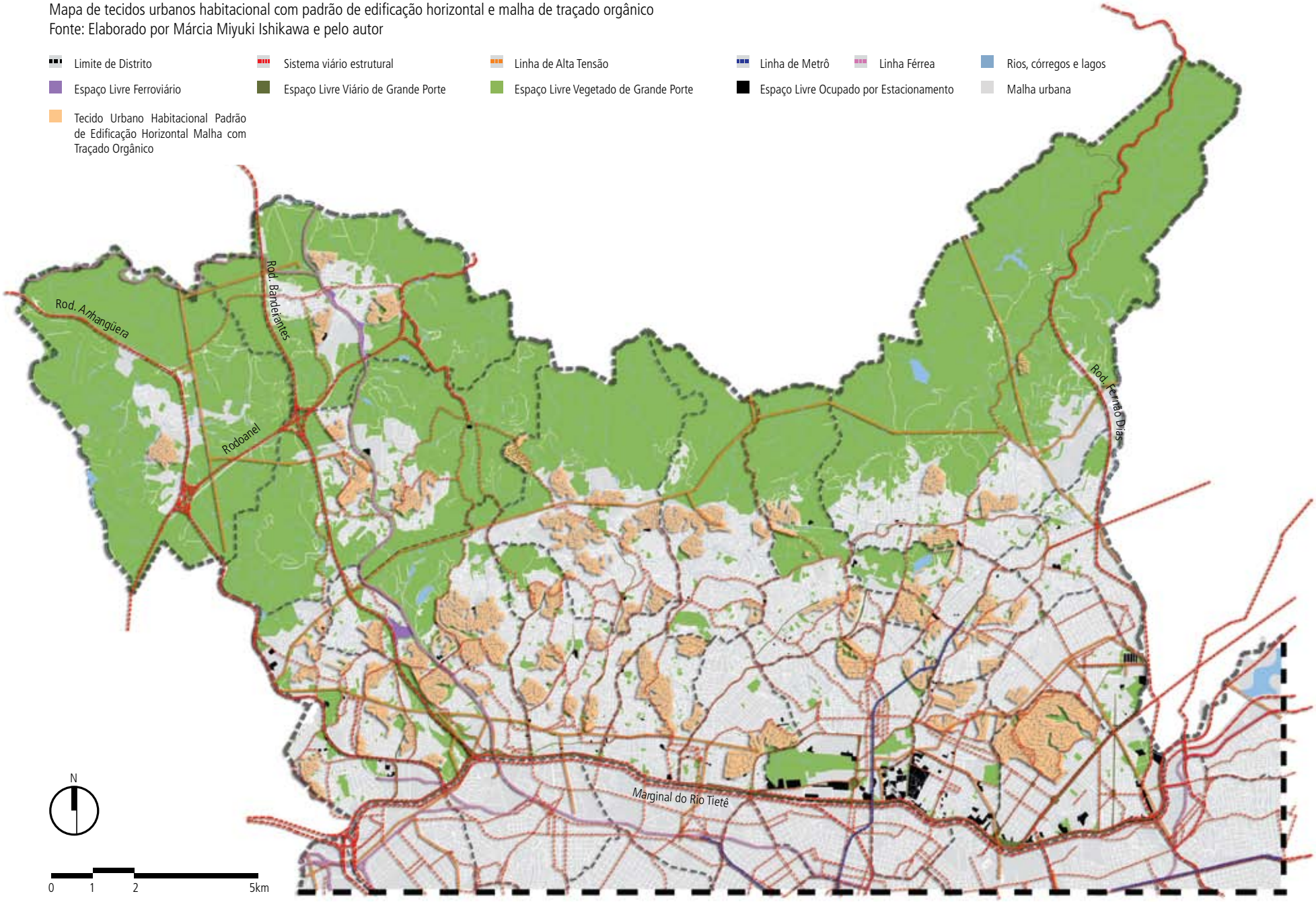
Tecido Urbano Habitacional Padrão de Edificação Horizontal Malha com Traçado Orgânico

Predominância dos usos residenciais, com edificações unifamiliares de até 4 pavimentos, em lotes com dimensões que variam entre 5 e 15 metros de testada, e 20 a 50 metros de profundidade, em média. A malha viária parece responder a imperativos do suporte físico, assentando suas vias de acordo com a declividade das encostas, amoldando-se ao terreno e tirando proveito da topografia para o desenho geral do assentamento. Por essa preocupação de seguir a topografia pré-existente, não é possível estabelecer um tamanho médio de quadra na região estudada.

O Tecido Habitacional Orgânico é, em ordem de ocorrência, o segundo mais encontrado na região, em termos de extensão e difusão pelos diferentes distritos. Cobre 9,21 % de sua área urbanizada, e 5,57 % de sua área total, e ocorre predominantemente nas áreas de maiores declividades (superiores a 10%) e nas proximidades dos principais eixos de circulação. Sendo muitas vezes cortados, ou apenas ladeando esses eixos, parecem corresponder a um

À esquerda, destaque de área com tecido urbano habitacional ccom padrão de edificação horizontal e malha de traçado orgânico, no distrito da Cachoeirinha. Abaixo, imagem da área destacada. Fonte: Mapa elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor. Imagem de Sidney Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Mapa de tecidos urbanos habitacional com padrão de edificação horizontal e malha de traçado orgânico
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor

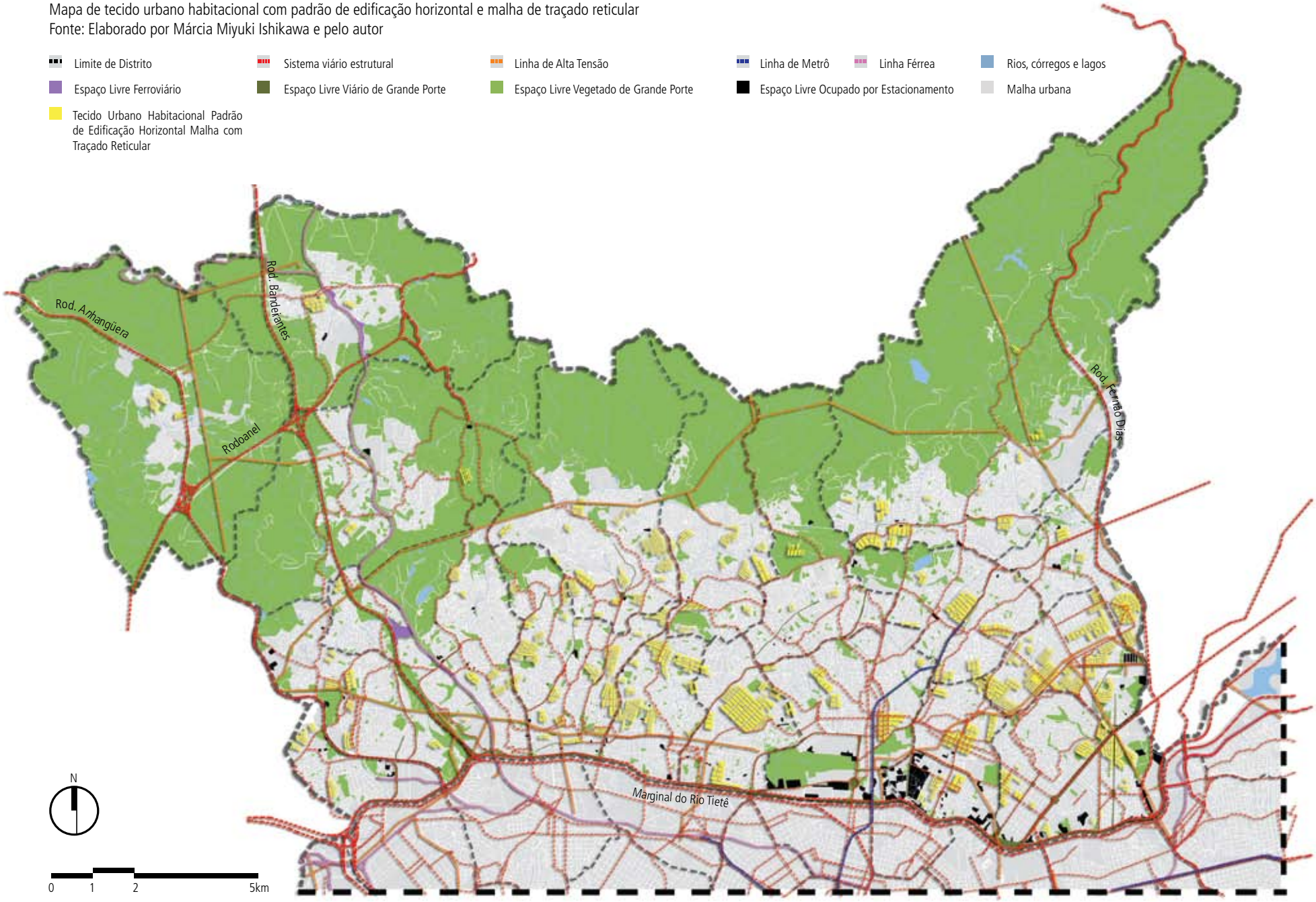


padrão de ocupação da região que partiu das vias de topo, já que coincidem com os principais eixos. Nesse e noutros aspectos, apresenta indícios de que houve projeto precedendo a implantação desse tecido.

Uma vez que se trata de uma região de colinas em sua maior parte, este tecido está presente na maioria dos distritos, com exceção do distrito do Jaçanã. Suas maiores extensões encontram-se nos distritos de Vila Maria, Pirituba. Nos demais distritos é encontrado em manchas descontínuas, compactas e nas imediações das principais vias de circulação. Destaque para sua relativa predominância no distrito da Brasilândia, sobretudo nas áreas em que predominam os loteamentos clandestinos ou irregulares.

Ao lado, área de tecido urbano habitacional orgânico e favelas no distrito da Brasilândia, nas proximidades da Serra da Cantareira.
Acima, mesmo padrão de tecido urbano no distrito da Vila Maria. Duas áreas que, apesar da similaridade de traçado, guardam distâncias significativas nos padrões construtivos e na estratificação socio-econômica.
Fonte: Sidney Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Mapa de tecido urbano habitacional com padrão de edificação horizontal e malha de traçado reticular
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



Tecido Urbano Habitacional Padrão de Edificação Horizontal Malha com Traçado Reticular

A predominância de usos habitacionais e de edificações unifamiliares de até 4 andares é uma característica desse tecido urbano, assim como os lotes de testada variando entre 5 e 15 metros, com profundidade média variando entre 20 e 50 metros. A malha viária tem um padrão de traçado cartesiano, com ruas paralelas e perpendiculares entre si. Em alguns casos, como na Vila Maria e na Vila Medeiros, temos traçados radio-concêntricos, com algumas vias radiais, que se enquadram no perfil reticular. As quadras variam suas dimensões entre 50 e 100 metros de lado, em média.

O Tecido Habitacional Reticular ocorre mais escassamente, cobrindo 6,16 % de sua área urbana, e 3,72 % de sua área total. No entanto, assim como o Tecido Habitacional Orgânico, pode ser encontrado às margens dos eixos de maior circulação. Apesar disso, podem ser encontrado em meio a tecidos habitacionais irregulares, geralmente

À esquerda, destaque de área com tecido urbano habitacional com padrão de edificação horizontal e malha de traçado reticular., no distrito de Vila Medeiros Abaixo, imagem da área destacada.
Fonte: Mapa elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor. Imagem de Sidney Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do Autor

ocupando regiões mais planas. Sua escassez talvez se deva à dificuldade de implantação de um tipo de solução que requer mais recursos para ser viabilizada, já que, num suporte físico como o da Região Norte, exigiria extensas movimentações de terra para alcançar as declividades necessárias para um traçado viário adequado, assim como para o assentamento das edificações, tornando a operação menos vantajosa do que a aplicação de padrões orgânicos de traçado.

Além das áreas citadas, ocorre com maior extensão também nos distritos do Limão e de Santana. Tem exemplares de menor alcance em todos os outros distritos da região.

Acima, tecido urbano habitacional reticular no distrito do Limão. Ao lado, mesmo padrão de tecido urbano nas imediações do Parque da Juventude, distrito de Santana.
Fonte: Sidney Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

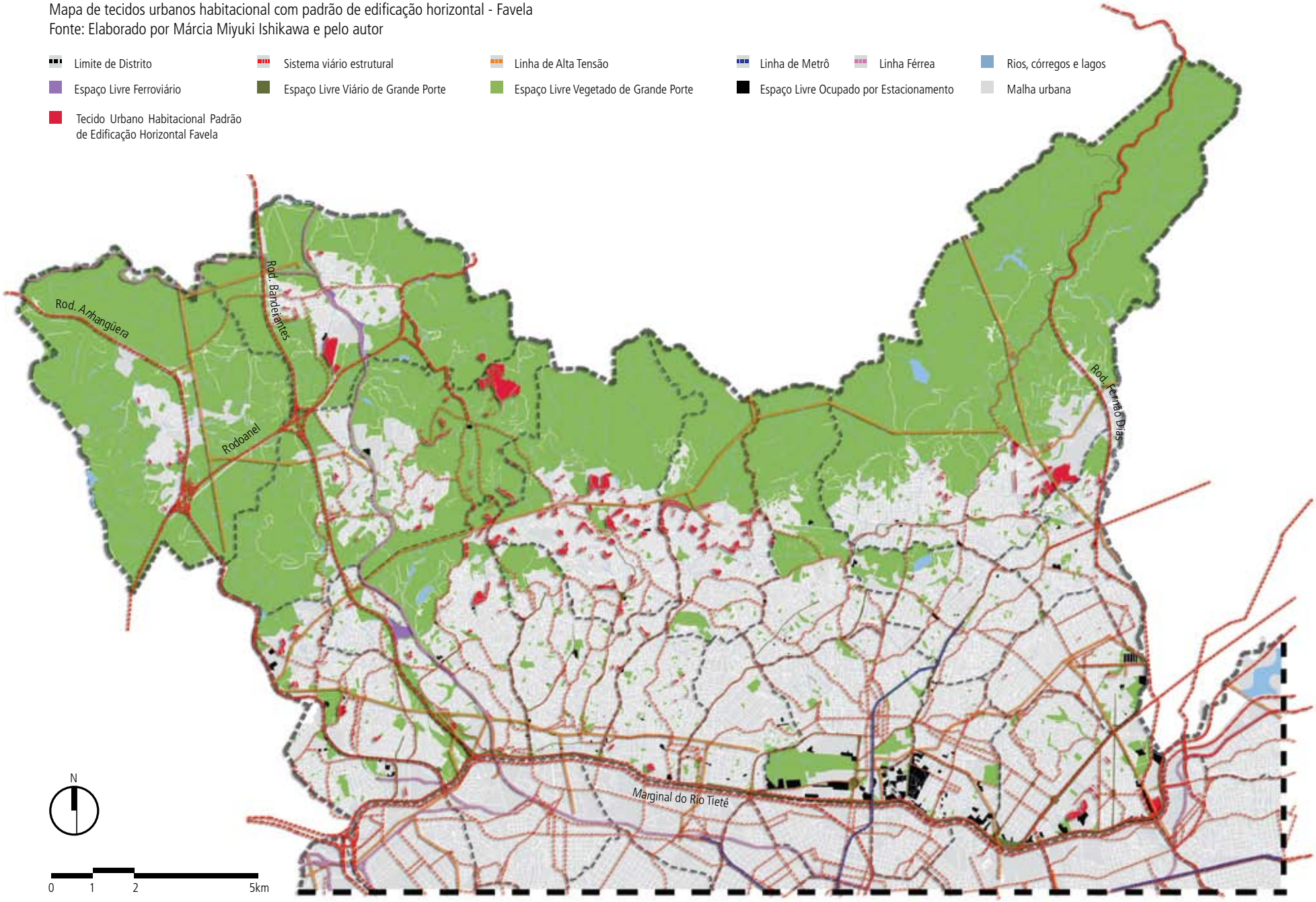
Tecido Urbano Habitacional Padrão de Edificação Horizontal Favela

Um desafio encontrado ao longo do desenvolvimento do trabalho foi de caracterização, do ponto de vista da forma urbana, dos assentamentos precários. Encontramos dois tipos principais: 1) os loteamentos clandestinos ou irregulares; e 2) as favelas. Ambos puderam ser identificados a partir de mapas da prefeitura que remetiam a características fundiárias, sanitárias, e de segurança das edificações. No entanto, percebemos que havia uma diferença fundamental entre os dois tipos aludidos.

Nos loteamentos clandestinos, pudemos identificar um padrão de tecido urbano que se assemelhava dos demais do ponto de vista formal, ou seja, um mesmo tipo de parcelamento do solo, padrão edificado, traçado viário e relação com o suporte físico. Tal fato impediu sua distinção e separação do ponto de vista morfológico, tema e foco deste trabalho.

À esquerda, destaque de área com tecidosurbano habitacional com padrão de edificação horizontal Favela, no distrito de Perus Abaixo, imagem da área destacada.
Fonte: Mapa elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor. Imagem de Luciana Satiko - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Mapa de tecidos urbanos habitacional com padrão de edificação horizontal - Favela
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor

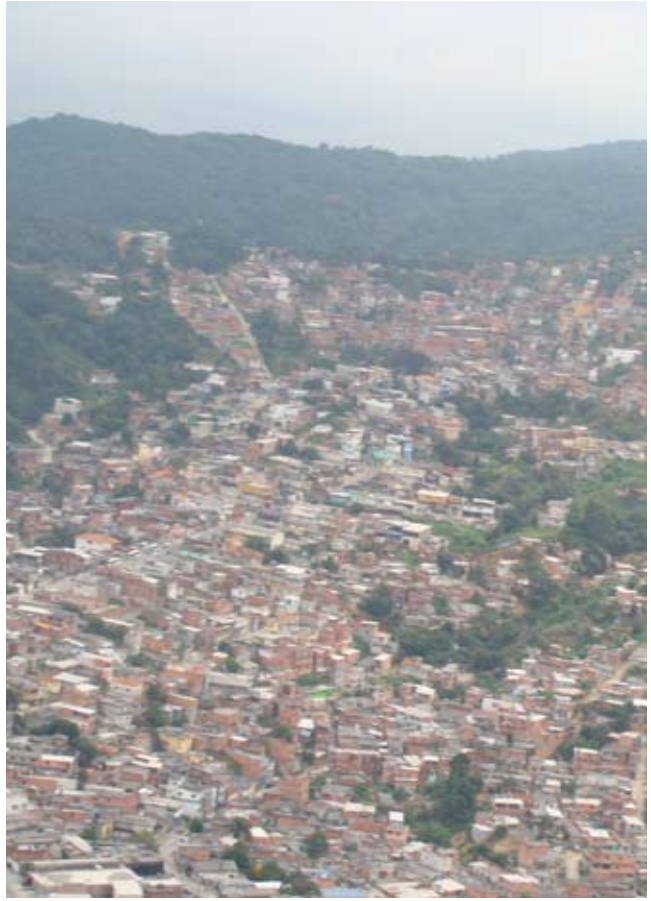


Já as favelas podem ser claramente distinguíveis por seus aspectos formais, havendo o problema da atualização dos dados da municipalidade relativos a esse tipo de área.

Assim, o tecido urbano habitacional Favela foi aquele que apresentou edificações predominantemente residenciais de até 5 pavimentos, cujas dimensões do lote fossem inferiores a 5 metros de frente e 15 metros de fundo. O mapa da prefeitura disponível no site www.habisp.inf.br, foi importante para identificar a localização dos principais núcleos, e a partir destes, desenhar os limites das áreas que se encaixavam no perfil determinado.

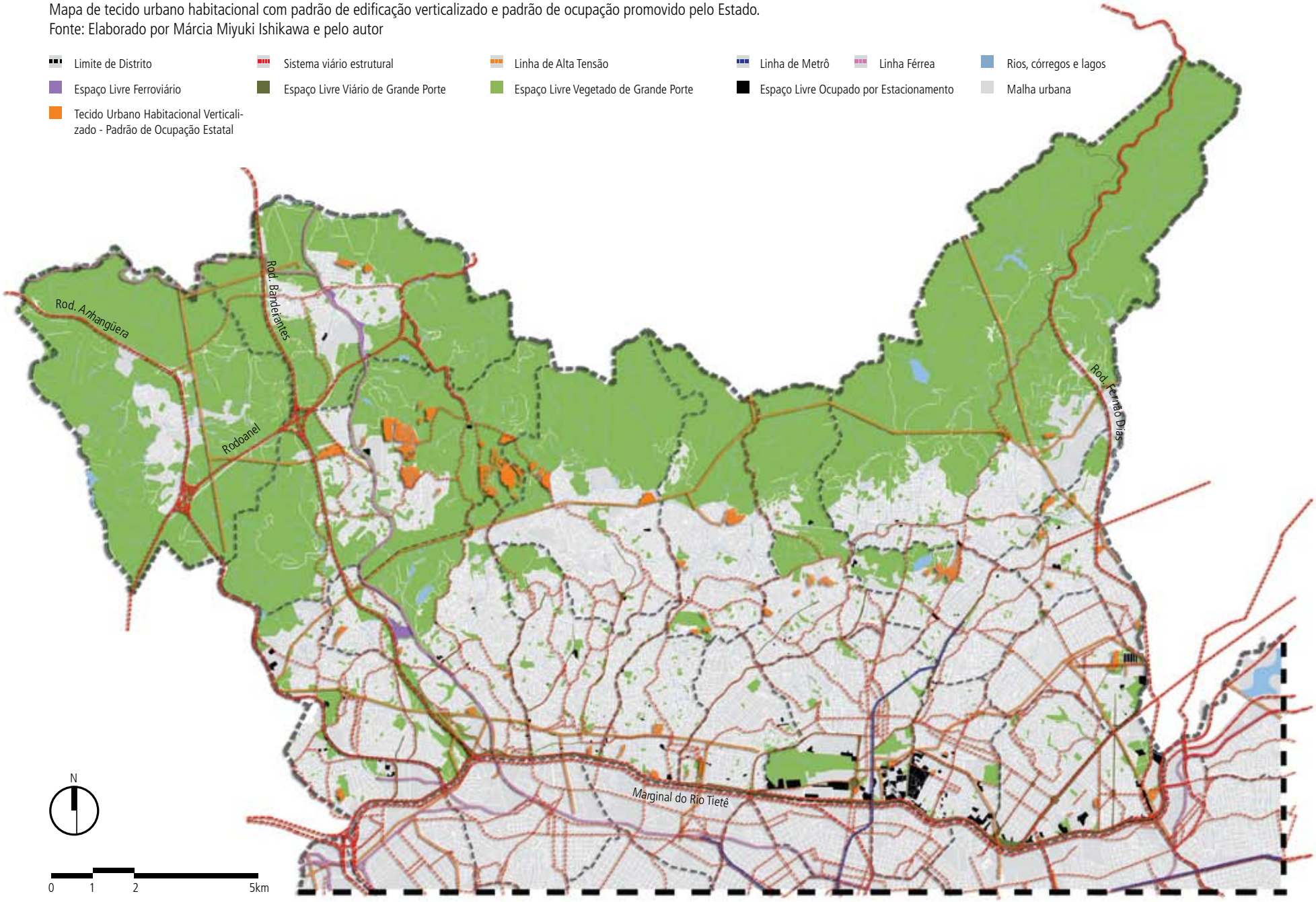
Sua extensão cobre aproximadamente 2,25 % da área urbanizada da região, e 1,36 % de sua área total. Está distribuído por todos os distritos, tendo uma concentração maior nos distritos da Brasilândia, Cachoeirinha, Perus, Jaraguá e Tremembé, onde também encontramos as manchas mais extensas. Destaque adicional para o distrito de Vila Maria, com dois núcleos igualmente extensos.

Apesar da obviedade, saliente-se que os distritos mais pobres, na média, são os citados acima, o que pode levantar a hipótese de crescimento maior da pobreza extrema, concentrada nos núcleos onde a precarização é maior, e uma certa estagnação dos outros extratos de renda. Tal dado só poderá ser confrontado com a análise do Censo 2010, na medida em que a extensão dos núcleos foi aferida com dados de 2008, mas os dados de renda referem-se aos anos 2000, provocando um hiato de informações desagregadas por distrito.



Acima, favela de grandes proporções no distrito do Jaraguá, adentrando a Serra da Cantareira. Ao lado, pequeno núcleo de favelamento nas proximidades de área industrial no distrito de Jaguara. Fonte: (A) Sidney Carvalho e Ulisses Sardão e (L) Luciana Satiko- Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Mapa de tecido urbano habitacional com padrão de edificação verticalizado e padrão de ocupação promovido pelo Estado.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor

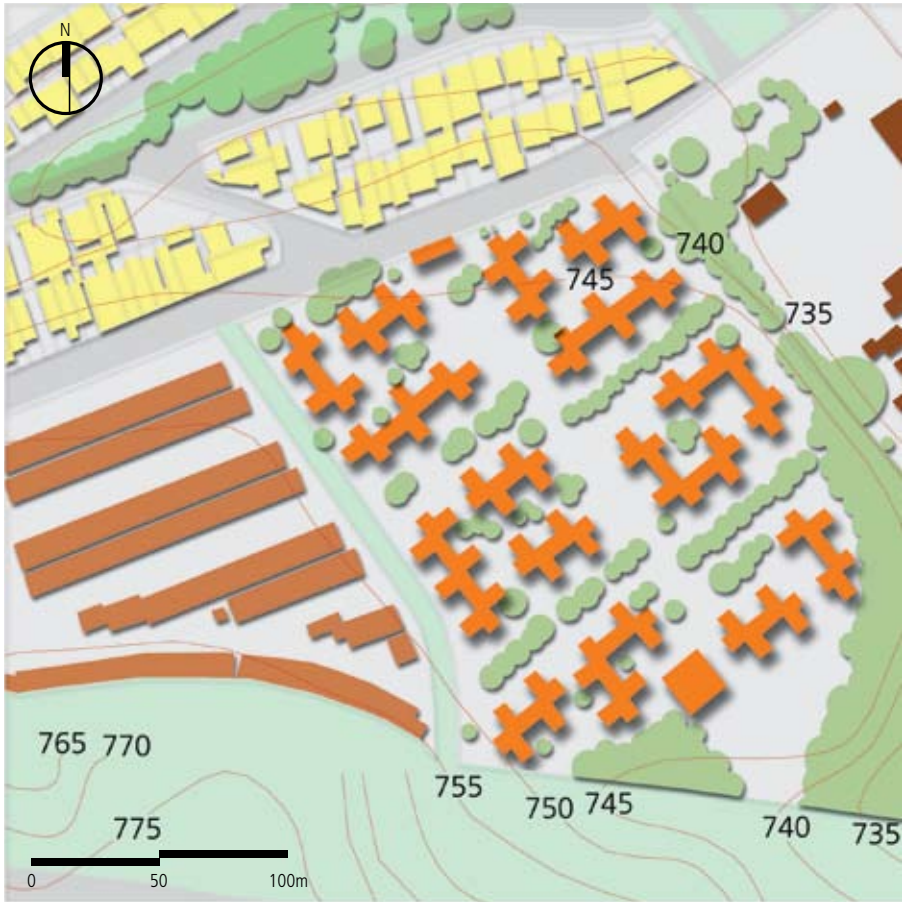


Tecido Urbano Habitacional Padrão de Edificação Verticalizado - Padrão de Ocupação promovida pelo Estado

Tecido urbano com predominância de usos residenciais multifamiliares, com edificações de uso coletivo de mais ou menos 6 pavimentos sem elevador, edifícios em fita, construídos em sua maioria por agentes públicos de promoção habitacional. Os edifícios são encontrados em conjuntos, de 04 ou mais prédios, com espaços livres intra-lote residuais e sem destinação específica. Parte desses espaços é utilizada como estacionamento de veículos, e parte corresponde aos taludes de contenção das encostas movimentadas para a criação das plataformas onde estão assentados os edifícios.

Ocupando aproximadamente 1,56 % da área urbanizada da região, e 0,94 % de sua área total, apresenta seus exemplares mais extensos no distrito do Jaraguá, onde houve uma concentração de investimentos estatais principalmente a partir dos anos 1980. Outras concentrações estão nos distritos da Brasilândia, Cachoeirinha e Tucuruvi. Em menores concentrações, no entanto, pode ser encontrado em todos os outros distritos, exceção feita ao distrito de São Domingos.

À esquerda, destaque de área com tecido urbano habitacional com padrão de edificação verticalizado e padrão de ocupação promovido pelo Estado, no distrito de Pirituba. Abaixo, imagem da área destacada.
Fonte: Mapa elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor. Imagem de Sidney Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor



Conjuntos habitacionais com padrão de ocupação promovida pelo Estado. Acima, exemplares no distrito do Jaraguá. Ao lado, distrito do Limão.
Fonte: (A) Luciana Satiko e (L) Sidney Carvalho e Ulisses Sardão- Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

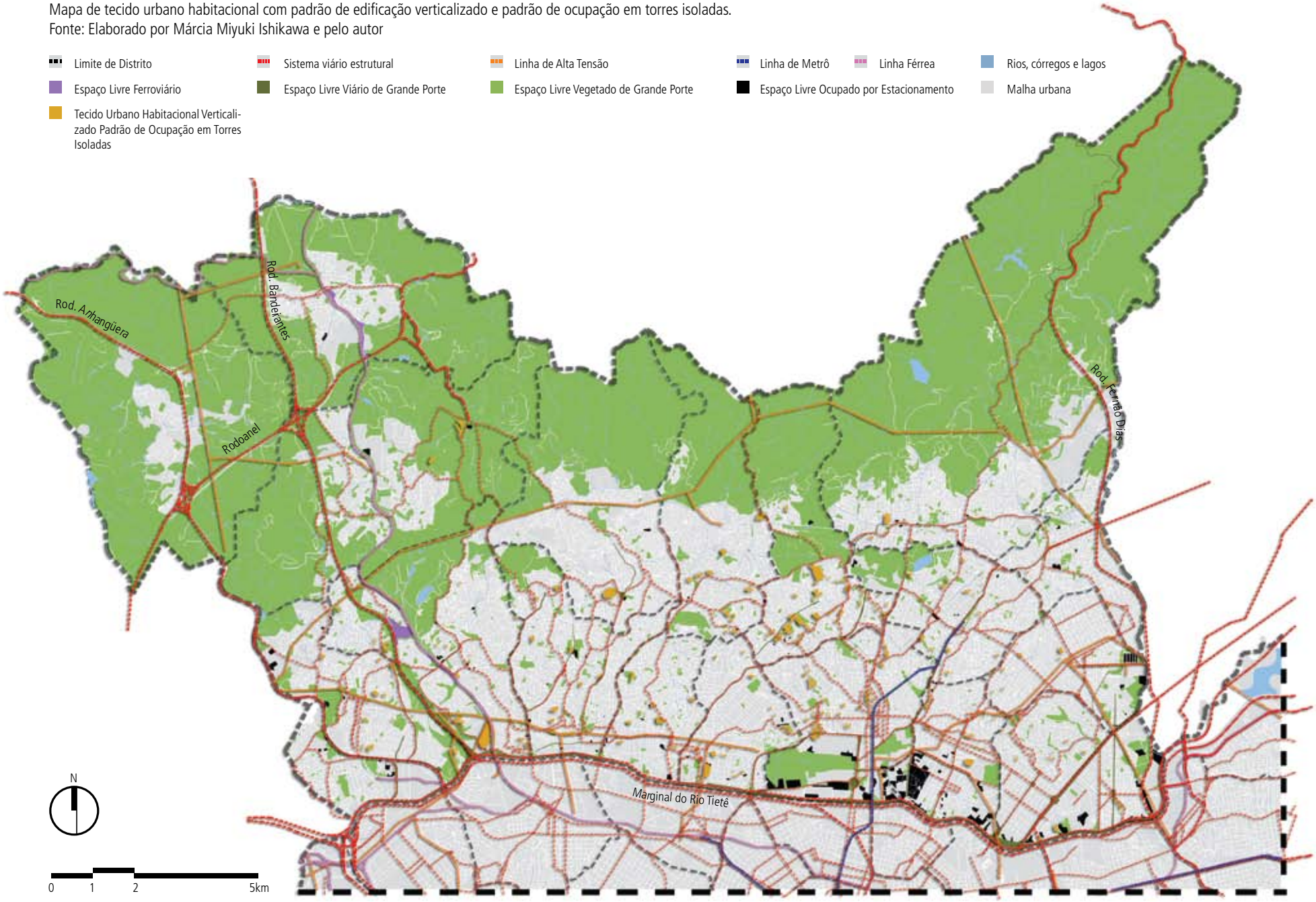
Tecido Urbano Habitacional Padrão de Edificação Verticalizado - Ocupação em Torres Isoladas

A predominância dos usos residenciais e a recorrência de edifícios de mais de 6 pavimentos com elevador, caracteriza esse tecido urbano. Os edifícios multifamiliares organizados em torres afastadas das divisas do lote em que se encontra são característicos dos empreendimentos habitacionais promovidos pela iniciativa privada. Os espaços livres intra-lotes são razoavelmente generosos, já que em média 50% do lote fica livre de edificação, permitindo a colocação de equipamentos de lazer no térreo do edifício. Por outro lado, a permissão de construção de estacionamentos nas cotas inferiores à via de acesso pode criar situações de conflito com as áreas lindeiras ao edifício, além de impermeabilizar boa parte do solo no qual se coloca a edificação.

Sua escassa ocorrência nos mapas desenvolvidos, sobretudo em áreas de verticalização mais extensa como os distritos de Santana e Tucuruvi, deve-se ao método adotado para a elaboração da cartografia dos tecidos urbanos.

À esquerda, destaque de área com tecido urbano habitacional com padrão de edificação verticalizado e padrão de ocupação em torres isoladas, no distrito de Mandaqui. Abaixo, imagem da área destacada.
Fonte: Mapa elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor. Imagem de Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Mapa de tecido urbano habitacional com padrão de edificação verticalizado e padrão de ocupação em torres isoladas.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor

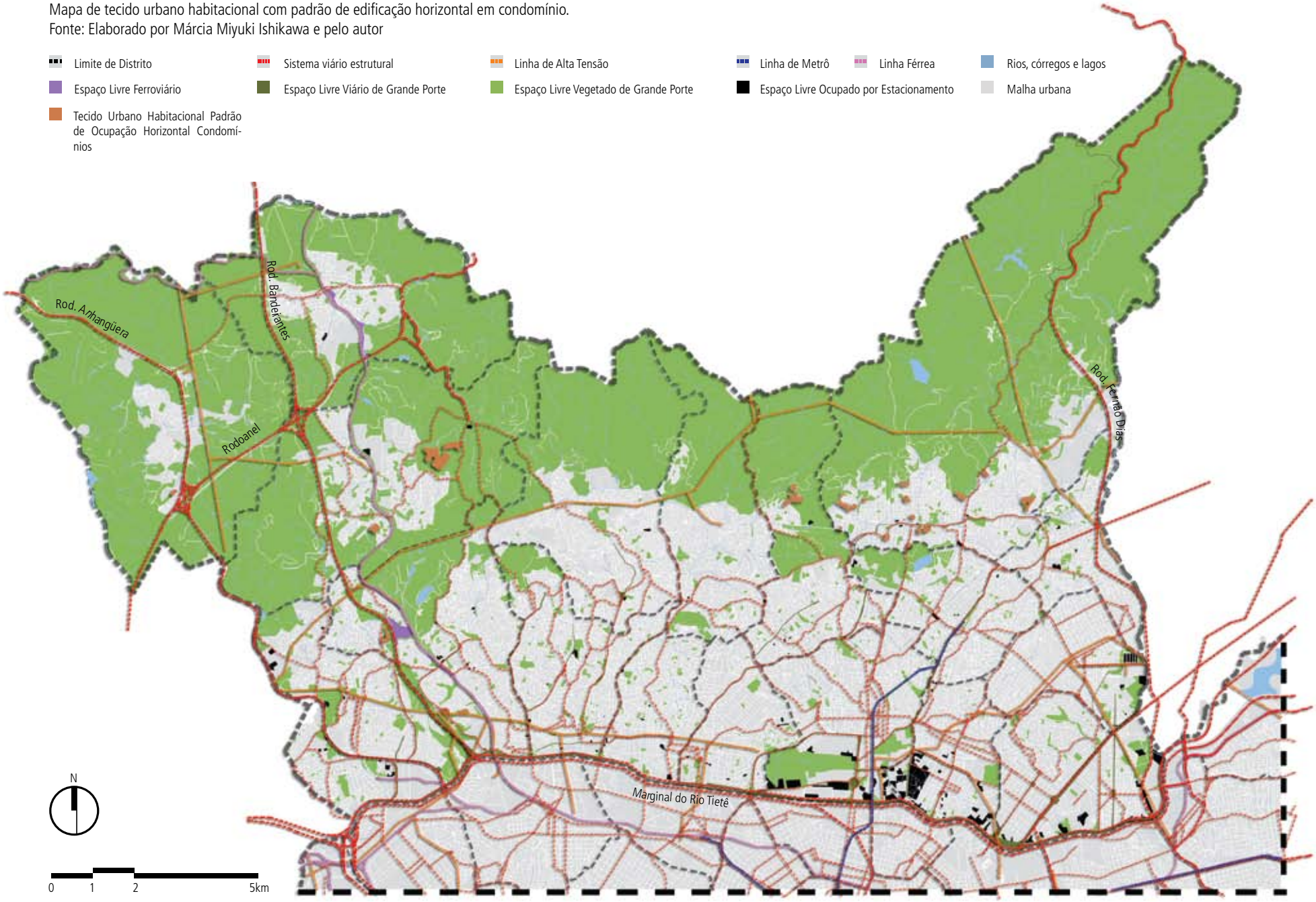


Foi dado destaque para os conjuntos edificados dentro do padrão morfológico destacado inicialmente para esse tecido. Percebeu-se que, mesmo em áreas onde a presença na paisagem da verticalização era visível, esta não se dava por conta da extensão das áreas verticalizadas, mas pela preponderância da forma dos edifícios altos na apreensão visual dos espaços urbanos. Ou seja, a verticalização como processo característico de uma área é, em certo sentido, obra de um discurso hegemônico que tenta fazer passar uma imagem de transformação de uma área por sua forma aparente, e não por todos os processos que nela ocorrem. É a forma ajudando a ocultar, como abordado anteriormente.

Dentro do marco metodológico estabelecido, temos aproximadamente 1,07 % da área urbanizada da região, e 0,65% de sua área total, com o tecido verticalizado com torres habitacionais. Ocorrem na maioria dos distritos, com exceção de Perus e Anhangüera, tendo suas maiores manchas nos distritos do Mandaqui, Santana e Pirituba.

Áreas de verticalização nos distritos de Pirituba (à direita) e Santana (à esquerda).
Fonte: (D) Sidney Carvalho e (E) Maurício Alito - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Mapa de tecido urbano habitacional com padrão de edificação horizontal em condomínio.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



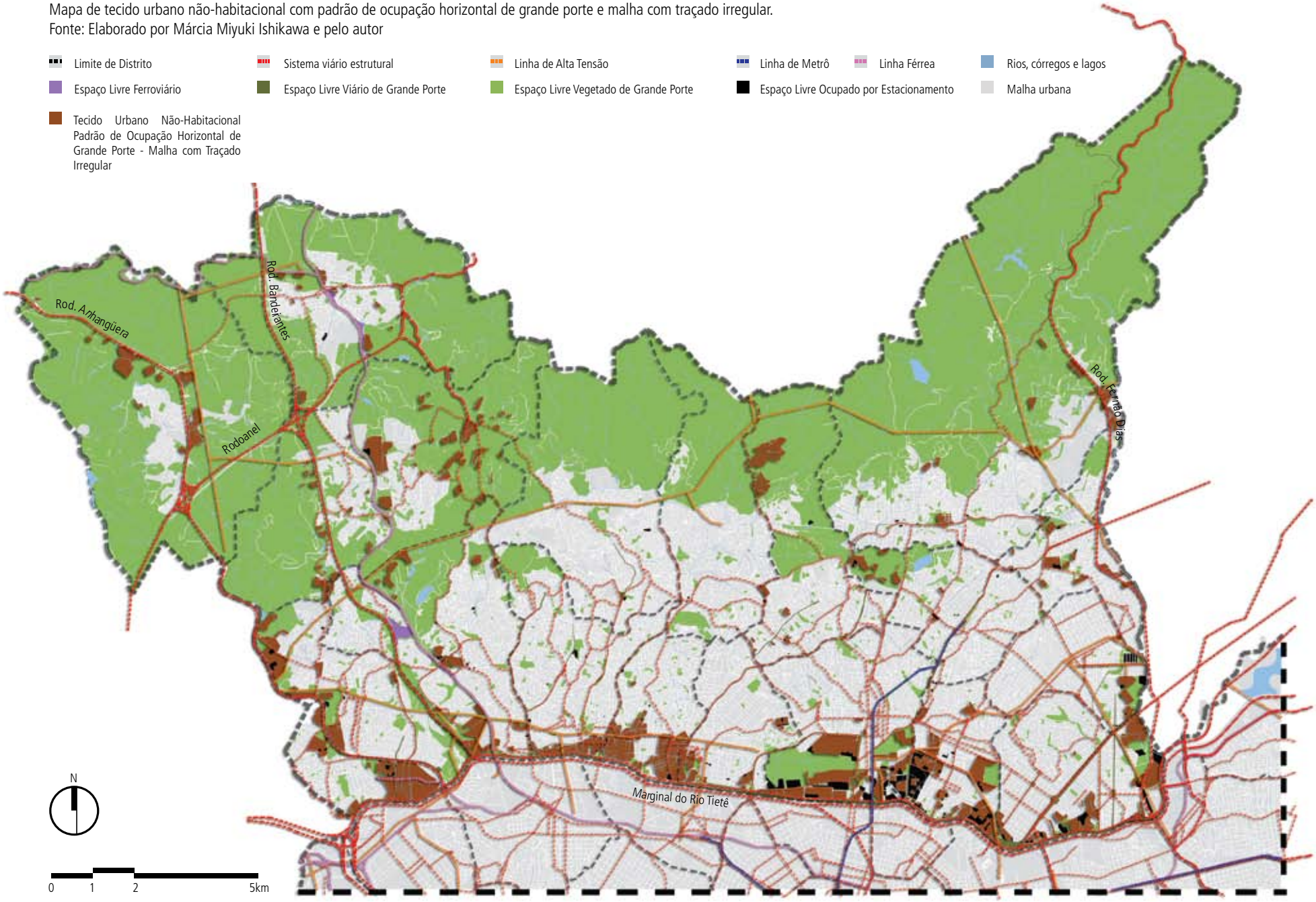
Tecido Urbano Habitacional Padrão de Edificação Horizontal Condomínios

Tecido urbano habitacional caracteriza-se por edificações de até 3 pavimentos, dispostas geralmente lado a lado, com uma ou mais ruas internas de acessos às residências unifamiliares. À semelhança de vilas urbanas fechadas, é um tecido desenvolvido pela iniciativa privada, e ocorre pontualmente em meio aos outros tecidos urbanos habitacionais com padrão de edificação horizontal. Sua identificação, muitas vezes só é possível através do sobrevôo ou de imagens aéreas, já que são na maioria dos casos totalmente murados, com apenas um acesso para a rua onde se localizam, dificultando a apreensão de sua forma urbana característica no nível d o pedestre.

Encontrado principalmente nas imediações da Serra da Cantareira, suas maiores extensões estão nos distritos do Jaraguá, Mandaqui e Tremembé. Ocupa aproximadamente 0,35 % da área urbanizada da região, e 0,21 % de sua área total.

À esquerda, destaque de área com tecido urbano habitacional com padrão de edificação horizontal em condomínio no distrito do Jaraguá. Abaixo, imagem da área destacada.
Fonte: Mapa elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor. Imagem de Maurício Alito - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Mapa de tecido urbano não-habitacional com padrão de ocupação horizontal de grande porte e malha com traçado irregular.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



Tecidos Urbanos Não-Habitacionais

Foram identificados quatro tipos de tecido urbano não habitacional. Organizamos aqui por ordem de ocorrência na paisagem estudada, dos mais recorrentes para os menos. São áreas que abrigam diversos usos, como: estabelecimentos comerciais de diversos portes e voltados para diferentes públicos, incluindo desde lojas de médio porte, até grandes varejistas e atacadistas de bens díspares como tratores e produtos veterinários; estabelecimentos de prestação de serviços, que vão desde galpões de armazenamento de cargas até oficinas mecânicas; instalações industriais de diferentes tamanhos, desde grandes parques gráficos até serralherias de pequeno ou médio porte; instalações mistas de comércio e serviço, ou indústria e serviços.

Os tecidos urbanos não-habitacionais predominam nas áreas ligadas aos eixos de circulação de caráter regional, como a Marginal do Rio Tietê, e as rodovias que dão acesso à capital. Dentre estes, o mais recorrente é o Tecido Urbano Não-Habitacional Padrão de Ocupação Horizontal de Grande Porte - Malha com Traçado Irregular.

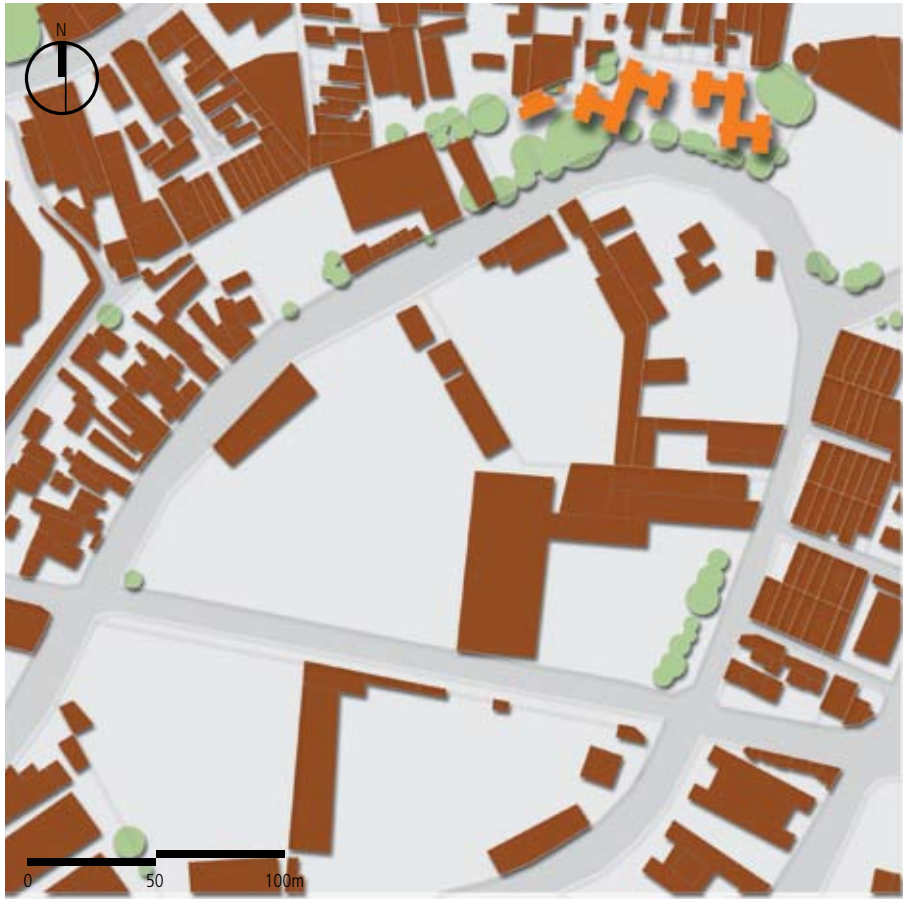
Tecido Urbano Não-Habitacional Padrão de Ocupação Horizontal de Grande Porte - Malha com Traçado Irregular

A predominância de usos não habitacionais, em lotes com dimensões superiores a 1000 metros quadrados caracterizam esse tecido urbano. Seu traçado viário forma uma malha irregular, sem um projeto identificável a partir da análise das imagens aéreas e dos mapas oficiais da prefeitura. O tamanho das quadras, também devido a essa irregularidade no traçado, varia enormemente, dependendo muitas vezes do tamanho e do tipo de uso da empresa que a ocupa. As edificações não ultrapassam, em média, os 15 metros de altura, podendo se estender por milhares de metros quadrados.

Esse padrão de ocupação para indústrias, áreas comerciais e de serviços de grande porte se sobressai, ocupando principalmente os terrenos planos ou de suaves declividades nas proximidades dos eixos de circulação regional de maior porte. Estende-se por 7,02 % da área urbanizada da região, e 4,24 % de sua área total, estando ausente apenas dos distritos da Brasilândia e da Cachoeirinha. Suas manchas mais significativas ocorrem onde as condições acima são mais abundantes, ou seja, nos distritos lindeiros à marginal do rio Tietê.

Tecidos não habitacionais de padrão irregular nas proximidades da Serra da Cantareira.
Fonte: Sidney Carvalho - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Abaixo à direita, destaque de área com tecido urbano não-habitacional com padrão de ocupação horizontal de grande porte e malha com traçado irregular no distrito do Limão. Abaixo, imagem da área destacada. Ao lado, mesmo tecido urbano nas imediações do Pico do Jaraguá.
Fonte: Mapa elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor. Imagem de (A) Luciana Satiko e (L) Sidney Carvalho- Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

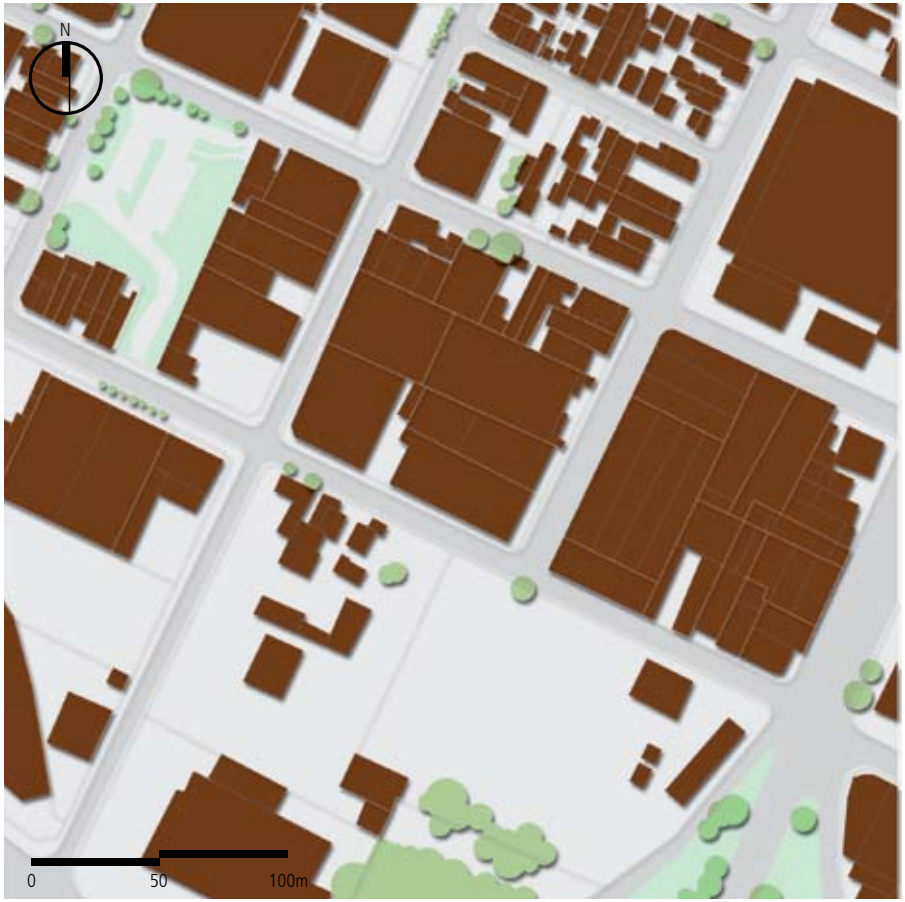


Tecido Urbano Não-Habitacional Padrão de Ocupação Horizontal de Grande Porte - Malha com Traçado Reticular

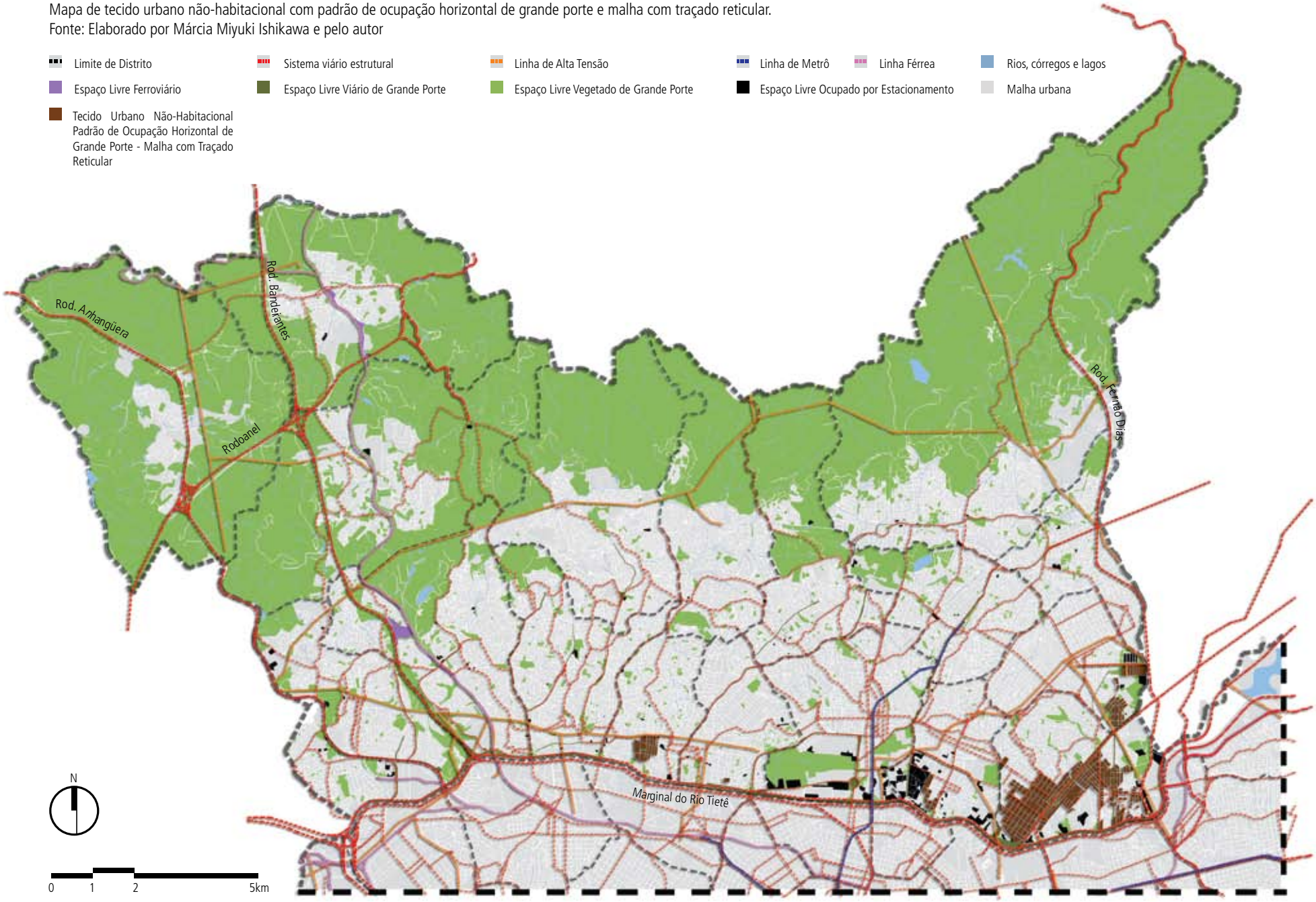
Assim como o tecido urbano abordado anteriormente, a ocupação horizontal e de grande porte dos tecidos urbanos não habitacionais pode ter características variadas quanto ao uso e as dimensões de lotes, respeitando o mínimo de 1000 metros quadrados. A malha urbana tem um traçado reticular, ou seja, as vias são paralelas e perpendiculares entre si, formando quadras com dimensões não inferiores a 100 metros de lado. A altura das edificações não costuma ultrapassar os 15 metros e sua extensão varia conforme a atividade a que se destina.

Este tecido ocorre principalmente no distrito da Vila Maria, fato que pode ser relacionado com o eixo de ocupação industrial mais consolidado da zona leste da capital. Cobre 1,34 % da área urbanizada da região, e 0,81 % de sua área total.

À esquerda, destaque de área comtecido urbano não-habitacional com padrão de ocupação horizontal de grande porte e malha com traçado reticular no distrito de Vila Guilherme. Abaixo, imagem aérea da área destacada.
Fonte: Mapa elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor. Imagem extraída do programa Google Earth em novembro de 2010



Mapa de tecido urbano não-habitacional com padrão de ocupação horizontal de grande porte e malha com traçado reticular.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



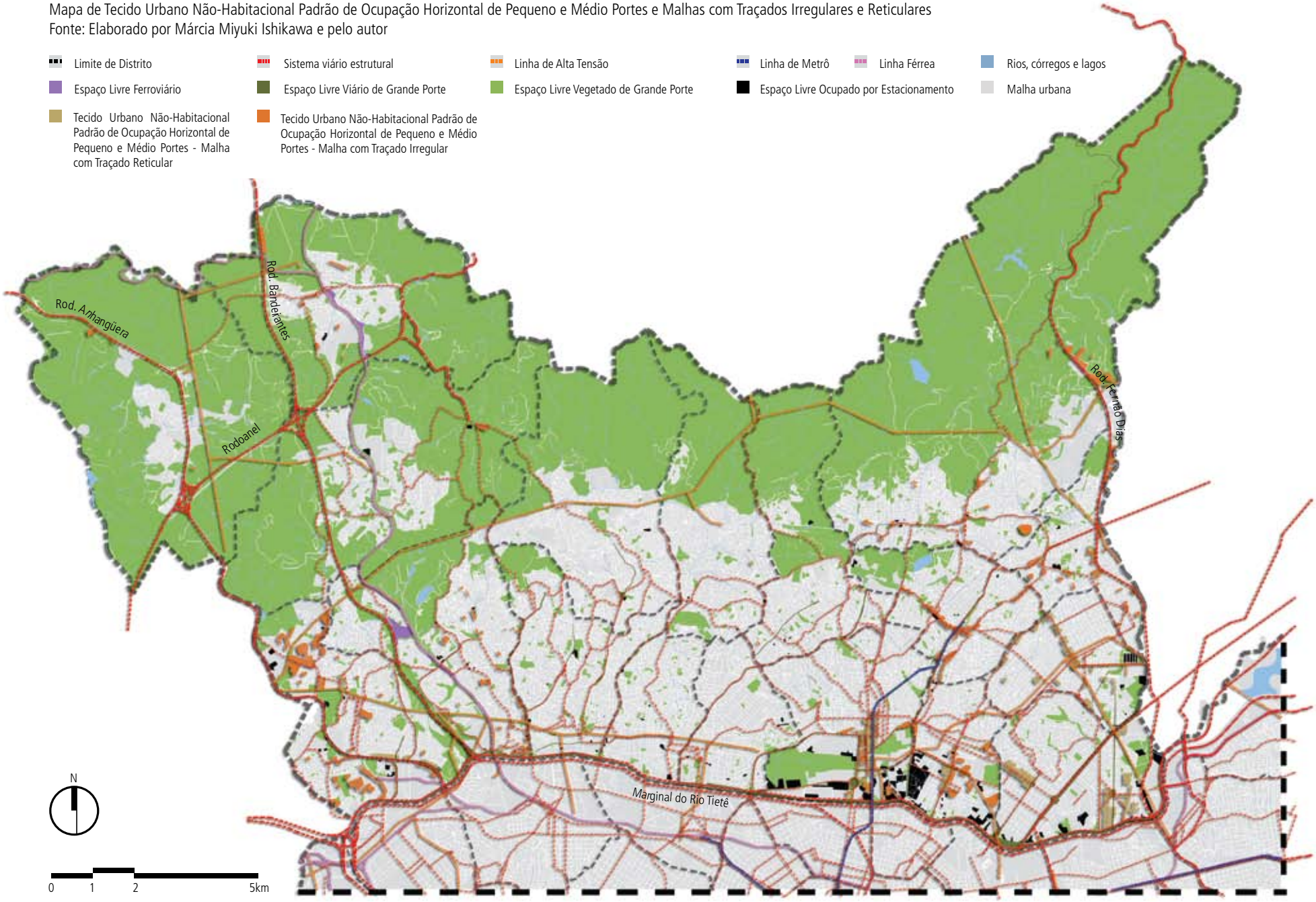
Tecido Urbano Não-Habitacional Padrão de Ocupação Horizontal de Pequeno e Médio Portes - Malha com Traçado Irregular

Esse tipo de tecido urbano destina-se ao abrigo de galpões de dimensões variadas, mas que não ocupam lote com área superior a 1000 m². As edificações não ultrapassam, em média, os 15 metros de altura, e a malha urbana tem um traçado que não permite a visualização de um projeto claro para sua instalação, com vias descontínuas e quadras esconsas.

O padrão irregular desse tipo de tecido encontra-se em relação ao mesmo padrão para os tecidos não habitacionais de grande porte, tendo a mesma lógica de localização. Apesar de ocupar uma área bastante menor (1,78 % da área urbanizada da região, e 1,07 % de sua área total), e praticamente inexistir nos distritos da porção norte da região, demonstram certa tendência à concentração de atividades produtivas em pontos determinados do território. Suas áreas mais extensas estão no distrito de São Domingos e Vila Guilherme.

À esquerda, destaque de área com tecido urbano não-habitacional padrão de ocupação horizontal de pequeno e médio portes e malha com traçados irregulares no distrito do Tucuruvi. Abaixo, imagem da área destacada.
Fonte: Mapa elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor. Imagem de Sidney Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Mapa de Tecido Urbano Não-Habitacional Padrão de Ocupação Horizontal de Pequeno e Médio Portes e Malhas com Traçados Irregulares e Reticulares
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



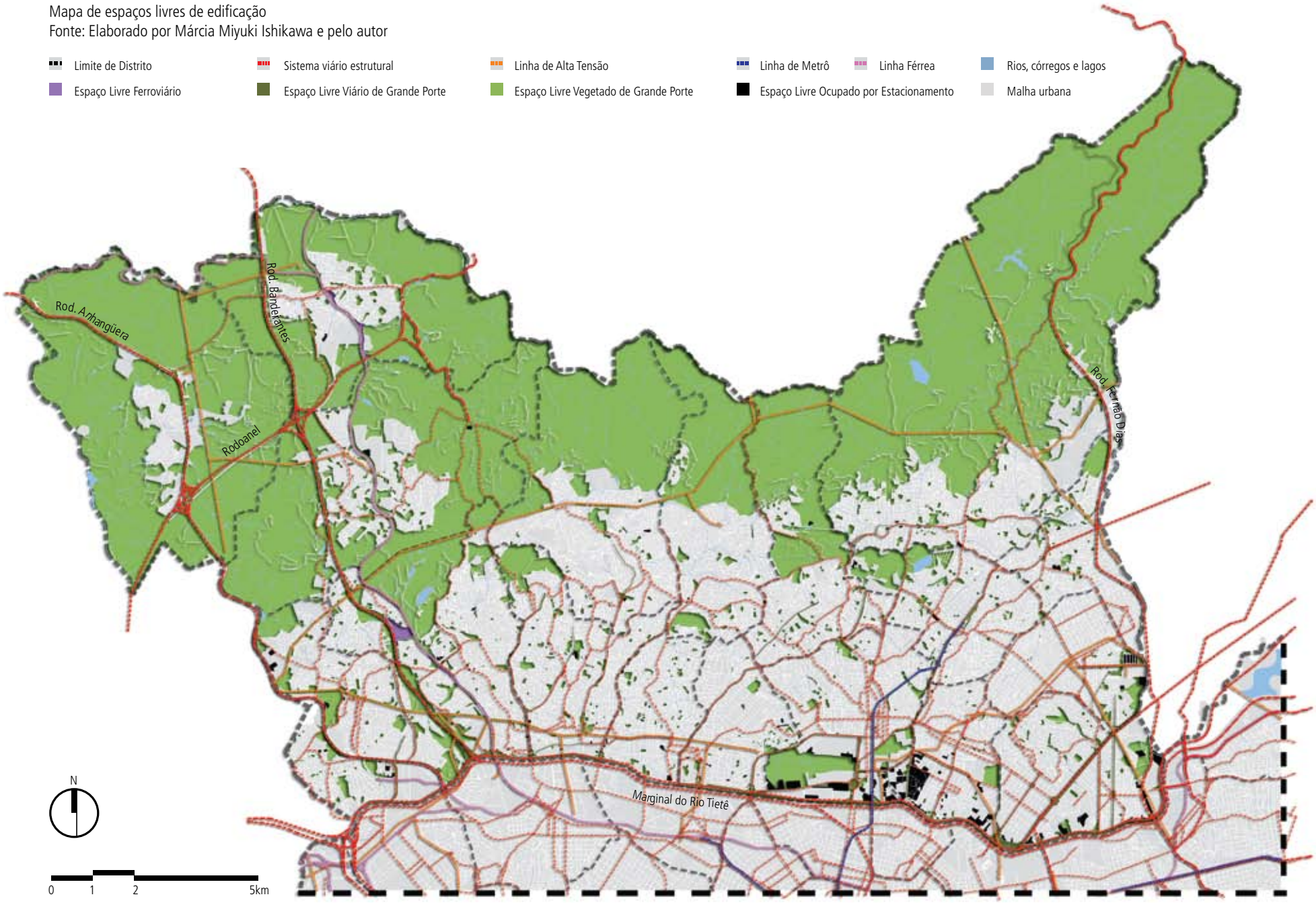
Tecido Urbano Não-Habitacional Padrão de Ocupação Horizontal de Pequeno e Médio Portes - Malha com Traçado Reticular

O tecido urbano a que se refere o título acima se diferencia o anterior por sua malha viária ter um traçado reticular, em que as vias são organizadas através de eixos paralelos e perpendiculares entre si. Os lotes não ultrapassam os 1000m², e as edificações são galpões de usos variados, com até 15 metros de altura.

Sua ocorrência concentra-se no distrito de Vila Maria, ocupando cerca de 0,88 % da área urbanizada da região, e 0,53 % de sua área total.

À esquerda, destaque de área com tecido urbano não-habitacional padrão de ocupação horizontal de pequeno e médio portes e malha com traçados reticular no distrito da Vila Maria. Abaixo, imagem aérea da área destacada.
Fonte: Mapa elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor. Imagem extraída do programa Google Earth em novembro de 2010.

Mapa de espaços livres de edificação
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



Espaços Livres de Edificação

Na discussão dos tecidos urbanos da região norte da capital paulista, os espaços livres de grande porte desempenham papel de destaque. Boa parte da região é ocupada por tais espaços, seja pela extensão das reservas verdes nela existente, como a Serra da Cantareira e os arredores do Pico do Jaraguá, seja pelos diversos espaços livres de menores dimensões que estão distribuídos por toda a área. Como tais espaços alteram a leitura da paisagem urbana de maneira significativa, ganharam destaque no mapa de tecidos urbanos aqueles que são mais facilmente discerníveis, de acordo com seu porte, arborização ou uso (em alguns casos), como foi o caso dos espaços livres ocupados por estacionamentos ou os ferroviários.

Espaço Livre Viário de Grande Porte

Espaços livres com ou sem arborização significativa, cuja função urbana principal é a circulação de pessoas e mercadorias. Foram demarcados aqueles cujas dimensões superavam os 20 metros de largura, pois se compreende que tais espaços além de terem potencial para utilização para atividades de lazer e recreação, permitem a apreensão da paisagem circundante, impossível em vias de menor porte.

Esses espaços livres coincidem com as avenidas de fundo de vale, construídas a partir do anos 1970. Portanto, sua maior incidência se dá nos distritos da porção sul da região, com destaque para Avenidas como a Engenheiro Caetano Alvares, Inajar de Sousa e Braz Leme.

Espaços livres viários de grande porte. À esquerda, Av. Engenheiro Caetano Álvares, separando os distritos de Limão e Casa Verde. À direita, Av. Inajar de Sousa, dividindo os distritos de Freguesia do Ó e Limão.
Fonte: Sidney Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Espaço Livre Ferroviário

Espaços livres destinados a operação ferroviária, principalmente, mas também remanescentes ao longo dos trilhos que, mesmo sem uso, pertencem e são mantidos pelas companhias que lidam diariamente com a infra-estrutura ferroviária. Seu potencial depende, portanto, das características técnicas e econômicas de operação das linhas de trem, e da vontade política dessas companhias em liberar sua utilização para usos não diretamente ligados às operações de transporte ferroviário.

Têm área restrita, cobrindo apenas XX% da área da região, e concentrando-se no distrito de Pirituba.

Espaço Livre Vegetado de Grande Porte

Espaços livres com grandes extensões de vegetação arbórea, arbustiva ou herbácea. Não foram considerados espaços inferiores a 1000m² por seu baixo impacto sobre a leitura da paisagem urbana, e por seu pequeno potencial de alteração da paisagem circundante. Os espaços considerados incorporam grandes áreas sem acesso público, mas de grande extensão, como aquelas nas imediações do Pico do Jaraguá. Compreendem também Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa, como o Instituto Florestal.

Esses espaços são mais comuns em situações de maiores declividades, principalmente na porção norte da área de estudo, e correspondem a aproximadamente 43 % da área da região. Concentram-se nos distritos de Perus, Jaraguá, Anhangüera, Brasilândia, Cachoeirinha, Mandaqui e Tremembé.

Espaço Livre Ocupado por Estacionamento

Espaços livres de dimensões superiores a 1000m² com utilização predominante de estacionamento de veículos e com pequena presença de vegetação. Habitualmente, são espaços com altos índices de impermeabilização do solo, situados nas proximidades de grandes centros comerciais, ou galpões de logística.

Sua concentração se dá nos distritos de Santana e Vila Medeiros, onde temos o Shopping Center Norte, o Aeroporto do Campo de Marte e o Centro de Convenções do Anhembi como grandes âncoras para usuários que chegam de automóvel. Cobrem, no entanto, área relativamente pequena da região, com 1,05 % da área urbana e 0,63 % da área total. Podemos observar também uma distribuição pontual nas proximidades das centralidades lineares, nas vias de comércio e serviços mais desenvolvidos.

Acima, espaços livres ferroviários no distrito de Pirituba, com o Pico do Jaraguá ao fundo. À esquerda, espaços livres ocupados por estacionamentos ao lado do Centro de Convenções do Anhembi, no distrito de Santana.
Fonte: (A) Luciana Satiko e (E) Sidney Carvalho - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

1.2. Forma urbana e processos de constituição da paisagem

Aspectos gerais

A partir da análise dos mapas de tecidos urbanos, em cruzamento com dados extraídos das características do suporte físico, da evolução da mancha urbana, dos padrões de renda, e dos loteamentos clandestinos e irregulares, é possível tecer algumas considerações gerais e específicas sobre a constituição da paisagem da região. Importa aqui, relacionar os elementos formais encontrados com os processos sociais que lhe deram ensejo, sustentação ou, em alguns casos, ocorreram simultaneamente, em chaves explicativas diversas.

Boa parte da mancha urbana da área estudada teve sua consolidação em meados do século XX. Entre as décadas de 1940 e 1960 temos a definição da maior parte da ocupação urbana, ou ao menos de seus limites externos, que seriam expandidos marginalmente por manchas fragmentadas ao longo das décadas seguintes. Não há associação direta entre os tecidos urbanos encontrados e um período específico de construção. [6] Pode-se, no entanto, inferir seu período de consolidação, buscando alguns padrões que expliquem sua localização, dimensão e forma urbana em geral.

Já em 1949 é possível ver na área compreendida pela mancha urbana de então uma grande diversidade de tecidos, com o predomínio dos tecidos habitacionais irregulares, entremeados por trechos de tecidos habitacionais reticulares e orgânicos. Destaca-se nessa área, o distrito de Vila Maria, com sua porção norte dominada por um tecido habitacional orgânico, numa extensão bastante significativa.

Entre 1949 e 1962 vê-se a expansão da mancha até os limites próximos daqueles encontrados atualmente. É bastante evidente, no período, o surgimento de ocupação em áreas hoje tomadas por tecidos não habitacionais às margens do Rio Tietê. Tal fato decorre dos processos de retificação do rio Tietê e de adequação das áreas anteriormente ocupadas por suas várzeas à ocupação urbana.

Entre 1962 e 1974 temos a expansão periférica da mancha, onde se destacam os tecidos habitacionais orgânicos na franja norte, sobretudo no distrito da Brasilândia. Tais tecidos são atualmente pontilhados de tecidos habitacionais com padrão de ocupação de favelas.

De 1972 a 1980 vemos uma expansão fragmentada da mancha urbana, principalmente na proximidade de assentamentos surgidos no período anterior. Predomina, nessa área, o tecido habitacional irregular. Já de 1980 em diante, esse predomínio esse consolida, com uma maior presença de dois tecidos urbanos habitacionais: os empreendidos pelo Estado, e os condomínios horizontais. Ao lado dos tecidos habitacionais irregulares, esses são as principais novidades na expansão da mancha urbana, principalmente no distrito do Jaraguá.

É o momento em que as avenidas de fundo de vale começam a ser estruturadas, de maneira que as áreas antes com menor ocupação passam a ser ocupadas, e que o padrão de acessibilidade para o automóvel sofre uma modificação,

6 Para isso, necessitaríamos estudar o momento exato de implantação dos diferentes loteamentos, o que não é objetivo deste trabalho.

já que a penetração dessas avenidas, assim como sua capacidade de tráfego é maior, se comparadas às avenidas de topo, ainda existentes e com grande papel para o transporte coletivo.

Partiremos do princípio que o desenho geral dos loteamentos já estava dado no início dos anos 1960, já que a mancha urbana já abrangia a maior parte da área atualmente ocupada. Isso mostra que os tecidos urbanos que chegam ao final do século XX e início do XXI já estavam determinados antes mesmo de momentos históricos, econômicos e culturais que marcariam a vida na cidade. Foram anteriores à consolidação das indústrias ao norte do rio Tietê, aos movimentos de consolidação e melhorias urbanas ligados ao saneamento, a expansão da rede escolar e de saúde, e mesmo à construção das Marginais e das pontes sobre o rio Tietê. Ou seja, os problemas (e as soluções) ambientais e urbanos, na escala do tecido urbano, já lá estavam, em sua maioria, desde o início da década de 1970.

A ferrovia contribui para esse processo de consolidação periférica[7], e o Metrô reforça o processo de concentração de população de altas rendas em áreas onde isso já ocorria. Até a década de 1980, quando ganha impulso um crescimento significativo da região, que expandiu mais decisivamente seus limites exteriores, há um crescimento "interno" da região.

Talvez por esse crescimento "interno", não seja possível identificar uma correlação direta entre a maioria dos padrões de tecido urbano e a renda média da população dos distritos estudados. Fica claro, porém, que os distritos cuja consolidação se deu ainda nos anos 1960 e 1970 apresentam um perfil de renda mais elevado. Assim como aqueles que tiveram expansão mais recente, concentre uma população mais empobrecida. No entanto, como não houve alteração na distribuição dos tecidos urbanos habitacionais ao longo das décadas, com os tecidos sendo construídos na mesma proporção entre irregulares, orgânicos e reticulares, pode-se acreditar que sua distribuição tem muito mais a ver com o relevo da região e com estratégias de mercado dos loteadores do que com o rendimento médio da população assentada.

Analisando os mapas de distribuição espacial da população por faixa de renda, pode-se observar que a macro-distribuição da renda na metrópole é identificável também na área de estudo. Há uma concentração de população de altas rendas nas proximidades do centro expandido e no entorno da linha do metrô que corta o distrito de Santana e alcança o distrito do Tucuruvi, e suas adjacências, como o distrito do Mandaqui. Complementarmente, há também uma predominância de população de baixas rendas nas áreas mais extremas da ocupação urbana, principalmente nas fronteiras norte e noroeste do município. Distritos como Brasilândia, Cachoeirinha, e Vila Medeiros e a parte leste do Tremembé são exemplos desse fato.

Apesar disso, é possível também identificar que, espacialmente, há uma distribuição mais homogênea das populações de todos os estratos de renda nos distritos estudados. Nos distritos onde predominam as populações de baixas rendas, mas há também famílias com outros padrões de renda, estas são encontradas dispersas naquele território. E o contrário também é verdadeiro.[8]

7 Langenbuch, Juergen Richard. A estruturação da grande São Paulo – estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

8 Essas conclusões são possíveis a partir de mapa de distribuição da população por renda a partir dos setores censitários do IBGE. O mapa foi produzido a partir do software ArcGIS, com uma ferramenta que distribui de forma homogênea pelo território, pontos representando a população. Assim, em um setor censitário pode-se notar a presença de diferentes estratos de renda, nas quantidades reais de sua ocorrência, e espacialmente distribuídos. Serve portanto como aproximação, uma vez que a localização exata de cada um dos habitantes com determinada renda não é aferida pelo Censo.

Uma explicação mais imediata é que, mesmo em setores mais ricos há cortiços e favelas, concentrando de forma adensada a população mais pobre. E, por outro lado, mesmo em setores pobres existem os "enclaves fortificados" [9], concentrando populações de maior renda. No entanto, como pudemos notar, a relação não é tão imediata e simples. Há evidências de que o padrão das edificações dentro dos distritos e mesmo em cada quadra, rua ou bairro, é bastante variado, o que pode sugerir uma diferenciação significativa de renda dos habitantes de um mesmo quarteirão.

A correspondência mais acentuada entre padrão de renda e tipo de tecido refere-se ao caso das Favelas e dos Condomínios, horizontais e verticais. Pode parecer óbvio, mas nos compete registrar o fato. O tecido urbano habitacional das favelas é predominantemente de população de baixa renda. E no outro extremo, o tecido urbano habitacional verticalizado em torres isoladas, é ocupado principalmente por população de médias e altas rendas. Essa é, talvez, a única exclusão no processo de ocupação habitacional na região de estudo: os ricos não estão nas favelas, e os pobres não estão nos prédios de apartamentos da iniciativa privada.

9 CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP; 34, 2000.

Ao lado, quadras residenciais no distrito de Vila Medeiros. Exemplo da diversidade de edificações presente em trecho urbano habitacional horizontal. Destaque para a diferença entre as residências unifamiliares conforme o padrão de renda presumido do ocupante, e também conforme o período estimado de construção da residência. Quanto mais antiga, maior é a ocupação do lote com ampliações do corpo principal da edificação. Fonte: Sidney Carvalho / Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor.

Essa correspondência não acontece em nenhum outro tecido urbano habitacional de forma sistemática. Ou seja, mesmo nas áreas mais distantes do centro, em tecidos urbanos irregulares montados em loteamentos clandestinos, são encontrados habitantes cujas rendas se enquadram no perfil superior da população. E, na outra ponta, mesmo nos distritos mais centrais, de desenho mais facilmente identificável, e de predominância de população de altas rendas, podem ser encontrados indivíduos ou famílias nos estratos inferiores de renda.

Cruzando as informações de relevo e de tecido urbano, podemos notar algumas correspondências específicas. Apesar de os tecidos habitacionais, de uma maneira geral, estenderem-se pelos diferentes padrões morfológicos de relevo, os não-habitacionais concentram-se na Várzea do rio Tietê, e nas áreas planas dos fundos de vale. Isso indica que, mesmo quando não há uma intencionalidade no desenho do traçado das áreas não-habitacionais, as vantagens locacionais de um terreno plano, próximo de eixos de circulação de maior capacidade (Marginal e avenidas de fundo de vale), se impõem.

O parcelamento: a relação entre tecido urbano e tipo

O parcelamento do solo constitui a principal ligação formal entre a morfologia urbana e os tipos edificados. É no parcelamento inicial de uma gleba, e nas suas posteriores alterações, que ficam marcadas as limitações mais fortes para o desenvolvimento de uma edificação.

É no parcelamento que fica estabelecido o ritmo que se dará à fruição do ambiente urbano, e da paisagem, com a sucessão de propriedades e edifícios, que formam os conjuntos edificados das quadras. Sua força primordial está em restringir a propriedade privada do indivíduo, dando os primeiros lineamentos das possibilidades construtivas do cidadão. As regras edificatórias, seguidas ou burladas, referem-se em geral aos limites do parcelamento, ou mais precisamente, ao lote, na medida em que é inescapável ao cidadão respeitá-lo sob pena de invadir o direito dos outros cidadãos, proprietários dos lotes que faceiam o seu.

> "Um dos elementos fundamentais da paisagem urbana na escala da rua é constituído pelos imóveis residenciais e pela estrutura da propriedade fundiária urbana."[10]

O parcelamento do solo vem sofrendo, do ponto de vista teórico e mesmo na prática, diversas alteração ao longo dos últimos 100 anos. O advento da idéia de propriedade comum, a possibilidade de verticalização e parte do ideário do Movimento Moderno na arquitetura, levaram a diferentes concepções de propriedade fundiária urbana. Acrescentaram à forma já difundida da propriedade individual e do casario como sucessão de propriedades individuais, a moradia em propriedades coletivas, sejam elas de propriedade da coletividade da cidade como um todo (estatal) ou apenas de uma coletividade restrita (condominial).

Finalmente, o processo de desenvolvimento urbano brasileiro, que não levou em conta a moradia como um dos elementos fundamentais para reprodução da força de trabalho, empurrou grande parte dos trabalhadores urbanos

10 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 35

para um emaranhado de irregularidades na propriedade fundiária e na produção da moradia. O impacto dessas irregularidades é incerto do ponto de vista da Forma Urbana.

Sabemos, no entanto, que os exemplos extremos, como destacados anteriormente, são os registros formais mais evidentes desses dois processos. Por um lado, as novas formas de propriedade, elaboradas a partir de diferentes fatores, entre eles a necessidade de alguns setores da sociedade ocupar novos padrões de moradia, levaram a constituição dos tecidos urbanos habitacionais verticalizados e horizontalizados fechados, como são as vilas urbanas fechadas e os condomínios verticais em torres isoladas. Por outro, a precariedade na provisão habitacional de outros setores da população levou a iniciativas do poder público na constituição de condomínios verticalizados com um padrão próprio, e à população pauperizada a constituição de favelas.

Ficam de fora dessa análise os loteamentos clandestinos e irregulares por não haver um fator de destaque formal para esses dois elementos. Apesar de existirem, do ponto de vista jurídico e administrativo, diversos problemas em relação a titularidade de cada um dos lotes, de acordo com a pesquisa realizada tais problemas não se evidenciam como características de destaque na forma dos assentamentos. Há, ao contrário, uma continuidade nos padrões de urbanização presentes em outras áreas, talvez fruto de uma forma de urbanização consolidada como aspecto social (no sentido de econômico, cultural e tecnológico).

Em resumo, as formas de parcelamento, como desenvolvidas, foram capazes de produzir os tecidos urbanos destacados e, encaminharam para tipos edificados bastante precisos, apesar da relativa variação em sua realização formal. Legais ou ilegais, foram capazes de prover a região de uma imensa maioria de lotes estreitos e profundos, assumindo características urbanísticas implementadas há quase 4 séculos pelos colonizadores portugueses. As vias, com dimensões não inferiores a 6 metros, são ladeadas por lotes cuja testada igual ou superior a 5 metros, e cuja profundidade supera, em média, os 15 metros.

Os elementos de destaque são os que se diferenciam desse formato, como ressaltados: as favelas (para os muito pobres), e os condomínios (para a classe média e para os ricos), sejam eles promovidos pelo Estado ou pela iniciativa privada.

Os extremos: os condomínios horizontais e verticais

A constituição dos condomínios na região norte de São Paulo pode ser compreendida por chaves distintas e complementares.

A chave econômica põe lado a lado as estratégias de provisão habitacional do poder público e da iniciativa privada, para cidadãos com rendas extremamente diferentes, mas que acabam se aproximando, devido a processos de mercado. O mercado imobiliário volta-se para as médias e altas rendas, buscando uma forma de maximizar os

lucros em terrenos relativamente baratos em áreas com alguma concentração de população de rendas mais altas. E o Estado, também em busca de terrenos mais baratos para promoção de conjuntos habitacionais para populações de baixas rendas nas franjas do desenvolvimento urbano, em formas que acabaram sendo adaptadas para a constituição de condomínios.

Apesar de terem a mesma base material, por estarem em áreas muito próximas, a configuração espacial e de tecido urbano é diversa, assim como os resultados sócio-espaciais. Os condomínios produzidos pelo mercado de altas e médias rendas têm a forma de torres habitacionais (a partir de 1972) e de vilas fechadas (a partir dos anos 1990), construindo uma imagem de insulamento do seu entorno urbano, valorizando o caráter único de suas construções, e constituindo enclaves urbanos que se separam do restante da cidade, através de altos muros.

Enquanto as formas de organização da cidade sempre supuseram uma organização coletiva de âmbito municipal, no mínimo, e nacional ou mundial no extremo, as formas condominiais surgem como uma criação de espaço coletivo diverso, mais homogêneo no que se refere ao padrão de renda de seus habitantes, e mais fragmentado, do ponto de vista espacial. Também por isso, esses espaços são tidos como semi-públicos, já que têm regras e posturas que não abarcam todos os cidadãos. É um lugar onde há uma "[...] tendência crescente de organização coletiva de serviços para grupos de usuários, à margem dos controles oficiais" [11].

Alargando o conceito de dispersão urbana, tal como colocado por Nestor Goulart, os condomínios fazem parte de um processo que este autor chamou de "dispersão dos ricos". Ou seja, possibilitado por uma política urbana que privilegiou o transporte rodoviário individual, os locais de moradia de certa forma se descolaram dos locais de trabalho para as classes de mais alta renda. Se os grandes exemplos são os condomínios fechados no município de Santana de Parnaíba ou Mairiporã, não por acaso na mesma zona de influência da região estudada, podemos ver a mesma situação em áreas próximas da Serra da Cantareira e outras áreas com atrativos específicos. [12]

Os cidadãos de médias e altas rendas podem, virtualmente, localizar-se em qualquer lugar da mancha urbana, desde que tal localidade apresente determinadas condições de acessibilidade e disponha dos atrativos buscados. Os atrativos oferecidos pelos empreendedores imobiliários desses condomínios são variados e, não raro, refletem muito mais estratégias de vendas do que qualidades materiais dos espaços construídos. Ruas tranqüilas, vegetação, proximidade com equipamentos, paisagens naturais e outros artifícios, são algumas dessas atrações que, muitas vezes estão mais presentes nos folders publicitários do que na realidade dos empreendimentos.

A partir dos dados obtidos, é possível ver que, mesmo em áreas de predominância de população de menores rendas, há presença de empreendimentos voltados para classes de renda mais elevada[13], desde que as estratégias de implantação dos empreendimentos permitam certa separação entre as classes de renda. Do ponto de vista formal essas estratégias podem ser mais ou menos explícitas. Nas mais diretas, são erguidos altos muros de "proteção", construídas guaritas em calçadas e colocadas cercas eletrificadas nas propriedades. Nas menos evidentes, os locais

11 REIS, Nestor Goulart. Op. Cit. p. 66

12 "Essas novas dinâmicas no uso e ocupação do solo se viabilizaram pela conjugação de fatores diversos, como: a implantação de obras públicas, que promoveu melhorias de acessibilidade e mobilidade; a estabilidade econômica, que incorporou ao mercado da produção formal da habitação empreendimentos destinados aos setores sociais de menor poder aquisitivo; novos esquemas de financiamento habitacional, por cooperativas habitacionais ou empreendimentos imobiliários autofinanciados pelo empreendedor."MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 67

13 "Em decorrência dos investimentos públicos mencionados [em saneamento e transporte], outros fatores podem ser notados, como a presença embrionária de empreendimentos imobiliários de diferentes tipos, que denotam um fenômeno recente, o interesse do mercado imobiliário por áreas periféricas. Já é perceptível a formação de núcleos de condomínios residenciais – verticais ou horizontais – sucedendo aos loteamentos populares. A produção habitacional privada para segmentos de renda média e média baixa, comercializada através de financiamento pelas próprias construtoras ou na forma de cooperativas habitacionais, se espalha pela Região Metropolitana especialmente na década de 1990." MEYER, Regina Maria Prosperi; et alii. Op. Cit. p. 67

de acesso são escolhidos para criar percursos específicos para a população de maiores rendas, de maneira que ela não tenha um contato tão direto com as outras classes de renda. Ressalte-se que, de uma maneira geral, estas estratégias são utilizadas em simultaneidade.

Os edifícios verticais em torres e as vilas fechadas, apesar de apresentarem uma expressiva regularidade tipológica (repetem-se nas formas e nas dimensões), são produzidos como únicos, abandonando sua relação com a cidade circundante, respondendo a imperativos sociais de monumentalização e reificação do local de moradia, "vendendo" a idéia de singularidade não apenas do edifício, mas também do morador. [14] Nesse sentido, podem ser compreendidos como uma nova etapa do desenvolvimento urbano que se inicia com o advento do Movimento Moderno e a difusão da idéia do edifício isolado como protagonista na urbanidade.

O movimento Moderno, como forma de atuação na arquitetura e no urbanismo, se consolida no Brasil a partir das proposições emanadas por, entre outros, Le Corbusier em sua Carta de Atenas e no livro Por uma Arquitetura. Ali, estrutura certas regras que, com muitas derivações, pautam as propostas de arquitetura erudita que serão vistas ao longo da segunda metade do século XX. A idéia de um edifício isolado na paisagem de um extenso parque, vai sendo apropriada e reduzida, mas permanece sob a forma da edificação que não pode ser lida em meio a uma estrutura urbana pré-determinada. Sua ligação com as vias de circulação não é imediata, e sim mediada por espaços livres que permitiriam uma melhor aeração e iluminação de suas unidades habitacionais. Ao contrário do período anterior ao movimento Moderno, em que os edifícios se posicionavam lado a lado complementando uns aos outros desenhando com clareza o espaço público.

Essa desconexão entre o desenho da edificação e do espaço livre público, tal como criticada posteriormente, é uma das características que permanecem tanto nas propostas das torres isoladas para habitação, quanto nas vilas urbanas fechadas. O espaço livre público é uma contingência, ou, quando muito, a infra-estrutura de acesso. A paisagem resultante é heterogênea, pois ao lado de exemplares de residências unifamiliares que seguem um padrão urbanístico pré-moderno, temos esses empreendimentos, que não procuram soluções de continuidade espacial. A ruptura proposta pelo Movimento Moderno se faz sentir, de forma aguda, nesses casos.

Claro está que, no ideal do Movimento, não se pretendia intervenções pontuais em meio a malhas urbanas consolidadas ou em processo de consolidação. A transformação desses ideais que, de forma adaptada, é implantada, prescindiu dos generosos espaços livres circundantes, das soluções de conjunto para grandes áreas, e da conexão com os espaços urbanos existentes. Por meio de uma série de regras que limitam potenciais construtivos, recuos laterais, frontais e de fundo, tamanho de cômodos e outros aspectos dimensionais, foram implementados as torres habitacionais e as vilas fechadas, que não estabelecem relação formal com seu entorno imediato e, suspeita-se, nem poderiam.

Os conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado são a outra face da moeda desse processo de difusão transformada dos ideais do Movimento Moderno. A produção maciça de habitação, nas franjas urbanas, tem um padrão

14 PANERAI, Philippe; et alii. Op. Cit. p. 151

construtivo bastante peculiar: edifícios de até 6 andares, sem elevador, dispostos sobre platôs construídos em terrenos de médias e altas declividades, com alguns acessos a partir das ruas circundantes, mas sem a delimitação dos espaços privados, coletivos e públicos. Essa situação levou, ao longo das décadas após sua implementação, à constituição de condomínios, com a construção de muros ao redor dos edifícios, demarcando as áreas para estacionamento de veículos e, eventualmente, equipamentos de lazer comunitário.

> "As construções com corpos livres caracterizam as Siedlungen racionalistas; elas representam a posição mais polêmica e científica; sua disposição requer uma divisão totalmente livre do terreno, depende mais das condições heliotérmicas do que da forma geral do bairro. A construção desses corpos é completamente desvinculada da rua e, sobretudo por isso, altera completamente o tipo de desenvolvimento urbano do século XIX. Nestes exemplos, tem particular importância o verde público." 15

Difundido como forma de resolução da questão habitacional dentro do ideário do Movimento Moderno, sua apropriação os aproxima dos condomínios construídos pelo mercado imobiliário voltado para as médias e altas rendas. No entanto, sua relação com o entorno é diversa, segundo pudemos notar.

Ao contrário dos edifícios em torres isoladas, ou mesmo dos condomínios fechados, parece haver, sobretudo no distrito do Jaraguá, uma complementaridade dos tecidos nascidos ao redor dos conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado. Ali, podemos ver que, no entorno imediato há ocupações de Favela, condomínios horizontais, tecidos habitacionais irregulares e orgânicos.

Nos setores censitários correspondentes aos conjuntos habitacionais, segundo os dados do Censo 2000, os conjuntos habitacionais têm fixada população de rendas médias, juntamente com outros estratos mais baixos de renda, tendo como principal atrativo a infra-estrutura básica (água, esgoto e eletricidade) e, em menor grau, a regularidade fundiária (nem sempre presente). Assim, nessas áreas temos uma diversidade populacional notável.

Com isso, a chave de compreensão urbana aproxima através das estratégias espaciais os empreendimentos públicos e privados. Ambos têm como elemento de relação preferencial com o ambiente urbano circundante o muro, forma de administração dos espaços coletivos o condomínio, e a restrição do número de pontos de acesso para cada um dos condomínios. A diferença dos outros citados, no entanto, o empreendimento público têm e atrai, na atualidade, uma maior diversidade de perfis populacionais, na sua área e no entorno.

Os fatores que os diferenciam são muitos, mas focaremos as questões morfológicas. As torres habitacionais destacam-se, ainda que colocadas individualmente em meio a um tecido predominantemente horizontal. São produzidas com essa intencionalidade. Já as vilas fechadas são propostas formais que se mesclam à mancha urbana habitacional constituída, destacando-se, quando o fazem, através da extensão e altura de seus muros. Finalmente, os conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado têm um destaque advindo da extensão geral de suas propostas, da sua relação muitas vezes improvisada com os espaços livres públicos de circulação e da sua convivência com assentamentos precários.

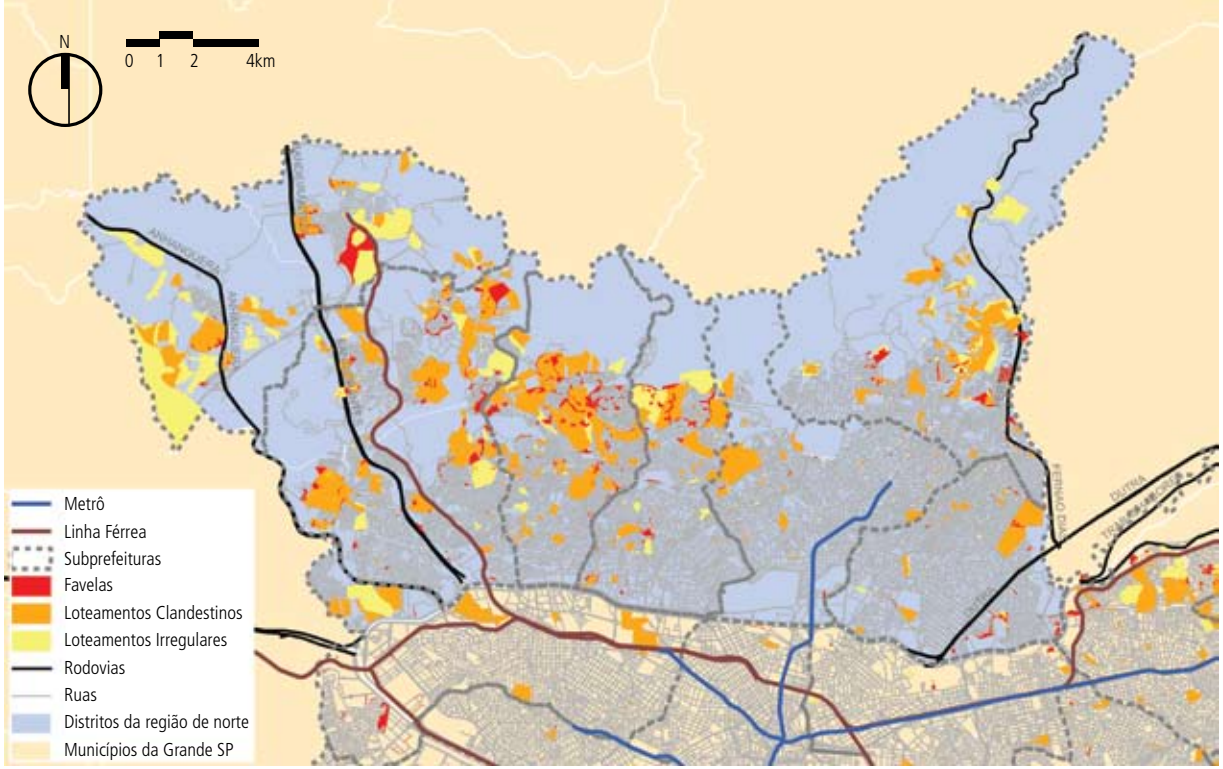
15 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 96

Os extremos: os loteamentos clandestinos e irregulares e as favelas

A clandestinidade, a irregularidade e as favelas concentram-se na borda exterior da mancha urbana, na porção norte da área de estudo. Isso não exclui o fato de que existem porções significativas desses loteamentos "dentro" da mancha, em meio a setores considerados regulares.

Independentemente do tecido, todos estão representados nas grandes manchas de irregularidade. Temos nessas áreas, até mesmo tecidos verticalizados, dentro de um padrão em torres isoladas, ou de ocupação promovida pelo Estado, assim como condomínios horizontais, mostrando que a condição jurídica não implicou na irregularidade de desenho, ou na impossibilidade de implantação de modelos de ocupação voltados para faixas de renda mais altas.

Os indícios de projeto nas ocupações tidas como irregulares também podem ser encontrados. Boa parte da área em que os loteamentos são classificados como clandestinos ou irregulares, tem tecido habitacional orgânico, sobretudo nos distritos da Brasilândia, Freguesia do Ó, Pirituba, São Domingos, Jaguara, Anhanguera e Perus. Nesses locais, o cuidado com uma intervenção que respeitasse os imperativos topográficos parece ter sido tomado inclusive por loteadores à margem dos controles legais.

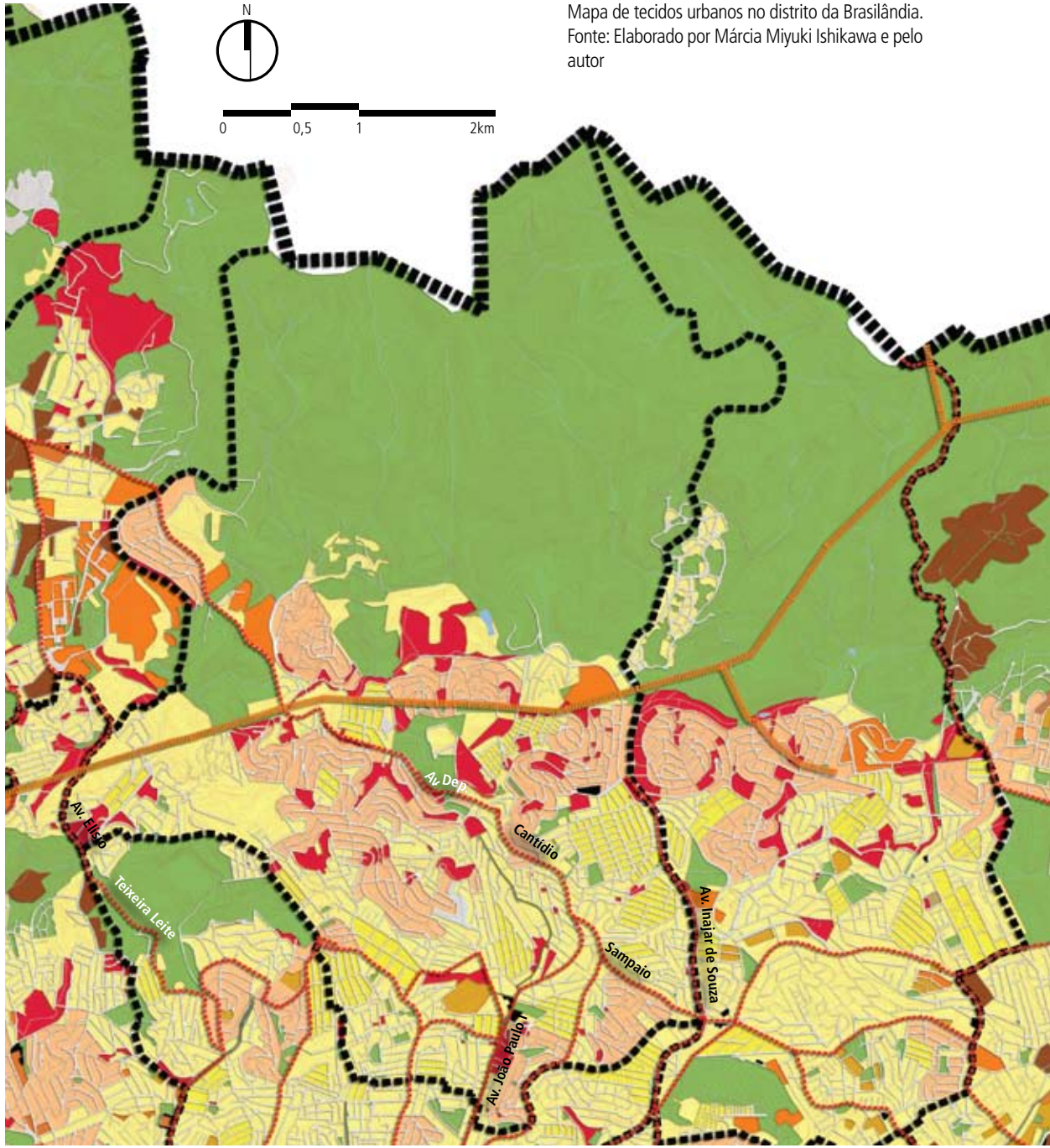


Loteamentos clandestinos, irregulares e favelas na região norte do município de São Paulo.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapas do Banco de Dados do Projeto QUAPÁ (Quadro do Paisagismo no Brasil) da FAUUSP.

Tal situação vai ao encontro das correlações encontradas entre os tecidos urbanos habitacionais orgânicos e as altas declividades. Nas áreas citadas, há um relevo de declividade bastante acentuada, o que exige algumas estratégias para o seu aproveitamento mínimo. O planejamento prévio numa escala mais geral foi necessário nesses casos para diminuição dos custos de implantação do empreendimento. Por outro lado, nessas áreas, mesmo nos tecidos habitacionais irregulares, podemos notar alguns cuidados de adaptação ao relevo existente, regularizando alguns traçados de forma a melhorar o aproveitamento das áreas, ainda que sem um projeto mais claro.

Apesar de sua forma urbana similar ao dos loteamentos legais, os loteamentos irregulares ou clandestinos são pontuados por favelas. É possível notar que boa parte das áreas apontadas pela prefeitura de São Paulo como "verdes públicas" dentro desse tipo de loteamento, são atualmente ocupadas ilegalmente, seja por favelas (dentro das características formais explicitadas anteriormente), seja por lotes maiores, similares ao loteamento circundante. Isso decorre, entre outras coisas, de algumas características formais desses espaços livres públicos em loteamentos irregulares ou clandestinos.

Em sua maioria, os espaços livres públicos nessas áreas são aqueles em que foi impossível a constituição de lotes ou vias de acesso. Em função de declividades acentuadas, essas áreas não se prestavam a ocupação segundo os padrões mais gerais desenvolvidos na região (lotes de 5 por 25 metros), levando os loteadores a deixarem essas porções de terreno para o poder público, dentro da reserva de espaços livres ou institucionais estabelecida na legislação. Abertos os loteamen-



Mapa de tecidos urbanos no distrito da Brasilândia. Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor

Ao lado, tecido urbano habitacional orgânico no distrito da Brasilândia. Ao centro, vemos a Escola, e no seu entorno imediato alguns espaços livres vegetados remanescentes de uma ocupação por edificações de pequenas dimensões, em terrenos estreitos e totalmente ocupados, o que sugere a existência de mais de uma família por lote.
Fonte: Sidney Carvalho / Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

tos, esses espaços são ocupados por favelas, agregando à precariedade da infra-estrutura geral do loteamento, a precariedade das condições de moradia específicas das favelas.

Assim, os loteamentos clandestinos, irregulares e as favelas têm uma ligação umbilical, apesar de sua relação formal ser diversa. Como exporemos a seguir, a segregação sócio-espacial nesses locais, assim como nos loteamentos regulares da região, se dá na chave da negação, através da diferença dos percursos que permitem seu acesso, e outras estratégias de "ocultação urbana" dessas diferenças. Quando em áreas mais visíveis, a face da favela é aquela dos proprietários de maior renda, com as áreas mais precárias ocultas em seu interior. Mas de uma maneira geral, o acesso é separado, oculto, camuflado por percursos diferentes para classes de renda diversas.

Segregação sócio-espacial: lógicas gerais e o desenho urbano da segregação

Isso aponta para uma conclusão que surge da análise das situações encontradas: a segregação sócio-espacial, quando existe, opera numa escala muito menor do que os padrões de macro-segregação presentes no município e na metrópole. Se a pesquisa na região norte não mostra a subversão dos padrões explicativos já consolidados relativos à segregação das pessoas na metrópole, lança luz sobre um fenômeno pouco pesquisado: a concomitância, no espaço de algumas quadras, de populações de diferentes estratos sociais.

Inicialmente, cumpre-nos reafirmar os padrões metropolitanos de segregação, visíveis inclusive nos mapas de distribuição da população por renda. Em certas áreas da cidade, predominam as populações de altas rendas. Nessas áreas, a presença de populações de baixa renda é significativamente menor do que a média da cidade, o que evidencia uma segregação social e espacial, criando um espaço predominantemente ocupado por ricos. No extremo oposto, as áreas onde predominam as populações de baixa renda, tem uma presença significativamente menor de indivíduos de alta renda. Somemos a isso o fato de que tais áreas têm pior infra-estrutura, agregando à questão da

segregação (onde um está o outro não pode estar), a questão da exclusão (o que um tem o outro não pode ter).

Na escala da metrópole, esses padrões criam uma estrutura de desigualdade entre distritos ou mesmo cidades, na medida em que os ganhos médios das populações de um setor são muito diversos da população de outro setor.

No entanto, quando olhamos mais de perto, vemos que os padrões de desigualdade muitas vezes se repetem internamente aos distritos. Mesmo nos distritos mais pobres, como apresentamos, a desigualdade de rendimentos entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos ultrapassa as 7 vezes, o que dá mostras de um problema latente. Tal problema, segundo parece, é resolvido através de estratégias espaciais de contenção e separação das diferenças, organizando percursos diferenciados para as diferentes populações.

O que se pôde notar é que, mesmo vivendo numa mesma quadra, o espaço urbano é organizado de tal maneira que os percursos de cada um dos estratos de renda mais extremos não se cruzam com facilidade. Não há, nesse sentido,

Contrastes nos tecidos urbanos da região. À esquerda, favela nas proximidades de loteamento. Ao centro, a favela e o conjunto de torres para habitação. À direita, a favela e os conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado. A segregação se mostra, entre outras formas, pelas diferenças de acesso que separam os percursos que atingem as diferentes formas de habitar.
Fonte: Sidney Carvalho / Ulisses Sardão (E) e Luciana Satiko (C e D) - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

um encontro direto dos desiguais, mas sim uma mediação operada no desenho do espaço urbano que, mesmo em áreas periféricas, confina os grupos a certos locais, preparando-os, através dos percursos, para os eventuais encontros que a vida urbana proporciona.

Assim, uma favela em meio à malha urbana consolidada da região dificilmente tem acesso direto a uma área mais rica, sendo voltada para a "rua de trás", ou para uma pequena abertura. Ocupando resíduos das áreas cosolidadas, junto a córregos não canalizados, ou áreas de altas declividades cuja ocupação foi preterida por habitantes de melhor poder aquisitivo, essas favelas tornam-se também enclaves controláveis e, quase, invisíveis para o transeunte desavisado. Do outro lado, os enclaves fortificados também se "escondem" nos percursos urbanos, apesar de sua presença marcante na paisagem no caso dos edifícios verticais. Seu acesso se dá por vias muitas vezes desconectadas, ou simplesmente secundárias ao tecido urbano mais geral, permitindo também um maior controle, sobretudo para a entrada de cidadão de outros estratos de renda.

Essa situação ocorre principalmente nos extremos da ocupação urbana identificada através dos tecidos habitacionais: a favela e o edifício habitacional em altura. Nos outros padrões, pudemos notar que a mescla é maior, o que dá ensejo a vários questionamentos sobre o caráter da segregação e da representação da desigualdade em territórios periféricos.

Tecidos Urbanos: diagnóstico ambiental

A forma geral do tecido, sua orientação e seu assentamento à topografia são importantes para que seja possível a aferição de sua adequação aos padrões de insolação, escoamento das águas, e passagem dos ventos. A presença de vegetação de diferentes portes nos espaços livres de edificação, e a forma e quantidade desses espaços, também são fundamentais, de maneia que se possa avaliar a capacidade de fixação da poluição e os espaços em que as temperaturas possam ser amenizadas nas épocas quentes do ano. A disposição das edificações, em seu conjunto é também um fator focal para que se compreenda a relação entre os edifícios para geração ou amenização do calor, pontos de sombreamento, ventilação, etc. [16]

Para o tipo de clima em que está localizada a cidade de São Paulo, não é possível estabelecer estratégias únicas de enfrentamento das restrições climáticas. Assim, a avaliação pode destacar aspectos positivos e negativos de cada estratégia de ocupação urbana, sem, no entanto, invalidá-la como um todo. Frise-se que, em função disso, parte da responsabilidade pelo alcance de um ambiente urbano agradável recai sobre cada um dos cidadãos no projeto e construção de suas edificações.

> "Nas regiões de clima tropical de altitude ou ameno dos planaltos, um tecido compacto é recomendável para a proteção contra a excessiva radiação diurna, assim como para atenuar as perdas noturnas. A ventilação deve ser favorecida ao mesmo tempo que deve ser fornecida a proteção para

16 ROMERO, Marta Adriana Bustos. Op. Cit.

os ventos frios. Os lotes não exigem princípios rigorosos, sendo, portanto, permitida uma grande liberdade. Os espaços públicos não devem ser excessivamente grandes, mas sim razoavelmente abertos e densamente arborizados. A presença de água é necessária; as ruas arborizadas e orientadas de forma que sempre ofereçam um lado sombreado não devem ser muito estreitas nem muito largas [ou seja, as edificações de um lado da rua não devem sombrear as do outro lado, mas também não devem estar mais distantes do que alguns passos]; e a ventilação deve ser favorecida por meio dos anteparos necessários aos ventos das épocas secas (quentes e carregados de pó)." [17]

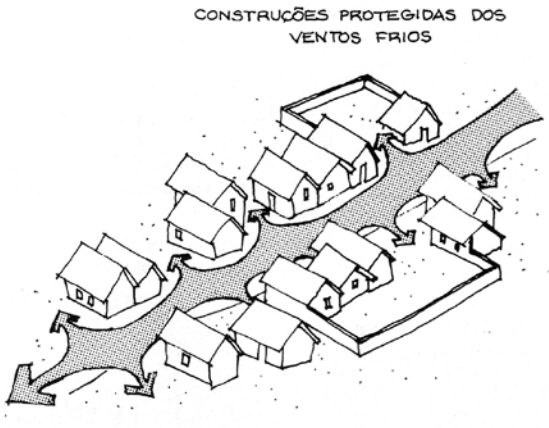
Os aspectos ambientais podem ter contribuído para a forma de ocupação da região em estudo, ou, como hipótese, as áreas estudadas podem ser lidas a partir de uma resposta dos seus ocupantes às características climáticas e ambientais existentes.

Inicialmente, a ocupação das áreas de maior altura, junto às linhas de cumeeira, indica uma tentativa de fuga das áreas alagadiças e potencialmente mais perigosas por conta de deslizamentos e enchentes. A ocupação linear mostra que as maiores declividades foram evitadas, e os assentamentos centraram-se, ainda que inicialmente, à margem de algumas das vias de penetração no território. Finalmente, quando da ocupação das áreas mais íngremes e onde o risco de deslizamento é maior, houve a opção pela impermeabilização extensiva do solo.

O que nas áreas mais planas pode ser considerada como uma estratégia para aumentar a área útil dos terrenos, muitas vezes bastante estreitos, nas áreas de altas declividades é uma das técnicas recomendadas para estabilização do solo. E nesse sentido, quanto mais largamente utilizada, maior a sua efetividade. Assim a impermeabilização do solo é, por um lado, um fator de aumento da velocidade das águas da chuva em direção aos rios e córregos, mas por outro é o fator de proteção do terreno contra os escorregamentos causados pelas enxurradas.

Finalmente, o desenho urbano, ou seja, a disposição heterogênea dos edifícios no terreno, respondendo a necessidades individuais, vai ao encontro de recomendações para assentamentos em áreas de clima subtropical. Nessas áreas, importa manter uma ocupação heterogênea e compacta, para que a movimentação do ar, assim como o sombreamento, possa ocorrer de formas diversificadas. Nesses casos, são evitadas a canalização dos ventos através das ruas, e as residências protegem-se umas às outras dos ventos frios. Por outro lado, como os tecidos urbanos estudados não garantem, em sua maioria, uma orientação que permita iluminação solar direta durante todo o ano, em todas as faces das edificações, as edificações deveriam ter formas para garanti-la. Tal fato não ocorre, até pela alegada repetição das tipologias construídas que não respondem a imperativos de iluminação solar direta.

Se os tecidos urbanos habitacionais predominantes apresentam lados positivos, também são fruto de uma operação que agrava, de forma ampla, os efeitos nocivos da ocupação urbana. A impermeabilização e a retirada indiscriminada da vegetação, acompanhada de uma inexistente arborização urbana contribuem para que problemas urbanos como da poluição, enchentes, deslizamentos de terra, entre outros, sejam amplificados.



Diretriz de desenho urbano para cidades em clima ameno.
Fonte: ROMERO, Marta Adriana Bustos. Op. Cit. p. 45

17 ROMERO, Marta Adriana Bustos. Op. Cit. p. 117

Área vegetada da Serra da Cantareira em contraste com a "floresta de casas". Padrão de urbanização que suprime a vegetação, tornando-a periférica aos conjuntos edificados.
Fonte: Luciana Satiko - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

A distribuição deficiente e a concentração dos espaços livres públicos de menores dimensões na porção sul da região contribui para que seus efeitos benéficos sejam dispersos e abranjam algumas poucas vizinhanças. Se na escala da quadra e da rua a disposição dos edifícios e sua configuração espacial traz benefícios do ponto de vista do micro-clima criado, na escala do bairro e do distrito, temos uma "floresta de casas", principalmente na porção norte da região, até porque os espaços livres públicos estão ocupados ora por equipamentos públicos, ora por favelas, ou estão loteados clandestinamente. A proximidade com os grandes espaços livres públicos da Serra da Cantareira e do entorno do Pico do Jaraguá representam apenas um contrapeso limitado ao impacto dos processos de urbanização indiscriminado nas áreas mais à norte da região.

Tecido urbano: sínteses e questionamento

Levando em conta a diversidade de tecidos urbanos encontrados, podemos conjecturar que isso deriva de um descasamento entre o tempo de produção, apropriação e consolidação dos assentamentos. O processo de expansão da mancha urbana, que em cidades européias levou séculos, com um crescimento bastante controlado, na região norte paulistana ocorreu em não mais que três décadas, na sua explosão inicial, e mais três na sua consolidação e crescimento periférico.

Assim, os elementos que pautaram o desenvolvimento da forma urbana foram colocados em prática, sem que houvesse uma estrutura de controle, econômica, cultural ou tecnológica, para dar maior critério a sua localização. O abrigo de mais de 2 milhões de pessoas numa região até certo ponto virgem, foi alcançado através de processos econômicos de baixíssima capitalização, permitindo a aplicação de técnicas muito simplificadas, e numa cultura urbana em formação, na medida em que boa parte da população moradora vinha de meios rurais.

> "A forma urbana que antigamente se ligava a um sítio liga-se actualmente a um território. A cidade deixa de ter uma forma definida e marcada, evoluindo para um conjunto de formas inter-relacionadas entre si e com o território-suporte." [18]

18 Exceção feita aos espaços onde os extremos apontados tem maior incidência, ou seja, as áreas mais ricas do distrito de Santana, e as mais pobres dos distritos da Brasilândia, Cachoeirinha, Perus e Jaraguá, além daquelas áreas dominadas por atividades não habitacionais.

A ligação da população se deu muito mais com o território da metrópole como um todo, do que com o lugar específico em que era constituída a residência. Portanto, a construção do lugar, enquanto instância de reconhecimento das delimitações sociais, ocorreu mais ou menos como numa colagem e superposição de padrões identificáveis. Não há na região um bairro extremamente diferente do outro 19, ao contrário, todos eles respondem aos mesmos imperativos e se estruturam a partir das mesmas formas, que se sucedem segundo uma lógica própria de desenvolvimento urbano.

O lugar é produzido a partir de percepções individuais do seu espaço territorial, e da colagem da experiência de morar na metrópole, com toda sua velocidade e dispersão. Do ponto de vista morfológico, pouca diferença há entre morar num bairro do distrito da Vila Maria ou da Freguesia do Ó, apesar dos 13 quilômetros que podem separar uma residência da outra. A diferença se dá de outras maneiras, como na relação de cada cidadão com a centralidade linear da Marginal Tietê, e com as centralidades complementares de Santana, para os dois casos, e do Tatuapé para o caso da Vila Maria, e da Lapa para o caso da Freguesia. E nesse sentido, depende também da escala de renda em que esse cidadão se encontra, permitindo-lhe acesso a diferentes modos de locomoção.

A observação mostrou que a distância das áreas centrais tem sido fator de consolidação da população pobre na periferia norte, mas sem que isso altere substantivamente os padrões de assentamento já consolidados ao longo do século XX. O traçado, o parcelamento e, não raro, o padrão construtivo, são os mesmos encontrados nas diversas áreas, mais pobres ou mais ricas. A diferença está na maior presença e extensão das favelas que, nem por isso, são predominantes do ponto de vista morfológico nos distritos mais pobres.

19 LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Op. cit. p. 66

À esquerda, imagem aérea de área urbanizada no distrito da Brasilândia. À direita, área no distrito de Santana.
Fonte: Google Earth - Acesso em fevereiro de 2011.

Se não foi possível identificar uma lógica única na implantação de cada um dos tecidos urbanos habitacionais, é certo que estes se distribuem e se consolidam sob lógicas específicas. Obedecem a certos processos de assentamento que não só levam em consideração o relevo, parte da hidrografia, mas também respondem a imperativos ambientais mais complexos. Não têm, é verdade, um planejamento hierarquizado, configurando uma lógica de ocupação que responda a alguma Expectativa Hegemônica na metrópole. Mas dentro dos condicionantes econômicos, ambientais, políticos e tecnológicos, acabam por dar uma resposta estruturada, ainda que muitas vezes inadequada.

Por outro lado, a ocupação não-habitacional, concentrando o grande capital industrial paulistano para a aquisição de extensas áreas e a implantação de empreendimentos de certo porte, não ocorre segundo um planejamento de conjunto, espalhando-se por áreas de escassa urbanização, no caso das margens das rodovias, ou de desenho urbano desconexo e fragmentário, como é o caso das proximidades da Marginal. Esses tecidos respondem também a micro-lógicas, solucionando problemas de ocasião, sem uma estruturação geral do tecido urbano capaz de resolver problemas de maior monta, relativos a acessibilidade geral (é grande a freqüência dos congestionamentos em horários de pico) ou inserção ambiental (as enchentes nessas áreas em períodos chuvosos é também alarmante).

Na próxima página, panoramas de municípios contíguos à região norte do município de São Paulo. Acima, o município de Osasco, localizado a oeste da região. Abaixo, Guarulhos, localizado a leste.
Fonte: Sidney Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Fotografias a partir do sobrevôo das áreas mostradas na página anterior. À esquerda, distrito da Brasilândia. À direita, distrito de Santana.
Fonte: Sidney Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Num mosaico de tecidos urbanos que se repetem segundo os padrões explicitados de proximidade ou distância dos eixos de circulação principais, fica a dúvida: esse tipo de estruturação é uma condição para o desenvolvimento intra-urbano da periferia da cidade?

Essa dúvida se coloca pois, já se percebe um processo de esvaziamento dos distritos da porção sul da região. Levando-se em conta que distritos como Freguesia do Ó, Limão e Casa Verde, por exemplo, têm características morfológicas muito próximas de outros como Brasilândia, Cachoeirinha e Mandaqui, pode-se supor que passem por um processo de periferização da periferia. Ou seja, a população mais pobre assentada nessas áreas pode estar sendo forçada a sair pela valorização imobiliária decorrente da instalação de infra-estrutura. E buscar áreas com menos infra-estrutura e, portanto, mais baratas. Tais áreas são constituídas com padrões similares de traçado e parcelamento ao dos distritos que abrigavam essas pessoas, promovendo um crescimento urbano sem ruptura de padrões culturais de moradia. E se preparam, por sua vez, para o mesmo processo de valorização que "expulsou" a população mais pobre inicialmente das áreas infra-estruturada.

Talvez, portanto, a forma urbana seja um dos condicionantes para o desenvolvimento da cidade, aliada de seus mecanismos econômicos, políticos, culturais e tecnológicos. A principal barreira, na área, é topográfica. Mas tudo indica que esse processo de ocupação, com características morfológicas similares, já esteja em andamento nos municípios adjascentes à região, sobretudo Osasco e Guarulhos.

2. Os tipos edificados[20]

"A tipologia edificada determina a forma urbana, e a forma urbana é condicionadora da tipologia edificada, numa relação dialéctica." [21]

Os tipos edificados constituem as formas características e, nesse sentido, repetitivas, com que os cidadãos organizam seu espaço de vida nas cidades. Procurou-se, nesta análise tipológica, os elementos que são comuns aos vários edifícios, dando destaque a sua forma exterior, seus espaços livres intra-lote, e sua relação com os espaços livres públicos. Estes elementos podem ser lidos a partir de suas formas unitárias singulares que são generalizadas em uma área determinada.

Os elementos que condicionam as características de um tipo edificado, e resultam na forma urbana, são:

- econômicos, principalmente a renda e a capacidade de endividamento dos cidadãos, assim como a disponibilidade de recursos para o poder público;
- tecnológicos, sobretudo a técnica e a tecnologia disponíveis no período da construção de certa porção da cidade, assim como os materiais disponíveis e mais baratos no mercado; e
- culturais, acima de tudo a legislação, como restrição pública a ser cumprida ou burlada, e os padrões familiares.

Discorreremos inicialmente sobre os tipos mais comumente encontrados na região norte, explicitando suas características físicas e localizando sua ocorrência na área de estudo. Abordamos principalmente os tipos residenciais, na medida em que esses são os mais facilmente identificáveis na região. Em seguida, as questões suscitadas pela análise dos tipos são explicitadas, em sua relação com os processos sociais e a forma urbana mais geral.

20 Os tipos edificados foram identificados a partir da análise das fotografias aéreas e das imagens de sobrevôo, de forma que sua seleção teve o arbítrio do pesquisador. Selecionadas segundo sua repetição, é certo que a redução apresentada a seguir não dá conta da imensa variedade de formas como elas de fato aparecem na paisagem da região norte de São Paulo. E dada a sua forma de seleção, acreditamos que um estudo que fosse mais específico sobre os tipos encontraria muitas outras, fato que não foi aprofundado nesse trabalho.

21 LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Op. cit. p. 86

2.1. Características gerais

Residência unifamiliar isolada ou geminada de um só lado

Elemento tipológico mais comum de toda região, a residência unifamiliar isolada no lote ou geminada de um só lado destaca-se por sua regularidade, mas também pela sua extrema mutabilidade no tempo. Elas aparecem juntas aqui, mas são formalmente diferentes em uma etapa de sua evolução.

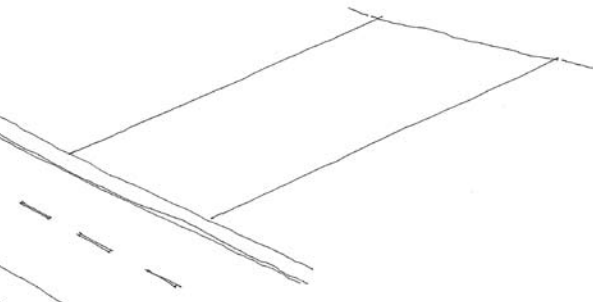
Sua diferença básica é que, no início de sua existência, uma delas está com uma das laterais rente à divisa do lote (geminada de um lado), e a outra permanece com as duas laterais livres para circulação. Em ambos os casos, teve construção independente de outras residências, empreendida como espaço de moradia pelo e para a família residente. É mais comum encontrar a residência totalmente isolada em terrenos com testada não inferior a 10 metros, na medida em que o isolamento vai tornando-se anti-econômico para testadas de dimensões inferiores.

Esse tipo pôde ser encontrado, em sua forma primária, com dois pavimentos, numa divisão espacial que concentrava os cômodos de serviços e de estar na parte inferior, e os dormitórios na parte superior. Sua presença se dá nos tecidos urbanos habitacionais horizontais, sem uma relação específica com localização. Tem uma evolução bem marcada no tempo, partindo da edificação unifamiliar de poucos cômodos, em direção a uma diversidade de situações que indicam as possibilidades financeiras das famílias moradoras.

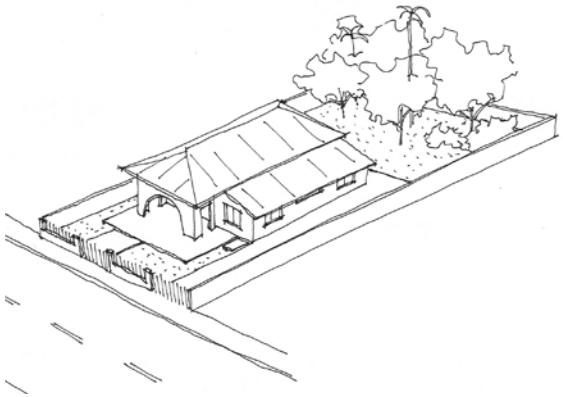
Não raro pode-se encontrar tipos que evoluem para edifícios mistos de 04 pavimentos, com andares de aluguel nos pavimentos superiores, e espaço comercial, de serviços ou até industriais no pavimento térreo. Ou, em outras situações, são constituídos cômodos para famílias nos fundos da propriedade, e espaço comercial na parte anterior do terreno.

Tais evoluções remetem à baixa capitalização (restrição econômica) das famílias, que vão expandindo suas residências conforme a necessidade de seus componentes, utilizando o espaço do lote (e às vezes da residência expandida) como forma de complementação de renda, através da constituição de pequeno comércio, ou através do aluguel de partes da propriedade para outras famílias, para fins de moradia.

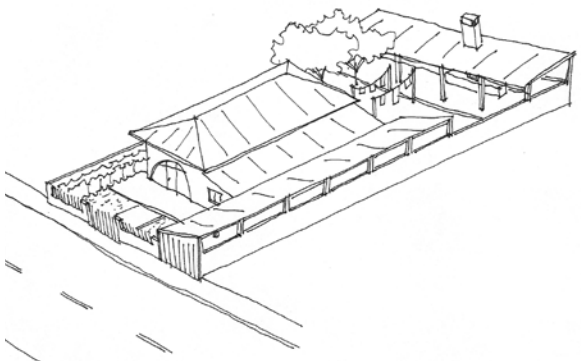
A restrição da evolução em altura se dá, sobretudo, por conta das limitações tecnológicas dos construtores e de dimensões dos terrenos. A difusão da tecnologia do concreto armado permite, na atualidade, o alcance de alturas maiores, mas não ultrapassam em média os 4 pavimentos. Na medida em que a legislação opera um papel bastante secundário na evolução desses tipos edificados, as restrições econômicas, aliada às questões tecnológicas, acabam por limitar esse tipo a um conjunto bastante preciso de edificações.



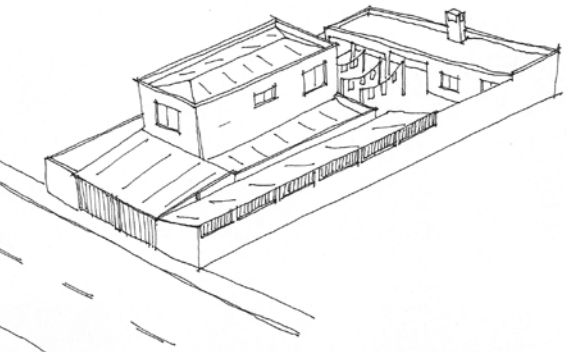
Etapa 01. O lote desocupado.



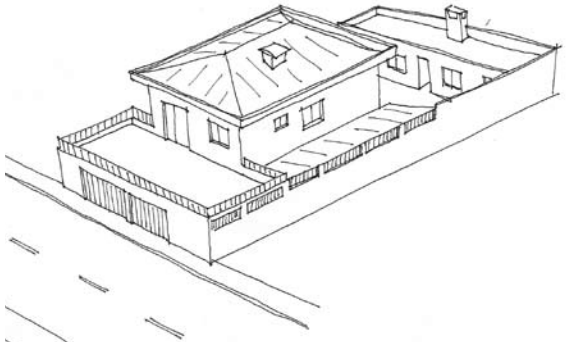
Etapa 02. A residência unifamiliar com jardim na frente e um pomar ao fundo do lote.



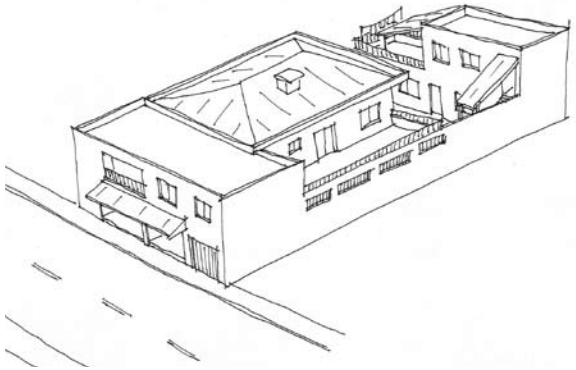
Etapa 03. As primeiras ampliações, com a construção de cobertura para o estacionamento de veículos e de edícula ao fundo. O espaço livre é parcialmente eliminado.



Etapa 04. A residência torna-se um sobrado, e a cobertura do estacionamento é ampliada. A edícula ganha uma laje e parte de suas estrutura é fechada para abrigo de atividades diversas.



Etapa 05. Consolida-se o o sobrado principal e é construída uma laje sobre a garagem. A edícula torna-se residência autônoma. O espaço livre torna-se residual.



Etapa 06. Sobre a laje da garagem, mais uma ampliação da residência principal. Parte do estacionamento é transformado em ponto comercial. A edícula, como residência autônoma, é também ampliada.

Etapas de construção da residência unifamiliar isolada no lote, encontrada de forma recorrente na área de estudo.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Residências unifamiliares geminadas em grupos

Ao contrário dos tipos residenciais unifamiliares isolados no lote ou geminados em apenas um lado, as residências geminadas em grupos de 2 ou mais unidades têm uma persistência morfológica muito maior. É possível encontrar grupos de casas geminadas construídos em diversos momentos da ocupação urbana da região norte nos últimos 50 anos, e muitos deles permanecem quase que inalterados.

Tendo sido construídos num mesmo período, são caracterizados por residências construídas sem recuo lateral, geralmente assobradadas, com um pequeno jardim frontal e um espaço livre posterior. A distribuição das funções é similar a do tipo abordado anteriormente, com a cozinha e a sala na parte inferior, e os dormitórios na parte superior. Eventualmente, pode ser completada por uma pequena edícula nos fundos da propriedade.

Ao longo do tempo, seus espaços livres são ocupados, na frente por uma cobertura para estacionamento de veículos, e na parte posterior para atividades diversas, de apoio à residência. Pode apresentar terrenos de testadas inferiores, sendo em média de 5 metros de frente.

Como depende de uma mobilização de capital maior para sua constituição, costumam atender às faixas de renda médias, com maior capacidade de financiamento. Enquanto que o tipo residencial isolado pode atingir diferentes padrões de renda, esse parece mais restrito, de maneira que tem maior profusão em distritos cujas rendas são mais altas.

Casas geminadas no distrito de Pirituba (à esquerda) e de Vila Medeiros (à direita).
Fonte: Sidney Vieira Carvalho / Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Edifícios mistos de até 4 pavimentos

Este tipo edificado pode ter duas origens. A primeira é resultado da evolução do tipo de residência unifamiliar isolada ou geminada de um só lado, que vai sendo ampliada para o abrigo de mais atividades. A segunda é de edifícios construídos com essas características por empreendedores imobiliários com interesse de explorá-los para aluguel de espaços comerciais e/ou habitacionais.

São edifícios localizados, geralmente, nas vias de maior circulação dos distritos, sem recuo frontal ou lateral, eventualmente com algum recuo de fundo, em terrenos de dimensões médias de 10 por 25 metros. No caso de serem derivados de empreendimentos imobiliários, podem apresentar uma diversidade maior de usos, com o térreo comercial e os pavimentos superiores de serviços.

Edifícios mistos. À esquerda, edifícios mistos nas proximidades da Estação Santana do Metrô. À direita, edifícios mistos nas proximidades da Av. Inajar de Souza, no distrito de Cachoeirinha.
Fonte: Maurício Alito (E) Sidney Vieira Carvalho / Ulisses Sardão (D) - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Sua relação com a rua é mais direta, na medida em que as aberturas frontais (portas e janelas) dão diretamente para a calçada, não havendo, como nos tipos anteriores, um espaço livre ou construído de mediação. As restrições econômicas, no entanto, parecem ser da mesma ordem, já que mesmo em áreas de maiores dimensões e com população de maior poder aquisitivo, essas são as principais edificações de serviços, não havendo, como em outras áreas da cidade, edifícios de escritórios em altura.

Esse tipo edificado constitui o principal elemento de desenho das avenidas principais da região, sejam elas de fundo de vale ou de topo de colina.

Torres habitacionais

Na próxima página, torres habitacionais e o impacto dos volumes de estacionamentos no entorno de habitações unifamiliares horizontais. À esquerda, conjunto de edifícios no distrito do Mandaqui. À direita, distrito da Casa Verde.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

As torres habitacionais são, talvez, o principal tipo edificado pelo mercado imobiliário para rendas médias e altas na região. Mais recorrente que as vilas urbanas fechadas, são tipos caracterizados por edifícios multifamiliares com altura superior a 10 andares e inferior a 20 pavimentos, em média. Tem dimensões não superiores a 25 metros de lado, implantado isolado das divisas do lote com distâncias não inferiores a 1,5 metros.

A relação entre espaços livres e espaços edificados dentro do lote não é inferior, em média, a 50% da área total do terreno, mas esse tipo costuma ocupar integralmente o terreno com seu "subsolo", podendo este ser aparente, o que causa um relacionamento conflituoso, do ponto de vista formal, com o entorno.

Tendo em vista a exigência massiva de capital mobilizado para tais tipos de empreendimentos, sua destinação é, na maioria dos casos, para os cidadãos de rendas médias e altas, com capacidade superior de crédito. As limitações formais desse tipo edificado não se dão, portanto, pela via do capital. Elas são dadas em sua maior parte pela legislação urbanística, no único caso em que esta desempenha um papel de destaque, ao lado das vilas urbanas fechadas. Tanto a limitação de dimensão lateral, quanto as restrições de altura são dadas segundo fórmulas previstas em legislação, o que impede, desde 1972, que tenhamos edifícios cuja ocupação do terreno supere os 50% ou que a altura seja muito superior a 20 ou 25 andares.

Os espaços livres intra-lote são, de maneira geral, ocupados por equipamentos de lazer e plantio de vegetação rasteira ou arbustiva, numa tentativa de suprir as necessidades por lazer próprias dos espaços livres públicos em espaços coletivos privados.

Sua existência decorre, de maneira geral, de dois processos. O primeiro é a substituição de edificações horizontais por edifícios verticais. O segundo é a construção, em glebas desocupadas, de conjuntos de torres habitacionais. Em ambos os casos, no entanto, a relação com o espaço livre público circundante se dá de forma mediada, inicialmente por um muro, mas nem sempre, e por um espaço livre privado.

Na próxima página, conjuntos habitacionais no padrão morfológico produzido pelo Estado de vários tamanhos. No alto, conjunto no distrito do Mandaqui. Abaixo, à esquerda, conjunto no distrito de Jaraguá. Abaixo à direita, conjunto no distrito de Vila Medeiros.
Fonte: Luciana Satiko e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Vilas urbanas fechadas

Modalidade de construção cada vez mais recorrente, não pode ser colocada como tipo no que diz respeito à dimensões padronizadas. A variação tanto das residências, quanto das formas de implantação e tamanhos dos lotes em que estão colocadas impede uma caracterização que não seja a da descrição geral do empreendimento.

É um condomínio horizontal fechado, geralmente possui acesso único, e uma única rua interna, para a qual se voltam diversas unidades habitacionais. Em terrenos maiores, se assemelham às vilas urbanas construídas até os anos 1970, com ruas sem saída para os quais se voltam as habitações unifamiliares, e que posteriormente foram fechadas por seus moradores. À diferença dos loteamentos fechados construídos em municípios como Mairiporã e Santana de Parnaíba, os espaços livres intra-lote são diminutos, geralmente o espaço de circulação, à frente da unidade habitacional, e um espaço nos fundos da unidade, utilizado como área de serviços.

Em relação às torres habitacionais, tem uma complexidade tecnológica muito menor, exigindo também uma menor imobilização de capital para sua construção. Pode-se aventar a hipótese de migração dos pequenos empreendedores que construíam os renques de casas geminadas para venda, para essa nova fórmula, na medida em que tem tido maior aceitação por uma classe média ávida por espaços habitacionais "seguros" e, como vimos, segregados do entorno imediato, ainda que a custa de menores espaços livres intra-lote, além de nenhuma liberdade para expansão ou alteração de suas residências.

Vilas urbanas fechadas de diversos tamanhos e voltados para diferentes padrões de renda. À direita, vila no distrito de Pirituba. No centro, vilas no distrito de Jaraguá. Abaixo, vila no distrito de Tremembé.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Blocos habitacionais promovidos pelo Estado

Os blocos habitacionais são tipos edificados que variam em dimensão, mas de uma maneira geral tem um mesmo agente promotor, o Estado, tem alturas não superiores a 6 pavimentos, e a circulação vertical é feita por escadas. Sua disposição é feita sobre platôs constituídos no terreno a partir de aterramentos ou escavações, numa lógica que não relaciona, de maneira geral, cada edifício com as ruas do entorno.

Os espaços livres resultantes são, geralmente, os taludes entre os platôs, as vias de acesso e os espaços de estacionamento de veículos. Sua relação com os espaços livres públicos é, como nas torres habitacionais, mediada por muros e por esses espaços livres coletivos mas de acesso restrito. A constituição de equipamentos de lazer interna ao lote, no térreo, não é uma constante, na medida em que há unidades habitacionais no térreo dos edifício.

As restrições tecnológicas para esse tipo edificado se dão pela utilização, em muitos casos, de alvenaria estrutural, o que impede grandes vãos e limita o tamanho das aberturas. Já as restrições econômicas se dão pela capacidade de financiamento das famílias que são alvo das políticas habitacionais do Estado. Isso restringe a dimensão das unidades habitacionais, e obriga a uma utilização maximizada do terreno, o que leva a uma predação quase que total das características originais das glebas.

Tendo em vista que a regulação posterior à entrega das unidades é bastante precária, esse tipo edificado é composto também de pequenas construções nos espaços livres circundantes, geralmente utilizadas para abrigo de veículos, mas também para atividades comerciais e de serviços.

Galpões industriais, comerciais e de serviços

Finalmente, colocamos o único tipo edificado onde a moradia não desempenha papel. Tendo em vista que o casario é principal componente da cidade, e que, no casario da região norte, a função habitacional é preponderante, não poderia ser diferente.

Os galpões aparecem muito mais como um tipo aberto, ou um meta-tipo, que pode ter as mais variadas dimensões horizontais, mas que têm uma relação com o terreno que é de exclusão do espaço livre. Por condicionar os espaços de produção a que se destina, os galpões geralmente abrangem a maior parte do lote, com o restante sendo utilizado como área de estacionamento ou guarda de equipamentos e materiais.

Sua altura não excede, em média, os 15 metros, podendo ter diversas pequenas construções no seu interior, adaptadas às necessidades de produção das empresas ocupantes. Tem uma grande flexibilidade de destinações, podendo abrigar atividades de diferentes tipos, sendo até mesmo, em casos específicos, ocupados por focos de habitação precária.

2.2 Questões de fundo

A forma urbana é a face exterior e visível dos processos pelos quais as sociedades urbanas passam. Numa sociedade em constante mutação, como a brasileira, ela participa das transformações de forma a configurar limitações, ou mesmo apontar caminhos. Os tipos edificados, como elemento morfológico primário, compõem esse panorama, evidenciando os processos sociais que dão caráter singular a uma comunidade.

Uma das transformações mais notáveis na constituição dos tipos edificados e, portanto, da forma urbana, foi a difusão da tecnologia do concreto armado. Ainda considerado novidade nas periferias urbanas ao final dos anos 1970, naquele período começava a permitir o alcance de maiores vãos na arquitetura residencial construída nos arredores urbanos. Utilizado em lajes, vigas e pilares, ainda que de forma precária, permitia, já naquele período, uma maior verticalização das residências. Permitiu também um relativo abandono de técnicas construtivas para cobertura que exigissem uma maior sofisticação na formação dos profissionais, na medida em que o madeiramento exigido para tais técnicas é bastante simples, assim como os equipamentos para sua confecção. [22]

As lajes pré-fabricadas tomaram de assalto o mercado de construção nas periferias urbanas, e as técnicas de concreto se tornaram populares, ainda que utilizadas de maneira precária e sem orientação técnica competente. Isso impactou na evolução dos tipos edificados que não necessitavam de um crescimento horizontal para seu desenvolvimento. Por outro lado, permitiram uma formalização parcial da economia da construção civil nas áreas periféricas.

O aumento no crédito para aquisição de materiais de construção, fornecido à pessoa física por instituições oficiais, sobretudo para classes de rendas mais baixas, veio substituir parcialmente o crédito diretamente na loja de materiais, muitas vezes extorsivo. Encaminhou também uma padronização dos materiais utilizados nas diferentes áreas da região estudada. Hoje, é possível distinguir a renda média das áreas, menos pelo tecido urbano (traçado, parcelamento, suporte físico, altura das edificações, etc.), e mais pelo padrão e tipo de acabamentos empregados em sua construção.

22 SAMPAIO, Maria Ruth Amaral et alii. Op. Cit.

Nas áreas cuja renda é maior, predominam as coberturas com telhas de barro, os acabamentos superficiais com massa plástica pintada, e as esquadrias com acabamentos diversos, variando entre a madeira, o alumínio e o PVC. Já nas áreas de rendas mais baixas, as coberturas são em laje, geralmente sem impermeabilização, ou em telhas de fibrocimento sobre laje, os revestimentos são em argamassa rústica, muitas vezes sem pintura, e as esquadrias quase sempre em alumínio ou, com menor freqüência, ferro.

Isso mostra um predomínio de soluções construtivas industrialmente produzidas para atendimento de uma demanda de baixa capitalização e abundância de mão de obra. A maioria dos elementos industrializados são de pequenas dimensões e tem uma utilização extremamente flexível. Não admira que a principal clientela das indústrias de fa-

Na página anterior, galpões industriais e de serviços nos distritos da Freguesia do Ó (à esquerda) e da Casa Verde (à direita, menor)
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Variação nos padrões de acabamento. À esquerda, conjunto de habitações unifamiliares no distrito de Pirituba. À direita, distrito de Brasilândia. Fonte: Sidney Vieira Carvalho e Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

bricação de materiais de construção esteja nas franjas urbanas, e seja composta de auto-construtores empenhados na construção ou ampliação de seus imóveis.[23]

Em conjunto com essa transformação tecnológica, temos outra, relativa à mobilidade na metrópole. As melhorias de acessibilidade, promovidas pelo poder público com foco principal no transporte individual automotor, ensejaram muitas mudanças.

Permitiram um espalhamento de tipos edificados que, anteriormente, estariam concentrados em áreas de melhor acessibilidade. Trata-se de uma modalidade da "dispersão dos ricos" já tratada anteriormente. Mas talvez, do ponto de vista tipológico, a principal alteração ensejada foi a incorporação do volume de estacionamento coberto aos tipos existentes. Na atualidade, o volume de estacionamentos, seja nos condomínios verticais e horizontais, seja nas residências unifamiliares, tornou-se presença obrigatória na paisagem de cada uma das ruas da região.

Isso teve um grande impacto na paisagem, quando vistos individualmente nos tipos identificados. No caso da residência unifamiliar, a mediação operada pelo espaço livre frontal desapareceu, colocando o espaço residencial em contato direto com a rua, e ensejando a posterior construção sobre esse espaço de ampliações do espaço residencial. Desse ponto de vista, a paisagem urbana em áreas onde esse tipo predomina, caminha para versões transformadas das paisagens da cidade colonial, ou das cidades portuguesas, em que os espaços livres são apenas aqueles totalmente privados, nos fundos do lote, ou totalmente públicos, na rua.

No caso dos edifícios em torres, a permissão de ocupação de grande parte do subsolo com estacionamento levou, em uma leitura interessada da legislação, às situações que os estacionamentos são verdadeiros edifícios fechados, de grandes dimensões, impactando todo o entorno com sua volumetria. A relação com os outros edifícios, muitas vezes habitações unifamiliares, é desproporcional e descontínua, sem o cuidado com um desenho urbano que diminua os impactos com a paisagem circundante. Tal situação se repete nas vilas fechadas, que utilizam o mesmo entendimento da legislação urbana para construção de seus estacionamentos cobertos.

23 A consolidação desse fato levou a que 02 das linhas programáticas do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), promovido pelo governo federal para lidar com o déficit habitacional no período de 2009 a 2023, tenham como foco a assistência à autoconstrução, num reconhecimento tanto da incapacidade de atendimento a partir do poder público da demanda instalada, como da necessidade de assistência aos indivíduos já proprietários de imóveis habitacionais que necessitam de ampliação e melhoria em suas moradias.

Plano Nacional de Habitação. Versão para Debates. Brasília: Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Habitação; 2010.

Espaços livres sendo progressivamente ocupados por estacionamentos cobertos em conjuntos habitacionais no distrito do Jaraguá
Fonte: Sidney Vieira Carvalho / Ulisses Sardão - Fevereiro de 2008 - Acervo do autor

No caso dos blocos habitacionais promovidos pelo Estado, temos uma situação semelhante a das residências unifamiliares. Construídos sem a previsão de estacionamentos individuais para cada unidade habitacional, mas ocupados progressivamente por uma população detentora de automóveis, essa tipologia vem sendo alterada pela construção, em seu espaço livre circundante, de estacionamentos cobertos.

Aqui cabe abordar a questão da fachada na periferia e da forma que vai se configurando na paisagem. O edifício isolado aparece mais como exceção que como regra, e a busca de uma conformação de rua através de fachadas contínuas acontece com maior ou menor efetividade nos diferentes tecidos urbanos. A similaridade com a cidade portuguesa tradicional (e com a cidade colonial) torna-se cada vez mais evidente, apesar das diferenças derivadas das possibilidades construtivas e técnicas (mais andares, mais aberturas, etc.) e dos aspectos culturais contemporâneos (a cultura da (in)segurança, os apelos estéticos a diferentes modismos, etc.).

Nesse ponto, podemos nos perguntar porque houve o abandono da edificação alinhada ao limite frontal do lote na legislação, que acabou por impactar sobretudo nas construções verticalizadas. Pode-se supor que tal decisão corrobore com a maneira geral de produção da cidade, espraiada e funcionalmente heterogênea. Na medida em que as restrições de recuo pouco ou nada influenciaram na forma da edificação habitacional unifamiliar, teria sido importante, do ponto de vista formal, que a construção verticalizada tivesse um aspecto "acabado" no ambiente urbano, mesmo sendo ela mais uma heterogeneidade na malha da cidade. Assim, as duas empenas, comuns na urbanização tradicional, foram substituídas por um edifício que se destaca finalizado e autônomo na paisagem.

Ainda que com o tempo, a autonomia formal do edifício vertical seja obscurecida por novas edificações de mesmo formato, permanece a impressão de completude quando se analisa a forma isoladamente, maneira como ela é apreendida pela maioria da população, e vendida pelo mercado imobiliário voltado para médias e altas rendas. É certo que o edifício com duas empenas cegas privilegia a cidade em sua completude, pois supõe o complemento do quarteirão para o efetivo "desenho" da rua. Já o edifício isolado pode ser lido sem esses complementos, e não se

propõe a "desenhar" a rua, por estar recuado. Nesse sentido, a forma do edifício vertical isolado no lote serve a uma lógica de cidade que se faz aos poucos, com investimentos concentrados pontualmente, lote a lote, sem o interesse do desenho de longo prazo.

A verticalização quando operada dessa maneira, não exige compromissos dos vizinhos com relação à forma dos edifícios.[24] Ao contrário, libera cada um a buscar sua solução mais adequada, ainda que, de uma maneira geral, as soluções se repitam. É a tradução formal do "Laissez Faire" urbano.

As alterações provocadas em tipos edificados existentes, provocadas pela difusão de tecnologias de transporte e de construção mostram o caráter transitório dos tipos, ao menos na região estudada. Na primeira metade do século XX, o Movimento Moderno estabeleceu alguns cânones que se tornaram hegemônicos no desenvolvimento urbano da região até a atualidade. Ainda que não tenha atingido os tipos urbanos mais recorrentes (residências unifamiliares, principalmente), as intervenções urbanas que necessitavam de maior capitalização (construção de avenidas, conjuntos habitacionais populares e torres habitacionais de classes médias e altas) tiveram como base, uma idéia de tipo edificado estático, em que, uma vez atendidas as necessidades de um padrão médio populacional (o fluxo médio de veículos, o tamanho médio da família, a renda média da população, etc.), os problemas estariam resolvidos. Ao contrário dos tipos de baixa capitalização, determinados historicamente pela população de forma muitas vezes vernacular, essas soluções acabaram por resolver problemas restritos. [25]

As avenidas de fundo de vale, por exemplo, resolveram a questão do acesso, mas não da mobillidade. Os enclaves fortificados para as classes médias e altas resolveram a questão da segurança, mas não da cidadania. E, os conjuntos habitacionais populares resolveram (ainda que restrita e precariamente) a questão do abrigo, e não da habitação.

Os tipos encontrados, contudo, não podem ser relacionados apenas com a região norte de São Paulo. Encontrados em outras áreas da cidade, sobretudo em condições semelhantes de distribuição de renda pela população, suporte físico e acessibilidade, abrem margem a um questionamento: seria essa uma característica da estruturação da paisagem urbana periférica?

24 CARVALHO, Sidney Vieira. Iniciação Científica. São Paulo: FAUUSP, 2004.

25 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 96

Espaços livres frontais ocupados por estacionamentos cobertos residências unifamiriares no distrito da Freguesia do Ó.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - Julho de 2010 - Acervo do autor

3. O sistema de espaços livres de edificação

Os elementos escolhidos para análise guardam uma visão prospectiva da realidade, buscando responder questões a cerca dos espaços livres, e estabelecer as características básicas que permitam compreender a sua localização e decodificar suas eventuais potencialidades. Juntamente com o mapa de tecidos urbanos, os mapas do sistema de espaços livres da região permitiram conhecer a situação dos distritos estudados do ponto de vista da composição da sua paisagem urbana específica.

A ênfase recaiu sobre espaços livres mais compactos e de maiores dimensões, mostrando suas características e explicitando suas potencialidades. Em razão da escala adotada para a análise, a rua, elemento fundamental para a compreensão da relação entre os espaços construídos e os espaços livres, não foi analisada individualmente, tendo sido dada preferência para temas que abrangessem os espaços livres mais compactos: graus de declividade; níveis de acessibilidade [26]; graus de arborização; tecido urbano do entorno; e tamanho.

Indicam a situação atual, potencialidades e conflitos existentes ao redor e mesmo internamente a espaços que por imperativos do modelo de urbanização, restrições do suporte físico ou mesmo por imposição legal, permaneceram livres de edificação.

3.1. Leitura do Sistema de Espaços Livres[27]

Declividades[28]

O estudo da declividade nos espaços livres é instrumental para o conhecimento dos graus de adequação dos espaços para as atividades que neles são desenvolvidas. Assim, podemos descobrir que numa certa localidade, um clube desportivo foi instalado num terreno onde predomina a alta declividade, o que obrigou a fortes movimentos de terra para locação de quadras e outros equipamentos de práticas de lazer ativo. Numa visão mais prospectiva, saber o grau de declividade dos espaços livres permite determinar quais atividades são passíveis de serem aplicadas em cada um dos lugares.

Nesse estudo foram delimitados 3 graus básicos de declividade, segundo a predominância nos terrenos analisados. Procurou-se determinar qual inclinação mais freqüente num dado espaço livre, como forma de valorar sua possibilidade de utilização.

26 O nível de acessibilidade ao deficiente físico não foi debatido nesse item. Interessou-nos, nesse momento, estabelecer um parâmetro geral de acesso a certos espaços da cidade, e um estudo da acessibilidade real para cidadãos com limitações deve ser feito numa escala mais aproximada, através do estudo do desenho de cada um dos espaços livres de uso público ou privado.

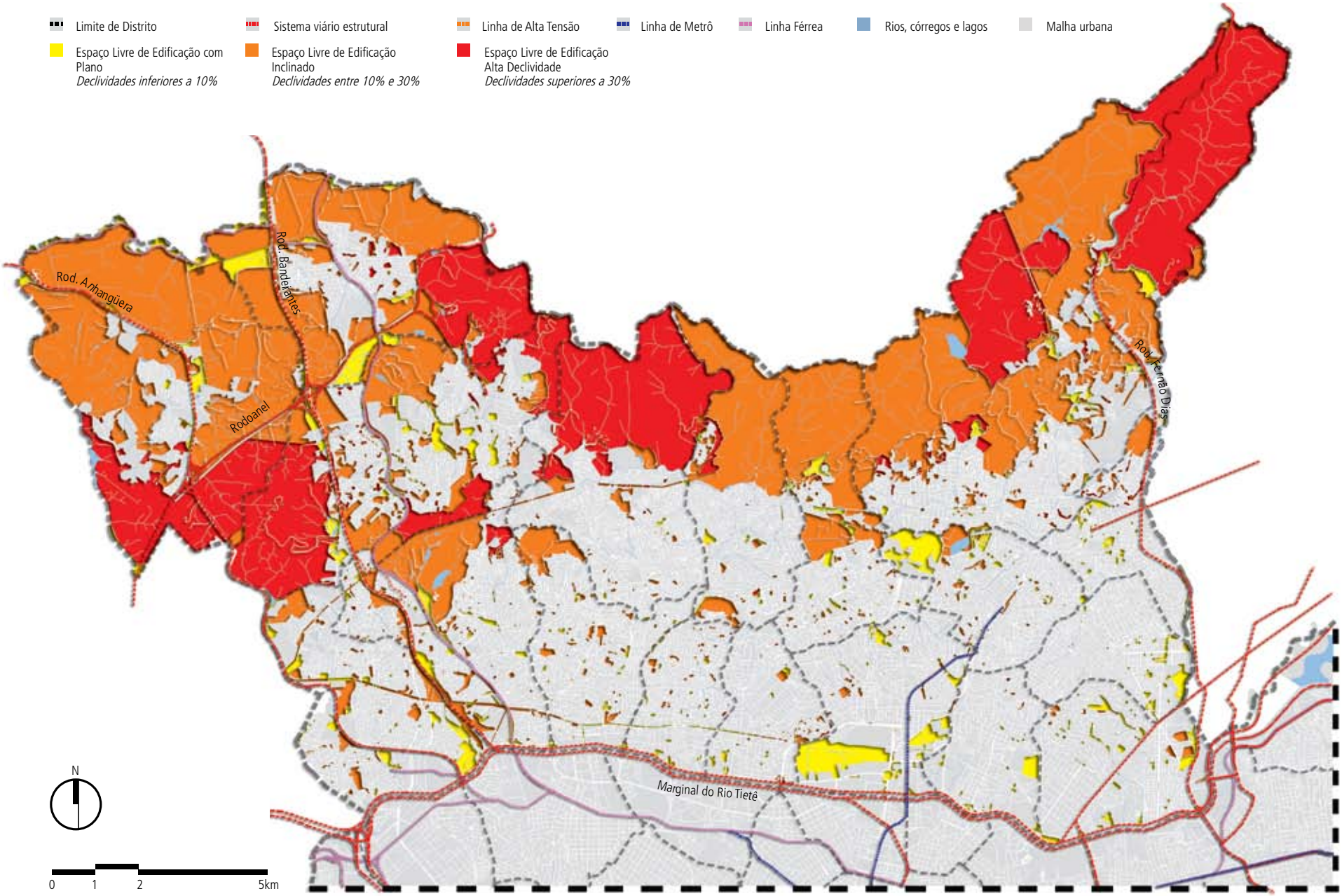
27 Os mapas de espaços livres de edificação tiveram como objetivo compreender a estrutura do sistema de espaços livres na região estudada, e seu funcionamento na atualidade.

Nesse caso, não foram contabilizados os espaços livres viários de grande porte, pois estes já foram explorados e explicitados no mapa de tecidos urbanos.

A base foi o mapa de espaços livres arborizados de grande porte, desenvolvido ao longo da confecção do mapa de tecidos urbanos. Esse mapa, como explicado anteriormente, partiu da evidência empiricamente verificável da arborização e da cobertura vegetal apreensível através dos sobrevôos e de imagens aéreas. A propriedade das áreas foi abordada especificamente, nos mapas de níveis de acessibilidade e de tamanho dos espaços livres.

28 Para construção do mapa de declividades, além da utilização do mapa de espaços livres arborizados de grande porte, foi desenvolvido um mapa de declividades por distrito da região norte, levando em conta as 3 categorias delimitadas, ou seja, 0% a 10%, 10% a 30% e mais de 30%. Desenvolvido esse mapa, fez-se um estudo de predominâncias de cada uma das categorias, separando os espaços livres por grau de declividade.

Mapa de declividades dos espaços livres de edificação
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



Em razão da geomorfologia encontrada, pôde-se verificar que a maioria dos espaços livres, em quantidade e área, tem declividades inferiores a 30%. Aqueles de menores declividades estão, o que era previsível, nas proximidades das várzeas dos rios e córregos que configuram a região. Ressalte-se que os espaços livres planos representam apenas 8,92 % das áreas livres da região. A distribuição e tamanho dos espaços planos é irregular, havendo grandes áreas no entorno da Marginal do Rio Tietê (algumas áreas não-habitacionais no acesso à Rodovia dos Bandeirantes e o Campo de Marte); o Parque da Juventude no distrito de Santana nas proximidades da Av. Cruzeiro do Sul, o Parque do Trote no distrito de Vila Guilherme, o Horto Florestal, no distrito do Tremembé; e algumas áreas na periferia do Parque do Jaraguá, do Rodoanel, nas laterais das rodovias Bandeirantes e Anhanguera e da ferrovia que vai em direção a Jundiaí.

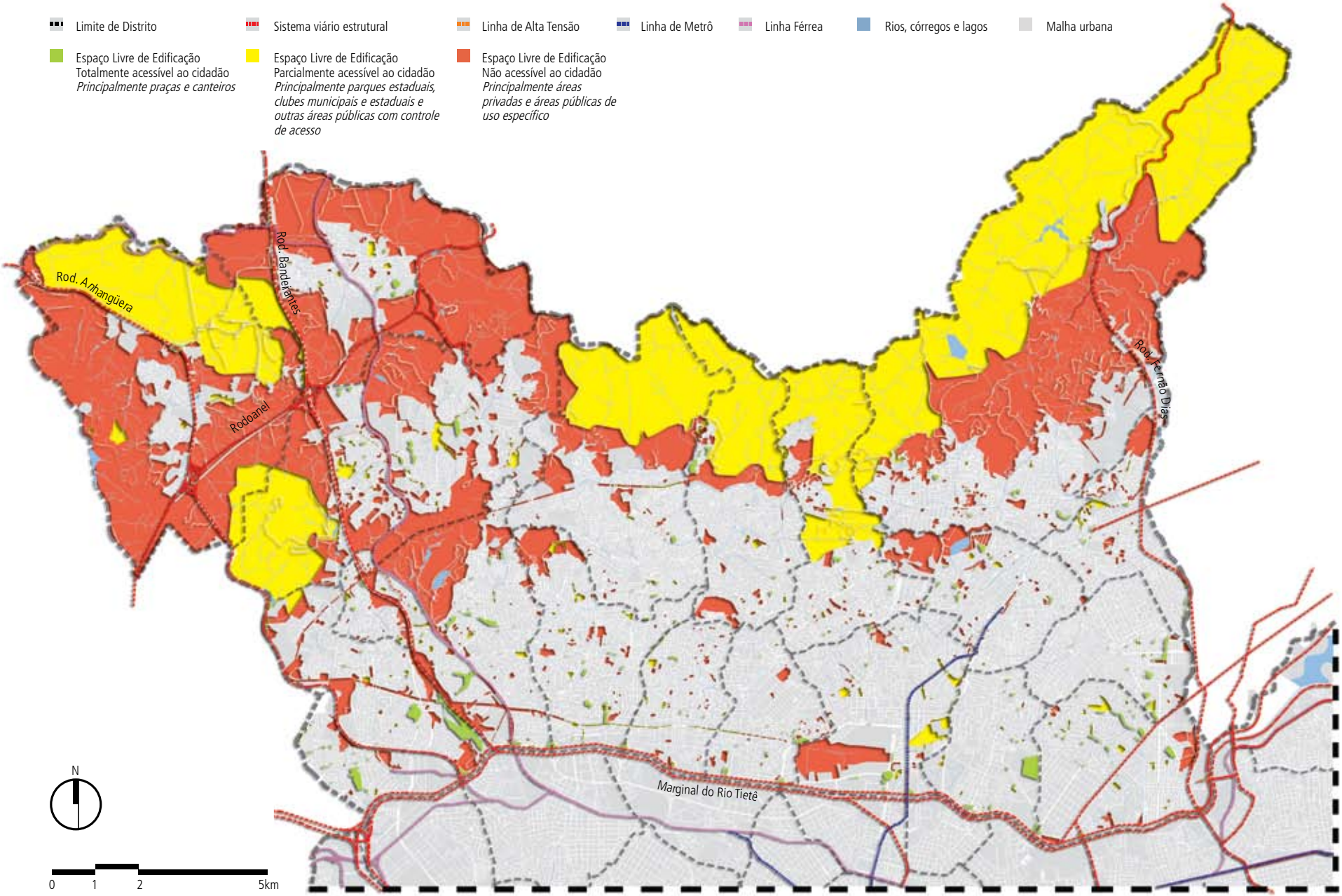
Os espaços livres inclinados, ou seja, que apresentam inclinações entre 10% e 30%, têm maior presença na área, tendo uma distribuição mais homogênea. Há áreas mais abrangente nas proximidades da Serra da Cantareira, e no limite noroeste da região, e outras nos topos das colinas que configuram a área e nos anfiteatros de cabeceiras. Representando 56,28 % da área total de espaços livres, só não estão presentes no distrito do Jaçanã.

Na medida em que as declividades médias superavam os 30% de declividade, os espaços livres foram considerados de Alta Declividade, já que a legislação urbana em vigor impede sua ocupação. Os espaços livres de altas declividades representam 34,8 % da área total de espaços livres na região. Sua maior extensão encontra-se na Serra da Cantareira e nas proximidades do Pico do Jaraguá, tendo exemplares de menores dimensões nos distritos da porção norte da região. Suas maiores concentrações, nesses casos, dão-se nos distritos de Jaraguá, Perus e Tremembé.

A análise das declividades nos permitiu notar que, apesar da escassez de espaços livres com dimensões consideráveis, ainda há uma distribuição notável de espaços com características que permitem sua ocupação para fins de recreação e lazer, por terem declividades inferiores a 30%. Adicionalmente, parte dos espaços livres planos é de propriedade pública, e, alguns deles, já são parques, localizados nas proximidades de alguns dos principais eixos de circulação de automóveis da região.

Finalmente, uma suposição inicial não se confirmou. Acreditou-se que a persistência de alguns espaços livres devia-se à alta declividade, que teria impedido a ocupação urbana. Tal fato, no entanto, não é verdadeiro, o que indica dois fatores. O primeiro, diz respeito ao fato de áreas de declividades superiores a 30% estarem ocupadas por população de baixíssimas rendas, geralmente em favelas. E, por outro lado, outras áreas, mesmo com declividades médias inferiores, têm sido preservadas ao longo do tempo, podendo ser alvo de políticas públicas para a população da região.

Mapa de níveis de acessibilidade ao cidadão para os espaços livres de edificação
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



Níveis de acessibilidade ao cidadão[29]

Pareceu-nos fundamental explicitar os níveis de acessibilidade ao cidadão, de disponibilidade para o público, que cada um dos espaços livres demarcados tem. A idéia central era compreender a distribuição dos espaços livres segundo a possibilidade de acesso da população em geral a eles. Para tanto, foi elaborado um mapa mostrando três categorias principais de acessibilidade.

A primeira categoria, dos espaços livres Totalmente Acessíveis, refere-se aqueles espaços que não têm restrições de uso. São as ruas, praças e canteiros centrais que, até por suas características, permitem o acesso de qualquer cidadão. Concentram-se nos distritos da porção sul da região, tendo como destaques principalmente: pequenas praças; espaços livres ligados à circulação de veículos (canteiros centrais e laterais, rotatórias, etc.); parques urbanos como o do Trote, no distrito de Vila Guilherme, o Cidade de Toronto e o São Domingos, no distrito de São Domingos, Vila dos Remédios, no distrito de Jaguara, o Parque Jardim Felicidade e Rodrigo de Gásperi, no distrito de Pirituba.

Os espaços totalmente acessíveis representam 1,93 % dos espaços livres, em área bruta. Aliado à visualização de sua distribuição, percebe-se que na porção norte da região, tanto a distribuição, como a quantidade é baixa, havendo um conflito entre área urbanizada, e espaço livre público e acessível. Some-se ao fato de que os espaços livres citados não têm uma acessibilidade através de transporte coletivo que permita um alcance muito maior do que da população moradora das áreas imediatamente circundantes, vemos que o quadro de deficiência nessa área se agrava.

29 Para determinar os níveis de acessibilidade, procurou-se estabelecer quais eram as características institucionais dos espaços livres. Ou seja, foi necessário determinar a que servia o espaço livre, se a uma praça, a um estacionamento, ou a outro fim. Para tanto, os espaços públicos foram mapeados através dos mapas desenvolvidos por Maki Hirai em seu trabalho de mestrado (HIRAI, Maki. O esporte e sua inserção no sistema de espaços livres paulistano. São Paulo: FAUUSP, 2009. Dissertação de Mestrado), o que nos permitiu excluir todos os demais como privados ou públicos de uso restrito. A partir dessa primeira aproximação, foram levantados os espaços que restaram, identificando os equipamentos públicos de uso restrito, e os espaços privados.

Finalmente, conforme suas características, os espaços livres foram classificados conforme seus níveis de acessibilidade ao cidadão

O parque cidade de Toronto é exemplo de área totalmente acessível que acaba restrito aos moradores do entorno imediato por possibilidades limitadas de acessibilidade pelo transporte coletivo. Não tem pontos de ônibus em nenhuma de suas entradas e as linhas de ônibus que passam próximas (com paradas há pelo menos 300 metros de distância da entrada) tem trajetos que permitem a visitação apenas de cidadão oriundos dos distritos de Jaraguá e Pirituba.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - novembro de 2008 - Acervo do autor

Mais integrado que o Parque Cidade de Toronto, o Parque do Trote (ao lado) permite, através das linhas de ônibus que passam nas suas imediações, o acesso a cidadão vindos dos distritos do entorno imediato da Vila Guilherme, como Vila Maria, Vila Medeiros e Santana. Com alguns minutos de caminhada, é acessível a oriundos do Tremembé e do Tucuruvi. No entanto, devido ao formato das linhas de ônibus, geralmente indo num sentido Norte-Sul, não atende aos distritos que faceiam a marginal pelo lado norte, estando mais acessível para oriundos de Belém ou do Tatuapé, do que de cidadãos do Limão ou da Freguesia do Ó, distritos onde não há parques públicos.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - novembro de 2008 - Acervo do autor

A segunda categoria, dos espaços livres Parcialmente Acessíveis, compreende aqueles espaços que têm algumas restrições de uso, como controles de acesso e permanência. São os parques estaduais [30], clubes municipais e estaduais, e outras áreas, geralmente públicas, que impõem limites para seu usufruto, como o tráfego de bicicletas, o porte de animais de estimação, etc. Sua área é mais farta, na medida em que conta com o Parque Estadual da Cantareira, cruzando os distritos da Brasilândia, Cachoeirinha, Mandaqui e Tremembé, o Parque Estadual do Jaraguá, no distrito de mesmo nome, e o Parque Anhangüera, nos distritos de Anhanguera e Perus.

30 Os parques municipais foram considerados como totalmente acessíveis, pois só apresentam restrições ao horário de funcionamento e algumas atividades. Os parques estaduais têm, além de funções recreativas e de lazer, objetivos ligados à pesquisa científica (como no Horto Florestal), à educação (como no Parque da Juventude), entre outras. Na medida em que as restrições ao uso da maior parte de suas áreas são relativamente maiores que nos parques municipais, foram considerados de acessibilidade parcial.

Ao lado, Parque Linear do Fogo / Pinheirinho D'água, que preserva uma vasta área de vegetação de várzea, tendo essa região totalmente fechada ao público que pode, no entanto, apreciá-la a partir de caminhos construídos sobre plataformas de madeira atravessando as áreas alagáveis do parque. Sua proximidade com áreas de empreendimentos públicos e privados de provisão habitacional reforça o processo de substituição da população alvo dos investimentos públicos iniciais nas áreas de predominância de população pobre.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - novembro de 2008 - Acervo do autor

Ao lado, Parque da Juventude, em que parte da área do parque constitui uma reserva vegetal e animal inacessível ao público. Outra parte é destinada a fins culturais e educacionais, com uma biblioteca e escolas técnicas.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - novembro de 2008 - Acervo do autor

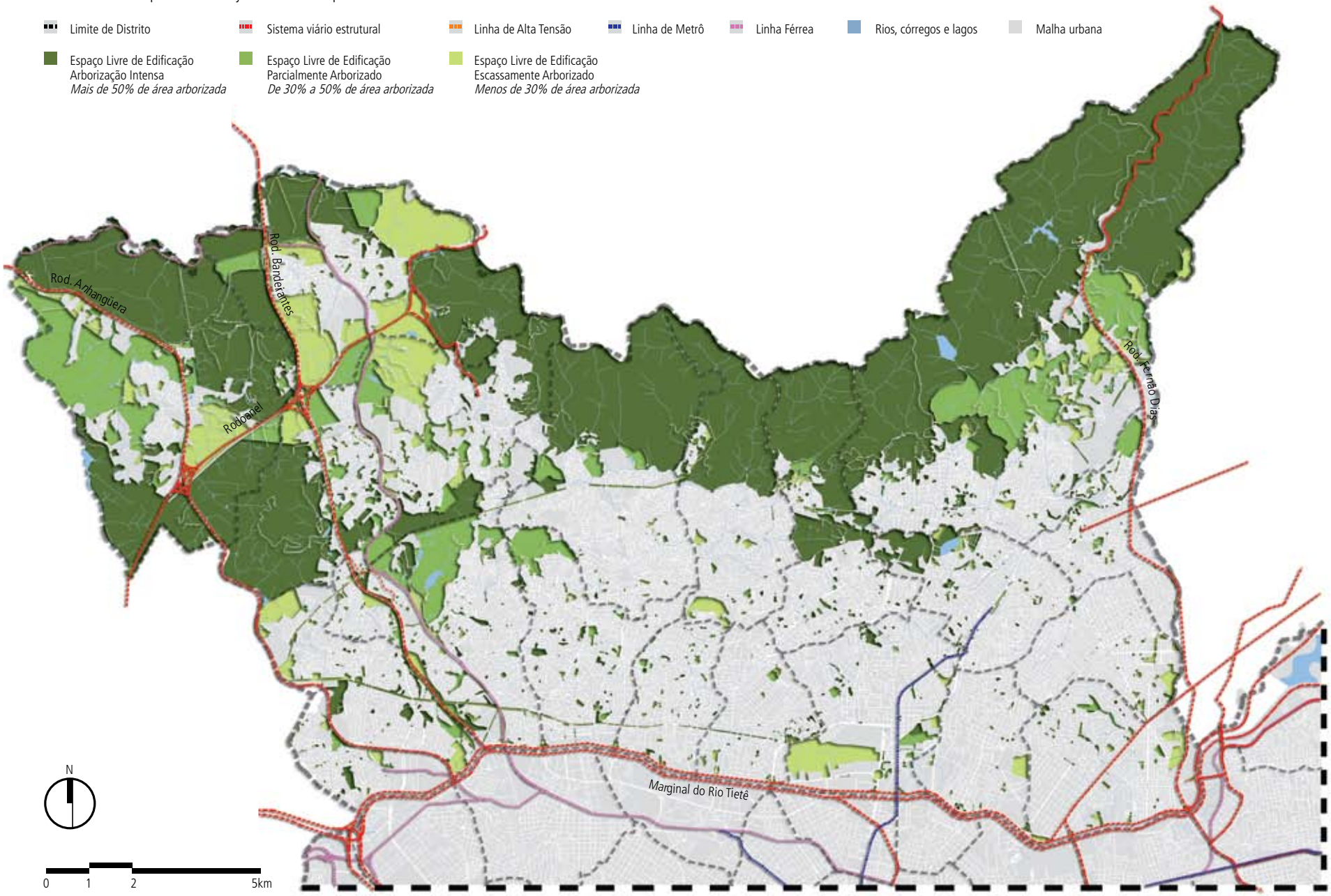
Além dessas áreas, de grande porte e nas periferias da mancha urbana consolidada, existem diversas áreas de menores proporções distribuídas na malha urbana. Em sua maioria são praças ocupadas parcial ou totalmente por clubes municipais de administração privada, ou por escolas. Algumas delas merecem destaque por suas dimensões. O Parque Linear do Fogo / Pinheirinho D'água, no distrito de Jaraguá, e o Parque da Juventude, no distrito de Santana, são exemplos de áreas de maior porte, inseridos na malha urbana existente, mas com restrições de uso e acesso. Essa situação se dá, no primeiro caso, por medidas do Poder Público de restrição à ocupação irregular, na tentativa de preservação de áreas vulneráveis ambientalmente e próxima a grandes investimentos do mercado imobiliário para classes médias e altas. No segundo, por uma prática recorrente de criação de espaços livres públicos de lazer e recreação associados à empreendimentos educacionais ou culturais, "aproveitando" os espaços "vazios".

O padrão de acesso dessas áreas através do transporte coletivo se diferencia, sobretudo no caso do Parque da Juventude, pela proximidade ao Metrô, que o torna o parque uma referência urbana para toda a cidade. Sua acessibilidade é, nesse sentido, maior Já os outros parques e áreas, relacionam-se muito mais com a população do entorno imediato, na medida em que as linhas de ônibus têm um padrão que privilegia a locomoção centro-bairro.

A terceira categoria, dos espaços livres Não Acessíveis, diz respeito aos espaços cujo acesso e permanência são totalmente controlados ou mesmo proibidos. São as áreas privadas, ou públicas de uso específico, como os hospitais, postos de saúde, espaços livres ligados a equipamentos públicos como escolas, unidades de conservação, etc. Representam 53,6 % dos espaços livres da região, em área bruta, o que a torna mais presente. Engloba espaços livres de grandes dimensões ao redor dos Parques da Cantareira, Anhangüera e do Jaraguá, áreas como o Aeroporto do Campo de Marte, no distrito de Santana, além de uma infinidade de áreas menores em meio à mancha urbana.

A predominância de espaços livres inacessíveis à população pode indicar que a restrição ao acesso é um dos condicionantes para preservação dessas áreas. Indica, por outro lado, que há uma margem grande para políticas urbanas, tanto de expansão da mancha, quanto de promoção de melhorias no sistema de espaços livres públicos voltados para a recreação e o lazer.

Mapa de níveis de arborização dos espaços livres de edificação
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



Níveis de arborização[31]

A vegetação arbórea pode servir, num ambiente urbano extensamente ocupado, como índice de qualidade de vida do entorno, melhorando o microclima local e participando da organização do espaço através de elementos naturais. Pode ser, também, indicativo do grau de vulnerabilidade dos espaços livres em relação a ocupação urbana. Um espaço livre que teve sua vegetação original completamente suprimida está muito mais susceptível a alterações que o eliminem, ainda que não haja qualquer ocupação urbana no entorno, do que um espaço que preserve toda sua vegetação de grande porte.

A partir disso, compreende-se a necessidade de estabelecimento de um parâmetro que identifique o quanto de área ocupada por vegetação arbórea é suficiente para caracterizar o espaço como densamente ou escassamente vegetado. Tais valores foram determinados a partir da relação existente entre espaço livre e espaço construído na legislação de uso e ocupação urbana de São Paulo[32], ou seja, a Taxa de Ocupação.

Estabeleceu-se que o espaço livre que possuía até 30% de sua área total arborizada é Escassamente Arborizado, pois na medida em que a taxa de permeabilidade mínima de um lote urbano é de 15%, acreditamos que um espaço livre que tenha até o dobro desse valor não apresenta uma cobertura vegetal arbórea significativa, para os fins da análise aqui empreendida. Além de áreas de menores dimensões em meio a área urbana já consolidada, pode-se notar grandes áreas de escassa arborização em regiões onde tem havido um aumento constante na ocupação urbana nos últimos anos.

Áreas ao redor de assentamentos consolidados nos distritos de Perus, Anhanguera e Jaraguá, além de áreas na zona de influência da Rodovia Fernão Dias, podem servir de base para novas ocupações, a julgar pela atual inexistência de vegetação de porte. Apesar disso, as áreas escassamente arborizadas representam apenas 15,37 % da área total de espaços livres da região.

No caso dos espaços livres que têm de 30% a 50% de sua área arborizada, considerou-se que estes são Parcialmente Arborizados. É o caso da maior parte dos espaços livres internos à malha urbana, e de muitos daqueles ao redor dos assentamentos mencionados no parágrafo anterior.

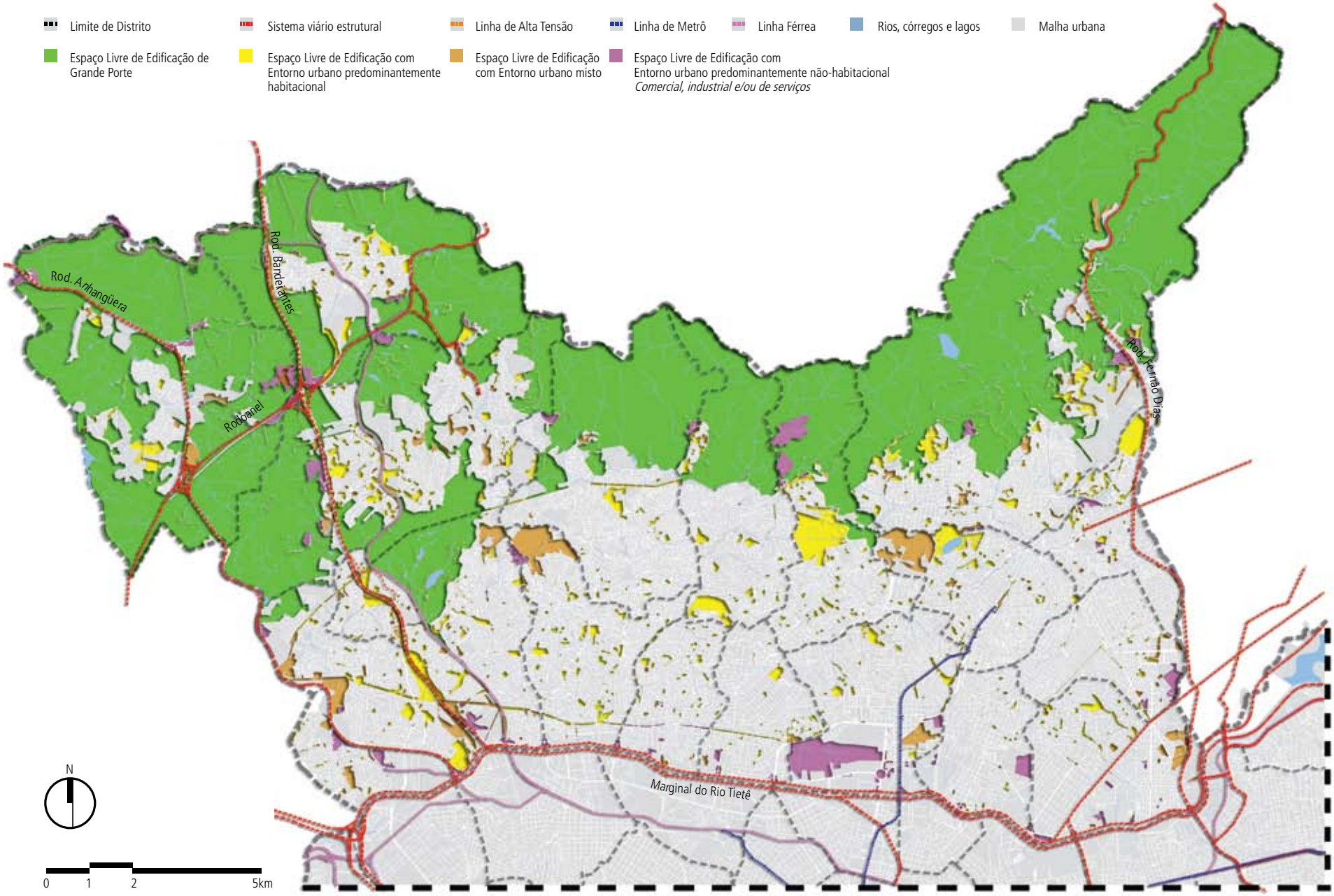
E nos casos daqueles espaços cuja área arborizada supera 50% de sua área total, entendemos que são Densamente Arborizados. É o caso da maior parte dos parques da região. Representam 67,91 % da área total de espaços livres, apesar de sua baixa presença dentro da malha urbana, que privilegia espaços escassa ou parcialmente arborizados.

Acima, a expansão da ocupação no entorno da Rodovia Fernão Dias. Ao lado, expansão urbana no entorno da Rodovia dos Bandeirantes.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho / Ulisses Sardão - fevereiro de 2008 - Acervo do autor

31 Para determinação dos percentuais de arborização, foi desenhada a superfície arborizada dos espaços livres e feita a relação entre a área total e a área de vegetação de grande porte, a partir das imagens aéreas. Nos casos mais flagrantes, como em áreas totalmente devastadas, ou naquelas extensamente vegetadas, o critério foi visual.

32 Lei Municipal nº 13.885, de 25 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores. Prefeitura do Município de São Paulo.

Mapa dos espaços livres de edificação em relação ao seu tecido urbano imediato
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



Tecido urbano do entorno imediato33

Os espaços livres são configurados por suas características próprias e por aquelas que lhe são conferidas pelo entorno imediato. Vegetação, cursos d'água, topografia, equipamentos, são fundamentais para conhecer as potencialidades e eventuais usos instalados num dado espaço livre. No entanto, é importante também compreender o que está a sua volta, para saber quais são seus usuários potenciais e quais as eventuais necessidades que esses usuários podem buscar sanar no uso dos espaços livres.

Para tanto, decidiu-se determinar quais eram os tecidos urbanos predominantes no entorno imediato de cada um dos espaços livres levantados. Chegou-se a três entornos característicos. O primeiro é o Entorno Urbano Predominantemente Habitacional, e diz respeito aqueles espaços livres envoltos em tecidos urbanos habitacionais. Corresponde à maior parte dos espaços livres da região, indicando uma potencialidade de atendimento às necessidades próprias de populações no entorno de suas habitações, como a recreação infantil, recreação para adultos em períodos não-laborais, lazer para jovens e idosos nas imediações de suas casas. Representam 17,90 % da área total de espaços livres.

A classificação de Entorno Urbano Misto, enfoca as áreas cuja determinação de um só entorno predominante foi impossível. Ressalta-se algumas áreas de porte, geralmente particulares, nas imediações de indústrias, instalações de serviços, e também residências. Destaque para a antiga pedreira no distrito da Brasilândia, algumas áreas nas imediações das rodovias Anhanguera (distrito de São Domingos), e Fernão Dias (distrito da Vila Maria), e a Academia Militar do Barro Branco, no distrito do Tucuruvi. Interessante notar que dois dos parques da região estão em entornos mistos, o Parque Cidade de Toronto e o Parque da Juventude.

A terceira categoria relaciona-se com o Entorno Urbano Predominantemente Não-Habitacional, ou seja, são espaços em meio a estabelecimentos comerciais, industriais ou de serviços. Englobam instituições, como o Aeroporto do Campo de Marte, mas também parques como o do Trote.

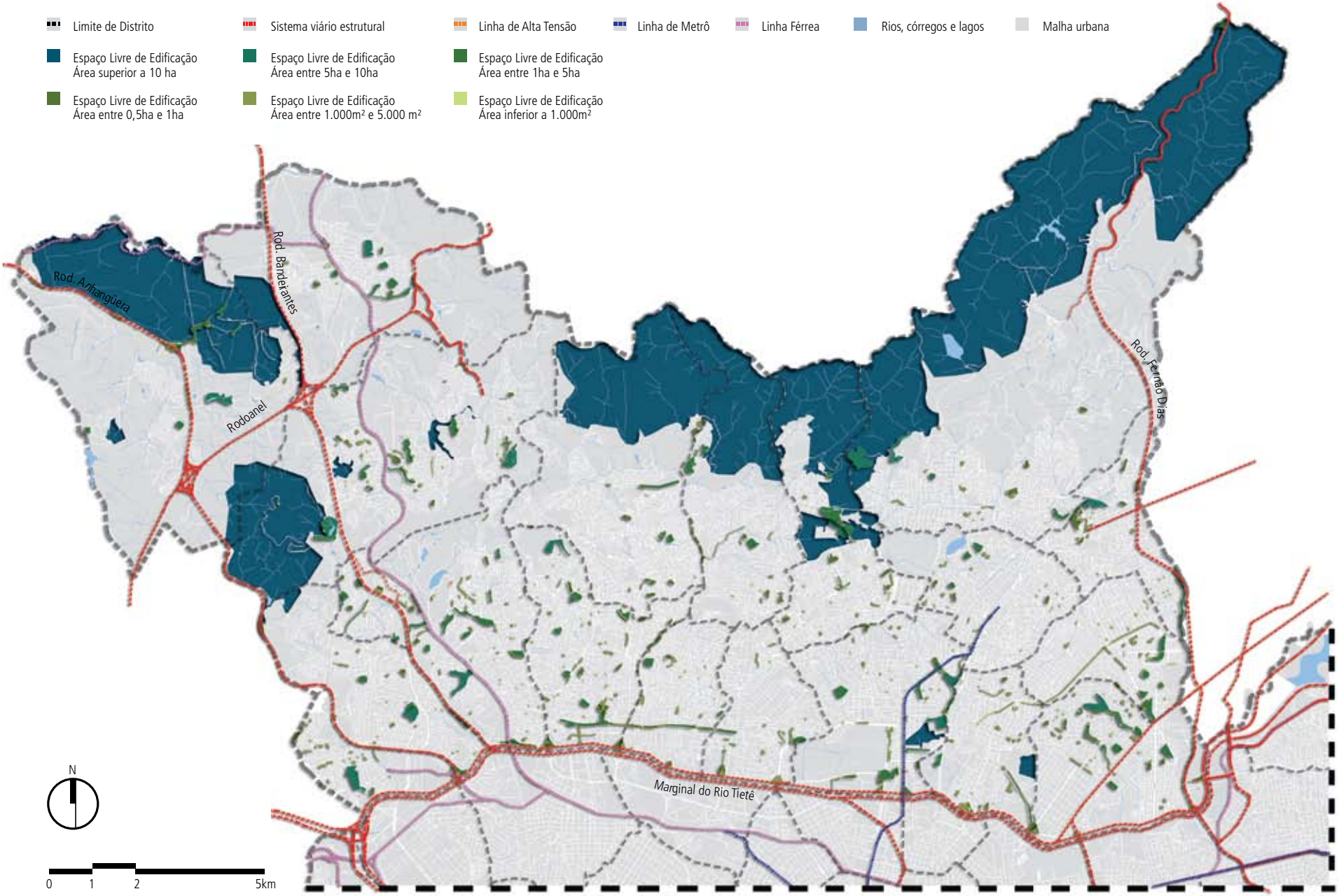
Os espaços livres de grande porte, que constituem entorno para diversas manchas de urbanização isoladas, foram considerados em separado. Assim, foram destacados dos demais por suas dimensões que têm uma relação muito maior com a escala do município como um todo e com a metrópole, do que propriamente com o entorno imediato.

A presença de parques públicos nas regiões de entornos mistos ou não-habitacionais pode apontar para uma das deficiências nas políticas urbanas de distribuição de espaços livres na região. Indica que, como de fato foi o caso, as áreas foram englobadas para o uso público muito mais por sua disponibilidade do que pela demanda do entorno imediato por equipamentos de lazer e recreação ao ar livre. São mostras de uma política reativa, alterando os usos existentes nos espaços para os fins de uma política de lazer e recreação que muitas vezes não se integra à política de transporte (entre outras) da população para tais áreas.

33 O desenvolvimento desse mapa foi baseado no mapa de tecidos urbanos, e as predominâncias foram aferidas principalmente de forma visual. O grande dilema, não resolvido até aqui, foi o das grandes áreas na Serra da Cantareira e no Jaraguá, que não estão envoltas em área urbana, e ao contrário, a envolvem. Entendeu-se que o entorno se dava pelas áreas urbanas imediatamente ao lado, mas reconhecemos que, nesses casos, as pressões e demandas se dêem em uma escala muito maior do que a do entorno imediato. Tais espaços têm presença e importância metropolitanas, e devem ser compreendidos também desta maneira.

Parque do Trote (acima) e Parque da Juventude (abaixo) são parques que já foram hípicas e casas de detenção, em entornos não habitacionais, e podem servir de âncora para os investimentos do mercado imobiliário na substituição dos usos ao redor.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - novembro de 2008 (Pq. do Trote) e fevereiro de 2008 (Pq. da Juventude)- Acervo do autor

Mapa dos espaços livres de edificação públicos, destacados por tamanho.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



Públicos e Privados / Públicos de uso restrito por tamanho[34]

Conhecer a situação fundiária dos espaços livres permite aferir quais os potenciais de cada área objeto de atenção do pesquisador. Nesse sentido, saber se uma área é pública ou privada e, adicionamelmente, o seu tamanho, nos possibilita conhecer, cruzando com as outras informações dos mapas precedentes, qual o destino provável dela, e quais ações e políticas são necessárias para que ela cumpra suas funções urbanas.

Nesse sentido foram separadas as áreas públicas das privadas, e estratificada conforme suas dimensões: até 1000m²; de 1000m² a 5000m²; de 5000m² a 1 ha; de 1 ha a 5 ha; de 5 ha a 10 ha; e mais de 10 ha. Essa categorização tem por objetivo abarcar a grande gama de espaços livres existentes na região de estudo, mostrando as diferentes nuances existentes ali.

Como base de comparação, uma quadra urbana pode ter, em média, 1 ha, ou seja, 10.000 m². Numa área como esta, é possível colocar 01 campo de futebol (5.000 m², aproximadamente), e ainda alguns equipamentos de suporte. [35] Ou seja, pode-se considerar que uma praça com dimensões mínimas de 1 ha atende minimamente às necessidades de uma vizinhança residencial, necessitando da elaboração de um programa junto a comunidade para saber quais as suas demanda.

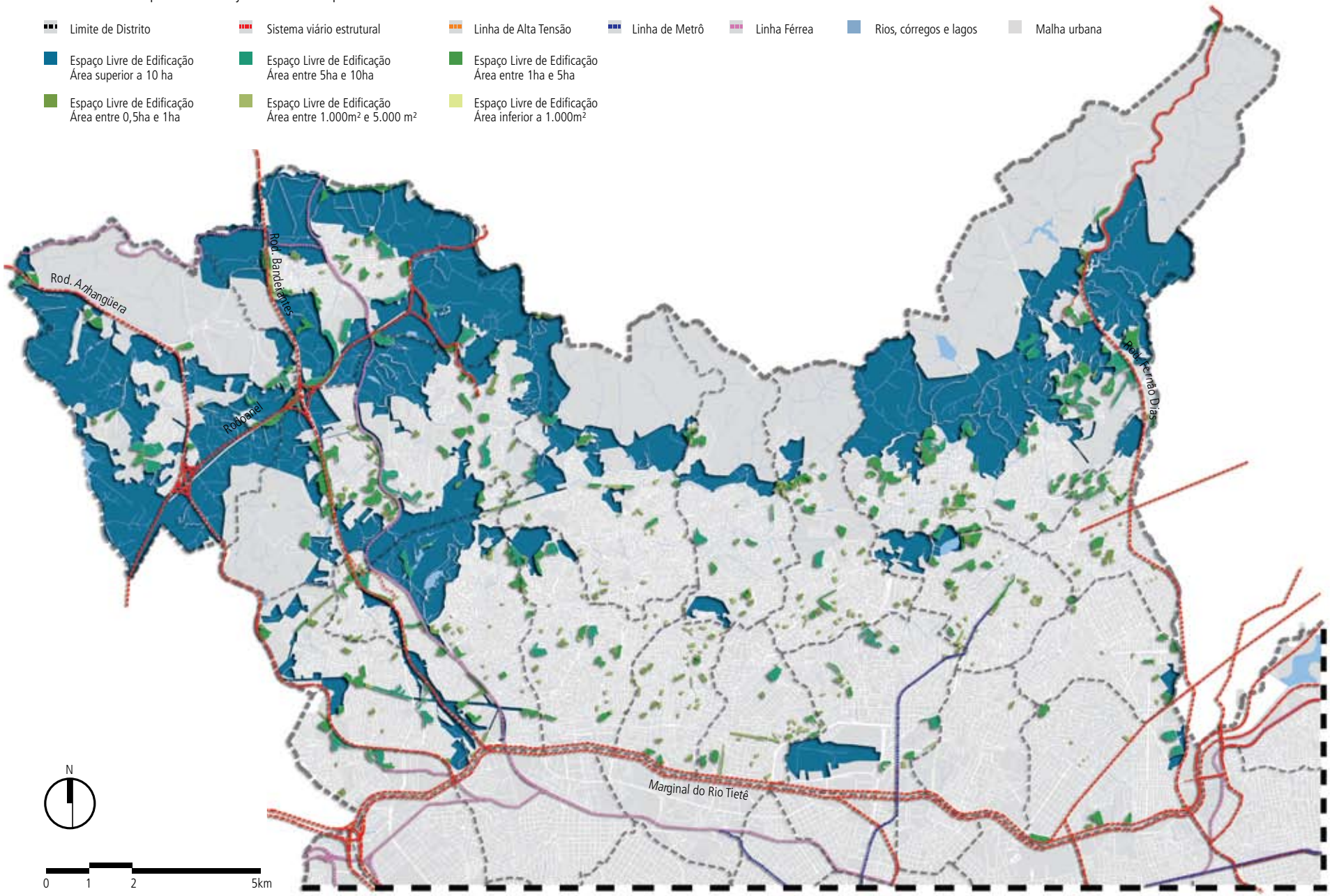
Com isso, podemos notar uma presença bastante dispersa de espaços livres públicos com capacidade de abrigo de praças (até 10ha) na maioria dos distritos estudados. E quantidade similar de espaços livres privados ou públicos de uso restrito com dimensões semelhantes, com ligeira vantagem para estes.

Os espaços livres públicos com capacidade de abrigo de parques (dimensões superiores a 10ha), em sua maior parte, já estão destinados a tal função. Já os espaços livres privados ou públicos de uso restrito com essas características distribuem-se, principalmente nas bordas da urbanização consolidada.

Destaque para a infinidade de pequenos espaços livres com dimensões inferiores a 5000 m². Distribuídos pela maioria dos distritos, são mais frequentes na porção sul da região. Tendo funções variadas, podem ser encontrados como áreas de altas declividades públicas ou privadas em meio à mancha urbana, canteiros centrais de avenidas, terrenos baldios, entre outros.

Ao lado, área de alta declividade no distrito de Tremembé. Acima, canteiro central ao lado da Av. Dr. Antônio Maria Laet e da linha do Metrô, no distrito de Tucuruvi. Areas como essas precisam ter sua validação aferida dentro de um planejamento urbano abrangente. Sua manutenção para o poder público deve ser avaliada segundo a necessidade e a possibilidade de destinação, seja com caráter de preservação, conservação, recreação ou lazer.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho e Ulisses Sardão - fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Mapa dos espaços livres de edificação privados e públicos de uso restrito, destacados por tamanho.
Fonte: Elaborado por Márcia Miyuki Ishikawa e pelo autor



3.2. Síntese prospectiva

Os espaços livres de edificação analisados, escolhidos em função de sua maior compacidade, podem embasar uma política pública que auxilie numa melhor estruturação do Sistema de Espaços Livres, públicos e privados. Para isso, devem ser vistos como um conjunto articulado, cuja utilização dependerá: de sua acessibilidade, envolvendo por isso suas características jurídicas (posse e propriedade dos espaços), sua proximidade dos meios de transporte individuais e de massa, e das características do seu suporte físico; e de suas características intrínsecas, como tamanho, equipamentos, níveis de arborização, etc.

Pode-se, a partir da análise precedente, perceber que há uma considerável dispersão de espaços de pequenas dimensões por toda a região. Tais espaços, públicos e privados, no entanto, são mais encontrados nos distritos da porção sul da área, tanto nas proximidades da marginal do rio Tietê, como nas áreas imediatamente superiores. Isso indica que alguns dos espaços livres constituídos nas primeiras décadas de ocupação da região permanecem. Boa parte desses espaços são arborizados, ainda que parcialmente, o que pode, numa análise de curto prazo, mostrar que haverá certa permanência na sua configuração básica.

A distribuição dos espaços livres, grandes ou pequenos, é menor no interior da malha urbana de distritos como a Brasilândia, Perus e Jaraguá, apesar de abundarem em sua periferia. A ocupação dessas áreas foi mais intensiva, e a clandestinidade / irregularidade dos loteamentos talvez não tenha dado oportunidade de permanência para espaços livres. A urbanização extensa dessas áreas contrasta com as vastas reservas de espaços livres, alguns deles densamente arborizados, nas suas proximidades, o que proporciona um contraponto ambiental, na medida em que a paisagem carrega essa dualidade: a intensa urbanização, frente à extensa preservação ambiental.

A persistência de espaços livres cuja acessibilidade é parcial ou que são inacessíveis parece indicar que a restrição de acesso levou à permanência desses espaços, numa atitude que valoriza o espaço com "donos", mesmo que esses proprietários sejam apenas instituições de caráter público que administram os espaços. Isso nos leva a crer que a existência de um "anel" de espaços livres inacessíveis ao redor dos parques da Cantareira, do Jaraguá e Anhanguera, podem servir de elementos de contenção à ocupação urbana.

Vale lembrar que boa parte dos espaços livres que congregam características apropriadas para atividades de lazer e recreação, qual sejam, declividades inferiores a 30%, arborização superior a 30%, e área superior a 10ha, já são públicos e acessíveis, como é o caso dos Parques já citados. No entanto, alguns deles, como o Horto Florestal e o Parque da Juventude, localizam-se justamente nas áreas onde o espaço livre intra-quadra tem dimensões superiores a 50%. Isso indica que, do ponto de vista quantitativo, essas talvez sejam as áreas onde há menor demanda por espaços livres públicos no entorno imediato.

Cabe apontar que os distritos de Brasilândia, Vila Medeiros, Jaçanã e Pirituba (em sua porção oeste) reúnem as características de maior demanda por espaços livres, de toda sorte. Além de terem piores índices de espaços livres

34 Para o desenvolvimento do mapa, inicialmente procurou-se a distinção de todas as áreas públicas, feita durante o desenvolvimento do mapa de acessibilidade, citado anteriormente. As demais áreas foram consideradas privadas. A partir dessa primeira separação, foram separados os espaços livres por tamanho, conforme a categorização descrita.

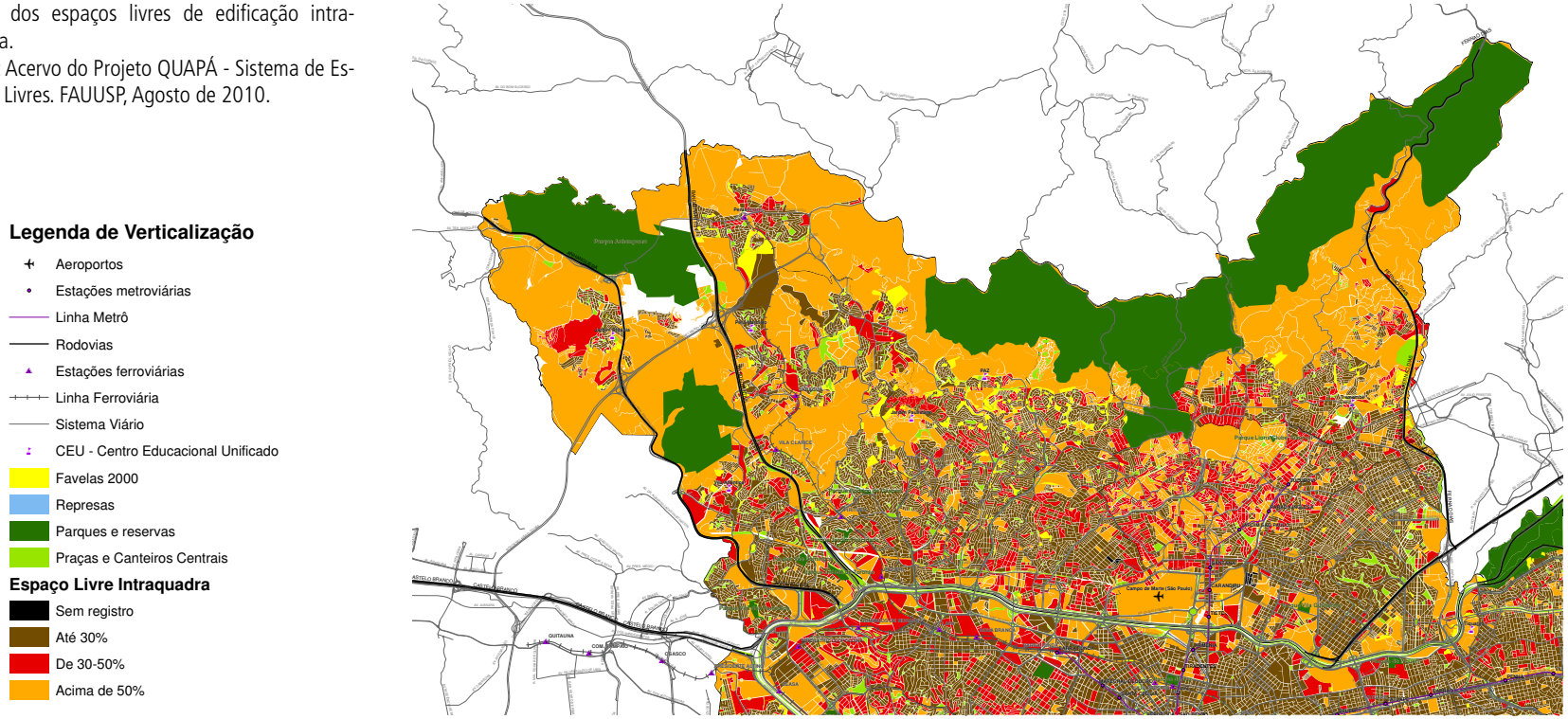
35 Esses elementos servem apenas para dar uma idéia ao leitor sobre as dimensões necessárias para uma praça que tenha um porte mediano, não significando sugestão de programa para essas áreas.

intra-quadra, apresentam escassez e má distribuição de espaços livres públicos, possuindo poucos espaços livres privados ou públicos de uso restrito em meio a mancha urbana. O distrito da Brasilândia, por sua vez, por concentrar tecidos urbanos de favela, não conta nesses casos com as ruas, elementos fundamentais para o sistema de espaços livres urbanos por sua multi-funcionalidade.

Ao contrário da forma urbana da região, que parece ter conseguido, ainda que de maneira precária, adequar a forma edificada com suas características ambientais, o sistema de espaços livres apresenta-se como desconexo e ambientalmente frágil. É baixo o nível de arborização dos espaços livres como um todo (incluindo ruas e avenidas), apesar de nos espaços livres compactos, ele superar os 30%, em média.

Existe menos de uma dezena de parques para os mais de 2 milhões de habitantes, sendo que 4 deles estão em apenas 3 dos 19 distritos da região. As necessidades de lazer ao ar livre parecem ser satisfeitas nas ruas, fato que explica o crescimento do número de ruas de lazer ao longo da última década, e em outras regiões da cidade.

A presença e proximidade de espaços livres públicos compactos e arborizados tem duas importâncias básicas. A primeira é ambiental, na medida em que auxilia na constituição de um micro-clima mais ameno, promovendo a diminuição das amplitudes térmicas e ajudando na fixação dos poluentes do ar. Nos períodos secos, aumenta a



Mapa dos espaços livres de edificação intra-quadra.
Fonte: Acervo do Projeto QUAPÁ - Sistema de Espaços Livres. FAUUSP, Agosto de 2010.

umidade nas áreas próximas, e nos períodos chuvosos e quentes, auxilia na diminuição da temperatura média e no sombreamento das áreas de entorno.

O desenvolvimento urbano da região de estudo não permitiu que as ruas tivessem um papel maior no desenho de uma paisagem urbana ambientalmente adequada. Apesar de o traçado geral contribuir para um direcionamento sem canalização dos ventos, e, em alguns casos, seguir a declividade natural do terreno, houve também uma ocupação indiscriminada de encostas mais íngremes, a retirada de praticamente toda a cobertura vegetal primária e a canalização de boa parte dos rios e córregos. Assim, o desempenho ambiental pode ser considerado como baixo na área. As áreas arborizadas, excetuando-se os grandes maciços vegetais periféricos, são de pequena dimensão e alcance. Suas conexões através de "corredores verdes" são insuficientes para cobrir de forma abrangente toda a área. A possibilidade de tais espaços livres servirem para a proteção das encostas mais íngremes (largamente ocupadas), ou na drenagem urbana, é desprezível em relação à extensão da área urbanizada. Dentro desse quadro, outros elementos começam a incidir.

Do ponto de vista demográfico, boa parte da área já está consolidada, mas nos distritos onde há uma proporção maior de população de altas rendas ocorre um esvaziamento. Ainda que essas áreas não apresentem maiores atributos no que se refere a estrutura instalada de espaços livres públicos, os espaços livres intra-quadra nessas áreas são, em média, mais significativos.

Do ponto de vista cultural dois fenômenos conflitantes e complementares têm lugar. O primeiro refere-se à mudança do padrão de lazer das famílias. Se num período prévio à difusão maciça da televisão (inicialmente) e do computador (mais recentemente), a busca por lazer ao ar livre era maior, com a difusão desses aparelhos, há uma mudança na busca por entretenimento. De um lado, há uma maior permanência nas dependências da casa, em frente a TV ou ao computador, e de outro, pela melhoria na acessibilidade geral para o automóvel, há uma busca de lazer ao ar livre em outras partes da cidade. Combine isso ao fato de que, por exemplo, a acessibilidade ao Parque do Trote é tão ou mais penosa e difícil do que ao Parque do Ibirapuera, para um morador da Cachoeirinha, e temos uma dispersão funcional do lazer pela cidade.

Isso pode ser associado à expansão horizontal da cidade. Tal expansão, construída com base na provisão acelerada de lotes semi-urbanizados para uma população de baixas e médias rendas, não atentou para a criação de lugares.

> "A lógica da conexão viária, das novas formas de construção do território, que tendem à dispersão, frente a um planejamento defasado com relação ao acompanhamento das mudanças urbanas, entre outros fatores, possibilitaram a proliferação de espaços livres sem um caráter definido relativo à estrutura urbana." 36

Essa é uma das principais conclusões possíveis a partir da leitura dos mapas de espaços livres de edificação. A profusão de espaços livres que não se relacionam com a estrutura urbana do local, não se constituindo em lugares, anda ao lado do fato de os mesmos espaços, na maioria dos casos, não exercerem uma função ambiental mais abrangente.

36 TARDIN, Raquel. Op. Cit. p. 53

O segundo fenômeno é o da valorização progressiva do "verde" e dos aspectos ambientais de uma localização. Tal fato é sensível nas ocupações para as classes médias e altas nas bordas da Serra da Cantareira, seja no município de São Paulo, seja no município de Mairiporã. Esse elemento de valorização urbana, ao contrário do que pudesse supor o ambientalista mais engajado, provocou uma privatização das potencialidades de uma região como a citada. Assim, o "verde" vendido é o intra-muros, muitas vezes plantado, e não raro sobre lajes. A valorização adicional se dá pela proximidade da Serra, mas é justamente essa proximidade que vai aumentando a possibilidade de sua supressão.

É, num certo sentido, a "criação de lugares", ou seja, o empacotamento de uma série de elementos, na esperança de comercialização de uma idéia de dinâmica social que congregue os valores da vida na metrópole, com as qualidades da vida em áreas menos urbanizadas. Isso só é possível pelo desenvolvimento das redes de transporte, e das infra-estruturas básicas de saneamento, energia e comunicação, que permitiram o distanciamento físico de setores da

Avenida de fundo de vale em construção no distrito de Cachoeirinha.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho / Ulisses Sardão - fevereiro de 2008 - Acervo do autor

sociedade em áreas mais afastadas dos centros urbanos mais consolidados. E pela progressão de um padrão cultural que valoriza um certo tipo de segregação urbana.

Os investimentos previstos pelo poder público municipal na última década tiveram vertentes diversas, não raro conflitantes. Do ponto de vista dos espaços livres de circulação, foi dada continuidade à construção de avenidas de fundo de vale, atualmente, associadas aos piscinões, grandes espaços livres de retenção de água em períodos de chuva que auxiliam no combate às enchentes.

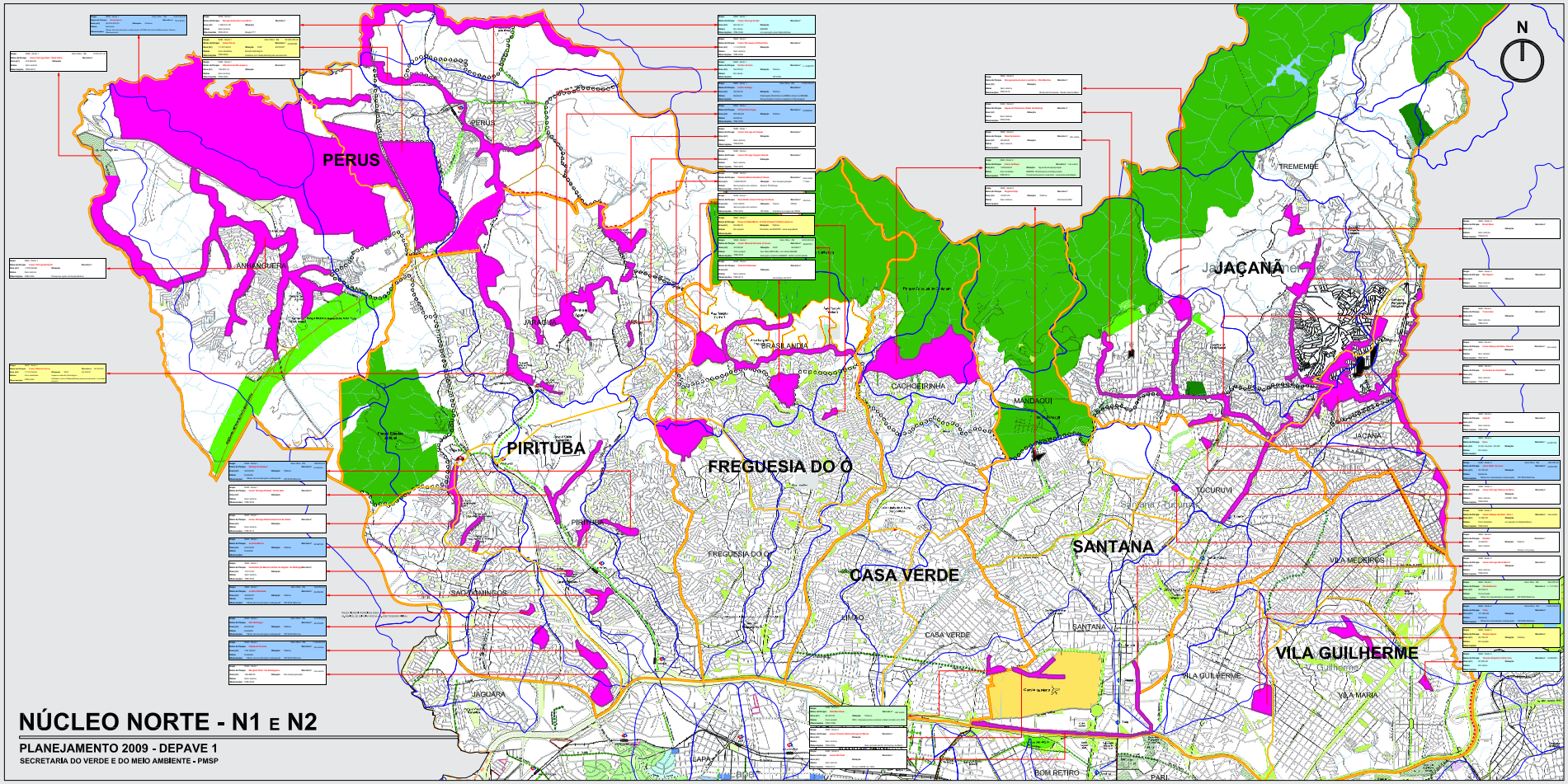
A construção de praças de centros de bairro, implementada como política de espaços livres pela municipalidade de 2000 a 2004, foi substituída por uma política de construção de parques. Assim, estão programadas para a região a consolidação de parques existentes e a construção de outros, nas áreas identificadas nesse trabalho como de maiores dimensões e com arborização mais extensa. Há também o início da implementação da construção de parques

Piscinão à margem da Av. Inajar de Souza, no distrito de Cachoeirinha.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho / Ulisses Sardão - fevereiro de 2008 - Acervo do autor

lineares junto às várzeas ainda não ocupadas por avenidas, ou àquelas ocupadas por favelas. Muitos deles, por sua localização e forma, parecem ter como objetivo a criação de uma zona de contenção à ocupação nas proximidades da Serra da Cantareira.

Dos parques já implantados, percebe-se que seu público principal é a vizinhança imediata. Seriam, em certo sentido, praças com equipamentos, na medida em que muitos deles estão em terrenos bastante íngremes, possibilitando apenas algumas trilhas e quadras esportivas em locais determinados. A restrição de acesso, dada principalmente pelo cercamento, pode significar a garantia de permanência do espaço. Resta saber se as políticas de equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, clubes municipais, etc.) permitiram a permanência desses espaços. E se a sua distribuição, ainda que limitada, atenderá às demandas não apenas no entorno imediato.

Mapa de investimentos do Departamento de Parques e Áreas Verdes do Município de São Paulo. As áreas em lilás correspondem aos investimentos propostos por este órgão em 2009 até o ano de 2012.
Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo - Acervo do autor



V. Processos de constituição da paisagem urbana periférica

"Uma sociedade, ao definir os modos materiais de sua existência, determinava o âmbito daqueles a que ela se dava a conhecer, assim como seu reverso, aquele daqueles a quem ela se fazia incompreensível." [1]

Desde o princípio, interessou-nos a constituição física da cidade, como objeto de estudo primordial que, sabendo repositório de todos os processos, dá a cara da paisagem urbana em uma cidade. O elemento foco de atenção seria, portanto, a compreensão da forma e, a partir delas, a inferência ou conferência dos conteúdos que ela permite abordar. Os processos, portanto, viriam em seguida, como resultado das análises que decodificasse as formas características.

O trabalho tipológico, com a busca pelos padrões típicos de estruturação da paisagem no seu aspecto físico, teve maior protagonismo durante o estudo de caso. Encontrar as repetições e explicitá-las foi intuito que excedeu os limites da simples catalogação e pretendeu expor ao leitor os padrões já estratificados e sedimentados pela população através da construção incremental da cidade e de suas edificações.

Independentemente dos processos, procurou-se evidenciar que a população da região norte de São Paulo, constituiu, ao longo do século XX, a paisagem de uma maneira específica. Pelo fato de esta constituição ter-se apoiado, em parte, na auto-construção, aquela região é uma amostra dinâmica dos padrões culturais que o cidadão que a constituiu teve. Nossa premissa foi de que, ao lado da música (com o Rap e o Pagode) e das artes plásticas (com o Grafite e a Pichação), a periferia em geral, e a região estudada, especificamente, tem um padrão próprio de urbanização, arquitetura e desenho da paisagem.

E que o caos aparente, tantas vezes citado por diferentes autores ao abordar as cidades brasileiras e suas periferias urbanas, na verdade fosse uma ordem desconhecida, um padrão que, a olhos treinados, poderia mostrar suas características. A periferia seria, segundo as premissas iniciais, uma paisagem específica, formada por agentes com motivações próprias de constituição e manutenção do espaço urbano, eivada das especificidades próprias de uma área às margens de uma cidade incluída no capitalismo internacional de forma periférica.

1 MALACO, Jonas Tadeu Silva. Op. Cit. p. 59-60

O rio Tietê e a Marginal como referências da paisagem paulistana. Não representa mais uma barreira para urbanização.
Fonte: Sidney Vieira Carvalho - fevereiro de 2008 - Acervo do autor

O Pico do Jaraguá como referência da paisagem paulistana. Ainda um limite para urbanização, assim como a Serra da Cantareira.
Fonte: Luciana Satiko - fevereiro de 2008 - Acervo do autor

1. A paisagem: etapas de constituição

Imagem geral da cidade

Tendo em vista o processo de constituição das formas na paisagem urbana sintetizado acima, fazemos coro com Aldo Rossi quando este concebe a cidade como constituída "[...] por pontos (elementos primários) e por estruturas (bairros e residência) [...]"[2]. Se isso é verdade, resta determinar quais seriam os elementos primários, que na visão de Rossi são os verdadeiros catalisadores da evolução urbana, configurando os marcos que balizam as decisões, no plano espacial, que os cidadãos tomam no desenvolvimento das periferias.

No caso estudado, os elementos primários seriam as próprias vias principais, principalmente as de topo de colina, que por sua permanência, constituem-se como Heranças bastante sedimentadas em meio a população. E por seu caráter de elemento forte no contexto urbano da região, restringem as Expectativas, encaminhando um tipo de desenvolvimento urbano específico e singular. Essas vias seriam, dentro do marco teórico estabelecido por Rossi, os Monumentos da região, por seu magnetismo tanto dos investimentos públicos, como das atenções privadas, sendo elas mesmas as referências.

Mesmo quando a região parecia ter sido reestruturada por investimentos em outras estruturas de força, as avenidas de fundo de vale, tal reestruturação deu-se nos mesmos termos. Ou seja, os elementos primários continuaram sendo as vias de circulação. Apesar dos investimentos públicos em outras áreas, a circulação e a mobilidade parecem estabelecer-se como as estruturas físicas e espaciais principais.

Não é difícil imaginar por que. Em uma situação em que as centralidades se dão, historicamente, ao redor das vias principais, e que a maioria das oportunidades de emprego encontra-se em outra área da cidade, o que obriga a deslocamentos diários, a acessibilidade é valorizada. E os dois elementos (necessidade de acessibilidade, e importância espacial de uma estrutura urbana singular) acabam por confundir-se.

Lembremos que as estruturas primárias não necessitam de uma arquitetura que a consolide, a priori. [3] Ao contrário, essa arquitetura seria, de acordo com Rossi, o coroamento do elemento primário, sua finalização. Claro está que a referência principal daquele arquiteto está ligada a áreas como o Campo de Marte, em Paris, local de suma importância para a Revolução Francesa e que é "coroado" no final do século XIX com a Torre Eiffel.

A arquitetura que desenha as avenidas e vias principais da região norte, e de boa parte das periferias da cidade ainda é desconexa e primária. Baseia-se em tipologias bastante rudimentares, que se repetem monotonamente. Os edifícios mistos de até quatro andares, sem recuo de frente, geralmente com comércio no térreo e serviços ou habitação nos pavimentos superiores desenham as vias criando fachadas contínuas, não raro interrompidas por outros padrões tipológicos.

2 ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 124

3 "Assim, esses elementos têm um papel efetivamente primário na dinâmica da cidade; mediante eles e pela ordem em que são dispostos, o fato urbano apresenta uma qualidade específica, que é dada principalmente pela sua insistência num ligar, pelo desenvolvimento de uma ação precisa, pela sua individualidade. A arquitetura é o momento último desse processo e é, também, o componente detectável da estrutura complexa." ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 117

A imagem dessa porção da cidade é, portanto, montada por seus elementos primários, únicos, persistentes, localizados estrategicamente: as avenidas de topo de colina e de fundo de vale. E pela estrutura de residências, em um padrão de tecido específico, heterogêneo e logicamente desenvolvido para o abrigo de populações de diferentes classes de renda. A Marginal do Rio Tietê, e as rodovias que cortam a região, dão a face metropolitana e regional para o seu entorno, criando as condições para equipamentos que tem maior relação com todos os habitantes da metrópole e do Estado.

O casario horizontal, com quadras compactas e densamente construídas, aliado a um traçado irregular, pontuado de traçados orgânicos, se estende no horizonte, criando uma imagem singular. É a urbanização contínua, horizontal e habitacional, cortada por centralidades lineares, quase indistinguíveis por ter um padrão tipológico similar ao do casario. É uma perspectiva comum em São Paulo, olhar em todas as direções e não ver nada além de mais cidade.

O que nos leva a premissa inicial: só é possível distinguir e ler a paisagem periférica conhecendo seu léxico específico, suas referências singulares e suas formas básicas.

A urbanização contínua em todas as direções. Abaixo, vista sobre o distrito da Cachoeirinha em direção à Cantareira. À direita, vista sobre o distrito de Santana, em direção ao centro de São Paulo.
Fonte: Sidney Carvalho / Ulisses Sardão e Luciana Satiko - fevereiro de 2008 - Acervo do autor

2. A paisagem: processos de constituição

A produção (e a reprodução) da paisagem periférica está assentada em interesses bem determinados na sociedade e do País. Se é verdade que, ao longo do século XX, não houve a incorporação de diversos setores da sociedade nas benesses do capitalismo e da urbanização, é também verdade que ao longo dos últimos 40 anos os investimentos nos arredores da cidade representaram um papel específico.

A produção e a reprodução do espaço urbano assentam-se, no caso estudado, sobre o seguinte tripé. O primeiro elemento é a indústria extrativista, com o petróleo e seus derivados, e o extrativismo mineral que produz a brita, o ferro, a areia, o calcário, e outros insumos fundamentais para a construção. O segundo elemento são as indústrias da construção civil pesada e leve, assim como as indústrias de materiais de construção. O terceiro elemento é ligado à produção de Patrimônio Imobiliário, a que estão ligados os empreendedores e agentes que gravitam entorno do Mercado Imobiliário.

Produzir cidade é, em certo sentido, estar envolvido com esses três elementos que, não por acaso, estão na base da economia e da cultura nacional. O ramo extrativista da indústria e seus derivados (as refinarias de petróleo, as siderúrgicas, as produtoras de cimento e agregados, etc.) movimentam direta ou indiretamente o interesse para que a cidade tenha como base o transporte individual por automóveis, e que, para isso sejam construídas mais vias. Interessa também que o padrão produtivo seja de baixa tecnologia, para que haja um gasto maior com materiais de toda sorte e seja absorvida a mão-de-obra de baixa qualificação.

Para a indústria da construção civil, o crescimento urbano indiscriminado e virtualmente infinito interessa por diversas razões. Cria um mercado de reserva para seus serviços, já que, enquanto houver uma avenida para abrir, uma área para sanear, uma adutora para construir, haverá mercado para expansão de suas atividades. Contribui para manutenção de um exército de reserva de baixa remuneração, diminuindo a pressão dos salários sobre os custos de produção. Proporciona um mercado também virtualmente infinito para materiais de construção, na medida em que, dada a baixa qualidade das construções em geral, e das construções na periferia em especial, sempre haverá a necessidade de compra de materiais para reformas, ampliações, ajustes, alterações, na estrutura das residências. Assim, não ter uma indústria que produza residências de melhor padrão é conveniente por diversos fatores, não apenas pelo fato de diminuir o custo de reprodução da força de trabalho.

Por último, entra a produção de Patrimônio Imobiliário. Nesse caso, há componentes culturais envolvidos, mas talvez o principal seja econômico. A busca da casa própria, como forma de salvaguardar os cidadãos do risco de flutuações econômicas fez com que, mesmo nas áreas mais distantes, houvesse a fixação de população proprietária. Nesse sentido, estão em busca não apenas (e talvez nem principalmente), do valor de uso de seus imóveis, mas procuram

a segurança de, num momento de "aperto", dispor de um valor de troca atraente. Assim, a expansão ilimitada do espaço urbano serve também a esta população que, certamente, empurrada por valores da terra mais altos em áreas mais centrais, alcança o Patrimônio nas periferias. Por outro lado, essa produção incessante de Patrimônio interessa aos loteadores e corretores que transformam terra nua, sem infra-estrutura, em valor de troca para populações sem outras alternativas no mercado de imóveis.

Mas onde o Estado entra nisso tudo? Nesse tripé, ele está em toda parte. No primeiro "pé", cria, financia, ou mantém diversas empresas ligadas ao extrativismo, sendo as mais notáveis delas a siderúrgica Vale (antiga Vale do Rio Doce) e a produtora de petróleo e derivados Petrobrás. No segundo, executa obras de saneamento, através de empresas como a SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), e executa obras de abertura de avenidas, contratando empresas como Andrade Gutierrez, Camargo Correia e outras para tais fins. No ramo dos materiais de construção, subsidia o crédito para o pequeno consumidor. Finalmente, no último apoio do tripé, entra no mercado de produção de habitação, financiando as duas pontas (produção e consumo) do processo com bancos como a Caixa Econômica Federal que subsidiam o crédito para compra e venda de imóveis urbanos. Elabora também as regras a serem seguidas para o desenvolvimento urbano, constituindo aí a ponta mais frágil de sua atuação.

O Estado participa de praticamente todos os processos de constituição da paisagem urbana, apoiando tanto a produção como a reprodução das relações que permitem sua consolidação. [4] Promove o gasto público, na região, principalmente através da construção de vias como as Rodovias, e, na primeira década do século XXI, o Rodoanel, rodovia perimetral que pretende interligar todas as rodovias que saem de São Paulo, apoiando a infra-estrutura produtiva no escoamento de suas mercadorias, na medida em que não será mais necessário a passagem pela congestionada capital. Com isso, assume para si (ou melhor, dizendo, socializa) os riscos de investimentos de grande porte, a serem construídos durante um grande período, e com baixas taxas de retorno. Permite com isso, além de um aumento nos lucros do capital produtivo pela diminuição do tempo de circulação das mercadorias, uma diminuição dos gastos com investimento desse mesmo capital, que tem o Estado como aliado no investimento em infra-estrutura de grande porte.

O subsídio dado pelo Estado para a (re)produção da paisagem urbana ocorre de diversas maneiras. Na região, pode ser visto a partir dos empréstimos com juros subsidiados às empresas da construção civil para a produção de infra-estrutura de grande porte, do subsídio no financiamento habitacional para médias rendas[5], entre outras medidas de desoneração fiscal ao setor produtivo, principalmente, para o que nos interessa aqui, para o setor de materiais de construção, siderúrgico e automobilístico.

Os custos sociais da reprodução da força de trabalho são crescentemente assumidos pelo Estado, através de: construção e operação de equipamentos de saúde e educação; provisão de infra-estrutura básica de transporte, abastecimento de água, fornecimento de energia e elétrica, coleta de lixo e, mais recentemente, coleta de esgoto; e provisão habitacional, ainda que em quantidades insuficientes e por métodos de baixa efetividade, para populações de baixíssima renda. Essa função é assumida pelo Estado pois o salário da maioria dos cidadãos não cobre o valor necessário a sua completa reprodução, sendo apropriado por outras camadas da população.

4 Os próximos parágrafos, sobre a influência do Estado na (re)produção do espaço urbano, foram baseados em: Manuel Castells. Lutas Urbanas e Poder Político. Porto: Cidade em Questão5, 1978. pp. 109-114 apud CARLOS, Ana Fani Alessandri. Op. Cit. p. 191-192

5 Principalmente no período do Banco Nacional de Habitação (BNH), e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), operantes até os anos 1980, e retomados a partir de 2003, com outros elementos e com a Caixa Econômica Federal no centro do sistema.

Para que todos esses elementos funcionem, há que existir a produção de Patrimônio Imobiliário. O apoio do Estado parece, nesse caso, vir por uma consistente desregulamentação urbana que se faz não através da ausência de leis, mas de anistias sucessivas, a permissão tácita de ocupações irregulares e da ausência de políticas públicas de habitação que sejam efetivas ao longo das décadas. Nesse sentido, a operação do "Laissez Faire" urbano se dá por dois vieses aparentemente contraditórios. O primeiro é a aprovação de leis sucessivamente mais restritivas para o desenvolvimento urbano e a edificação na cidade. O segundo é da fiscalização seletiva, no geral, mas ainda assim bastante pequena, que é desautorizada periodicamente por anistias aos cidadãos que estavam fora da lei com suas construções.

A contradição aparente está em um mesmo Estado aprovar leis que restringem de forma crescente as possibilidades de desenvolvimento urbano para, em seguida, anistiar aqueles que não seguem tais leis. A legislação, nesse caso, responde a níveis diversos de Expectativas colocadas pela sociedade e pelo próprio Estado. O primeiro nível refere-se aos técnicos e a parte da sociedade civil organizada entorno de causas como a melhoria do ambiente urbano, ecologia, e afins. As leis restritivas, com parâmetros não raro importados, não costumam tomar conhecimento da realidade de produção e reprodução do espaço urbano no local, tornando-se exemplo das "idéias fora do lugar" já referidas, e atendendo a uma sanha legisladora de um setor da população que pretende "proteger" o patrimônio ambiental ou cultural da cidade. No entanto, a legislação não leva em conta sua possibilidade de aplicação, a estrutura administrativa e de fiscalização da Prefeitura para garantir sua efetividade. Não considera também a população em geral, e imensas fatias do mercado imobiliário, que percebem a dificuldade prática de aplicação das leis, ora por imperativos econômicos (inexistência de crédito para camadas mais pobres da população adquirir lotes urbanizados), ora por questões culturais arraigadas (como a tendência a ocupação integral do lote, no caso das residências unifamiliares). Não assimila também a necessidade do poder público municipal garantir a arrecadação.

> "(...) este processo favorável à absorção de leis estrangeiras progressivamente mais restritivas em relação a situações anteriores, desencadeiam um hábito de desrespeito, de burla à lei que caracteriza parte da produção do ambiente construído." [6]

Em síntese, a legislação não espelha as necessidades e desejos da população que se urbaniza rapidamente, nem as condições objetivas da produção da cidade, mas sim alguns paradigmas que, se passíveis de aplicação em trechos da cidade, apenas podem ser aplicados parcialmente, ou nem isso, na maioria dela. A possibilidade de aplicação ocorre, por exemplo, em alguns tipos de empreendimentos, de forma pontual, nomeadamente nos de habitação verticalizada e em alguns tipos de condomínios horizontais. No extremo, ela se adapta às situações consolidadas na produção mais geral da cidade.

A contradição entre a legislação e sua possibilidade de aplicação é uma das faces de um conflito recorrente ao redor do controle social da urbanização: embate entre os direitos individuais e o direito coletivo. Se "o processo civilizatório [é] [...] a capacidade de lidar com os conflitos interpessoais no plano simbólico mediante regulações coletivas"[7], o usufruto ilimitado da propriedade privada entra em confronto com as necessidades coletivas e os limites que a vida

6 TARALLI, Cibeli Haddad. Op. Cit. P. 28

7 ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil; pp.245-318 . In SCHWARCZ, Lilia Moritz (organizadora do volume); NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea (vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 273

urbana impõe para ser estruturada e sadia: provisão de infra-estrutura para todos, sistemas de transporte, saúde, educação, etc. Assim, a limitação do direito individual, apesar de benéfica para a coletividade, é sempre contestada, numa realidade que impõe seus próprios padrões e impede a existência de uma cidadania plena.

Nem mesmo dos grandes produtores imobiliários pode-se esperar o respeito irrestrito à legislação. Dada à possibilidade de alteração da legislação, ou mesmo à evidência de anistias periódicas, muitas vezes o mercado atua "produzindo a cidade por regras próprias, sem garantir qualidade ao ambiente construído, conquistando a posteriori a regularização por outras leis de anistia."[8]

Isso se traduz na ilegalidade de diversos loteamentos nas porções norte da região enfocada. A maioria destes empreendimentos, posteriores à legislação que obrigou a instalação de infra-estrutura pelo loteador, não tinham essa qualidade, apesar de repetirem estratégias de desenho urbano no traçado e na ocupação das glebas semelhantes ao encontrado em áreas atualmente regulares. Levando a uma situação de irregularidade fundiária que fica como ônus apenas para os proprietários dos lotes, predominantemente pobres, que têm de arcar com as dificuldades de possuir uma "meia propriedade".

> "Por detrás dessas dificuldades [de conseguir a titularidade de terras ocupadas em favelas ou loteamentos clandestinos] e da omissão oficial há um toque de perversidade. Ao longo dos séculos, as terras públicas do Brasil foram apropriadas pelos mais poderosos, concedidas como privilégios até 1850 e depois por processos ilegais, com freqüência pela violência, inclusive nas periferias das cidades. As terras dos poderosos (e no século XX as das classes médias) foram sendo legalizadas e registradas em cartórios. As dos pobres nunca são registradas nem registráveis. Mesmo alguns empreendimentos habitacionais de iniciativa de agências governamentais são executados em terrenos que não permitem o registro de suas unidades. Sem isso, as propriedades imobiliárias são excluídas do mercado financeiro; são apenas meias propriedades. Os terrenos não podem ser dados como garantia de empréstimos, para facilitar a execução de obras neles ou para o desenvolvimento de atividades produtivas por seus proprietários. Essa é provavelmente uma das formas mais radicais de segregação social [em uma economia capitalista]." [9]

Do ponto de vista cultural, dois conceitos podem auxiliar na explicação da (re)produção dos processos de estruturação da paisagem urbana periférica. São o Tradicionalismo e o Patrimonialismo. Marcas da cultura brasileira, tal como explicitado por Faoro[10], podem servir como ferramentas para ajudar a compreender e explicar porque se (re) produz uma forma que, se tem aspectos positivos, encerra uma infinidade de negatividades.

O tradicionalismo pressupõe a predisposição para repetição de processos socialmente estabelecidos e consolidados, sem a revisão a partir das condições objetivas de vida da atualidade. Pode-se identificar esse processo em muitos pontos da (re)produção da paisagem. Destacamos dois.

8 TARALLI, Cibeli Haddad. Op. Cit. p. 40

9 REIS, Nestor Goulart. Op. Cit. p. 127

10 Os parágrafos que se seguem terão como guia conceitual Raymundo Faoro, em obra já citada. FAORO, Raymundo. Op. Cit.

Na legislação, alheia às condições reais de produção dos elementos construídos, ou mesmo na fiscalização das construções, arruamentos e parcelamentos, o tradicionalismo se impõe pelas constantes e periódicas importações de padrões estrangeiros, ou através da elaboração de padrões abstratos, sem a necessária simulação dos efeitos espaciais das diferentes disposições legais. Muitas vezes conflitantes, as leis de controle de uso e ocupação do solo urbano, acabam por levar a resultados formais divergentes de seus objetivos.

Ao longo do século XX, sendo transformada em longos intervalos de muitas décadas, a legislação urbana mostra seu tradicionalismo ao incorporar sucessivas faixas de cidade outrora ilegal sem, no entanto, compreender seus mecanismos de funcionamento e (re)produção.

Por outro lado, na produção efetiva do espaço urbano, os modelos de parcelamento e edificação, bem como os padrões construtivos repetem-se, propondo soluções padronizadas não por um projeto prévio e integrado, mas por elementos culturais, tecnológicos e econômicos arraigados. Esses imperativos, sem um retrabalho intelectual mais aprofundado, tendem a perpetuar soluções aceitas, num esforço (inconsciente, talvez) de continuidade sem maiores explicações ou motivos.

Apesar de, como dissemos, haver uma adaptação a algumas condicionantes ambientais[11], estas não parecem ser de fato restritivas a ponto de reencaminhar o desenho de um trecho urbano como um todo. São, ao contrário, mais uma das questões consideradas automaticamente, tradicionalmente, ao longo da ocupação da região.

O patrimonialismo por sua vez, corresponde à vontade de tratar os problemas urbanos em geral, e dos empreendimentos urbanos em especial (edifícios, loteamentos, parcelamentos, etc.), como questões do direito privado e da discricionariedade do proprietário. Assim, ainda que possamos identificar padrões e projetos na individualidade das glebas e dos lotes, tal padronização não se submete a um projeto de conjunto.

Como vimos, isso não impede a leitura da paisagem urbana, já que é possível identificar padrões, classificando-os e compreendendo-os. Conhecendo seus condicionantes, é também possível traçar linhas de continuidade e relacionar imperativos econômicos, tecnológicos e culturais, com o conjunto urbano.

A transformação dos conjuntos urbanizados em foco depende, no entanto, de uma ação sobre as estruturas que empurram a população para comportamentos tradicionalistas e patrimonialistas. Identificando os padrões e semelhanças entre as formas de estruturação da paisagem urbana nas diversas localidades, pretendemos expor as conexões possíveis entre os muitos cidadãos que, apesar de agindo individualmente, chegam a resultados formais semelhantes. E constituem uma paisagem urbana algo homogênea.

11 Principalmente no que diz respeito às restrições do relevo, à variação controlada das formas edificadas impedindo a criação de túneis de vento e ampliando as áreas de sombreamento, o desenho sinuoso do traçado contribuindo para variações nos modos de penetração das correntes de ar, etc.

O Estranho Projeto

[...] Palavras largadas / Pelas calçadas sem arquiteto / Casas montadas, estranho projeto [...][12]

Apesar de, na maior parte das áreas não podermos identificar uma lógica de desenho que se relacione com todo o entorno urbano, e com toda a cidade, é possível falar em micro-lógicas ou lógicas do lugar. São lógicas de traçado viário, implantação das edificações, aproveitamento dos lotes e dos espaços livres que vão sendo construídas pelas gerações sucessivas.

O desenho particular de uma rua, a estruturação de um trecho de malha com duas ou três quadras, as soluções peculiares e tantas vezes repetidas para uma janela na fachada ou uma volumetria construída parecem responder a lógicas próprias. Respondem, de forma complexa, mas estruturada, a questões colocadas na escala em que essas soluções são pensadas.

Como visto, há uma repetição dos elementos ao longo das diferentes localidades. Os tipos urbanos, as malhas viárias e, em certo sentido, até os espaços livres, vão sendo colocados em situações diferentes, mas guardando uma semelhança com um formato pré-definido. É como se, apesar das diferenças e peculiaridades, pudéssemos falar sempre dos mesmos tipos de casas e prédios, dos mesmos formatos de ruas, das mesmas soluções de circulação.

Ver a cidade e, mais especificamente, a periferia urbana, sob essa ótica tem suas dificuldades. Quando, ao início, debatemos a idéia das Heranças e das Expectativas, nos pareceu importante ressaltar que as Expectativas tinham um potente caráter ideológico. As Expectativas Hegemônicas, sobrepujando com algumas idéias-força os anseios individuais dos cidadãos e, adicionalmente, ofuscando as Expectativas de grupos maiores ou menores de pessoas com interesses específicos, dominam o contexto cultural (e econômico, e político) de estruturação das propostas de transformação urbana.

Assim, o interesse de melhoria na circulação de mercadorias para diminuição das perdas do capital produtivo, por hegemônico, impõe sua vontade, e com isso pode transformar a paisagem urbana pela construção de um anel viário que passa por áreas muito povoadas, mas também bastante pobres. O investimento em habitação, saneamento, infra-estrutura urbana é, certamente, menor do que o investimento nessa via de circulação, mas sua "importância", no contexto em que são tomadas as decisões de política urbana, é maior.

A Expectativa Hegemônica formada entre especialistas em Urbanização (arquitetos, urbanistas, paisagistas, engenheiros, etc.) leva para a análise da periferia padrões estruturados em contextos sociais diversos daqueles que produziram a paisagem urbana periférica. Para esses profissionais, Barcelona e Paris são referências inescapáveis, assim como as propostas de cidades novas ao redor de Londres. Desenvolvidas em contextos sociais (políticos, econômicos e culturais) diversos, são colocadas como referência de análise através de um deslocamento operado entre o local de produção das práticas urbanas e seus locais de aplicação posterior.

12 MATOGROSSO, Ney et alli. Vagabundo. Rio de Janeiro: Universal, 2004. Composição de Pedro Luís

Procura-se ver algo que aqui não está. Os condicionantes são outros, assim como a dinâmica dos agentes de configuração do espaço urbano. Suas referências culturais, arcabouços técnicos, suas possibilidades financeiras, são outras. Em síntese: as **Expectativas** são outras.

É possível ver como elas se desenvolvem, ao olhar as residências oferecidas pelo Carnê do Baú, ou retratadas nas propagandas do programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, ou ainda no humorístico de televisão "A Grande Família". Nelas, temos a residência com 01 ou (no máximo) 02 pavimentos, um pequeno ajardinamento frontal e um estacionamento coberto. O acabamento com argamassa pintada, e a cobertura com telhas cerâmicas. Nesse esquema, é impossível a associação direta com o modelo de urbanização suburbana estadunidense, com seu ajardinamento frontal e seus lotes generosos. Ou com o modelo de urbanização na península Ibérica, com suas residências alinhadas na calçada, sem recuo frontal.

O modelo "vendido" nesses programas não corresponde totalmente à realidade encontrada. Mas dá pistas da Expectativa Hegemônica da população. Ajudando a compreender em que ponto as propostas dos técnicos especializados se distanciam das reais demandas da sociedade.

Ao longo do trabalho, vimos que há uma repetição de certos padrões, tanto de processos, como de produtos. Ainda hoje, vemos que a expansão se dá por tipos edificados similares àqueles implementados há décadas, com padrões de parcelamento semelhantes, e tecidos urbanos parecidos. A estruturação dos interesses não parece ter mudado, assim como as reações à ele.

A lógica é mantida, num "Estranho Projeto" que, não sendo de fato um desígnio assinado por toda população, não é rejeitado por ela, consolidado como a soma de projetos individuais ou de coletividades restritas, de extensões limitadas. Responde a imperativos técnicos, econômicos, locacionais e culturais, em 3 padrões básicos de desenho. O **Irregular**, que pouco tem a ver com a questão fundiária, e se distingue pela resposta a situações residuais, imperativos topográficos ou hidrográficos, buscando alguma continuidade com o entorno imediato; o **Orgânico**, que se adapta à topografia, aproveitando melhor o terreno onde está colocado; e o **Reticular**, que busca impor uma regularidade ao terreno, sendo por isso, exógeno, aparecendo de forma pontual na estrutura urbana analisada.

Em meio a essa trama, dominada por diferentes momentos de um mesmo tipo edificado (a residência unifamiliar isolada ou geminada de um só lado), aparecem pontos de ruptura. A ruptura, do ponto de vista da paisagem urbana, se dá pelos extremos do estrato social, ora pelas Favelas, ora pelos Condomínios fechados (horizontais e verticais). E o Estado, enquanto agente de controle do espaço e da forma urbana, parece atuar apenas nesses dois extremos.

No extremo dos estratos de renda superior, atua controlando aspectos edilícios e construtivos, de forma a homogeneizar os padrões de produção do mercado imobiliário para as médias e altas rendas. No extremo dos estratos de renda inferior, atua promovendo despejos, e provisionando (de forma ineficiente, diga-se) habitação. Ou seja, é seletivo na sua atuação, deixando todo o restante do espaço urbano periférico com uma normatividade mais generalista e distante.

Ao que se vê, a paisagem urbana tem uma formação complexa. Não é possível explicá-la por apenas um elemento, e seus processos só podem ser vistos sob a ótica da multiplicidade. Imperativos culturais aparecem, nesse aspecto, com a mesma importância dos econômicos, apesar de sua possibilidade de quantificação ser consideravelmente menor. Há certa independência entre a paisagem urbana e os aspectos econômicos que podem restringi-la. Se há uma relação, ela não é direta, e nem de mão única. O indivíduo, as coletividades restritas, e suas Expectativas, são igualmente importantes na constituição da imagem da cidade, na medida em que, dentre muitas condicionantes, são essas coletividades que constroem, material e simbolicamente a paisagem urbana.

A urbanização contínua em todas as direções. Fonte: Luciana Satiko - fevereiro de 2008 - Acervo do autor

3. A paisagem: Heranças e Expectativas

"não é com pouco esforço que se reverterá a tendência histórica de exclusão que tem raízes na senzala." [13]

Dentro do quadro montado, convém apontar quais as Heranças deixadas para os próximos períodos de desenvolvimento urbano, adotando o ponto de vista da forma urbana e do sistema de espaços livres. Temos uma realidade urbana complexa, montada sobre uma diversidade limitada de tecidos urbanos, em que se desenvolvem poucos tipos edificados mais característicos.

A mobilidade da população, majoritariamente, dada através de transporte coletivo ou a pé, contrasta com um nítido crescimento do transporte individual. Isso impacta a forma pois desloca as circulações urbanas principais das tradicionais vias de topo de colina, para as mais recentes avenidas de fundo de vale, atribuindo dinamismo econômico e novos aspectos urbanos às segundas. O padrão cultural, no entanto, não parece alterado, na medida em que são repetidas as tipologias encontradas nas avenidas de topo, com um desenho viário, é verdade, mais alargado.

Os espaços livres públicos e privados, residuais em meio à malha, tem uma distribuição que favorece ações nos distritos da porção sul do território estudado, contrastando com as grandes reservas de arborização ainda presentes na porção norte. Estas, pressionadas pelos extremos da organização social, permanecem, talvez em razão da dificuldade de acesso para a maioria de suas áreas, e pela topografia pouco favorável.

A Herança, individual e coletiva, é de uma forma urbana cuja heterogeneidade se dá pela repetição de formas de ocupação diferentes de maneira misturada. Um trecho de cidade que se expandiu, e hoje apresenta um estoque mínimo de espaços livres arborizados e compactos, sem uma organização hierarquizada, que os coloque em relação uns com os outros.

Não há, no local, grandes diferenças morfológicas entre a "cidade legal" e a "cidade ilegal", dualidade bastante presente na literatura urbana. Os loteamentos clandestinos ou irregulares, em que pese a sua menor quantidade de espaços livres públicos como praças, têm um padrão de ocupação muito semelhante aos demais loteamentos, que supostamente teriam sido projetados com a presença do poder público controlando suas edificações e dos profissionais especializados (arquitetos, urbanistas, engenheiros civis, de tráfego, etc.), estruturando seus espaços.

Ao contrário, os indícios de projeto foram encontrados em ambas as áreas, o que permite dizer que, ainda que a população dos loteamentos à margem das restrições legais seja predominantemente pobre, isso não significou uma

13 MARICATO, Ermínia. Brasil, Op. Cit. p. 145

exclusão no que diz respeito ao desenho urbano. O que foi uma guia para o desenvolvimento urbano da região foram os processos (econômicos, políticos, culturais e tecnológicos) que abrangeram toda a área.

Sendo essa a Herança, quais seriam as Expectativas Hegemônicas para a região? Se a Expectativa é a idéia que as pessoas têm da cidade e carregam para suas ações futuras nela, não é possível falar na cidade sem a idéia que se faz dela. Ver São Paulo como centro de negócios e pólo financeiro mundial, naturaliza a idéia de se abrir avenidas em direção a áreas de expansão para novas atividades financeiras e de serviços avançados na região sul da cidade. Assim como vê-la como a 'cidade que não pode parar', leva a naturalização de investimentos de vulto de caráter regional, como a ampliação da Marginal Tietê ou a construção do Rodoanel.

Portanto, a idéia de cidade, que acompanha a cidade concretamente vivida, pode ajudar na montagem de uma ideologia, ou seja, uma série de representações da realidade que facilitam na dominação de certa parcela da população e no direcionamento dos fundos públicos para solucionar alguns problemas, como os de tráfego de mercadorias e pessoas, em detrimento de outros, como a acessibilidade às benesses urbanas, os equipamentos de lazer e educação, entre outros.

A partir disso, talvez se possa falar nas grandes obras infra-estruturais previstas para os próximos anos como a expressão hegemônica do que deve ser o desenvolvimento da área. O Rodoanel, que passará no sopé da Serra da Cantareira, cortando os distritos da porção norte é uma delas. O Trem Bala, cuja estação terminal no Aeroporto do Campo de Marte promete integrar a região ainda mais com os fluxos regionais do País.

As obras que atingiriam diretamente a qualidade de vida das populações seriam as respostas a uma sociedade cada vez mais crítica à atuação do Estado, e carente de melhorias que alterem, de fato, sua vida cotidiana. A linha 07 do Metrô, que promete levar esse veículo de transporte de massas para o noroeste da cidade, seria uma dessas respostas. Os parques urbanos em planejamento e construção pela Prefeitura da cidade, concentrados nas áreas mais extremas da região, outra.

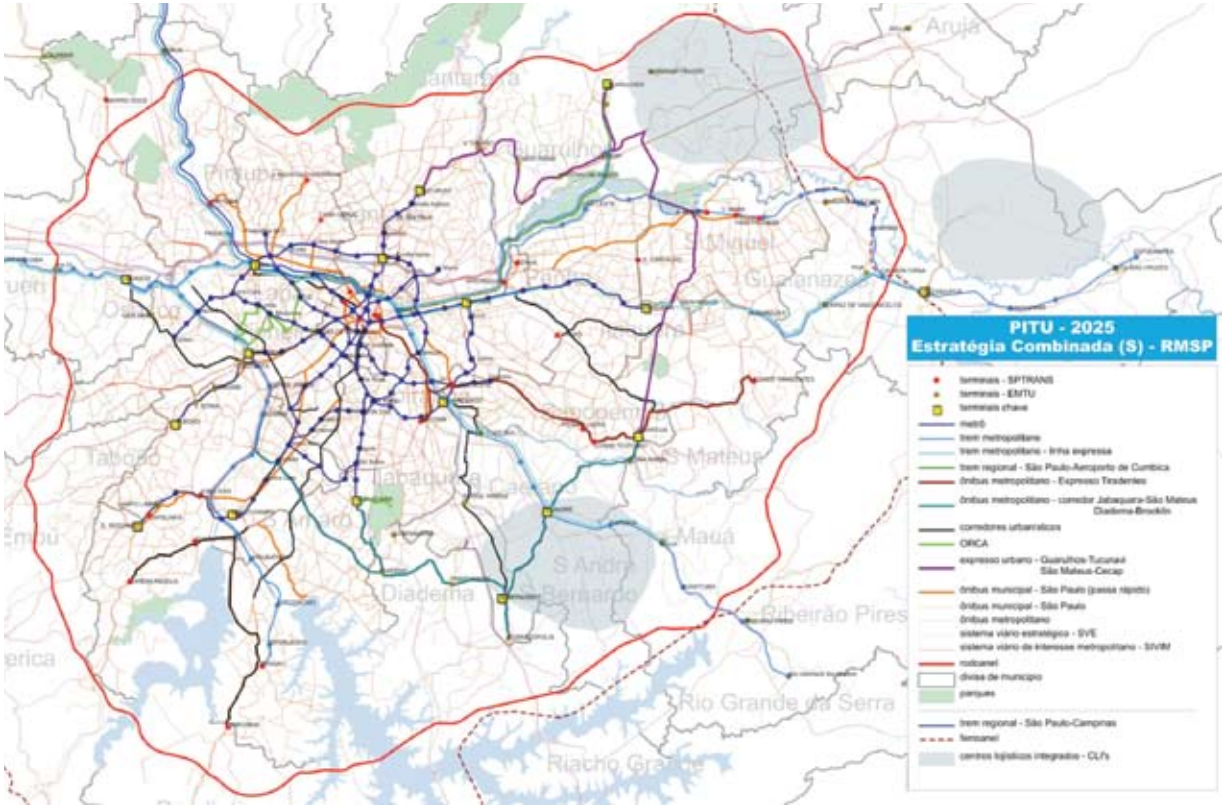
A dificuldade de dimensionar os impactos desses investimentos na área é grande. Os parques urbanos, cuja construção é pretensamente mais rápida, têm sua implantação arrastada ao longo dos últimos anos. Como não há uma integração entre sistema de transportes e o sistema de espaços livres, sua acessibilidade, em geral, é restrita aos moradores de seu entorno imediato, o que impede um impacto alargado de sua colocação. Do ponto de vista imobiliário, pode significar uma valorização de certas áreas, o que, talvez, possa levar a processos de esvaziamentos populacionais, similares ao que já ocorre nas porções sul da região. Mas, como visto, a não ser em algumas intervenções pontuais de instalação de edifícios verticais, é muito improvável que tenham impacto na forma urbana.

A linha de Metrô planejada para a região pode trazer um impacto maior para a paisagem. Prevista para cortar a área sobre vias elevadas, tem sido responsável, em outras áreas da cidade, por processos de verticalização mais acentuados no seu entorno. No entanto, a julgar pela lentidão na instalação do metrô na cidade (cerca de 1km por

ano), sua chegada à região deve acontecer apenas por volta de 2020, e os impactos devem ser revistos segundo as condicionantes de então: maior esvaziamento das áreas consolidadas; processo mais adiantado de dispersão da população no território; maior difusão dos automóveis individuais por toda população.

O Rodoanel deve ser visto sob essa perspectiva também. E por isso, seu impacto sobre a Serra da Cantareira pode ser ainda maior. Acreditando que a finalização de sua implantação possa ocorrer até 2020, é possível que ele consolide a ocupação da área por condomínios horizontais voltados para as classes de médias e altas rendas, entremeados por habitação voltada para as baixas rendas. Talvez seja o maior risco à integridade ambiental da Serra.

O terminal do Trem Bala, no Aeroporto do Campo de Marte, não permite maiores conjecturas na medida em que os processos de decisão sobre a existência do projeto de construção desse meio de transporte estão cada vez mais complexos. A dificuldade de tomar uma decisão sobre a necessidade real desse investimento é igualável à sua complexidade construtiva que, a exemplo dos outros investimentos comentados, pode levar mais de uma década para se concretizar. Ainda que exista, sua relação com a região pode ser a mesma do próprio Campo de Marte: distanciada. Por um lado, pode gerar alguma alteração no espaço urbano do entorno imediato, potencializando a



Plano Integrado de Transportes Urbanos para 2025.
Fonte: Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, www.stm.sp.gov.br, acesso em fevereiro de 2011.

área do Anhembi como um espaço hoteleiro e de "turismo de negócios". Por outro, pode acirrar o conflito entre as ocupações de favelamento nas proximidades da marginal Tietê e do rio Tamaduateí.

Se as perspectivas das Expectativas Hegemônicas implicam na adoção de uma ótica em que fazer cidade é produzir oportunidades de negócio, cabe questionar se o processo de esvaziamento das áreas na porção sul da região, para além de suas similaridades com situações semelhantes nas áreas centrais, não é base para o desenvolvimento econômico da capital. Ou seja, num momento em que as grandes obras de infra-estrutura da região estão concluídas (a maioria dos córregos canalizados, as avenidas mais óbvias estão concluídas, etc.), e que obras de maior vulto precisam de um volume de capital que não se pretende gastar, a solução seria a propagação do modelo. Fazer mais cidade, com mais loteamentos sem infra-estrutura, para que o Estado empreenda essa infra-estrutura, e mantenha a economia urbana em funcionamento.

Essa disposição, no entanto, entra em conflito com alguns processos concomitantes. O ritmo de crescimento da população em geral diminui. A renda média melhora, com uma provável maior estabilidade das pessoas em suas residências, ainda que em bairros afastados. A motorização aumenta, diminuindo (ainda que com engarrafamentos cada vez maiores) o tempo gasto entre o trabalho no centro e a casa na periferia. O padrão de cidadania e de cobrança por mais e melhores serviços públicos aumenta.

Nesse quadro, um novo Estado e uma nova iniciativa privada podem (e talvez devam) ser desenhados, a espelho do que já acontece com a população. Ambos têm demonstrado posturas reativas aos processos iniciados por empreendedores individuais ou pequenas coletividades. O primeiro vai ao encontro das necessidades de uma população, geralmente com décadas de atraso, e com soluções que nem sempre atentam para o entorno urbano consolidado. Exemplo disso são os programas de provisão habitacional, e os programas de espaços livres públicos nas décadas de 1990 e 2000.

O segundo produz de forma dispersa, partindo de análises focadas nos resultados pregressos, e não em expectativas futuras dos consumidores. Buscam o próximo local de produção olhando para o que já foi vendido nas proximidades, apenas alargando os antigos focos de atenção. Ao contrário de produzir a novidade, num mercado marcado por um déficit habitacional astronômico, reproduzem o antigo, na esperança de que, em caso de revés, a grande demanda salve a oferta de um produto precário.

Levando em conta que "o acesso das grandes massas da população aos ganhos da produção foi sempre uma condição sine qua non da expansão capitalista" [14] , deve-se conjecturar sobre a possibilidade de, conhecendo o processo social específico que gera a periferia brasileira, como alterar esse processo de maneira a permitir que a população possa ver o seu local de vivência melhorado de maneira mais estrutural, rompendo os limites impostos sobre as melhorias incrementais empreendidas pela própria população ou, de forma ocasional, pelo Estado. Isso depende, numa sociedade capitalista, de um Estado e de uma iniciativa privada ativos, promovendo uma melhor condição de vida como valor agregado a suas atividades.

14 OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit. P. 118

Sem isso, a tendência de reprodução do modelo descrito é real, deixando atrás de si, uma cidade cuja grande força vital de seus construtores, carece de um direcionamento e de uma coletivização que permita o alcance de qualidades ambientais e urbanas que estruturem a paisagem.

Espaços livres nas proximidades do Pico do Jaraguá.
Fonte: Luciana Satiko - fevereiro de 2008 - Acervo do autor

Resta, ao final, a questão: o que fazer? Muitos e melhores analistas deram indicações dos caminhos a seguir, na seara da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo para evitar que as Expectativas Hegemônicas sejam formadas por um só setor da sociedade, e que, dessa forma comande a transformação do ambiente urbano para seu próprio benefício.

O principal elemento é outro olhar para as periferias urbanas. Os técnicos especializados, componentes e muitas vezes criadores das Expectativas dominantes, conhecendo melhor as realidades urbanas periféricas, podem reconhecer o valor (estético, arquitetônico, cultural, urbano, etc.) de aglomerações que foram configuradas segundo regras específicas e que, bem ou mal, atendem a anseios e desejos de uma enorme parcela da população.

Ao partir para a leitura dos espaços criados sem subestimá-los, a sua transformação vai, acreditamos, potencializar suas qualidades (organização tipológica, diversidade de usos nas edificações, utilização dos espaços livres de circulação de maneira múltipla, etc.), e trabalhar com suas características de maneira a reverter processos efetivamente nocivos (esvaziamento de áreas infra-estruturadas, ocupação de encostas, devastação de vegetação, etc.).

O abandono ou, melhor dizendo, a leitura crítica da literatura sobre o urbanismo em países diversos, com condições sociais diferentes, deve ser promovido, para que se veja para além da forma exterior. Os processos de sua constituição e consolidação são tão importantes quanto o registro físico da experiência espacial de uma comunidade. Lembremos que as pessoas são (e estão) em um lugar específico e num tempo determinado. Retirar seus resultados espaciais de seu contexto pode gerar inadaptabilidade das soluções, e uma já conhecida frustração quando as "brilhantes soluções" não são implementadas.

Conhecer profundamente e desenvolver o que nós somos, na totalidade, sem esquecer o que queremos ser, é o melhor caminho para a elaboração de políticas públicas que estruturem uma vida melhor para a maioria da população, objetivo final dos arquitetos, urbanistas e paisagistas comprometidos com a sociedade brasileira.

VI. Bibliografia

Textos citados

AYMONINO, Carlo. **Origenes y desarrollo de la ciudad moderna**. Barcelona : Gili, 1972

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP; 34, 2000

CARDOSO, Fernando Henrique; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira; KOWARICK, Lúcio. **Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: Cultura e Participação**. In Cadernos CEBRAP: 14. São Paulo: CEBRAP, 1974.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARVALHO, Sidney Vieira. **Iniciação Científica**. São Paulo: FAUUSP, 2004.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins, 2007. (Tradução Marcos Marcionilo. Edição original: Presses Universitaires de France, 2000)

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (1ª edição: 1980; 2ª edição: 2001)

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001. 3.ª Edição. (1ª edição: 1958)

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da cidade-global.** Petrópoles: Vozes, 2007

GATTONI, George. **A Case for the Incremental Housing Process in Sites-and-Services Programs and Comments on a New Initiative in Guyana.** Washington: Interamerican Development Bank, 2009

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna - Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 2009. 18ª Edição. (1ª edição: 1989).

HIRAI, Maki. **O esporte e sua inserção no sistema de espaços livres paulistano.** São Paulo: FAUUSP, 2009. Dissertação de Mestrado

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (1ª: 1994)

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

Langenbuch, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. **Destruição ou desconstrução? Questões de paisagem e tendências de regionalização**. São Paulo: Hucitec, 2006. (2ª edição. 1ª edição, 1996).

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem, urbanização e litoral. Do Éden à cidade.** São Paulo: FAUUSP, 1993. (Tese para concurso de Livre-docência).

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Em busca de outros espaços livres de edificação** in Paisagem e Ambiente: Ensaios, nº 21. São Paulo: FAUUSP, 2006.

MALACO, Jonas Tadeu Silva. **Da Forma Urbana: O Casario de Atenas.** São Paulo: Alice Foz, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2008. 3ª Edição (1ª edição: 2001

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias - Planejamento urbano no Brasil.** In ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MEYER, Regina Maria Prosperi; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. **São Paulo Metrópole.** São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista | O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003. (Edição original da Crítica à razão dualista: 1981)

PANERAI, Philippe R., CASTEX, Jean, DEPAULE, Jean-Charles. **Formas urbanas: de la manzana al bloque.** Barcelona: Gustavo Gili, 1986. (1ª Edição: 1980)

Secretaria Nacional de Habitação (coordenação). **Plano Nacional de Habitação. Versão para Debates.** Brasília: Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Habitação; 2010

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das Artes, 2006.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Princípios bioclimáticos para o desenho urbano.** São Paulo: P.W., 1988.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade.** São Paulo: Martis Fontes, 2001. (Edição original: L'architettura della città. Padova: Marsilio Editori, 1966)

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Habitação Popular Paulistana.** São Paulo: FAU-USP, 1977.

SANTOS, Carlos Nelson dos et alii. **Quando a rua vira casa**. Rio de Janeiro: FINEP; IBAM, 1981

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 34, 2000. 5ª Edição (1ª edição: 1977)

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000 (1ª Edição: 1990).

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano do Município de São Paulo (Sempla) (organização). **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, 2002-2012.** São Paulo: Senac São Paulo; Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

TARALLI, Cibeli Haddad. **Ambiente construído e legislação: o visível e o imprevisível.** São Paulo: FAUUSP (Tese de Doutorado), 1993.

TARDIN, Raquel. **Espaços livre: Sistema e Projeto Territorial.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2008

VIANNA, Hermano. **Paradas de sucesso periférico**. In FERRARI, Florencia, et alii. Sexta Feira 8 Periferia. São Paulo: 34, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 2001. (1ª edição: 1998)

ZALUAR, Alba. **Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil**; pp.245-318 . In SCHWARCZ, Lilia Moritz (organizadora do volume); NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea (vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Textos de Apoio

ACSELRAD, Henry. **Discursos da Sustentabilidade.** In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.1, p. 79-90, maio de 1999. ANPUR.

ANGILELI, Cecilia Maria de Morais Machado. **Paisagens reveladas no cotidiano da periferia – Distrito de Brasilândia Zona Norte do Município de São Paulo.** São Paulo: FAUUSP, 2007. (Dissertação de mestrado)

BARNETT, Jonathan. **Urban design as public policy: practical methods for improving cities.** New York, Architectural Record Books, 1974.

CARNOY, Martin. **Para onde vão as teorias do Estado?** In: Estado e Teoria Política, cap. 9, p. 311-330. Campinas: Papirus, 1988 (2ª edição).

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (1ª Edição: 1967)

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana.** Lisboa: Edições 70, 1993.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma 'nova cidade' em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada.** São Paulo: Boitempo, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (1ª edição: 1959)

GTA - Acessória Técnica. **Programa Bairro Legal: Brasilândia.** São Paulo: 2003 (Material não publicado)

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira.** São Paulo : Melhoramentos; EDUSP, 1980

MENNEH, Márcia Halluli. **O Sistema de Espaços Livres da Cidade de São Paulo.** São Paulo: FAUUSP, 2002.

MOREIRA, Antônio Cláudio Moreira Lima e. **Conceito de Ambiente Urbano e Impacto Ambiental.** Material didático da disciplina AUP 5861.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói; São Paulo: Universidade Federal Fluminense/Editora Universitária, 1988.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Nobel, 1990.

SÃO PAULO (cidade). **Lei 7.805 de 1º de novembro de 1972: dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município e dá outras providências.** São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1972. (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Lei de Zoneamento correspondente)

SPIRN, Anne Whiston. **O Jardim de Granito – A Natureza no Desenho da Cidade.** São Paulo: EDUSP, 1995.

VAINER, Carlos Bernardo. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, pp. 140-151. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

Outras fontes de consulta

Filmes

PADILHA, José (direção). Tropa de Elite

MEIRELLES, Fernando (direção). Cidade de Deus. Rio de Janeiro: O2 FIlmes, VideoFilmes, Globo Filmes, 2002.

AMARAL, Tata (direção). Antônia. São Paulo: Coração da Selva, O2 Filmes, Globo Filmes; 2006.

Séries de TV

Big Brother Brasil

Lost

Toda Periferia

Músicas

Saudosa maloca in Demônios da Garoa. Nos sambas de Adoniran Barbosa. Odeon, 1957. Canção composta por Adoniran Barbosa.

Ave Maria no morro in Ângela Maria. Sucessos de ontem na voz de hoje. Copacabana, 1956. Canção composta por Herivelto Martins.

O morro não tem vez in JOBIM, Antônio Carlos. Antônio Carlos Jobim – The Composer of Desafinado Plays. Verve, 1964. Canção composta por Tom Jobim e Vinícius de Moraes.

Periferia é periferia (em qualquer lugar) in Racionais MC's. **Sobrevivendo no Inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

Seres tupy in MATOGROSSO, Ney et alli. Vagabundo. Rio de Janeiro: Universal, 2004. Composição de Pedro Luís .

Endereços eletrônicos

IBGE - http://www.ibge.gov.br/

Fundação SEADE - http://www.seade.gov.br/

Laboratório de Tecnoligia em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP - LABAUT - http://www.usp.br/fau/pesquisa/laboratorios/labaut/conforto/index.html

CliqueMusic - http://cliquemusic.uol.com.br/

Associação Brasileira de Música e Artes - http://www.abramus.com.br/